RAFAEL VILAÇA EPIFANI COSTA

TEMAS DE
ANGLICANISMO

Volume 2

Temas de Anglicanismo – 2

Costa, Rafael Vilaça Epifani

Temas de Anglicanismo – Volume 2 -- Recife, PE: Laud; Kindle Direct Publishing, 2026.

ISBN-13: 9798162641117

ASIN: B0HN4TS754

1. Igreja Episcopal 2. Igreja Anglicana.

3. História da Igreja I. Título.

CDU

"Se pregarmos a Cristo, o Anglicanismo vai florescer.
Se pregarmos o Anglicanismo, nada vai florescer."
(Reverendíssimo Justin Welby,
Arcebispo de Cantuária, durante a
Conferência de Lambeth de 2022)

Temas de Anglicanismo – 2

SUMÁRIO

Apresentação 7

Introdução 9

Peregrinos no caminho da oração e do trabalho 13
Análise do Arcebispado de Welby e do Pontificado de Francisco

A Comunhão Anglicana hoje 41
A eleição da Arcebispa Sarah e a crise do Anglicanismo global

O Movimento de Reconquista no contexto anglicano 63
De suas bases nos Estados Unidos até sua chegada no Brasil

O G3 como modelo de intercomunhão 81
A construção de um acordo entre Igrejas Anglicanas e Episcopais

A Declaração de Baltimore 103
A defesa da ortodoxia na Igreja Episcopal dos Estados Unidos

Anglo-Catolicismo tradicional na Igreja da Inglaterra 131
O crescimento dos anglo-católicos através da *The Society*

O Laudianismo e a Beleza da Santidade 149
Um estudo sobre o cerimonial do Arcebispo William Laud

Sacramentos Online durante a Pandemia da Covid-19 171
Problemas teológicos, doutrinários e a posição da IALC

As novas Igrejas Anglicanas e Episcopais 197
Análise da classificação das Igrejas no Brasil

Projeto *O Caminho Anglicano* 219
O mapeamento das Igrejas Anglicanas e Episcopais no Brasil

Novas traduções do Livro de Oração Comum 245
As edições brasileiras de 1549, 1662 e 1928

Crônicas do Cemitério dos Ingleses – Pelo Rev. Rafael Vilaça 273

APRESENTAÇÃO

Quando comecei a reunir os textos que compõem este segundo volume de *Temas de Anglicanismo*, uma pergunta esteve constantemente presente: afinal, o que mudou do ano de 2025 para 2026? Hoje a Comunhão Anglicana atravessa um período de profundas divisões. As questões que durante décadas foram discutidas dentro das estruturas tradicionais da Comunhão deixaram de ser apenas debates teológicos e passaram a produzir rupturas, novas alianças e novas formas de organização eclesial. Novas vozes se levantaram, sobretudo a partir do Sul Global, e passaram a questionar a antiga centralidade das Províncias ocidentais. Ao mesmo tempo, movimentos como a GAFCON ganharam uma influência que seria difícil imaginar algumas décadas atrás e passaram a defender uma compreensão diferente sobre o futuro do Anglicanismo mundial.

É impossível olhar para esse cenário sem perceber que o Anglicanismo histórico, aquele que durante tanto tempo ocupou o centro institucional da Comunhão, está perdendo parte do espaço que tradicionalmente lhe pertenceu. O que antes parecia uma grande família reunida em torno de Cantuária tornou-se uma realidade muito mais fragmentada, plural e, ao mesmo tempo, surpreendentemente dinâmica.

A eleição de Sarah Mullally como 106ª Arcebispa de Cantuária nos coloca diante desse paradoxo. Ela representa a continuidade de uma tradição que remonta a Santo Agostinho de Cantuária e que durante séculos esteve associada à unidade do Anglicanismo. A Sé de Cantuária continua sendo uma referência histórica e espiritual de enorme importância. Mas a realidade contemporânea nos obriga a reconhecer que a Cátedra de Santo Agostinho já não é suficiente para explicar e agregar toda a totalidade do mundo anglicano.

O primeiro volume de *Temas de Anglicanismo* mostrava em sua capa a cátedra de Santo Agostinho vazia. Agora, a capa deste segundo volume apresenta a sede de Cantuária novamente ocupada, agora com a Arcebispa Sarah Mullally, a primeira mulher a se tornar a Priamaz da Igreja da Inglaterra e símbolo de unidade da Comunhão Anglicana. Todavia, o processo de renúncia de Justin Welby, a eleição que quase durou um ano, e a instalação da nova Arcebispa, revelou uma situação delicada que levou a uma nova divisão na Comunhão Anglicana.

Nosso país também está vivendo uma mudança através de diferentes denominações anglicanas. Ao lado das Igrejas históricas, novas comunidades têm surgido, novas paróquias têm sido plantadas e diferentes projetos missionários começam a alcançar lugares onde o Anglicanismo tradicional não havia conseguido chegar. Igrejas como a IECB, IAB, IARB e a TAC são exemplos de uma realidade que está diante de nós e que não pode mais ser ignorada. Hoje são denominações que desenham e influenciam o Anglicanismo brasileiro. Neste tempo, como consequência dessa nova conjuntura, eu também mudei muitas posições, incluindo a minha filiação religiosa, deixando a IEAB e a Comunhão Anglicana e ingressando na Igreja Episcopal Carismática do Brasil, no final de 2025, onde desde então tenho exercido meu ministério através do Seminário da denominação, o meu querido SETEC, ministrando aulas nas disciplinas de História da Igreja, e publicando conteúdos teológicos nas redes sociais toda semana.

A obra que o leitor tem em mãos, *Temas de Anglicanismo – Volume 2*, nasce desse projeto pessoal (e coletivo) de registrar, estudar e compreender esse período de transição que estamos vivendo no Anglicanismo e no Episcopalismo mundial. Há algo particularmente intrigante em estudar a história quando ainda estamos vivendo os acontecimentos. Porque sei que este livro – assim como outros publicados pela Editora Laud –, irão no futuro, se transformar em uma verdadeira Biblioteca Anglicana Brasileira.

Convido os leitores, de modo especial, a partir desta obra, a olharem suas próprias Igrejas para além das fronteiras institucionais. Igualmente, aos fiéis que ainda militam nas fileiras de Cantuária, é necessário reconhecer que as críticas advindas da GAFCON e de outras instâncias globais ou locais do Anglicanismo e do Episcopalismo têm os seus fundamentos. É um fato que, parte da tradição histórica, da riqueza litúrgica e do patrimônio anglicano vem sendo perdido nos últimos anos – entre conservadores e liberais –, mas também é verdade que novos movimentos missionários e de renovação espiritual – do espectro anglo-católico ao evangelical, estão dando um novo fôlego às Igrejas. Se o Anglicanismo no Brasil e no mundo está dividido, por outras frestas ele está se expandindo.

Rev. Dr. Rafael Vilaça Epifani Costa
Editora Laud

INTRODUÇÃO

A Comunhão Anglicana atravessa um período delicado, marcado por divisões e transformações em sua organização, liderança e posicionamento de suas Províncias, enquanto novas vozes se levantam em diferentes partes do mundo e novas Igrejas encontram espaço para crescer por meio de ações missionárias. No Brasil, esse movimento pode ser percebido de maneira cada vez mais concreta através das Novas Igrejas Anglicanas e Episcopais. É nesse cenário que este segundo volume da obra *Temas de Anglicanismo* se situa e procura olhar para o mundo anglicano contemporâneo, sem deixar de lado as suas raízes e a caminhada que nos trouxe até o presente. Os textos aqui reunidos partem de diferentes acontecimentos, movimentos, tradições e experiências, procurando compreender como essa antiga tradição cristã continua a se transformar diante dos desafios do nosso tempo.

Inicialmente é preciso situar este momento de transição, olhando para dois importantes líderes do Cristianismo contemporâneo. No capítulo sobre a análise do Arcebispado de Justin Welby e do Pontificado de Francisco, a obra buscará apresentar duas experiências distintas dentro do Cristianismo ocidental e refletindo sobre o caminho da Igreja entre a oração e o trabalho, entre a vida espiritual e a presença no mundo. Em seguida, voltamos nossa atenção para a própria Comunhão Anglicana. A eleição de Sarah Mullally como 106ª sucessora de Santo Agostinho de Cantuária acontece em um momento no qual a Comunhão procura encontrar novos caminhos diante de suas divisões. A eleição da nova Arcebispa de Cantuária e a crise do Anglicanismo global são, portanto, examinadas como parte de um processo maior, no qual antigas referências de unidade são questionadas e novas vozes passam a ocupar um espaço cada vez mais significativo.

Essa realidade também ajuda a compreender o chamado Movimento de Reconquista. Partindo de suas bases nos Estados Unidos, o movimento passou a alcançar outras regiões e chegou também ao Brasil, trazendo consigo debates sobre identidade, tradição e os rumos do Anglicanismo. Na sequência, o estudo sobre o G3 apresenta uma proposta de intercomunhão e a construção de um acordo entre diferentes Igrejas Anglicanas, mostrando uma outra dimensão desse mesmo cenário: enquanto algumas estruturas se

distanciam, também existem esforços para estabelecer vínculos e construir formas de aproximação, sendo um modelo possível de ser aplicado às diferentes denominações no Brasil.

A discussão central desta segunda edição gira em torno do antigo debate anglicano sobre a ortodoxia. Um desses exemplos foi a publicação da Declaração de Baltimore no contexto de crise que já se desenhava na Igreja Episcopal na década de 1990. A partir desse documento, é possível observar parte das tensões que marcaram o Anglicanismo contemporâneo e os esforços de determinados setores para reafirmar aquilo que compreendem como a identidade tradicional do Anglicanismo. Como exemplo vivo de que a luta por preservar a Tradição da Igreja gera frutos, o leitor poderá compreender melhor a corrente do Anglo-Catolicismo tradicional na Igreja da Inglaterra, que vem crescendo nos últimos anos através da associação de clérigos intitulada *The Society*.

Da mesma forma, a obra trará estudos sobre Liturgia Anglicana, com o Laudianismo, tomando o cerimonial do Arcebispo William Laud como expressão de uma determinada compreensão sobre a liturgia, o culto e a beleza como elementos da vida da Igreja. Este estudo, sendo feito através do artigo "Adore o Senhor na Beleza da Santidade", de Benjamin Phillips, apresentará uma análise que buscará desmistificar a visão de que nos séculos XVII a Igreja Anglicana vivia e praticava uma "liturgia reformada", sendo o Laudianismo uma expressão ainda em uso por várias comunidades, incluindo um experimento litúrgico feito na Paróquia Anglicana da Ascensão, no Recife.

Outra parte importante obra é a reflexão sobre a administração dos Sacramentos na modalidade online durante a Pandemia da Covid-19. A emergência sanitária colocou as Igrejas diante de questões que até então pareciam distantes: como compreender a celebração dos sacramentos em um ambiente virtual? Quais são os limites teológicos e doutrinários dessa prática? O capítulo procura apresentar esses problemas e a posição da Consulta Internacional de Liturgia Anglicana (IALC), ponderando sobre uma discussão que marcou a experiência eclesial recente entre diferentes Províncias.

Do mesmo modo, a obra se propõe a analisar as novas Igrejas Anglicanas e Episcopais a partir de suas características e de sua presença no país, procurando estabelecer uma classificação que permita compreender melhor esse novo cenário. Essa investigação é

complementada pelo mapeamento das Igrejas Anglicanas e Episcopais realizado através do projeto Caminho Anglicano, idealizado pelo Reverendo Douglas Araújo da Rede Episcopal Brasileira (REB). Do mesmo modo, a tradição litúrgica ocupa novamente um lugar importante no cenário brasileiro, com as traduções para o português do Livro de Oração Comum, nas edições de 1549, 1662 e 1928. Sem dúvida, há um nítido interesse das novas gerações de anglicanos pela recuperação e divulgação dessas fontes em língua nativa. Estas traduções ajudarão o leitor brasileiro a se aproximar de textos históricos para a compreensão da formação e da identidade anglicanas.

Por fim, o livro termina em um lugar que possui um significado particularmente especial: o Cemitério dos Ingleses do Recife. Na última parte, intitulada *Crônicas do Cemitério dos Ingleses*, o registro das memórias, histórias, e acontecimentos relacionados a esse espaço, resgatará a história dessa que é a primeira necrópole e capela anglicana da cidade do Recife.

Essa é a proposta principal do livro. Ele percorre diferentes tempos, lugares e expressões do Anglicanismo, iniciando por Cantuária, passando pelo interior da Inglaterra ou dos Estados Unidos, até aportar em diferentes cidades do Brasil, por diferentes momentos da história clássica e contemporânea do Anglicanismo e do Episcopalismo. Todos esses temas estão ligados por uma mesma preocupação: compreender o que está acontecendo com o mundo anglicano e como ele será nas próximas gerações.

Através da observação, estudo e experiências vividas pelo autor, essas transformações não apenas se tornaram objeto de pesquisa, mas uma história que está sendo escrita dia após dia, mês após mês, ano após anos. Essa história viva engloba nossas Igrejas, nossas comunidades e aquilo que fazemos em nossas paróquias e até mesmo nas conversas de bastidores – sejam em reuniões institucionais, até mesmo nas próprias conversas informais registradas nas redes sociais. Tudo isso nos leva a uma necessidade de registrar a história e os temas que moldam o Anglicanismo contemporâneo, para que possamos deixar um sólido legado para aqueles que virão depois de nós e também para que possamos preservar a Fé que recebemos de nossos pais.

PEREGRINOS NO CAMINHO DA ORAÇÃO E DO TRABALHO

Análise do Arcebispado de Welby e do Pontificado de Francisco

INTRODUÇÃO

O diálogo ecumênico entre a Igreja Católica Romana e a Comunhão Anglicana conheceu, durante o arcebispado de Justin Welby e o pontificado de Papa Francisco, um dos momentos mais fecundos desde a criação da Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana (ARCIC). Tendo ambos iniciado seus ministérios em 2013, Welby e Francisco desenvolveram uma relação marcada pela amizade pessoal, pela oração comum, pelo compromisso com a paz e pela convicção de que a unidade dos cristãos deve ser construída não apenas mediante o diálogo teológico, mas sobretudo através do testemunho conjunto, do serviço aos pobres, da promoção da justiça e da reconciliação entre os povos. Em diversas ocasiões, ambos os bispos descreveram o caminho ecumênico como uma peregrinação compartilhada, compreendendo as Igrejas como companheiras de viagem chamadas a caminhar lado a lado, mesmo quando persistem diferenças doutrinárias e eclesiológicas.

O título *Peregrinos no Caminho da Oração e do Trabalho* inspira-se na imagem do peregrino, profundamente enraizada na tradição bíblica e cristã, remete a uma Igreja que avança na história em constante conversão, reconhecendo que a unidade plena constitui um dom de Deus e uma meta ainda a ser alcançada. Durante seus respectivos ministérios, Francisco e Welby insistiram que a oração comum não poderia permanecer restrita ao âmbito litúrgico, mas deveria traduzir-se em cooperação concreta diante dos desafios contemporâneos, como a guerra, a pobreza, a crise migratória, a degradação ambiental, a perseguição aos cristãos e a crescente secularização das sociedades ocidentais. Essa perspectiva encontrou expressão emblemática na inédita peregrinação ecumênica ao Sudão do Sul, realizada juntamente com o Moderador da Igreja da Escócia, tornando-se um sinal visível de que a missão cristã é fortalecida quando realizada em comunhão.

Ao mesmo tempo, o período compreendido entre 2013 e o término do arcebispado de Welby foi marcado por profundas transformações internas tanto na Comunhão Anglicana quanto na Igreja Católica. Enquanto Francisco promoveu uma eclesiologia fortemente orientada pela sinodalidade, pela cultura do encontro e pela ênfase na misericórdia pastoral, Welby enfrentou crescentes tensões no interior da Comunhão Anglicana, especialmente em torno das questões

relacionadas à sexualidade, à autoridade eclesiástica e à unidade entre as províncias anglicanas. Essas dinâmicas revelam que o avanço do ecumenismo institucional ocorreu paralelamente ao aprofundamento de desafios internos em ambas as tradições, tornando ainda mais significativa a decisão de ambos os líderes de privilegiar aquilo que os unia em Cristo sem ignorar as divergências existentes.

A TRANSIÇÃO DO ARCEBISPADO DE CANTUÁRIA

A eleição de Rowan Williams para a Sé de Cantuária, em 2002, ocorreu em um dos momentos mais delicados da história da Comunhão Anglicana. Reconhecido internacionalmente como um dos mais brilhantes teólogos anglicanos de sua geração, Williams possuía sólida formação patrística, profundo interesse pela espiritualidade oriental, vasta produção acadêmica e uma reputação construída tanto na universidade quanto no episcopado. Antes de assumir Cantuária, havia servido como Bispo de Monmouth e, posteriormente, como Arcebispo de Gales. Sua eleição foi recebida com entusiasmo por muitos setores da Comunhão, que viam nele um intelectual capaz de renovar o pensamento anglicano e de fortalecer o diálogo ecumênico com Roma, as Igrejas Ortodoxas e outras tradições cristãs. Contudo, esse entusiasmo inicial rapidamente foi obscurecido por conflitos que já estavam em gestação e que explodiriam poucos meses após o início de seu ministério.

Quando Williams chegou a Cantuária, a Comunhão Anglicana já enfrentava profundas tensões acerca da autoridade das Escrituras, da interpretação da tradição, da autonomia das províncias e da ética sexual. Desde a segunda metade do século XX, províncias como a Igreja Episcopal dos Estados Unidos e a Igreja Anglicana do Canadá haviam iniciado um processo de revisão pastoral e doutrinária em temas relacionados ao ministério feminino, ao divórcio, às uniões homoafetivas e à inclusão de pessoas LGBT na vida e no clero da Igreja. Em contrapartida, numerosas províncias da África, da Ásia e partes da América Latina sustentavam que tais mudanças representavam um afastamento da doutrina cristã histórica. Williams herdou, portanto, uma Comunhão profundamente polarizada, na qual o papel do Arcebispo de Cantuária era, sobretudo, moral e simbólico,

sem autoridade jurisdicional para impor decisões às Províncias da Comunhão Anglicana, que são autônomas entre si.

A crise atingiu seu ápice em 2003 com a consagração de Gene Robinson como bispo da Diocese de New Hampshire. O evento provocou uma reação imediata das províncias consideradas conservadoras, sobretudo da Nigéria, Uganda, Quênia, Ruanda e Sudeste Asiático, que denunciaram a decisão como incompatível com a doutrina bíblica e com as resoluções da Conferência de Lambeth de 1998, especialmente a Resolução I.10, que reafirmava o casamento entre um homem e uma mulher e rejeitava a bênção litúrgica de uniões entre pessoas do mesmo sexo. Embora Williams não tivesse participado da decisão norte-americana, sua posição como Arcebispo de Cantuária fez dele o principal mediador da crise, sendo pressionado simultaneamente pelos setores liberais e pelos conservadores.

Desde os primeiros meses de seu arcebispado, Williams procurou preservar a unidade da Comunhão mediante uma estratégia de diálogo contínuo e de adiamento de rupturas institucionais. Em vez de recorrer a condenações públicas ou sanções disciplinares, preferiu promover consultas entre as províncias, incentivar encontros entre os primazes e buscar consensos mínimos que permitissem manter a comunhão. Essa postura refletia sua compreensão eclesiológica de que a unidade da Igreja não poderia ser preservada por mecanismos jurídicos centralizadores, mas deveria surgir da comunhão sacramental, da caridade e da escuta mútua. Entretanto, essa estratégia foi frequentemente interpretada por diferentes setores como sinal de indecisão, fragilidade administrativa ou incapacidade de liderança.

Em resposta à crescente crise, foi criada a chamada Comissão de Lambeth, responsável pela elaboração do conhecido Relatório Windsor, publicado em 2004. O documento procurava estabelecer princípios para a vida comum da Comunhão Anglicana, reconhecendo que algumas províncias haviam tomado decisões com consequências para toda a Igreja sem consulta suficiente às demais. O relatório recomendou pedidos de desculpas, uma moratória sobre novas consagrações episcopais envolvendo pessoas em uniões homoafetivas e outra sobre intervenções episcopais transfronteiriças promovidas por bispos africanos em dioceses norte-americanas. Embora o texto tenha sido amplamente elogiado por seu equilíbrio teológico, acabou sendo recebido com reservas por praticamente todos os lados do debate,

demonstrando a dificuldade de reconstruir a confiança entre as províncias.

Ao longo dos anos seguintes, Williams investiu fortemente na proposta do chamado Pacto Anglicano (firmado em 2007), um acordo destinado a fortalecer os instrumentos de comunhão da comunidade anglicana global. A ideia consistia em estabelecer princípios de consulta, responsabilidade recíproca e discernimento comum, preservando simultaneamente a autonomia provincial. O projeto representava uma tentativa inédita de conferir maior coesão institucional à Comunhão sem transformá-la em uma estrutura centralizada semelhante ao modelo romano. Apesar de receber apoio significativo em diversas regiões, o Pacto encontrou resistência tanto entre setores liberais, que temiam restrições à autonomia provincial, quanto entre conservadores, que o consideravam insuficiente para enfrentar os desvios doutrinários percebidos.

Foi nesse contexto que surgiu a Conferência da GAFCON – *Global Anglican Future Conference* (ou Conferência Global do Futuro Anglicano) –, realizada em Jerusalém, em junho de 2008. Organizada por primazes e bispos do Sul Global, a conferência reuniu centenas de líderes anglicanos que manifestaram preocupação com o rumo da Comunhão. A escolha de Jerusalém possuía forte simbolismo bíblico, evocando as origens da Igreja e sugerindo um retorno às fontes apostólicas da fé cristã. A Conferência da GAFCON publicou a Declaração de Jerusalém, documento que reafirmava a autoridade das Escrituras, os credos históricos, os Trinta e Nove Artigos, o uso do Livro de Oração Comum e a ética cristã tradicional, estabelecendo uma identidade confessional distinta das Províncias ou Igrejas de orientação liberal ou progressista, dentro do Anglicanismo contemporâneo.

Poucas semanas depois realizou-se a Conferência de Lambeth de 2008, convocada por Rowan Williams. Diferentemente das conferências anteriores, o encontro foi marcado por um número significativo de ausências. Diversos primazes e bispos ligados à GAFCON recusaram-se a participar em protesto contra a presença de representantes da Igreja Episcopal dos Estados Unidos e da Igreja Anglicana do Canadá. A ausência de centenas de bispos reduziu significativamente a representatividade da conferência e evidenciou publicamente que a crise havia ultrapassado o estágio do simples desacordo teológico.

Na tentativa de evitar confrontos diretos, Williams substituiu parte dos tradicionais debates legislativos pelos chamados *Indabas*, pequenos grupos de diálogo inspirados em práticas comunitárias africanas. A proposta privilegiava a escuta, a convivência e o discernimento conjunto, em vez de votações polarizadas. Embora a metodologia tenha favorecido conversas profundas entre diversos participantes, críticos argumentaram que ela evitava enfrentar as questões doutrinárias centrais, produzindo uma atmosfera de cordialidade sem resolver os conflitos fundamentais que dividiam a Comunhão.

Os acontecimentos de Lambeth 2008 demonstraram os limites do modelo histórico de unidade anglicana. Durante séculos, a comunhão havia sido sustentada por vínculos de tradição, liturgia comum, sucessão apostólica e reconhecimento mútuo. Entretanto, diante de divergências profundas sobre autoridade bíblica e moral cristã, esses elementos revelaram-se insuficientes para preservar um consenso doutrinário abrangente. Williams encontrava-se na difícil posição de defender simultaneamente a autonomia das províncias e a necessidade de uma identidade comum, objetivos que se tornavam cada vez mais difíceis de conciliar.

Outro momento decisivo ocorreu com a criação da Igreja Anglicana da América do Norte (*Anglican Church in North America* – ACNA), resultado da união de diversas dioceses, paróquias e movimentos que romperam com a Igreja Episcopal e a Igreja Anglicana do Canadá. Embora a nova província tenha recebido reconhecimento imediato da GAFCON e de diversas províncias do Sul Global, Rowan Williams optou por não reconhecê-la como integrante oficial da Comunhão Anglicana, preservando o princípio de que somente a Sé de Cantuária poderia reconhecer novas províncias. Essa decisão desagradou profundamente os conservadores, que esperavam maior apoio institucional.

Apesar das dificuldades internas, o arcebispado de Rowan Williams foi extremamente produtivo em outras áreas. Seu compromisso com o diálogo ecumênico fortaleceu significativamente as relações com a Igreja Católica Romana, as Igrejas Ortodoxas e diversas comunidades protestantes. Também promoveu reflexões relevantes sobre justiça social, economia, educação, paz internacional e espiritualidade cristã. Sua produção intelectual continuou sendo

amplamente reconhecida, consolidando-o como um dos mais importantes teólogos anglicanos contemporâneos.

No final de seu arcebispado, a Comunhão Anglicana encontrava-se profundamente transformada. A GAFCON havia consolidado sua identidade internacional, o Sul Global assumira protagonismo sem precedentes, a ACNA tornara-se uma realidade e o Pacto Anglicano fracassara em alcançar ampla adoção entre as províncias. A unidade institucional permanecia formalmente preservada, mas coexistia com múltiplas interpretações acerca da natureza da comunhão e da autoridade eclesiástica.

Em março de 2012, Rowan Williams deixou oficialmente a Sé de Cantuária. Sua despedida foi marcada por manifestações de respeito provenientes tanto de aliados quanto de críticos. O próximo Arcebispo de Cantuária não seria chamado apenas a desempenhar o papel histórico de primaz da Igreja da Inglaterra, mas também a exercer uma delicada função diplomática em uma Comunhão que já apresentava sinais evidentes de fragmentação institucional.

Após um criterioso processo conduzido pela Comissão de Nomeações da Coroa, esta anunciou, em novembro de 2012, a escolha de Justin Welby para ocupar a Cátedra de Santo Agostinho. Welby possuía uma experiência episcopal relativamente breve, tendo servido como Bispo de Durham por apenas pouco mais de um ano. Antes disso, havia sido Bispo de Liverpool por um curto período e, anteriormente, construído uma carreira de sucesso na indústria petrolífera, especialmente na empresa Shell, experiência que lhe proporcionou sólida formação em gestão de organizações complexas, mediação de conflitos e liderança corporativa.

A entronização de Justin Welby como Arcebispo de Cantuária, realizada em 21 de março de 2013, simbolizou tanto continuidade quanto renovação. Assim como Rowan Williams, Welby possuía grande apreço pela tradição anglicana, pelo ecumenismo e pela missão da Igreja em uma sociedade cada vez mais secularizada. Entretanto, diferentemente de seu predecessor, cuja notoriedade derivava principalmente de sua produção acadêmica e teológica, o novo Arcebispo destacou-se por um perfil mais pastoral e administrativo.

Desde o início de seu ministério deixou claro que sua prioridade seria fortalecer a evangelização, incentivar o discipulado cristão, ampliar o compromisso social da Igreja da Inglaterra e, sobretudo, preservar a

unidade da Comunhão Anglicana em um contexto de polarização crescente. O novo arcebispo assumiu suas funções consciente de que encontrava uma Comunhão profundamente transformada. As províncias vinculadas à GAFCON já haviam consolidado uma identidade própria e manifestavam crescente desconfiança em relação aos instrumentos tradicionais de comunhão sediados em Cantuária.

Paralelamente, províncias como a Igreja Episcopal dos Estados Unidos, a Igreja Anglicana do Canadá, Igreja Episcopal Escocesa e a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil[1]prosseguiam com reformas relacionadas à sexualidade humana, ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e à inclusão ministerial, entre os anos de 2015 e 2018, aprofundando as divergências com as Igrejas Anglicanas do Sul Global.

Na Conferência de Lambeth de 2022, Justin Welby atuou como um mediador entre as tensões presentes na Comunhão Anglicana. A Conferência ocorreu em um contexto particularmente delicado. O primeiro quadro estava no atraso do prazo decenal que o episcopado anglicano mundial se reunia. Mais de dez anos após a Conferência de 2008, a edição seguinte precisou ser adiada duas vezes, primeiro por causa das disputas que haviam em torno do tema da sexualidade (poucos anos antes, as Províncias do Norte Global haviam aprovado o casamento entre casais do mesmo sexo). E com a chegada da década de 2020, a Pandemia da Covid-19 lançou um pesado desafio pastoral à Cristandade como um todo.

Após o período pandêmico o mundo anglicano continuava dividido sobre as mesmas questões que tensionaram as Conferências de 1998 e de 2008. De um lado, províncias conservadoras, sobretudo da África e de outras regiões do Sul Global, defendiam a doutrina cristã tradicional sobre casamento e sexualidade; de outro, províncias ocidentais defendiam mudanças pastorais e, em alguns casos, o reconhecimento de uniões entre pessoas do mesmo sexo. Welby procurou evitar que a Conferência se transformasse em um confronto

[1] Em 2014, Justin Welby visitou o Brasil. Ao invés da última visita do Primaz da Inglaterra, que ocorreu na cidade de Porto Alegre, Welby foi recebido na Paróquia da Santíssima Trindade, em São Paulo, cidade em que se encontrava a Secretaria Geral da Província brasileira. O evento significou uma aproximação dos bispos do Brasil da Sé de Cantuária, ao mesmo tempo em que marcava uma posição política diante das divisões ocorridas anos antes na IEAB por parte do grupo ligado a Dom Robinson Cavalcanti, que se filiou à GAFCON e fragmentou a Diocese Anglicana do Recife.

entre blocos, insistindo que os bispos deveriam permanecer juntos mesmo quando não alcançassem consenso. A própria estrutura da conferência privilegiou a escuta, a oração, o diálogo e o discernimento conjunto, em continuidade com a experiência do *indaba* desenvolvida em Lambeth 2008.

Em suas intervenções, Welby reconheceu explicitamente que a Comunhão estava profundamente dividida, mas recusou a ideia de que aqueles que discordavam entre si deveriam ser tratados como inimigos. Ao abordar as questões de sexualidade, procurou assegurar simultaneamente que os anglicanos tradicionais não fossem caricaturados como intolerantes e que os setores progressistas não fossem apresentados como pessoas que simplesmente rejeitavam a Escritura ou a autoridade de Cristo. Posteriormente, ao recordar a Conferência, afirmou que os bispos estavam chamados *both to truth and unity* – simultaneamente à verdade e à unidade – e que as profundas divergências não desapareceriam rapidamente.

Seria nesse cenário de fragmentação do Anglicanismo que o Arcebispo Welby desenvolveria um ministério marcado por intensos esforços de reconciliação, por um relacionamento ecumênico singular com o pontificado do Papa Francisco e, simultaneamente, pelo agravamento das disputas que culminariam na mais profunda crise institucional da história da Comunhão Anglicana. Este quadro marcado por esforços ecumênicos e por uma busca de unidade em suas comunhões eclesiais, foi também visto na transição entre o Papado de Bento XVI e de Francisco.

OS DOIS PAPAS: BENTO XVI E FRANCISCO

A morte de João Paulo II, em 2 de abril de 2005, encerrou um dos mais longos e influentes pontificados da história contemporânea da Igreja Católica. Seu sucessor foi eleito poucas semanas depois: o cardeal Joseph Ratzinger, que assumiu o nome de Bento XVI. A escolha possuía forte significado de continuidade, pois Ratzinger havia sido um dos colaboradores mais próximos de João Paulo II, tendo sido nomeado por ele, em 1981, Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, cargo que exerceu durante praticamente todo o pontificado do papa polonês. Nesse período, tornou-se uma das principais referências

teológicas do Vaticano e participou diretamente da formulação e defesa da doutrina católica.

O pontificado de Bento XVI (2005–2013) caracterizou-se, portanto, pela forte ênfase na identidade doutrinal da Igreja, na centralidade de Cristo, na relação entre fé e razão e na necessidade de recuperar a presença de Deus em uma sociedade marcada pela secularização. Seu estilo contrastava com a dimensão mais carismática e pastoral de João Paulo II: Ratzinger era essencialmente um teólogo e professor, conhecido pela linguagem intelectual, pela precisão doutrinal e pela preocupação com a continuidade da tradição cristã.

> Um pontificado bem mais breve do que seu predecessor São João Paulo II, o segundo mais longo da história, mas não menos intenso, durante o qual Papa Ratzinger fez, entre outras coisas, 24 viagens apostólicas ao exterior; participou de três Jornadas Mundiais da Juventude e a um Encontro Mundial das Famílias; escreveu três encíclicas, uma constituição apostólica, três exortações apostólicas; convocou quatro Sínodos (2 ordinários e 2 especiais); criou 84 cardeais; proclamou 45 santos e 855 beatos, entre os quais Papa Wojtyla (VATICAN NEWS, 31 dez 2022).

Seu programa pode ser sintetizado em três grandes eixos: a recuperação da fé, o diálogo entre fé e razão e a renovação espiritual da Igreja. Esses temas apareceram particularmente em suas encíclicas *Deus Caritas Est*, *Spe Salvi* e *Caritas in Veritate*, além de discursos como o de Regensburg, em 2006, e o pronunciado no Westminster Hall, em Londres, em 2010.

A transição do pontificado de Bento XVI para o de Francisco também marcou uma mudança importante no modo como a Igreja Católica se relacionaria com a Comunhão Anglicana. Bento XVI, embora teologicamente identificado com uma perspectiva mais doutrinal, dedicou especial atenção ao ecumenismo e às relações com a Igreja da Inglaterra. Seu pontificado foi marcado pela continuidade do diálogo teológico anglicano-católico e, ao mesmo tempo, pela criação, em 2009, da Constituição Apostólica *Anglicanorum coetibus*, que permitiu a grupos de anglicanos ingressarem corporativamente na Igreja Católica conservando elementos de seu patrimônio litúrgico e espiritual. Francisco, por sua vez, herdaria essa relação já amadurecida e

procuraria enfatizar ainda mais a dimensão pastoral, missionária e fraterna do relacionamento com os anglicanos.

Um dos momentos mais importantes do pontificado de Bento XVI foi sua visita histórica ao Reino Unido, entre 16 e 19 de setembro de 2010. Tratou-se da primeira visita de um papa ao país em caráter oficial de Estado, além de uma peregrinação destinada à beatificação do cardeal John Henry Newman. Durante a viagem, Bento XVI encontrou-se com o então Arcebispo de Cantuária, Rowan Williams, no Palácio de Lambeth, onde ambos reafirmaram o compromisso comum com o testemunho cristão e com a unidade. O papa também participou de um encontro ecumênico na Abadia de Westminster, tornando-se o primeiro pontífice a entrar naquele templo, onde celebrou as Vésperas juntamente com Williams e representantes de outras Igrejas cristãs.

A visita à Abadia de Westminster adquiriu um significado particularmente simbólico: Bento XVI e Rowan Williams rezaram juntos diante do túmulo de Santo Eduardo, o Confessor, enquanto a tradição musical da Abadia acompanhava a celebração. O próprio Bento XVI posteriormente descreveu aquele momento como uma expressão da caminhada rumo à unidade plena dos cristãos. A escolha de Westminster não era meramente protocolar: o templo representava a continuidade histórica do cristianismo inglês anterior à Reforma e, portanto, oferecia um cenário privilegiado para expressar a longa e complexa relação entre Roma e a Igreja da Inglaterra.

A visita teve ainda uma dimensão pública extraordinária. No dia seguinte ao encontro com Williams, Bento XVI pronunciou um histórico discurso no Westminster Hall, sede do Parlamento britânico, no qual refletiu sobre o papel da religião na vida pública e sobre a necessidade de uma fundamentação ética para a sociedade democrática. Sua presença no coração da tradição política britânica contribuiu para apresentar o catolicismo não como uma força estrangeira, mas como parte integrante da história intelectual, cultural e moral da Europa. A visita terminou com a beatificação de John Henry Newman em Birmingham, estabelecendo uma ponte particularmente significativa com a tradição anglicana, uma vez que Newman havia sido sacerdote anglicano antes de sua conversão ao catolicismo.

Ao mesmo tempo, Bento XVI enfrentou alguns dos períodos mais difíceis da história recente da Igreja, incluindo a crise dos abusos sexuais cometidos por membros do clero, denúncias envolvendo a

administração da Cúria Romana e o escândalo conhecido como *Vatileaks*. Seu pontificado procurou responder a essas crises mediante maior rigor disciplinar, purificação interna e apelo à conversão.

Em um discurso fundamental no início de seu pontificado, o pontífice alemão condenou "a imundície" na Igreja e enfrentou essas crises com clareza e determinação, lançando as bases para as reformas que seriam realizadas posteriormente pelo Papa Francisco. Uma das características marcantes do pontificado de Bento XVI foi a luta incansável que travou contra o flagelo da pedofilia dentro da Igreja.

> O pontificado de Bento XVI coincidiu também com um momento particularmente difícil para a Igreja, marcado principalmente pelo escândalo da pedofilia e do caso Vatileaks. Crise que o pontífice alemão, que desde seus primeiros pronunciamentos denunciava a "sujeira" na Igreja (Via-Sacra 2005), soube enfrentar com lucidez e determinação, preparando o terreno às reformas que seriam levadas adiante pelo Papa Francisco. A luta sem fronteiras contra a pedofilia foi, com efeito, um dos aspectos que distinguiu o pontificado de Bento XVI, como confirma também o grande aumento dos sacerdotes suspensos nos anos de 2011 e 2012 (400), por envolvimento em casos de abuso, assim como o número de bispos afastados pela má gestão do problema (VATICAN NEWS, 31 dez. 2022).

Depois de quase oito anos à frente da Igreja, entretanto, Bento XVI surpreendeu o mundo ao anunciar, em 11 de fevereiro de 2013, sua decisão de renunciar ao ministério petrino. A renúncia tornou-se efetiva em 28 de fevereiro de 2013, quando Bento declarou que, devido ao avanço da idade e à diminuição de suas forças físicas e espirituais, já não possuía as condições necessárias para exercer adequadamente o ministério. O gesto foi extraordinário para a época moderna e inaugurou a figura do *Papa Emérito*, título inédito na história da Igreja Católica que apontava para uma nova compreensão da prática do exercício do papado. Diferente do período medieval, onde reinavam dois ou três papas (com os opositores se acusando de serem *Antipapas*), agora na era digital tínhamos a figura de um *Papa Aposentado*, à semelhança dos bispos que se retiram de suas dioceses para dar espaço a um novo antístite.

O conclave realizado em março de 2013 conduziu a Igreja a uma mudança significativa de estilo. Em 13 de março de 2013, foi eleito o cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio, então Arcebispo de Buenos Aires, que escolheu o nome de Francisco, em referência a São Francisco de Assis. Foi o primeiro papa proveniente das Américas e o primeiro jesuíta a ocupar a Sé de Pedro.

Desde sua primeira aparição na sacada da Basílica de São Pedro, Francisco apresentou uma imagem deliberadamente mais simples e pastoral: pediu ao povo que rezasse por ele antes de conceder a bênção e, posteriormente, fez da proximidade com os pobres, da misericórdia, da missão e da superação de uma Igreja excessivamente autorreferencial alguns dos elementos centrais de seu pontificado.

O estilo pastoral e da teologia de Francisco diferenciou-se, assim, consideravelmente do de Bento XVI, embora não significasse uma ruptura absoluta com seu predecessor e uma preservação do Magistério e da unidade da Igreja através do seu principal representante. Se Ratzinger enfatizava a clareza doutrinal, a tradição e a relação entre fé e razão, Bergoglio privilegiava a misericórdia, a escuta, o encontro e a saída missionária da Igreja. Sua *Evangelii Gaudium* (2013) apresentou o programa de uma Igreja menos centrada em si mesma e mais voltada para as periferias humanas e existenciais; *Laudato Si'*(2015) ampliou a reflexão cristã sobre a criação e a crise ambiental; e *Fratelli Tutti*(2020) desenvolveu uma nova visão sobre a fraternidade humana, em um ano marcado pela Pandemia da Covid-19. Neste período, o Vaticano também passou por reformas administrativas e da Cúria, culminando na Constituição Apostólica *Praedicate Evangelium*, de 2022.

A eclesiologia do pontificado de Francisco pode ser compreendida a partir de duas expressões complementares: *Igreja em saída* e *Igreja sinodal*. Apresentada programaticamente na *Evangelii Gaudium* (2013), a Igreja em saída é aquela que abandona o *status quo*, a sua posição de exercício do poder e a comodidade institucional de sua Cúria para assumir uma missão evangelizadora voltada às "periferias" humanas, sociais e existenciais. Para Francisco, evangelizar significa tomar a iniciativa, aproximar-se dos afastados, acompanhar os que sofrem e colocar a Igreja em movimento, de modo que sua missão não seja orientada primordialmente pela preservação de suas estruturas, mas pelo anúncio do Evangelho e pelo serviço ao mundo.

Essa perspectiva missionária encontrou seu complemento na proposta de uma *Igreja sinodal*, especialmente desenvolvida a partir do processo iniciado em 2021. Para Francisco, sinodalidade não significa simplesmente democratizar a Igreja ou transformá-la em um parlamento, mas recuperar uma dimensão constitutiva da própria vida eclesial: caminhar juntos, escutar-se mutuamente e discernir sob a ação do Espírito Santo. A participação de todo o Povo de Deus, a corresponsabilidade dos fiéis, o diálogo entre pastores e comunidades e a valorização do *sensus fidei* passaram a ocupar lugar central nessa renovação eclesiológica. Assim, a *Igreja em saída* define uma Igreja que vai ao encontro do mundo, enquanto a Igreja sinodal define uma Igreja que caminha conjuntamente dentro de si mesma; ambas convergem na tentativa de fazer da comunhão, da participação e da missão elementos fundamentais da eclesiologia católica no pontificado de Francisco.

Essa passagem de Bento XVI para Francisco é importante para compreender o posterior relacionamento com Justin Welby. Bento e Rowan Williams haviam consolidado uma aproximação caracterizada pelo diálogo teológico, pela oração comum e pelo aprofundamento institucional das relações católico-anglicanas. Francisco e Welby, por sua vez, levariam essa aproximação para uma dimensão ainda mais pastoral, missionária e prática, transformando a amizade entre os dois em uma plataforma de cooperação mútua. É nesse contexto que o relacionamento entre Francisco e Welby se torna um dos melhores exemplos do ecumenismo cristão contemporâneo.

TEMAS PASTORAIS COMUNS E AÇÕES POLÊMICAS

Apesar de pertencerem a Igrejas distintas e enfrentarem desafios eclesiológicos próprios, o Arcebispo Justin Welby e o Papa Francisco desenvolveram estilos de liderança semelhantes, marcados por uma ênfase pastoral, pelo diálogo e pela busca da reconciliação. Embora tenham enfrentado críticas de setores conservadores e progressistas por suas decisões e posturas conciliadoras, seus ministérios permaneceram caracterizados pelo esforço de preservar a unidade da Igreja. Temas como os esforços conjuntos pela paz entre os povos, junto com a defesa da dignidade humana, se tornaram pautas de oração e trabalho comuns entre os dois bispos.

É justamente sobre esse legado que se inicia a relação entre Francisco e Justin Welby. Ambos iniciaram seus ministérios praticamente simultaneamente em 2013, e Francisco fez questão de destacar esse fato quando recebeu Welby pela primeira vez no Vaticano. Na ocasião, afirmou que os dois teriam uma razão especial para "ampararem-se reciprocamente pela oração", apresentando o novo relacionamento não apenas como uma relação institucional entre duas Igrejas, mas como uma amizade espiritual entre seus líderes. Francisco também reconheceu que, apesar das dificuldades teológicas, as últimas décadas haviam produzido uma verdadeira aproximação e fraternidade entre católicos e anglicanos.

Em junho de 2014, o Papa Francisco e o Arcebispo da Cantuária, Justin Welby, reuniram-se em Roma, no Vaticano, para reafirmar sua luta conjunta contra a escravidão moderna, o tráfico de pessoas e os conflitos. Essa visita ocorreu entre 14 e 16 de junho de 2014, marcando o segundo grande encontro entre ambos desde que assumiram seus cargos.

> Como discípulos que se esforçam para seguir o Senhor, reconhecemos que a fé nos foi transmitida por meio de muitos testemunhos. Somos gratos a grandes santos, mestres e comunidades; eles transmitiram a fé ao longo dos séculos e testemunham nossas raízes comuns. Ontem, na Solenidade da Santíssima Trindade, Vossa Graça celebrou as Vésperas na Igreja de San Gregorio al Celio, de onde o Papa Gregório Magno enviou Agostinho e seus companheiros monásticos para evangelizar os povos da Inglaterra, inaugurando assim uma história de fé e santidade que, por sua vez, enriqueceu muitos outros povos europeus. Essa história gloriosa moldou profundamente as instituições e tradições eclesiais que compartilhamos e que servem como base sólida para nossas relações fraternas. (VATICAN, 16 jun. 2014).

Assim, se Bento XVI e Rowan Williams simbolizaram a consolidação do diálogo ecumênico institucional, especialmente através da teologia, da oração comum e da aproximação entre as duas tradições, Francisco e Welby levariam essa relação para uma dimensão ainda mais pastoral e prática, marcada pela cooperação em questões como

perseguição religiosa, pobreza, migração, meio ambiente, reconciliação e construção da paz.

Em outubro de 2016 durante um culto ecumênico em Roma, na Igreja de San Gregorio al Celio, Justin Welby, presenteou Francisco com uma Cruz de Pregos peitoral (um símbolo de reconciliação da Catedral de Coventry) em vez da Cruz de Santo Agostinho. Por sua vez, o Papa presenteou Welby com uma réplica do báculo do Papa São Gregório Magno, que enviou Agostinho à Inglaterra para cristianizar o reino de Kent (atual Cantuária). A celebração fez parte das comemorações dos 50 anos de relações mais estreitas e profundas entre a Comunhão Anglicana e a Igreja Católica Romana (EPISCOPAL NEWS SERVICE, 06 out. 2016). Esse encontro entre os dois inauguraria, portanto, uma nova etapa do ecumenismo anglicano-católico: menos concentrada apenas na pergunta sobre como superar as diferenças doutrinárias e cada vez mais orientada para a pergunta sobre como os cristãos podem caminhar e trabalhar juntos enquanto essas diferenças ainda permanecem.

> Em nosso primeiro encontro, Vossa Graça e eu discutimos nossas preocupações e dores compartilhadas diante de uma série de graves males que afligem nossa família humana. Em particular, compartilhamos nosso horror diante do flagelo do tráfico de seres humanos e de outras formas de escravidão moderna. Agradeço-lhe pela liderança que tem demonstrado ao se opor a esses crimes intoleráveis contra a dignidade humana (VATICAN, 16 jun. 2014).

Um dos momentos mais significativos da cooperação entre Justin Welby e o Papa Francisco foi o empenho conjunto pela paz no Sudão do Sul, país que, desde sua independência em 2011, mergulhou em uma grave crise política, étnica e humanitária. A guerra civil iniciada em 2013 entre as forças leais ao presidente Salva Kiir e ao vice-presidente Riek Machar provocou centenas de milhares de mortes, milhões de deslocados e o colapso de grande parte das estruturas sociais do país. Diante desse cenário, ambos os líderes religiosos compreenderam que as Igrejas cristãs possuíam um papel essencial na promoção da reconciliação nacional, superando divisões políticas e tribais por meio da oração, do diálogo e da mediação.

Em abril de 2019, Francisco promoveu um retiro espiritual no Vaticano para os líderes civis e eclesiásticos do Sudão do Sul, do qual participou também Justin Welby. O encontro tornou-se histórico quando o Papa, em um gesto de profunda humildade, ajoelhou-se diante dos líderes sul-sudaneses e beijou-lhes os pés, suplicando que preservassem o acordo de paz e evitassem um novo ciclo de violência. Welby apoiou integralmente essa iniciativa, reforçando o compromisso comum das Igrejas com a reconciliação, mostrando que o Ecumenismo poderia traduzir-se em uma ação concreta em favor da paz.

Esse compromisso alcançou seu ponto culminante em fevereiro de 2023, quando o Papa Francisco, o Arcebispo Welby e o Reverendo Iain Greenshields, realizaram a Peregrinação Ecumênica da Paz ao Sudão do Sul. Pela primeira vez na história, os líderes da Igreja Católica, da Comunhão Anglicana e da Igreja da Escócia (presbiteriana) viajaram juntos em missão pastoral, oferecendo uma mensagem comum de unidade cristã, reconciliação e esperança. Durante a visita, celebraram momentos de oração, encontraram-se com autoridades civis, líderes religiosos, vítimas do conflito e organizações humanitárias, conclamando todas as partes ao abandono da violência e ao fortalecimento do processo de paz.

A peregrinação ao Sudão do Sul tornou-se um dos maiores símbolos do relacionamento entre Welby e Francisco. Mais do que um gesto diplomático, ela expressou uma visão compartilhada de ecumenismo baseada na oração comum e no serviço conjunto ao mundo. Para ambos, a unidade dos cristãos deveria manifestar-se não apenas em diálogos teológicos, mas também em ações concretas diante do sofrimento humano. Assim, a missão no Sudão do Sul consolidou-se como um marco do ecumenismo contemporâneo, demonstrando que Igrejas historicamente separadas podem atuar em comunhão quando colocam o Evangelho, a dignidade humana e a construção da paz acima de suas diferenças confessionais.

Alguns dos desgastes no Pontificado do Papa Francisco começaram a ocorrer, principalmente a partir do Sínodo para a Amazônia, realizado em outubro de 2019, teve como objetivo refletir sobre novos caminhos para a evangelização dos povos amazônicos, a preservação da criação e o fortalecimento da presença pastoral da Igreja na região. Entretanto, o encontro tornou-se alvo de intensa controvérsia devido à realização de cerimônias com representantes

indígenas nos Jardins do Vaticano e à presença de esculturas de mulheres grávidas em madeira, amplamente identificadas por críticos como representações da divindade andina *Pachamama*. Enquanto setores conservadores acusaram o Vaticano de promover um ato de sincretismo religioso ou mesmo idolatria, organizadores e autoridades da Santa Sé afirmaram que as imagens simbolizavam a vida, a maternidade, a fertilidade e os povos indígenas, rejeitando a interpretação de que se tratava de um culto pagão.

A controvérsia intensificou-se quando um ativista retirou algumas dessas esculturas presentes na Igreja de Santa Maria in Traspontina, em Roma, e as lançou no rio Tibre, gesto que repercutiu mundialmente. Dias depois, o Papa Francisco informou que as imagens haviam sido recuperadas e pediu desculpas às pessoas que se sentiram ofendidas pelo episódio, esclarecendo que elas haviam sido expostas "sem intenções idólatras".

Embora o Sínodo tenha produzido um documento sobre a missão da Igreja na Amazônia e a ecologia integral, o episódio da chamada *Pachamama* tornou-se um dos momentos mais controversos do pontificado de Francisco, aprofundando críticas de setores tradicionalistas e evidenciando as tensões internas em torno da inculturação, do diálogo com as culturas indígenas e dos limites da adaptação pastoral. Do mesmo modo, a postura de Francisco de progressiva acolhida das pessoas LGBT na Igreja Católica provocou críticas de setores conservadores da Igreja sobre os limites entre a acolhida e a inobservância da doutrina católica sobre a moral sexual. Por diversas vezes, entre 2019 e 2022, o Papa Francisco reuniu-se no Vaticano com o Padre Jesuíta James Martin, conhecido pela sua pastoral de acolhida para os católicos LGBT. Por diversas vezes, o Papa incentivou Martin a continuar seu ministério.

Seja em relação ao apoio a grupos LGBT ou a posturas reformistas para a Cúria Romana, por diversas vezes o Papa Francisco foi criticado pelos próprios prelados romanos, que o acusavam de aderir a agenda do Progressismo dentro da Igreja. Um deles, o Cardeal Gerard Müller, criticou em 2023, o Sínodo sobre a Sinodalidade, promovido pelo Papa Francisco entre 2021 e 2024, para refletir sobre uma Igreja mais participativa, valorizando a escuta, o diálogo e a participação dos fiéis nas tomadas de decisão da Igreja. Nas suas palavras: "O objetivo deste Sínodo era mudar a estrutura hierárquica da

Igreja, tomando como modelo a Igreja Anglicana ou Protestante, mas o que vemos é que a sinodalidade destrói a colegialidade" (CASCIOLI, 02 nov. 2023)[2]. O medo de muitos membros da Cúria e de Bispos mais conservadores era que a Igreja Católica tomasse os rumos que criou a atual crise vivida pela Comunhão Anglicana, com divisões acerca da questão da sexualidade. Com o avanço da pauta nas principais Províncias anglicanas, o tema se tornou aos poucos um tabu até mesmo dentro da Igreja de Roma, uma vez que até mesmo na Inglaterra a questão já tomava proporções deliberativas no seu Sínodo Geral.

Em dezembro de 2020, a Igreja da Inglaterra iniciou formalmente um amplo processo de revisão sobre sua doutrina e prática pastoral referentes ao casamento e à sexualidade humana. O debate, discutido desde a década de 1980, ganhou novo impulso com o lançamento do projeto *Living in Love and Faith* (*Vivendo em Amor e Fé*), coordenado pela então Bispa de Londres, Sarah Mullally, e pelo Bispo de Coventry, Christopher Cocksworth. A iniciativa reuniu dezenas de participantes para promover estudos, escuta e diálogo, preparando recomendações que seriam apreciadas pelo Sínodo Geral nos anos seguintes. Mas ao mesmo tempo gerou um alto custo para a Igreja.

> No início de 2023, após 10 anos de intenso debate, a Igreja da Inglaterra finalmente decidiu que, ao contrário de algumas outras igrejas anglicanas, como a Igreja Episcopal Escocesa, não apoiaria o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Em vez disso, propôs "bênçãos" da igreja para casais do mesmo sexo, uma medida que foi aprovada por votação do Sínodo, e um processo foi estabelecido para tentar descobrir como cerimônias de bênção independentes para casais gays poderiam funcionar. Mas este Sínodo marcou o fim desse processo, cujo trabalho foi estimado em 1,6 milhão de libras (MAQBOOL, 12 fev. 2026).

Em 12 de fevereiro de 2026, durante a reunião do Sínodo Geral da Igreja da Inglaterra, seus delegados votaram contra as propostas para cerimônias de bênção entre pessoas do mesmo sexo.

---

[2] Em janeiro de 2026, o Cardeal Joseph Zen Ze-kiun, Bispo Emérito de Hong Kong, também fez um comentário semelhante sobre o Sínodo da Sinodalidade: "Se os bispos se consideram mais competentes, as diferentes interpretações e escolhas não levarão nossa Igreja à mesma divisão (fratura) encontrada na Comunhão Anglicana?".

Do lado católico romano, o Papa Francisco também enfrentou uma polêmica relacionada à Inclusividade, quando em 18 de dezembro de 2023, foi publicada a *Fiducia Supplicans*. A Declaração foi elaborada pelo Dicastério para a Doutrina da Fé, sob a liderança do Cardeal Víctor Manuel Fernández, estabelecendo que ministros católicos poderiam conceder bênçãos pastorais espontâneas e não litúrgicas a casais em situações consideradas irregulares pela Igreja, incluindo casais do mesmo sexo. O documento reafirmou que essa prática não alterava a doutrina católica sobre o matrimônio, que continua definido como a união entre um homem e uma mulher, nem autorizava ritos que pudessem ser confundidos com a celebração de um casamento.

Todavia, apesar dessas ressalvas a declaração gerou intensa controvérsia. Muitos bispos e conferências episcopais, especialmente na África, manifestaram oposição, argumentando que o documento provocava confusão entre bênção pastoral e aprovação moral das uniões homoafetivas. Todavia, vários setores da Igreja acolheram a medida como um gesto de misericórdia, proximidade pastoral e acolhimento, em sintonia com a ênfase do pontificado de Francisco na atenção às pessoas antes do julgamento de suas situações concretas.

A polêmica repercutiu também no diálogo ecumênico, especialmente com líderes anglicanos e ortodoxos conservadores, evidenciando como questões relacionadas à sexualidade humana continuam sendo um dos principais desafios para as relações entre as Igrejas cristãs. A controvérsia em torno da *Fiducia Supplicans* tornou-se um dos episódios mais debatidos do pontificado de Francisco junto com o Sínodo da Amazônia, revelando as tensões entre a manutenção da doutrina tradicional e a busca por novas formas de cuidado pastoral.

Durante o Arcebispado de Welby, a agenda da Comunhão Anglicana ultrapassou as questões estritamente eclesiásticas e passou a enfatizar temas globais como a crise ambiental, os refugiados, a pobreza e as consequências sociais da Pandemia da Covid-19. No campo ambiental, Welby tratou a crise climática como uma questão não apenas política ou científica, mas também teológica e moral, vinculada ao cuidado da criação e à justiça para com as populações mais vulneráveis. A posição da Comunhão foi articulada em torno do quinto *Mark of Mission*, que chama os anglicanos a "salvaguardar a integridade da criação" e sustentar e renovar a vida da Terra. Essa preocupação ganhou uma expressão concreta na Floresta da Comunhão Anglicana

(*Communion Forest*), iniciativa lançada como legado da Conferência de Lambeth de 2022, que procura reunir dioceses e paróquias de todo o mundo em projetos de plantio de árvores, restauração de ecossistemas, proteção da biodiversidade e educação ambiental.

A questão dos refugiados e migrantes também ocupou lugar importante na atuação de Welby e da Comunhão durante seu período em Cantuária. A partir da experiência pastoral de diversas províncias, especialmente aquelas localizadas em regiões atingidas por guerras, pobreza e deslocamentos forçados, a Igreja passou a defender uma abordagem baseada na dignidade humana, na hospitalidade e na proteção dos vulneráveis. O trabalho da *Anglican Alliance* e das estruturas da Comunhão buscou combinar advocacy internacional e ação local, auxiliando igrejas a acolher refugiados, combater o tráfico humano e responder às necessidades de migrantes e trabalhadores deslocados. Esse compromisso permanece como uma das marcas da agenda anglicana contemporânea, com a compreensão de que o acolhimento ao estrangeiro constitui uma expressão concreta do Evangelho.

A Pandemia da Covid-19, por sua vez, provocou uma transformação profunda na reflexão pastoral de Welby sobre a missão da Igreja. O período revelou a fragilidade das sociedades contemporâneas, ampliou desigualdades e obrigou as comunidades cristãs a repensarem seus modos tradicionais de culto, evangelização e presença pastoral. Welby relacionou diretamente a experiência da Pandemia à crise ambiental, observando que a humanidade havia sido confrontada com sua própria fragilidade, com os efeitos da exploração da natureza e com um modelo de vida que não poderia simplesmente retornar ao que anteriormente era considerado "normal". A resposta anglicana incluiu novas formas de participação digital, redes de apoio comunitário, assistência aos mais vulneráveis e continuidade das ações humanitárias durante os períodos de isolamento.

O agravamento da crise da Comunhão Anglicana inicialmente em torno de questões doutrinárias e morais também atingiram as questões sobre a temática da Igreja Segura, ou *safeguarding* – as políticas de proteção de crianças, jovens e adultos vulneráveis contra abusos. À semelhança dos casos de pedofilia na Igreja Católica Romana, os principais responsáveis por lidar com estas questões nas Igrejas Anglicanas eram os bispos. E nas políticas adotadas pela Igreja da

Inglaterra, um episódio acabou atingindo a própria Sé de Cantuária**,** colocando em evidência não apenas as responsabilidades das províncias e dioceses, mas também a capacidade dos bispos de responderem às denúncias e de prestar contas por falhas institucionais.

No centro dessa crise estava o caso de John Smyth, advogado e líder de acampamentos cristãos que abusou sexualmente de jovens e cuja conduta havia sido conhecida por membros da Igreja da Inglaterra décadas antes, sem que uma resposta adequada impedisse a continuidade dos abusos. A publicação do *Makin Review* (também conhecida como Revisão John Smyth), em novembro de 2024, reacendeu a discussão sobre a responsabilidade institucional da Igreja e sobre o papel desempenhado por Justin Welby após ter sido informado sobre o caso em 2013.

Em 9 de novembro de 2024, uma petição foi lançada no site *Change.org* pedindo a renúncia de Welby. A petição foi iniciada por três membros da câmara do clero no Sínodo Geral: Rev. Robert Thompson, Rev. Ian Paul e Rev. Marcus Walker. Eles observaram que a Revisão Makin havia concluído que Welby era responsável pelas falhas da Igreja da Inglaterra relacionadas a Smyth. Embora Welby afirmasse não ter conhecimento da extensão dos abusos e não ter participado de sua ocultação, reconheceu que a resposta havia sido insuficiente e que a crise havia produzido uma grande perda de confiança sobre a Igreja. Diante da crescente pressão, Justin Welby anunciou sua renúncia no dia 12 de novembro de 2024. Em sua declaração, afirmou que sua decisão pretendia permitir que a Igreja avançasse na reconstrução da confiança e no fortalecimento de seus mecanismos de proteção, assumindo responsabilidade pela falha institucional sem citar sua responsabilidade.

A renúncia encerrou quase doze anos de um arcebispado marcado por uma tentativa constante de conciliar setores conservadores e progressistas da Comunhão Anglicana, pelo fortalecimento do diálogo ecumênico – especialmente com o Papa Francisco – e por esforços em favor da paz e da reconciliação. Era um paradoxo, o Arcebispo que durante seu ministério procurou manter unida a Comunhão Anglicana cada vez mais dividida terminou deixando a Sé de Cantuária justamente em meio a uma crise de confiança que ultrapassava as disputas teológicas e colocava em suspeita a credibilidade da Igreja da Inglaterra e a sua capacidade de proteger grupos vulneráveis, ouvir as vítimas e responsabilizar suas próprias estruturas e principais lideranças**.**

ELEIÇÃO DE LEÃO XIV E A ESCOLHA DO ARCEBISPO

No dia 21 de abril de 2025, logo após o Domingo de Páscoa, o Papa Francisco faleceu nos seus aposentos no Vaticano, encerrando um pontificado de onze anos. Com a morte e o funeral, ocorrido no dia 26 de abril, o Bispo de Roma foi sepultado na Basílica de Santa Maria Maior, como era o seu desejo pessoal.

Após o período oficial de luto, teve início o processo de eleição do novo chefe da Igreja Católica Romana. Com 133 cardeais eleitores, o Conclave teve início no dia 7 de abril, com uma missa *Pro Eligendo Pontifice*, no altar da Basílica de São Pedro, e em seguida, os cardeais saíram da Capela Paulina, lateral da Sistina. Após o juramento de eleição e o *Extra Omnes*, proclamado pelo mestre de cerimônias litúrgicas, os cardeais iniciaram o tradicional rito a portas fechadas.

Dentre os candidatos considerados favoritos pela grande mídia ou vistos como *papabili*, estavam os cardeais Pietro Parolin (italiano), Secretário de Estado, conhecido por sua diplomacia; Matteo Maria Zuppi (italiano), Arcebispo de Bolonha, cujas marcas eram sua pastoral e mediação em conflitos; Pierbattista Pizzaballa (italiano), Patriarca Latino de Jerusalém, e conhecido por sua diplomacia e atuação social. Luis Antonio Tagle (filipino), Pró-Prefeito do Dicastério para a Evangelização, visto como um possível nome para manter a linha de Francisco; e Robert Sarah (guienense), ex-Prefeito da Congregação para o Culto Divino, conhecido por suas posições conservadoras.

De um total de cinco escrutínios, a primeira sessão do Conclave terminou com a fumaça preta saindo da chaminé. No dia seguinte, a segunda sessão também teve um sinal negativo, após dois escrutínios. Foi na quinta votação, no início da tarde do dia 8 de maio de 2025, que a fumaça branca saiu do alto da Capela Sistina. A multidão de fiéis se aglomerava à sombra da Basílica de São Pedro, acompanhando o rito que terminava com o grande anúncio: *Habemus Papam*. Com a abertura das cortinas da sacada, o mundo acompanhou a chegada do cardeal norte-americano Robert Francis Prevost Martínez, que escolheu o nome de Leão XIV.

O novo Papa tornou-se o primeiro estadunidense da história a assumir a cátedra de São Pedro e o segundo das Américas. Robert Prevostfoi um religioso da Ordem Agostiniana (OSA), bispo na

Diocese de Chiclayo, Peru, e criado cardeal em 2023, por Francisco, sendo nomeado Prefeito do Dicastério para os Bispos.

Leão XIV apresenta-se como um Papa moderado, com tendências conservadoras no campo doutrinário, mas de sensibilidade pastoral e social mais aberta. Sua experiência no Peru, especialmente no acolhimento de refugiados venezuelanos, demonstra preocupação com questões humanitárias, enquanto seu primeiro discurso destacou a paz e a reconciliação. Em temas morais, mantém posições mais tradicionais, como a oposição à ordenação de mulheres e às relações homossexuais. Seu próprio nome, Leão, remete a figuras de forte defesa do magistério, como Leão Magno e Leão XIII, enquanto sua apresentação na sacada de São Pedro, utilizando a mozeta vermelha e a estola papal, evocou um estilo litúrgico mais tradicional, semelhante ao do Papa Bento XVI.

Assim que o novo Papa foi eleito, o Arcebispo Stephen Cottrell – em exercício na representação primacial da Igreja da Inglaterra – iniciou um canal de diálogo com o novo Bispo de Roma e a Sé de Cantuária, pavimentando o terreno para a eleição do futuro Arcebispo que iria ocupar a Cátedra de Santo Agostinho.

> Compartilho a grande alegria de nossos irmãos e irmãs católicos romanos ao acolherem Sua Santidade o Papa Leão XIV como Bispo de Roma. Com cristãos de todo o mundo, rezarei pelo novo Papa enquanto ele assume os enormes desafios e responsabilidades do ministério petrino. Os muitos anos de experiência pastoral do Papa Leão XIV, seu compromisso com a justiça e sua profunda espiritualidade são um exemplo de vida vivida a serviço de Jesus Cristo. Como anglicanos, agradecemos por seu chamado aos cristãos para serem construtores de pontes entre as divisões do nosso mundo e as divisões que continuam a existir entre as igrejas. Isso é algo que Jesus nos pede. Ele ora para que a igreja seja uma. Esta noite, o novo Papa falou de uma Igreja que busca a paz e permanece próxima daqueles que sofrem. Nosso mundo ferido precisa da justiça, da cura e da esperança de Jesus Cristo, e ansiamos por trabalhar com o Papa Leão XIV e os católicos romanos em todos os lugares para compartilhar esse amor com os necessitados. Rezo para que o Espírito sustentador de Deus sustente o novo Papa em seu serviço a Cristo (THE ARCHBISHOP OF YORK, 08 mai. 2025).

Um dos maiores questionamentos no processo foi a demora para a eleição do novo Arcebispo de Cantuária quando o Romano Pontífice já havia sido eleito desde o mês de abril.

O processo para escolha do novo Arcebispo de Cantuária teve início após a renúncia de Justin Welby, com a abertura, em dezembro de 2024, do procedimento de vacância da Diocese de Cantuária. A partir de então, foi constituída a Comissão de Nomeações da Coroa (*Crown Nominations Commission*), responsável por conduzir o processo de discernimento e apresentar o candidato ao cargo. Dentre as funções da Comissão ela consultas públicas, elabora o perfil e as necessidades do futuro arcebispo, considera nomes e conduz um processo de oração, reflexão, entrevistas e discernimento. Para Cantuária, a CNC possui 17 membros votantes e até três não votantes**,** incluindo representantes da Igreja da Inglaterra, da Diocese de Cantuária e, significativamente, cinco representantes das cinco regiões da Comunhão Anglicana**,** refletindo o caráter global do cargo. Em 2025, a comissão foi presidida pelo Lord Jonathan Evans e realizou reuniões de maio até setembro, antes de apresentar sua indicação ao primeiro-ministro, que a encaminhou ao Rei Charles III para aprovação.

Entre a Mídia, os nomes mais cotados pela Grande Mídia para suceder Welby incluíam, pela primeira vez bispas, como Sarah Mullally (Bispa de Londres), Guli Francis-Dehqani (Bispa de Chelmsford), Rachel Treweek (Bispa de Gloucester) e outros epíscopos como Michael Beasley (Bispo de Bath e Wells), Graham Usher (Bispo de Norwich), Martyn Snow (Bispo de Leicester) e Paul Williams (Bispo de Southwell and Nottingham). Outros nomes também foram citados por outros grupos e suas posições teológicas, embora não fossem cotados[3].

No dia 03 de outubro o mundo conheceu a escolha da Comissão de Nomeações da Coroa Britânica. Para a surpresa de alguns e a confirmação de outros, bispa de Londres, Sarah Mullally, foi eleita para o Arcebispado de Cantuária, sendo a primeira mulher a ocupar a cátedra de Santo Agostinho. A eleição de Mullally, embora celebrada por setores anglicanos como um marco histórico, também provocou resistência em grupos conservadores e em algumas províncias africanas,

[3] Sem dúvida, Paul Thomas (bispo da Sé de Oswestry) era o nome favorito entre os anglo-católicos. Membro da *The Society* (grupo anglo-católico tradicional), Thomas era visto como um bom nome em defesa da ortodoxia e continuaria o costume da eleição alternada entre um arcebispo de linha evangelical e outro de linha anglo-católica.

revelando que a nova Arcebispa iniciava seu ministério em um contexto no qual Cantuária já não exercia sobre toda a Comunhão a mesma capacidade de referência que possuía no passado.

Em 23 de outubro de 2025, poucos dias após o anúncio da eleição para Cantuária, o Papa Leão XIV recebeu o Rei Carlos III e a Rainha Camilla no Vaticano. O momento de maior significado ocorreu na Capela Sistina, onde o Papa e o soberano britânico participaram de uma oração pela Criação, acompanhados por coros das tradições católica e anglicana. A oração foi considerada um gesto de reconciliação importante por causa da separação entre as duas Igrejas, e por coincidir com o 60º aniversário da *Declaração Comum* de 1966**,** firmada em Roma pelo Papa Paulo VI e pelo Arcebispo Michael Ramsey, que inaugurou oficialmente o diálogo teológico anglicano-católico contemporâneo e conduziu à criação da Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana (*Anglican-Roman Catholic International Comission* – ARCIC).

Após sua instalação da nova Arcebispa no cargo, aconteceu o primeiro encontro entre o pontífice católico e a primaz anglicana, em Roma. Leão XIV e Sarah Mullally se reuniram em abril de 2026, em um momento de oração e de renovação do compromisso de continuarem o diálogo entre as duas comunhões eclesiais, apesar das divergências – principalmente em relação à Ordenação Feminina e à abertura de algumas Províncias anglicanas a pautas progressistas.

> O Papa Leão XIV rezou na segunda-feira no Vaticano com a Arcebispa da Cantuária, Sarah Mullally , e prometeu continuar trabalhando para superar as diferenças, "por mais intransponíveis que possam parecer", em um encontro histórico com a primeira mulher a liderar a Igreja da Inglaterra e líder espiritual da Comunhão Anglicana global. O encontro entre as duas figuras religiosas mais famosas do cristianismo teria sido impensável há poucos anos, dadas as divisões entre suas respectivas igrejas sobre a ordenação de mulheres em geral e a nomeação de Mullally em particular. Leão reconheceu que "novos problemas" em seu relacionamento se somaram a "questões historicamente divisivas". Mas, mesmo assim, prometeu dar continuidade à tradição dos papas anteriores de tentar reunir as igrejas (NATIONAL CATHOLIC REPORTER, 27 abr. 2026).

Os anos de 2025 e 2026 representam um novo desafio ao diálogo entre a Igreja Católica e a Comunhão Anglicana. Marcados pela eleição de Leão XIV para a Sé de São Pedro e de Sarah Mullally para a Sé de Cantuária, a coincidência desses acontecimentos ganha especial significado diante das tensões que atravessam ambas as tradições: na Igreja Católica, o processo de recepção do legado de Francisco e da sinodalidade continua suscitando diferentes interpretações e correntes internas, enquanto, na Comunhão Anglicana, as divergências sobre autoridade, ordenação feminina, sexualidade e a própria natureza da comunhão aprofundam a distância entre setores da Igreja da Inglaterra, províncias do Sul Global e a GAFCON.

A eleição conjunta de Leão XVI e de Sarah Mullally coincidem com momentos que a Igrejas Católica e a Comunhão Anglicana vem passando, marcada por divisões internas, ascensão de grupos nos extremos do tradicionalismo e do liberalismo e uma busca por manter a unidade que muito custa à história do próprio Cristianismo, para que os cristãos possam dar testemunho ao mundo da oração sacerdotal de Jesus,"de que todos sejam um" (João 17:21).

REFERÊNCIAS

CASCIOLI, Riccardo. **Müller: "The Synod, a step towards Protestantisation".** Daily Compass, 02 nov. 2023. Disponível em: https://newdailycompass.com/en/mueller-the-synod-a-step-towards-protestantisation.Acesso em: 06 jan. 2026.

EPISCOPAL NEWS SERVICE - ENS. **Video: Archbishop, Pope exchange gifts as a symbol of partnership.** 06 out. 2016. Disponível em: https://episcopalnewsservice.org/2016/10/06/video-archbishop-pope-exchange-gifts-as-a-symbol-of-partnership/. Acesso: em 06 jan. 2026.

MAQBOOL, Aleem. **Church of England abandons proposals for same-sex blessing ceremonies.** BBC, 12 fev. 2026. Disponível em: https://www.bbc.com/news/articles/cp9mz34184po. Acesso em: 12 fev. 2026.

THE ARCHBISHOP OF YORK. **A statement from the Archbishop of York.** 08 mai. 2025. Disponível em: https://www.archbishopofyork.org/news/latest-news/statement-archbishop-york-3. Acesso em: 08 mai. 2025.

VATICAN. **Address of Pope Francis to His Grace Justin Welby, Archbishop of Canterbury and his entourage.** Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/en/speeches/2014/june/documents/papa-francesco_20140616_arcivescovo-canterbury. Acesso em: 12 fev. 2026.

VATICAN NEWS. **Bento XVI - eventos importantes do pontificado.** 31 dez. 2022. Disponível em: https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2022-12/bento-xvi-eventos-importantes-pontificado.html. Acesso em: 12 fev. 2026.

A COMUNHÃO ANGLICANA HOJE

A eleição da Arcebispa Sarah e a crise do Anglicanismo global

INTRODUÇÃO

A ascensão de Sarah Mullally ao cargo de Arcebispa de Cantuária tornou-se um dos acontecimentos mais simbólicos da história recente da Igreja da Inglaterra e da própria Comunhão Anglicana. Após anos de debates sobre ordenação feminina e episcopado feminino, sua escolha para ocupar a Sé de Santo Agostinho foi apresentada por muitos setores como a culminação de um longo processo de transformação institucional iniciado no final do século XX.

No dia 03 de outubro, foi anunciada a escolha da bispa de Londres, Sarah Mullally, para suceder o seu antecessor, Justin Welby, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo máximo da Igreja da Inglaterra em mais de 1.400 anos de história. O Rei Charles III aprovou a nomeação, conduzindo a bispa Sarah para o arcebispado de Cantuária. Sua eleição foi confirmada em janeiro de 2026, e sua instalação solene ocorreu na Catedral de Cantuária em março do mesmo ano.

Antes de tornar-se clériga na Igreja da Inglaterra, Sarah Mullaly trabalhou como enfermeira, nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde (NHS), como o Royal Marsden e St Thomas. Pelo seu trabalho na enfermagem e na saúde pública, foi condecorada em 2005 como *Dame Commander of the Order of the British Empire* (uma distinção honorífica britânica). Ela sentiu o chamado vocacional mais tarde, estudando teologia no *South East Institute for Theological Education*. Foi ordenada diácona em 2001, e presbítera em 2002. Em 2015, foi consagrada Bispa de Crediton, um bispado auxiliar na Diocese de Exeter, região que cobre o condado de Devon.

Sua trajetória alcançou maior relevância em 2017, quando foi escolhida para suceder Richard Chartres como Bispa de Londres, uma das sedes episcopais mais importantes e historicamente prestigiadas do Anglicanismo mundial. A nomeação foi confirmada pela Coroa Britânica e formalmente instalada na Catedral de São Paulo em 2018. O acontecimento foi amplamente celebrado por setores progressistas da Igreja e da sociedade britânica, sendo interpretado como símbolo da ampliação da participação feminina nos altos cargos eclesiásticos e da adaptação institucional da Igreja às demandas contemporâneas por igualdade e representatividade.

Na Comunhão Anglicana, o debate e a prática da Ordenação Feminina começaram a ganhar força no século XX, à medida que as mudanças sociais, o avanço dos direitos das mulheres e novas leituras bíblico-teológicas questionavam a exclusão feminina dos ministérios ordenados. O primeiro passo oficial ocorreu em 1944, quando Florence Li Tim-Oi foi ordenada sacerdotisa em Hong Kong durante a Segunda Guerra Mundial, em caráter excepcional. Após o conflito, sua licença foi suspensa, mas o precedente estava criado. Nas décadas seguintes, algumas províncias deram início a estudos e consultas sobre o tema.

A Igreja Episcopal dos Estados Unidos foi a primeira grande província a ordenar mulheres presbíteras em 1976, após uma ordenação irregular em 1974, com as chamadas "Onze de Filadélfia"[4]. Outras Igrejas seguiram o exemplo: Canadá (1976), Nova Zelândia (1977) e Austrália (1992). No Reino Unido, o processo foi mais demorado. A Igreja da Inglaterra aprovou a ordenação feminina ao presbiterado em 1992, com as primeiras ordenações realizadas em 1994. O passo seguinte foi o episcopado, autorizado em 2014, quando Libby Lane tornou-se a primeira bispa anglicana inglesa. Desde então, várias

[4] A Igreja Episcopal dos Estados Unidos passou por profundas transformações sociais e teológicas ao longo do século XX, especialmente após os movimentos por direitos civis, igualdade racial e emancipação feminina. Na década de 1960 e início da década de 1970, cresceu dentro da Igreja o debate sobre o ministério ordenado das mulheres. Embora muitas mulheres já atuassem em funções pastorais, educacionais e missionárias, elas ainda eram impedidas de receber a ordenação sacerdotal. O tema gerava intensas discussões entre setores mais conservadores e grupos favoráveis à renovação e à ampliação da participação feminina na vida eclesial. Nesse contexto ocorreu o episódio conhecido como a ordenação das "Onze da Filadélfia" (*Philadelphia Eleven*). Em 29 de julho de 1974, na *Church of the Advocate*, onze mulheres foram ordenadas presbíteras de maneira considerada irregular pela liderança oficial da Igreja, pois a ordenação ainda não havia sido autorizada pela Convenção Geral da Igreja Episcopal. O ato foi conduzido por bispos favoráveis à causa, entre eles Daniel Corrigan e Robert L. DeWitt. As mulheres ordenadas tornaram-se símbolo da luta pela inclusão ministerial feminina no Anglicanismo contemporâneo. O episódio provocou forte repercussão dentro da Igreja e da Comunhão Anglicana. Enquanto alguns consideraram a ordenação um ato de desobediência e ruptura canônica, outros a interpretaram como um passo profético e necessário para a justiça e a renovação eclesial. Em 1976, a Convenção Geral da Igreja Episcopal dos Estados Unidos aprovou oficialmente a ordenação de mulheres ao sacerdócio e ao episcopado, regularizando posteriormente a situação das onze sacerdotisas. O acontecimento marcou profundamente a história do Anglicanismo moderno e influenciou debates semelhantes em diversas províncias anglicanas ao redor do mundo.

mulheres foram consagradas bispas, incluindo Sarah Mullally, que foi consagrada como Bispa de Londres, a maior Diocese da Inglaterra.

A primeira bispa anglicana foi Barbara Harris, consagrada em 1989, pela Igreja Episcopal dos Estados Unidos, enfrentando forte resistência, mas abrindo caminho para outras que vieram em seguida. No contexto inglês, Libby Lane tornou-se a primeira bispa da Igreja da Inglaterra em 2015, e a trajetória culmina hoje na eleição de Sarah Mullally como Arcebispa de Cantuária — um marco histórico para a, já que a cátedra e a Catedral de Cantuária é a Igreja-Mãe, o centro simbólico do Anglicanismo e de toda a Comunhão Anglicana.

A ORDENAÇÃO FEMININA NAS PROVÍNCIAS DA COMUNHÃO ANGLICANA

Atualmente, a maioria das províncias da Comunhão Anglicana reconhece e pratica a ordenação de mulheres aos três graus do ministério ordenado (diaconato, presbiterado e episcopado). Essa evolução começou de modo mais visível na década de 1970, quando províncias como as dos Estados Unidos e do Canadá aprovaram a ordenação de mulheres ao presbiterado, seguida, pouco depois, pela província do Brasil.

Atualmente, trinta e seis Províncias da Comunhão Anglicana já ordenam mulheres ao sacerdócio, e vinte e três permitem a consagração de mulheres ao episcopado. Entre as províncias que ordenam mulheres bispas estão a Igreja da Inglaterra, a Igreja Episcopal dos EUA, a Igreja Anglicana do Canadá, a Igreja Episcopal da Escócia, a Igreja da Irlanda, a Igreja do País de Gales, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a Igreja Anglicana da África do Sul, a Igreja Anglicana da Austrália e a Igreja Anglicana da Nova Zelândia, entre outras.

Todavia, a ordenação de mulheres na Comunhão Anglicana não é uma prática universal: algumas províncias mais tradicionais ainda não reconhecem a ordenação feminina como uma prática a ser adotada pela respectiva Igreja, alegando motivos teológicos, bíblicos ou culturais. Isso cria tensões internas, mas também preserva a autonomia das Províncias. Outras ordenam apenas ao diaconato, ou ao presbiterato, mas não ao episcopado. O atual quadro da Ordenação Feminina na Comunhão Anglicana se encontra da seguinte forma:

Ordenação de Mulheres nas Províncias da Comunhão Anglicana			
Província/País	**Diaconato**	**Presbiterato**	**Episcopado**
Melanésia	**Não**	**Não**	**Não**
Papua de Nova Guiné	**Não**	**Não**	**Não**
Sudeste Asiático	**Não**	**Não**	**Não**
Alexandria	**Sim**	**Não**	**Não**
Nigéria	**Sim**	**Não**	**Não**
Paquistão	**Sim**	**Não**	**Não**
África Central	**Sim**	**Sim**	**Não**
África Ocidental	**Sim**	**Sim**	**Não**
América do Sul	**Sim**	**Sim**	**Não**
Burundi	**Sim**	**Sim**	**Não**
Chile	**Sim**	**Sim**	**Não**
Congo	**Sim**	**Sim**	**Não**
Coreia	**Sim**	**Sim**	**Não**
Hong Kong e Macau	**Sim**	**Sim**	**Não**
Jerusalém e Oriente Médio	**Sim**	**Sim**	**Não**
Myanmar	**Sim**	**Sim**	**Não**
Oceano Índico	**Sim**	**Sim**	**Não**
Ruanda	**Sim**	**Sim**	**Não**
Sudão	**Sim**	**Sim**	**Não**
África do Sul	**Sim**	**Sim**	**Sim**
América Central	**Sim**	**Sim**	**Sim**
Aotearoa, N. Zelândia e Polinésia	**Sim**	**Sim**	**Sim**
Austrália	**Sim**	**Sim**	**Sim**
Bangladesh	**Sim**	**Sim**	**Sim**
Brasil	**Sim**	**Sim**	**Sim**
Canadá	**Sim**	**Sim**	**Sim**
Escócia	**Sim**	**Sim**	**Sim**
Estados Unidos	**Sim**	**Sim**	**Sim**
Filipinas	**Sim**	**Sim**	**Sim**
Índias Ocidentais	**Sim**	**Sim**	**Sim**
Inglaterra	**Sim**	**Sim**	**Sim**
Irlanda	**Sim**	**Sim**	**Sim**
Japão	**Sim**	**Sim**	**Sim**
México	**Sim**	**Sim**	**Sim**
Moçambique e Angola	**Sim**	**Sim**	**Sim**
Norte da Índia	**Sim**	**Sim**	**Sim**
País de Gales	**Sim**	**Sim**	**Sim**
Quênia	**Sim**	**Sim**	**Sim**
Sudão do Sul	**Sim**	**Sim**	**Sim**
Sul da Índia	**Sim**	**Sim**	**Sim**
Tanzânia	**Sim**	**Sim**	**Sim**
Uganda	**Sim**	**Sim**	**Sim**

Essa maioria, contudo, convive com uma minoria de províncias, em especial no continente africano e em algumas regiões da Ásia, que ainda restringem o sacerdócio às mulheres, em razão de fatores culturais, sociais ou teológicos. Igrejas como as da Nigéria, Uganda e Sudão mantêm a tradição exclusivamente masculina do ministério presbiteral e episcopal, embora algumas já ordenem mulheres ao diaconato, presbiterato e até mesmo ao episcopado, o que se constitui em uma contradição nas posições adotadas pela GAFCON diante da eleição da nova Arcebispa.

Ao mesmo tempo, percebe-se uma cultura de promoção das ordenações de mulheres nas Províncias progressistas, ao mesmo tempo uma busca por estabelecer essa prática em lugares onde antes não era comum. Um exemplo disso é a Província de Aotearoa, Nova Zelândia e Polinésia, que no mês de junho de 2026, realizou a sagração da Bispa Susan Wallace. Ela é a segunda mulher indígena a assumir o episcopado na Igreja local e a quarta na Província. Ela se junta às bispas Waitohiariki Quayle, Anashuya Fletcher e Anne van Gend. Este é um exemplo mais recente no ano de 2026, do que vem acontecendo na Comunhão Anglicana. Nesta sagração, esteve presente a Bispa Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Marinez Bassotto, que foi a primeira mulher sagrada ao episcopado anglicano brasileiro, em 2018. Após ela, mais duas sagrações femininas ocorreram na Província, sendo possível que a Câmara Episcopal ganhe mais mulheres no seu corpo.

Esse fenômeno, embora não seja uma novidade na Comunhão Anglicana, desde 1974, quando as "Onze da Filadélfia" foram ordenadas na Igreja Episcopal dos Estados Unidos, ainda continua sendo uma inovação do Anglicanismo, cuja prática somente se iniciou no século XX. O tema passou a ser frequentemente associado aos debates contemporâneos sobre igualdade de gênero, inclusão institucional e ampliação da presença feminina em posições de liderança. Nesse sentido, muitos defensores da ordenação feminina sustentam que a Igreja não poderia permanecer distante das transformações sociais que reivindicam igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em todos os espaços da vida pública.

Todavia, críticos desse processo afirmam que, em muitos contextos, a defesa da ordenação feminina deixou de ser predominantemente fundamentada em critérios estritamente teológicos, sacramentais ou vocacionais, passando a refletir fortemente categorias

oriundas do ativismo político e das dinâmicas corporativas do mundo secular. Segundo essa leitura crítica, a pressão pela ampliação da participação feminina no episcopado, no sacerdócio e em cargos administrativos eclesiásticos frequentemente é apresentada em termos semelhantes aos utilizados por empresas, universidades e instituições civis, enfatizando representatividade, equidade institucional e ocupação proporcional de espaços de poder.

Alguns setores mais críticos da prática entendem que a questão acabou sendo absorvida pela lógica contemporânea de gestão institucional e de afirmação identitária, na qual a presença feminina em determinados cargos tornou-se símbolo de modernização, progresso e adaptação cultural. Para esses grupos, o risco estaria em relativizar aspectos tradicionais da eclesiologia, da sucessão apostólica e da compreensão sacramental do ministério ordenado, subordinando a reflexão teológica às demandas culturais e sociais do presente. Por outro lado, defensores da ordenação feminina argumentam que o reconhecimento ministerial das mulheres não constitui mera adaptação sociológica, mas expressão legítima do desenvolvimento doutrinário e da percepção da dignidade batismal comum de todos os cristãos.

REAÇÕES NAS IGREJAS DA COMUNHÃO ANGLICANA

Sem dúvida, a eleição de Sarah Mullally como a primeira Arcebispa na história da Igreja Anglicana em 1.400 anos de existência da Sé de Cantuária foi um evento histórico. Em seu primeiro pronunciamento, a mesma afirmou: "Lavar os pés moldou a minha vocação cristã, primeiro como enfermeira, depois como sacerdotisa e, por fim, como bispa. No caos aparente que nos rodeia em meio a uma incerteza global tão profunda, a possibilidade de cura reside em atos de bondade e amor" (ARCHBISHOP OF CANTERBURY, 03 out. 2025).

Alguns fatos que podemos apontar para a escolha da bispa Sarah para Cantuária, são: Oficialmente e seus pronunciamentos enquanto esteve no Bispado de Londres, ela possui posições tradicionais sobre o casamento, sendo constituído da união entre um homem e uma mulher. Todavia, ela defende uma maior inclusão de mulheres e do público LGBT na Igreja. Ela tem a experiência de administrar a maior Diocese da Inglaterra (Londres), composta de

paróquias de diferentes perfis eclesiais – a exemplo da *All Saints, Margaret Street* (anglo-católica); *All Souls, Langham Place* (evangelical) e *Holy Trinity, Brompton* (carismática/*worship*). Ao mesmo tempo, dialoga com os extremos das culturas eclesiais e da diversidade típica do Anglicanismo, ela consegue ter um diálogo direto com conservadores, a exemplo da *The Society* (grupo anglo-católico tradicionalista, contrário à ordenação de mulheres na Igreja da Inglaterra), bem como lideranças evangélicas conservadoras da denominação.

A escolha da bispa Sarah aponta para a tentativa não apenas de diálogo, mas também de buscar moralizar uma instituição religiosa que perdeu parte de sua credibilidade com as razões da renúncia do Arcebispo anterior. Ao mesmo tempo, sua eleição abriu um precedente que, pode levar a um aprofundamento da crise já vivenciada na Comunhão Anglicana, a partir da oposição de Províncias ou até lideranças conservadoras, a exemplo dos africanos, que estão filiados, ao mesmo tempo, à Comunhão Anglicana e à GAFCON.

As reações à eleição da Bispa Sarah atestam algo que já está se consolidando na Comunhão Anglicana: os conservadores se unirão cada vez mais aos conservadores, e os progressistas aos progressistas. As reações à escolha foram mistas, mas em sua maioria positivas. Em nota, a Câmara Episcopal da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil parabenizou a nova Arcebispa, dando destaque à unidade e à missão.

> A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) recebe com alegria a notícia da escolha da Reverendíssima Sarah Mullally, atual bispa de Londres, como a 106ª Arcebispa de Cantuária. Sua eleição é um marco histórico para a Comunhão Anglicana, sinal de esperança e renovação no testemunho cristão diante dos desafios do nosso tempo. Reconhecemos na Bispa Sarah seu compromisso pastoral, sua sensibilidade às questões sociais e sua firme dedicação ao Evangelho de Cristo, que agora se ampliam no chamado a servir como Arcebispa de Cantuária (IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL, 03 out. 2025).

Entre as análises da figura de Sarah, a que melhor descreve o contexto, competências e fraquezas, foi feita pelo reverendo Gerry Lynch (Ex-diretor executivo do Partido da Aliança e reitor de Wiltshire), em sua conta do X (Twitter), publicada no dia do anúncio.

Não é fácil fazer uma avaliação pública justa e equilibrada de alguém que você conhece pessoalmente, mesmo que superficialmente, mas aqui está minha melhor tentativa como alguém que conhece Sarah Mullally superficialmente – ela era Tesoureira Cônego na Catedral de Salisbury quando cheguei à cidade há 12 anos. Os pontos fortes – Sarah é uma operadora superlativa nos bastidores da máquina da Igreja; ela sabe o que é governança e como fazer a máquina de governança funcionar. Seus colegas regularmente falavam excepcionalmente bem dela nesse sentido, espontaneamente e sem solicitação, quando ela estava nesta diocese. Ela teve sucesso como uma Bispa de Londres liberal, de Tradição Central, em manter unida uma diocese notoriamente difícil, com grandes blocos de conservadores tanto na extremidade evangélica quanto na anglo-católica da Igreja da Inglaterra. Não é que a Diocese de Londres seja um microcosmo de toda a Igreja da Inglaterra – na verdade, é muito mais difícil e muito mais dividida do que a maior parte do restante da Igreja, e tem sido assim há décadas. Presumo que seja por isso que ela conseguiu o emprego – ela é vista como a pessoa certa para melhorar a operação da máquina central e manter a Igreja unida em uma era de cisões ameaçadas e críticas repetidas à má governança. As fraquezas – Sarah não é uma grande pregadora e não é uma grande comunicadora pública. Ela terá pessoas ao seu redor para ajudar com isso. Ela precisará delas. Os imponderáveis – nos últimos anos, tem-se sentido que a instituição central está quase envergonhada das paróquias comuns da Igreja da Inglaterra – seja em vilas como a minha ou nos subúrbios, enquanto frequentemente fala com os dois lados da boca em relação às paróquias em conjuntos habitacionais e cidades pós-industriais, elogiando-as com palavras, mas privando-as de recursos. Um dos principais projetos de Justin foi esbanjar recursos em tentativas de estabelecer novas megaigrejas nos moldes evangélicos carismáticos, enquanto as paróquias normais lutavam para pagar as contas. Algumas dessas tentativas funcionaram – uma bem perto de mim – mas a maioria fracassou em seus próprios termos, ainda assim este modelo mantém um apoio institucional substancial. Isso continuará ou uma distribuição mais justa dos recursos centrais surgirá agora? Na verdade, isso é muito mais importante para a minha vida como clérigo paroquial ativo do que questões

> teológicas ou ideológicas mais aguçadas. Sarah não era a candidata welbyista da continuidade – esse era claramente Pete Willcox. Mas, assim como com o Papa Leão, levará meses ou anos para entendermos o que ela realmente representa, à medida que as mudanças são lentamente implementadas – ou não são feitas – por meio de dezenas de comitês e mecanismos de financiamento. Apesar de ser alguém que se apega fortemente à meritocracia e hoje em dia frequentemente boceja diante de declarações autocongratulatórias sobre diversidade nas nomeações, também me orgulho muito de que o terceiro cargo mais alto/proeminente em todo o mundo cristão seja ocupado por uma mulher. Salmo 96.1. Sarah tem meus mais sinceros parabéns e minhas orações (LYNCH, 03 out. 2025).

A cerimônia de instalação de Sarah Mullally **como** 106ª Arcebispa de Cantuária ocorreu no dia 25 de março de 2026 (Festa da Anunciação) na Catedral e Igreja Metropolitana de Cristo em Cantuária. Embora Mullally já tivesse se tornado legalmente Arcebispa em janeiro, com a Confirmação da Eleição na Catedral de São Paulo, a instalação representou o início simbólico de seu ministério público à frente da Igreja da Inglaterra e como figura de unidade da Comunhão Anglicana. A celebração reuniu cerca de 2.000 pessoas, incluindo membros da família real, autoridades políticas, bispos e primazes da Comunhão Anglicana, representantes de outras Igrejas cristãs e líderes de diferentes religiões. O rito foi carregado de simbolismo histórico. Antes de entrar na Catedral, Mullally bateu três vezes na Porta Oeste, pedindo permissão para ingressar, em referência ao antigo cerimonial de posse dos arcebispos. No interior, foi instalada primeiro na *Cátedra do Coro*, como Arcebispa de Cantuária, e depois na *Cátedra de Santo Agostinho*, histórico símbolo de sua função como Primaz de Toda a Inglaterra e *Primus inter Pares* entre os bispos da Comunhão Anglicana.

A escolha da Festa da Anunciação conferiu à celebração uma dimensão teológica particular, pois o dia recorda Maria recebendo o chamado para ser mãe de Cristo. A liturgia utilizou essa narrativa como imagem de vocação e resposta ao chamado de Deus, enquanto o tema da figura do "pastor" foi associado ao ministério da Arcebispa Sarah. No sermão, ela enfatizou o desafio de ser pastora capaz de permitir que diferentes vocações e tradições floresçam dentro da Igreja, destacando homens e mulheres, leigos e ordenados, como participantes da missão.



(Fonte: Site da Igreja da Inglaterra/ Church of England. 25 mar. 2026)

Mullally utilizou a capa e a mitra que haviam sido confeccionadas para sua consagração episcopal, além dos alamares que fixam a capa serem preparados com uma decoração que incorporou a fivela de seu antigo cinto utilizado em sua carreira como enfermeira do *National Health Service*. O báculo apresentado na instalação pertencera ao Arcebispo Geoffrey Fisher, enquanto o anel que Mullally utilizou havia sido dado ao Arcebispo Michael Ramsey pelo Papa Paulo VI em Roma, em 24 de março de 1966, durante a histórica aproximação entre anglicanos e católicos.

O detalhe ganhou especial importância porque a instalação ocorreu exatamente sessenta anos depois desse gesto ecumênico. A cerimônia, portanto, procurou unir tradição, renovação, missão e reconciliação. A presença de representantes católicos, ortodoxos e de outras comunidades cristãs reforçou o caráter ecumênico da cerimônia, enquanto a participação de membros de várias regiões da Comunhão Anglicana recordou que o Arcebispo de Cantuária exerce uma função que ultrapassa os limites da Igreja da Inglaterra. Notou-se também a forte presença de um clero feminino, incluindo uma quantidade muito maior de bispas, incluindo inglesas (ANGLICAN COMMUNION, 25 mar. 2026).

Quando da instalação de Justin Welby, a Igreja da Inglaterra ainda não havia aprovado o episcopado feminino. Agora, a presença maciça de mulheres no episcopado, especialmente em Províncias do Norte Global, escancarou esse novo cenário já estabelecido na Comunhão Anglicana. Dentre os destaques, pode-se incluir a Bispa Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Marinez Bassotto.

O Secretário-Geral da Comunhão Anglicana, Anthony Poggo, transmitiu sua mensagem de apoio à nova Arcebispa, junto com mensagens de outras lideranças, como o Deão de Cantuária, David Monteith; da Bispa de Dover, Rose Hudson (Igreja da Inglaterra); do Arcebispo da Cidade do Cabo, Thabo Makgoba (Igreja Anglicana da África Austral); do Arcebispo Don Tamihere (Igreja Anglicana em Aotearoa, Nova Zelândia e Polinésia); e da Bispa Marinez Rosa dos Santos Bassotto (Primaz do Brasil e Bispa da Amazônia).

> Que Deus proteja a Arcebispa Sarah e lhe conceda cada vez mais o amor, a força e a coragem necessários para liderar a Igreja nos tempos em que vivemos. Nesta sociedade frágil e sobrecarregada pela exclusão, pelo ódio e pela guerra, que ela seja um sinal e um instrumento da nossa unidade e também a nossa voz no meio do mundo. Que Deus abençoe a Arcebispa Sarah Mullally e a fortaleça em seu ministério e em sua vida. (ANGLICAN COMMUNION, 25 mar. 2026).

Mas junto com a bela cerimônia de instalação, logo surgiram inúmeras críticas ao fato da Cátedra de Santo Agostinho, agora estar sendo ocupada por uma mulher. Seja entre católicos, evangélicos ou até entre anglicanos conservadores, a figura de uma mulher em Cantuária trouxe uma grande oposição.

Entre os argumentos, três questões são levantadas: a primeira, e mais importante, é a escolha de uma bispa para o cargo, em um momento em que a Comunhão Anglicana está dividida, dificultando os processos de reaproximação e diálogo. A segunda é o fato de que a bispa possui posições que muitas vezes vão de encontro ao ensino bíblico da Igreja e da Cristandade. A terceira razão está no fato de que, o episcopado feminino (quando não a ordenação de mulheres como um todo) é visto como um impedimento para as relações ecumênicas entre Igrejas históricas e apostólicas, bem como entre os próprios anglicanos, que se dividiram por causa de questões de gênero e sexualidade.

REAÇÕES NAS IGREJAS DA GAFCON

Em 14 de setembro de 2025, dias antes da eleição de Sarah Mullally, o Arcebispo Laurent Mbanda, da Igreja de Uganda, emitiu uma convocação para os demais bispos da GAFCON se reunirem na cidade de Abuja, Nigéria, entre os dias 03 de 09 de março de 2026, com o propósito de deliberarem sobre o futuro do Anglicanismo global.

> Os próximos seis meses serão cruciais para a Igreja Anglicana global. É por isso que os primazes da GAFCON convocaram os bispos anglicanos ortodoxos do mundo para se reunirem em Abuja, Nigéria, de 3 a 6 de março de 2025. Esta pode ser a assembleia mais importante de anglicanos autênticos desde que a GAFCON redefiniu a Comunhão em Jerusalém, em 2008. Revisionistas deliberadamente dividem a Comunhão com ações cismáticas que celebram o pecado ao nomearem falsos pastores para afastarem seu rebanho da Boa Palavra de Deus. Mas Jesus está construindo sua Igreja, e os portões do Inferno não irão prevalecer (GAFCON, 14 set. 2025).

Com a nomeação da Bispa de Londres para Cantuária, Laurent Mbanda, Arcebispo de Ruanda e então presidente da *Global South Fellowship of Anglican Churches* (GSFA) – organização que agrega Igrejas Anglicanas do Sul Global –, classificou a eleição de Sarah Mullally como uma "oportunidade perdida" para reunir a Comunhão Anglicana, argumentando que sua escolha aprofundaria as dificuldades já existentes em torno da ordenação feminina e das bênçãos de uniões entre pessoas do mesmo sexo. Na ocasião Mbanda, emitiu um comunicado no site da instituição, lamentando a escolha do nome de Sarah, principalmente em razão das duas primeiras questões.

> Como deixamos claro em nosso Compromisso de Kigali de 2023, não podemos mais reconhecer o Arcebispo de Cantuária como um Instrumento de Comunhão ou o "primeiro entre iguais" dos Primazes globais. Esperávamos que a Igreja da Inglaterra levasse isso em devida consideração ao deliberar sobre a escolha de um novo Arcebispo de Cantuária e escolhesse alguém que

> pudesse trazer unidade a uma Comunhão Anglicana dividida. Infelizmente, isso não foi feito. Embora haja quem acolha com satisfação a decisão de nomear a Bispa Mullally como a primeira mulher Arcebispa de Cantuária, a maioria da Comunhão Anglicana ainda acredita que a Bíblia exige um episcopado exclusivamente masculino. Portanto, sua nomeação tornará impossível para a Arcebispa de Cantuária servir como foco de unidade dentro da Comunhão (GAFCON, 03 out. 2025).
>
> No entanto, mais preocupante é o seu fracasso em manter seus votos de consagração. Quando foi consagrada em 2015, ela jurou "banir e afastar toda doutrina estranha e errônea, contrária à Palavra de Deus". E, no entanto, longe de banir tal doutrina, a Bispa Mullally tem repetidamente promovido ensinamentos antibíblicos e revisionistas sobre o casamento e a moralidade sexual. Em 2023, quando questionada por um repórter se a intimidade sexual em um relacionamento entre pessoas do mesmo sexo é pecaminosa, ela disse que alguns desses relacionamentos poderiam, de fato, ser abençoados. Ela também votou a favor da introdução das bênçãos do casamento entre pessoas do mesmo sexo na Igreja da Inglaterra (GAFCON, 03 out. 2025).

Para setores conservadores do mundo anglicano, a eleição não representaria apenas uma mudança na liderança de Cantuária, mas a confirmação de uma trajetória teológica da Igreja da Inglaterra considerada incompatível com grande parte do Anglicanismo do Sul Global. Posição semelhante foi expressa por Stephen Kaziimba, Arcebispo de Uganda, que criticou a escolha de Mullally especialmente por sua participação no apoio às bênçãos de casais do mesmo sexo.

Outro importante primaz conservador, Titus Chung, Bispo de Singapura e Primaz da Igreja da Província do Sudeste Asiático, manifestou "inquietação e reserva" diante da nomeação e afirmou que sua província não poderia reconhecê-la como *primus inter pares* em termos de liderança e influência sobre a Comunhão Anglicana. Essas manifestações revelaram que a oposição ultrapassava a questão do episcopado feminino, envolvendo também a autoridade de Cantuária e o futuro da própria estrutura da Comunhão. No âmbito da GAFCON, a reação foi ainda mais contundente.

Peter Akinola, antigo Primaz da Nigéria e uma das figuras históricas do movimento conservador anglicano, após a eleição de Mullally, afirmou que Cantuária havia perdido sua capacidade de conduzir a Comunhão e que o futuro do Anglicanismo deveria ser reorganizado sob a liderança das províncias confessionais. Em outubro de 2025, a GAFCON declarou que a escolha de Mullally demonstrava que Cantuária havia "renunciado à sua autoridade para liderar" a Comunhão, posição que posteriormente contribuiu para a criação de estruturas alternativas de governança anglicana.

Em comunicado oficial, em 16 de outubro, Laurent Mbanda anunciou o rompimento formal das províncias da Comunhão Anglicana que eram filiadas à GAFCON, juntamente com a formação de uma Comunhão Anglicana Global (*Global Anglican Communion*), reorganizada de acordo com os princípios evangélicos e as diretrizes firmadas na década passada que orientam o Realinhamento Anglicano. Neste comunicado, ele afirmou que o cargo de Arcebispo de Cantuária há muito deixou de ser função capaz de manter a unidade da Comunhão Anglicana, declarando que "esta nomeação abandona os anglicanos globais, uma vez que a Igreja da Inglaterra escolheu uma líder que dividirá ainda mais uma comunhão já dividida".

Dentre as razões apresentadas pela GAFCON, a fidelidade às Escrituras, a manutenção da tradição histórica anglicana e a concepção do episcopado masculino se chocavam com a nomeação de Mullally para Cantuária, o que por si só inviabilizava a figura do Arcebispo como foco de unidade. Além disso, a GAFCON acusava a nova Arcebispa de falhar no cumprimento do juramento que fez em 2018 ao assumir como Bispa de Londres, o qual incluía a promessa de "banir e afastar toda doutrina estranha e errônea contrária à Palavra de Deus". As suas posições em apoio das bênçãos a uniões homoafetivas contrariaram ensinamentos bíblicos e a Tradição da Igreja.

Como consequência, a GAFCON determinou que as províncias filiadas removessem qualquer referência a estar "em comunhão com a Sé de Cantuária e a Igreja da Inglaterra" de suas constituições e estatutos, e anunciou que lançará uma nova estrutura de liderança global sob o nome de Comunhão Anglicana Global. Em particular, convocou uma assembleia de bispos em Abuja, Nigéria, para os dias 3 a 6 de março de 2026, apontada como "o mais significativo encontro de anglicanos fiéis desde 2008".

Após a reunião do episcopado da GAFCON na Nigéria, foi tomada a decisão de dissolver o Conselho de Primazes e criar um Conselho Anglicano Global, com bispos, clérigos e leigos todos com direito de voto, e com Presidente e Vice-Presidente (Mbanda e Miguel). Na prática, não houve a criação formal da nova instituição intitulada *Comunhão Anglicana Global*. Dentre as críticas – internas e externas – estava o fato da diluição da autoridade episcopal e a instituição de uma estrutura mais democrática, semelhante ao Conselho Consultivo Anglicano (o ACC) da histórica Comunhão Anglicana.

A criação de uma "Comunhão paralela" implicaria numa cisão institucional: várias províncias anglicanas conservadoras (incluindo a Igreja Anglicana da Nigéria e a Igreja Anglicana de Uganda) deixariam as estruturas e vínculos ainda existente com paróquias, dioceses e demais bispos. Isso criaria uma situação semelhante ao que aconteceu com os cismas na cidade do Recife no início dos anos 2000[5]: Dioceses e episcopados paralelos ou concorrentes, ferindo o princípio do respeito à territorialidade no episcopado anglicano[6]. Algo semelhante acontece na prática com a presença do bispo missionário da GAFCON para a Inglaterra, Andy Lines, consagrado em 2017. Desde então, foram consagrados outros bispos assistentes (Tim Davies, Lee McMunn e Ian Ferguson) para apoiar a rede em expansão na Grã-Bretanha e Europa.

Hoje, o mundo anglicano apresenta três grandes configurações: Províncias progressistas vinculadas a instrumentos tradicionais de comunhão com Cantuária; Províncias conservadoras que procuram permanecer em comunhão com Cantuária, apesar das diferenças internas; e o bloco da GAFCON, composto de Províncias da Comunhão Anglicana e Igrejas que, desde 2025, passaram a reivindicar para si o Realinhamento da própria Comunhão Anglicana.

---

[5] À época, o Arcebispo de Cantuária Rowan Williams, viu a situação delicada que estava acontecendo no Recife. Duas dioceses estabelecidas no mesmo território, uma ligada à Província do Brasil (Diocese Anglicana do Recife) e outra separada desta Província, mas com clérigos anglicanos (a Diocese do Recife, de Dom Robinson). Como diplomata e apaziguador, Williams pediu que o Bispo Primaz da Igreja Anglicana do Cone Sul da América, Gregory Venables, mediasse a situação, uma vez que o Arcebispo não poderia intervir, dado o seu cargo no contexto da Comunhão.

[6] Nota do Autor: Em conversa com o Reverendo Maurício Amazonas (IAB), a quem considero o "herdeiro do patrimônio espiritual" de Dom Robinson Cavalcanti, o mesmo me disse que "elegeram a Arcebispa no pior momento possível. Talvez no futuro as condições estivessem mais propícias, mas não nesta conjuntura beligerante".

A pergunta que ainda paira no meio anglicano é antiga: É possível pensar em um Anglicanismo histórico sem Cantuária – ou sem ligação alguma à raiz eclesial inglesa? Diante do atual cenário, uma das respostas dadas vem das palavras do Reverendo Estevão Chiapetta, que em seu artigo para o site Folha Gospel, definiu essa conjuntura de desconfiança e divisionismo como uma "gafe contra a Comunhão".

> Há uma estranha ironia no ar. Em nome de uma suposta fidelidade ás Escrituras, parte da Comunhão Anglicana decide apartar-se de Cantuária, alegando querer preservar os valores da família. O gesto, revestido de zelo doutrinário, soa, contudo, como uma espécie de donatismo gourmet: um antigo pecado da pureza travestido de modernidade reformada (CHIAPPETTA, 19 out. 2025).

Sobre a questão do cisma, o mesmo faz uma comparação deste com um donatismo à *modernité*. Nas suas palavras, o clérigo continua:

> O donatismo foi, em síntese, uma corrente heterodoxa do século IV que pretendia separar os "puros" dos "impuros". Essa mesma tentação ainda ronda certos setores eclesiásticos que confundem santidade com isolamento e fidelidade com separação. Agostinho de Hipona, o grande opositor do donatismo, lembrava que o trigo e o joio crescem juntos até a colheita, ele afirmava que a Igreja é um *corpus permixtum*. O Reino de Deus, portanto, não é um condomínio de perfeitos, mas um hospital de pecadores reconciliados pela graça, uma comunidade diversa e redimida (CHIAPPETTA, 19 out. 2025).

Atualmente, é importante distinguir entre as províncias que permanecem formalmente vinculadas aos Instrumentos de Comunhão de Cantuária e aquelas que, embora ainda sejam consideradas anglicanas em sentido amplo, passaram a se organizar em torno da GAFCON. Entre as províncias mais associadas às posições teológicas progressistas estão a Igreja Episcopal dos Estados Unidos, a Igreja Anglicana do Canadá, a Igreja Episcopal Escocesa, a Igreja Episcopal do Brasil, a Igreja Anglicana da Nova Zelândia e Aotearoa, além de setores da Igreja da Inglaterra e de outras províncias ocidentais. Existem outras Províncias de orientação mais conservadora como a Igreja Episcopal de

Jerusalém e do Oriente Médio, a Igreja de Gana, a Igreja Anglicana da Austrália, a Igreja Anglicana do Japão, as Igrejas e Províncias do Caribe, dentre outras.

Cantuária procura manter uma posição de mediação entre essas Províncias mais progressistas ou mais conservadoras, especialmente por meio da nova liderança de Sarah Mullally e dos instrumentos tradicionais de comunhão. Entretanto, essa posição tornou-se mais complexa desde 2025, quando a GAFCON declarou que os antigos Instrumentos de Comunhão haviam falhado e anunciou a criação da chamada Comunhão Anglicana Global, criando uma estrutura paralela.

Do outro lado, a GAFCON reúne atualmente as principais províncias anglicanas de orientação confessional e conservadora. Sua própria estrutura identifica como províncias alinhadas ao movimento a Nigéria, Uganda, Quênia, Ruanda, República Democrática do Congo, Sudão do Sul, Myanmar, Chile, África do Sul e suas ramificações regionais, assim como outras jurisdições que não estão vinculadas à Comunhão Anglicana, mas foram parte do processo do Realinhamento Anglicano, como a Igreja Anglicana na América do Norte (ACNA), a Igreja Anglicana no Brasil (IAB) e além da *Anglican Network in Europe*, ainda em formação.

Ao mesmo tempo, está acontecendo uma movimentação de bastidores, com o fortalecimento de antigas lideranças que forjaram o bloco da GAFCON nos últimos anos. E neste cenário global, a cidade do Recife e sua Região Metropolitana voltam a figurar como um centro das relações eclesiásticas no mundo anglicano. No mês de agosto de 2026, a Paróquia Anglicana do Espírito Santo (PAES), localizada no bairro de Piedade, celebrou os seus 30 anos de fundação. No evento denominado *Conferência Legado*, a história da Catedral Nacional da Igreja Anglicana no Brasil, e o trabalho missionário iniciado pelo Arcebispo Miguel Uchôa foram apresentados e repassados para as novas gerações.

Nestes dias, bispos de várias partes do mundo estiveram presentes, como o Arcebispo Laurent Mbanda, de Uganda; o Arcebispo Henry Ndukuba, da Nigéria; o Bispo fundador da Igreja Anglicana na América do Norte, Robert Duncan, dentre outros episcopos. Na manhã do domingo, 23 de agosto, a *Conferência* se encerrou com um culto, onde o Reverendo Gabriel Uchôa – filho do Bispo Miguel – foi instalado como o novo Reitor da PAES, dando continuidade ao legado da Igreja local. Nesta nova fase, como Vice-Presidente do Conselho da

Comunhão Anglicana Global, o Bispo Miguel assumirá o trabalho de articulação junto a outras Igrejas e lideranças anglicanas no mundo, Como marco desse momento histórico e do legado da igreja no Anglicanismo mundial e sua relação na formação da GAFCON, foi instalado na entrada da PAES um grande mosaico com a representação da Rosa dos Ventos – símbolo histórico da Comunhão Anglicana.



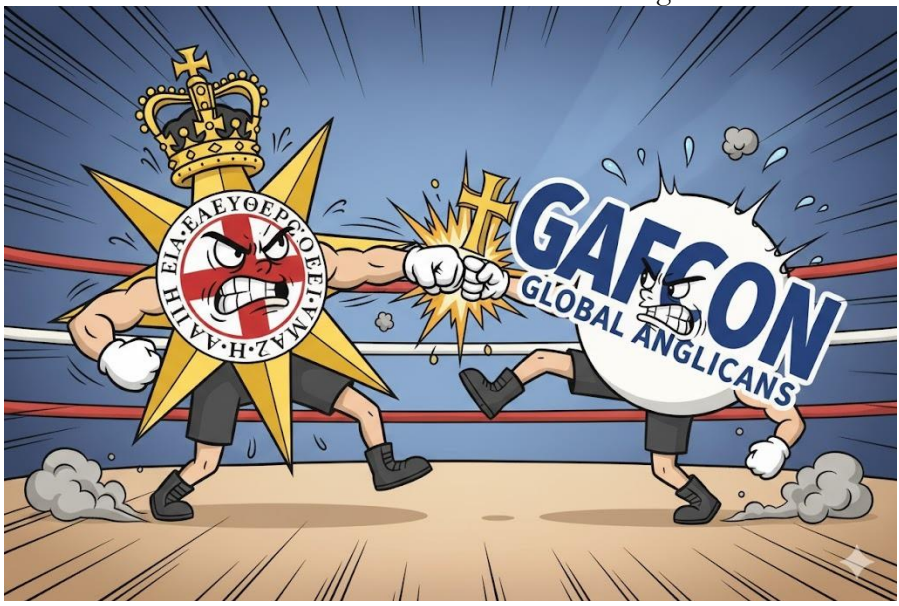
Na foto, da esquerda para a direita, os bispos Ivan Rocha (Igreja Episcopal Carismática do Brasil); Márcio Simões e Flávio Adair (Igreja Anglicana no Brasil); Alfredo Cooper (Igreja Anglicana do Chile); Steven Tighe e Bill Atwood (ACNA); Miguel Uchôa, com o báculo na mão (Igreja Anglicana no Brasil); Robert Duncan e Julian Dobbs (ACNA); Laurent Mbanda (Igreja de Uganda); Henry Ndukuba (Igreja da Nigéria); Márcio Meira (Igreja Anglicana no Brasil); e Paul Donison (ACNA e Secretário-Geral da GAFCON-Comunhão Anglicana Global).

Enquanto a nova Arcebispa inicia o seu episcopado a frente da Sé de Cantuária e da liderança espiritual da Comunhão Anglicana, a gestação da Comunhão Anglicana Global continua a todo vapor, tendo como centro o Sul Global, com seu projeto intelectual sendo pensado a partir do continente africano e sul-americano – através dos Arcebispos Laurent Mbanda e Miguel Uchôa.

Enquanto as instâncias deliberativas da Comunhão Anglicana pensam apenas diálogos e temas periféricos para dentro de suas próprias estruturas, as Igrejas reunidas em torno da GAFCON estão assumindo uma liderança estratégica no mundo anglicano, aumentando a sua rede de influência ao mesmo tempo em que concretizam o ensaio de um cisma que um dia pode tomar forma e proporção reais e globais.

Ao mesmo tempo, a futura Comunhão Anglicana Global terá que lidar com antigas questões estruturais que implicam a sua unidade. Além da Ordenação Feminina e de Bispas (algo que já acontece no seio da GAFCON e de Províncias que antes faziam parte da Comunhão Anglicana histórica), ainda permanecem questões mais urgentes como a fome, os conflitos, a prática da poligamia e do casamento com crianças. Em alguns países da África, o problema da gravidez no final da infância e adolescência, fruto de uniões nesta idade é urgente. E tal prática é mais proeminente entre a população cristã do que a muçulmana. Tanto que o Arcebispo Justin Welby já tinha batido nesta tecla algumas vezes, instruindo as Províncias dessas regiões a tratar desse assunto.

Com esse quadro em formação, surgiram *memes* nas redes sociais, retratando o conflito entre a Igreja da Inglaterra e as províncias da Comunhão Anglicana histórica e as províncias conservadoras reunidas em torno da GAFCON e da Comunhão Anglicana Global.



Exemplo de *meme* que circulou em grupos da Internet após a eleição de Sarah Mullally.

Agora, a Arcebispa Sarah Mullally se tornou não apenas a primeira mulher a se sentar na cátedra de Santo Agostinho e liderar a Igreja da Inglaterra, mas também, igual aos seus antecessores, e lidar de forma concreta com problemas antigos, mostrando como a Igreja pode dar uma resposta satisfatória para o mundo contemporâneo. Ao mesmo tempo, o posto de Primaz da Inglaterra a desafia para se tornar um símbolo de unidade da Igreja e não uma pedra de tropeço na tentativa de reposicionar o Cristianismo no seu país e o Anglicanismo a nível mundial, diante das divisões que já duram mais de duas décadas. O êxito ou fracasso do arcebispado de Sarah não será apenas pessoal, poderá determinar o futuro da Comunhão Anglicana no século XXI.

Sua postura como nova Arcebispa, ao mesmo tempo em que expressa uma abertura à inclusão, também evidencia o caráter de dar um novo rosto – talvez mais humano e comprometido com a resolução dos conflitos morais que o cargo herdou do período de Justin Welby. Uma mulher em Cantuária pode ser capaz de trazer a credibilidade perdida e a recuperar a imagem da mais importante instituição social, cultural e religiosa do país. Nesse ponto, a IASCUFO (Comissão Permanente Inter-anglicana sobre Unidade, Fé e Ordem) desempenha papel crucial. Criada para refletir sobre a natureza da unidade anglicana e propor formas de articulação entre fé, autoridade e diversidade, a comissão tem sugerido alternativas como modelos de presidência mais colegiais ou maior distribuição de poder entre províncias, reduzindo o peso centralizador da Sé de Cantuária[7].

A nova Arcebispa precisará concretizar o jargão anglicano da "unidade na diversidade", ao mesmo tempo em precisará criar mecanismos para dar voz a contextos periféricos da Comunhão e do Sul Global. Além disso, terá enfrentar as velhas questões internas de credibilidade, como a transparência em casos de abuso, que levaram à crise da Igreja no Reino Unido. Ao mesmo tempo, a Igreja Anglicana precisa repensar suas prioridades para o mundo pós-Pandêmico e fortemente marcado pelo secularismo e desconfiança com a Fé cristã. Nas palavras do próprio Welby, na Conferência de Lambeth de 2022: "Se pregarmos a Cristo, o Anglicanismo vai florescer. Se pregarmos o Anglicanismo, nada vai florescer."

[7] Ironicamente, este modelo mais progressista e democrático, que foi por tantas vezes criticado pelas lideranças da GAFCON, também foi implantado na estrutura da Comunhão Anglicana Global, desde seu novo realinhamento em 2025.

REFERÊNCIAS

ANGLICAN COMMUNION. **Installation of the Archbishop of Canterbury.** 25 mar. 2026. Disponível em: https://www.anglicancommunion.org/installation-of-the-archbishop-of-canterbury/. Acesso em: 26 mar. 2026.

IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL. **Mensagem de congratulação à reverendíssima Sarah Mullally, Arcebispa de Cantuária.** 03 out. 2025. Disponível em: https://ieab.org.br/5069/. Acesso em: 26 mar. 2026.

CHIAPPETTA, Estêvão. **Anglicanismo sem Cantuária: uma Gafe contra a Comunhão!** Folha Gospel, 19 out. 2025. Disponível em: https://folhagospel.com/colunistas/Anglicanismo-sem-cantuaria-uma-gafe-contra-a-comunhao/. Acesso em: 19 out. 2025.

GAFCON. **Canterbury Appointment Abandons Anglicans.** Disponível em: https://gafcon.org/communique-updates/canterbury-appointment-abandons-anglicans/. Acesso em: 03 out. 2025.

GAFCON. **Solemn Summons to Global Bishops.** Disponível em: https://gafcon.org/communique-updates/solemn-summons-to-global-bishops/. Acesso em: 03 out. 2025.

LYNCH, Gerry. **(@gerrylynch)/Posts/X.** 03 out. 2025. Disponível em: https://x.com/gerrylynch/status/1974040123525218639. Acesso em: 03 out. 2025.

THE ARCHBISHOP OF CANTERBURY. **Address by The Rt Revd and Rt Hon Dame Sarah Mullally as Archbishop-designate**. 03 out. 2025. Disponível em: https://www.archbishopofcanterbury.org/node/31/address-rt-revd-and-rt-hon-dame-sarah-mullally-archbishop-designate. Acesso em: 03 out. 2025.

MOVIMENTO DE RECONQUISTA

De suas bases nos Estados Unidos até sua chegada no Brasil

INTRODUÇÃO

As últimas décadas testemunharam um processo de secularização acentuado, acompanhado por uma crise institucional nas principais denominações protestantes históricas, especialmente aquelas do chamado Protestantismo Histórico (*Mainline Protestantism)*. Em solo estadunidense, uma das mais afetadas foi a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América PC(USA), que, apesar de sua forte presença teológica, acadêmica e social no século XX, tem enfrentado não apenas a perda de membros, mas também tensões internas sobre ética sexual, teologia progressista e identidade denominacional.

Em resposta a esse cenário, observa-se a emergência de um fenômeno contemporâneo que pode ser chamado, com alguma liberdade analítica, de *Movimento de Reconquista*. Ele é uma corrente espiritual e cultural emergente que busca restaurar a fé cristã tradicional – tanto em sua doutrina quanto em sua expressão litúrgica e simbólica – em meio a um cenário eclesial percebido como secularizado, diluído ou progressista demais. Embora o nome evoque a Reconquista histórica da Península Ibérica, onde reinos cristãos retomaram territórios dominados por muçulmanos, o uso do termo aqui é metafórico e simbólico: trata-se de uma *reconquista espiritual* de territórios considerados perdidos dentro da própria Cristandade ocidental.

Esse movimento tem raízes entre jovens cristãos conservadores – sobretudo da Geração Z – que se formaram em ambientes evangélicos, protestantes tradicionais ou mesmo seculares, e que experimentam um crescente desencanto com a superficialidade da fé moderna. Muitos desses jovens descobriram, nas redes sociais, uma nova linguagem de resistência cultural: memes, vídeos, citações de santos e teólogos, registros de liturgias solenes, iconografia sacra, tudo isso apresentado em contraste com o mundo moderno considerado caótico, moralmente instável e espiritualmente vazio. O perfil *Redeemed Zoomer* (em tradução livre*,* Zoomer Redimido), é um dos mais influentes nesse universo, combinando ironia digital com uma seriedade teológica surpreendente, promovendo o retorno à ortodoxia, à liturgia tradicional, à reverência, ao estudo da patrística e à vida sacramental.

O que une os diversos grupos dentro do *Movimento de Reconquista* é um desejo profundo por raízes históricas, ordem litúrgica, bases

doutrinárias e a beleza estética, como reflexos da Verdade que é revelada no Cristianismo.

A Reconquista não é, em si, um movimento organizado com líderes ou estruturas, mas sim um fenômeno descentralizado e digital, que se expressa por perfis como *Redeemed Zoomer* (na Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos) e o *Episcopal Fellowship for Renewal* (a Sociedade Episcopal para a Renovação, na Igreja Episcopal). É importante notar que, embora alguns usem linguagens belicosas ou metáforas guerreiras (como "retomar as catedrais" ou "purificar os púlpitos"), a maioria dos participantes do *Movimento de Reconquista* compreende a proposta como um chamado à conversão, à santidade e à recuperação da identidade cristã autêntica para retomar espaços nas respectivas denominações.

A CRISE DA IGREJA PRESBITERIANA DOS EUA E O DECLÍNIO DO PROTESTANTISMO HISTÓRICO

O declínio de Igrejas protestantes históricas constitui uma das principais transformações do cenário religioso estadunidense nas últimas décadas. Dentre as principais denominações nesta situação, estão a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos – *Presbyterian Church (U.S.A.)* - PC(USA) –, a Igreja Episcopal dos Estados Unidos – *The Episcopal Church* - TEC – e a Igreja Evangélica Luterana na América – *Evangelical Lutheran Church in America* - ELCA, as quais enfrentam dificuldades relacionadas à perda de membros, ao envelhecimento de suas comunidades, à redução da participação nos cultos e à sustentabilidade financeira de suas congregações. Embora essas igrejas tenham trajetórias institucionais distintas, compartilham o desafio de manter sua presença em uma sociedade na qual a identificação religiosa perdeu parte de sua centralidade.

Os dados do Pew Research Center (um dos mais importantes institutos de pesquisas de opinião e demografia nos Estados Unidos) permitem dimensionar essa transformação. Em 2007, aproximadamente 78,4% dos adultos norte-americanos identificavam-se como cristãos; em 2014, esse percentual havia caído para 70,6%. Na pesquisa *Religious Landscape Study* (Estudo do Panorama Religioso) de 2023–2024, a proporção de cristãos estava em torno de 62%, enquanto os protestantes representavam cerca de 40% da população adulta.

O levantamento também identificou uma redução da parcela associada ao Protestantismo Histórico (*Mainline Protestantism*), de cerca de 18% em 2007 para 11% em 2023-2024. Apesar da retração de longo prazo, o Pew observou sinais de estabilização recente da identificação cristã, o que recomenda distinguir o declínio histórico das denominações tradicionais de uma suposta queda contínua e uniforme de todas as formas de cristianismo nos Estados Unidos (PEW RESEARCH CENTER, 12 mai. 2015; SMITH *et al*., 2025).

A PC(USA), denominação presbiteriana de tradição reformada, apresenta um dos exemplos mais expressivos dessa retração institucional. No final de 2024, registrava 1.045.594 membros distribuídos por 8.380 congregações. Somente naquele ano, perdeu 48.885 membros, após perdas superiores a 53 mil em 2022 e de aproximadamente 46 mil em 2023. Os dados também apontam redução no número de igrejas e de ministros ordenados. O tamanho mediano das congregações era de apenas 59 membros, indicador que ajuda a compreender as dificuldades enfrentadas por comunidades pequenas para custear edifícios, remunerar ministros e manter programas pastorais e educacionais (PRESBYTERIAN CHURCH (U.S.A.), 2025; BERKES, 2025).

Essa crise tem vários fatores e não pode ser explicada por uma única decisão doutrinária de orientação inclusivista ou por um acontecimento isolado partindo de sua cúpula. O envelhecimento dos membros, a dificuldade de transmitir a identidade religiosa às novas gerações, a secularização e a diminuição da participação comunitária são fatores importantes. Somam-se a eles os custos de manutenção de estruturas históricas, a dificuldade de atrair famílias jovens e, por fim, as tensões internas sobre a interpretação bíblica, a ética sexual e a identidade confessional.

Para combater esse cenário negativo a PC(USA) apresentou iniciativas de renovação que trouxeram alguns resultados. Em 2024, por exemplo, foram registrados avanços em algumas áreas, como contribuições financeiras e batismos de adultos, além do crescimento de novas comunidades de culto. Esses resultados, embora relevantes, ainda não compensam a tendência geral de perda de membros (BERKES, 2025). É importante notar que esse declínio geral da denominação, também é vivenciado por outras Igrejas históricas nos Estados Unidos, a exemplo da Igreja Episcopal (TEC).

A Igreja Episcopal dos Estados Unidos – Província americana da Comunhão Anglicana –, também enfrenta dificuldades semelhantes às da Igreja Presbiteriana. Em 2010, ela contava com aproximadamente 1,96 milhão de membros e 7.067 congregações. Em 2023, seus registros apontavam 1.547.779 membros, 6.754 congregações e uma frequência média dominical de 410.912 pessoas. Já os dados de 2024 indicaram uma média de 413.034 participantes nos cultos presenciais de domingo, sugerindo recuperação discreta da frequência após a Pandemia da Covid-19, embora dentro de uma trajetória mais longa de declínio.

O relatório também registrou despesas superiores a US$ 2,545 bilhões, diante de receitas superiores a US$ 2,517 bilhões, uma inversão observada pela primeira vez em dez anos. Isso, talvez, seja o dado mais crítico, diante de uma Igreja que está em processo de envelhecimento de seus membros. A idade mediana dos membros era de 60 anos, dado que evidencia o desafio para estabelecer novas gerações de episcopais (THE EPISCOPAL CHURCH, 8 nov. 2024; 24 out. 2025).

Já a Igreja Evangélica Luterana na América (ELCA) foi formada em 1988 pela união de três corpos eclesiásticos luteranos. Ela também registra uma base institucional em declínio. Em 2024, a denominação contabilizou 2.677.239 membros batizados, 2.120.543 membros confirmados e 8.386 congregações. O número de participantes ativos registrados era de aproximadamente 1,5 milhão, consideravelmente inferior ao total de membros batizados. As estatísticas financeiras indicaram receitas de aproximadamente US$ 2,47 bilhões em 2024, o que demonstra que a dimensão econômica da instituição permanece expressiva, mesmo diante das dificuldades demográficas e pastorais (EVANGELICAL LUTHERAN CHURCH IN AMERICA, 2025).

As três denominações compartilham desafios comuns, ligados à secularização, à diminuição da transmissão religiosa entre gerações e à dificuldade de conservar formas tradicionais de pertencimento e participação. A pesquisa do Pew Research Center identificou que 29% dos adultos norte-americanos não possuíam filiação religiosa em 2023–2024 e que 35% haviam mudado de religião em relação à criação recebida. O estudo em questão também observou que a identificação religiosa tende a ser menos estável entre as gerações mais jovens. Esses dados ajudam a explicar por que igrejas que, historicamente, ocuparam posições relevantes na vida social estadunidense, hoje enfrentam dificuldades para manter sua base de membros (SMITH et al., 2025).

As divergências doutrinárias e éticas também fazem parte desse quadro e são parte da crise institucional interna. Na PC(USA), as controvérsias sobre interpretação bíblica, ordenação e casamento contribuíram para tensões internas e afastamentos. Na Igreja Episcopal, as já citadas mudanças acerca da ordenação e casamento provocaram conflitos e a formação ou o fortalecimento de estruturas anglicanas alternativas. Na ELCA, a decisão de 2009 de permitir a ordenação de pessoas em relações homossexuais publicamente assumidas e monogâmicas esteve associada a controvérsias e à saída de parte de suas comunidades. Em todos esses casos, é necessário distinguir a associação histórica entre conflitos e perdas de membros da afirmação de que uma decisão específica tenha causado, por si só, todo o declínio. A secularização, a demografia, a mudança dos hábitos comunitários e a sustentabilidade financeira antecedem ou ultrapassam essas disputas. E para este artigo, a questão central não está na questão de mudança na orientação doutrinária ou sacramental, mas sim, na perda maciça de membros nas últimas décadas, o que acabou gerando movimentos de crítica, resistência e reconstrução da membresia em face desse processo histórico de declínio denominacional. A análise numérica confirma a gravidade do problema, mas exige cautela, pois cada denominação utiliza critérios próprios para contabilizar membros e a participação regular nos ofícios religiosos.

No final de 2024, a PC(USA) registrava pouco mais de 1,045 milhão de membros em 8.380 igrejas; a ELCA contabilizava cerca de 2,677 milhões de membros batizados em 8.386 congregações; e a Igreja Episcopal havia registrado, em 2023, aproximadamente 1,548 milhão de membros em 6.754 congregações. Os números não são inteiramente equivalentes: a categoria de membros batizados da ELCA não corresponde necessariamente à definição de membros utilizada pelas demais denominações. Ainda assim, os dados institucionais e as pesquisas nacionais apontam para um problema comum de envelhecimento, perda de vínculos e redução da participação religiosa.

Ao mesmo tempo, as conversões ao Catolicismo Romano nos Estados Unidos constituem um fenômeno interessante para a análise, embora ainda insuficiente para compensar as perdas por mudança de filiação religiosa. Segundo o Pew Research Center, cerca de 1,5% dos adultos norte-americanos são convertidos ao Catolicismo, o equivalente a aproximadamente 4 milhões de pessoas; estes representam 8% dos

católicos do país. Entre esses convertidos, 59% foram criados em Igrejas protestantes e 22% não tinham religião na infância. Os convertidos também apresentam maior frequência à Missa semanal do que os católicos criados na Igreja: 38%, contra 28%. Contudo, a pesquisa indica que, para cada adulto que ingressa no catolicismo, aproximadamente 8,4 deixam de se identificar como católicos, o que impede interpretar o fenômeno como uma reversão geral do declínio (PEW RESEARCH CENTER, 16 jun. 2025).

Do mesmo modo, a Ortodoxia Oriental também tem atraído novos convertidos, inclusive pessoas provenientes de denominações protestantes e indivíduos sem filiação religiosa, interessados na Divina Liturgia, na Tradição patrística, na continuidade histórica com a Igreja dos tempos apostólicos e na rica espiritualidade sacramental bizantina. Entretanto, o crescimento de relatos sobre conversões não deve ser confundido com crescimento demográfico comprovado em escala nacional. Análises sobre a população ortodoxa norte-americana estimaram que ela correspondia a cerca de 0,5% da população, sem evidências claras de crescimento líquido nos levantamentos disponíveis até 2022. Entre os adultos de 18 a 24 anos, aproximadamente 1% declarou ser ortodoxo sem ter sido criado nessa tradição, proporção semelhante à dos que deixaram a Ortodoxia.

Esses dados sugerem interesse real por ambas as tradições, mas ainda não demonstram uma mudança capaz de compensar, em escala nacional, o declínio mais amplo das Igrejas protestantes históricas (PEW RESEARCH CENTER, 8 dez. 2025).

ZOOMER REDIMIDO

A PC(USA) é a principal denominação presbiteriana no país, representando hoje uma tradição reformada comprometida com o diálogo social, o ecumenismo e a justiça racial. Entretanto, a denominação tem sido criticada por parte de setores mais conservadores por sua guinada progressista, especialmente nas últimas décadas. Questões como a ordenação de pessoas LGBT, o apoio ao aborto legal e a flexibilização doutrinária de certas crenças tradicionais provocaram rupturas internas e o surgimento de cisões, como a formação da *Evangelical Covenant Order of Presbyterians* (ECO).

Para muitos jovens cristãos que cresceram nesse ambiente liberalizado, há uma crescente percepção de que o protestantismo histórico perdeu o senso de transcendência, a autoridade bíblica e o fervor doutrinal. Essa insatisfação alimenta uma busca por espiritualidades mais robustas, tradicionalistas e esteticamente marcadas – uma reconexão com o sagrado, com a doutrina e com um cristianismo público.

É nesse contexto que surge o perfil *Redemed Zoomer* (@zedeemed_zoomer) – um perfil no Instagram gerida por um jovem cristão conservador da Geração Z (os "Zoomers") –, que utiliza *memes*, imagens de teólogos reformados, personagens da Cultura Pop e referências à patrística e à teologia clássica para promover uma visão de mundo cristocêntrica, contracultural e militante. Embora enraizado em um evangelicalismo conservador, o perfil também recorre a símbolos do Catolicismo, da Ortodoxia e do Anglicanismo para expressar uma estética da resistência religiosa, do clássico frente ao pós-moderno.

O uso da palavra *Reconquista* no discurso do *Redemed Zoomer* remete diretamente à ideia de uma batalha espiritual e cultural pela alma da juventude ocidental. Não se trata apenas de uma crítica à cultura secular, mas de uma proposta de retorno ao fundamento da fé – não raro com tons escatológicos e apocalípticos. A retórica usada frequentemente remete ao ideal do mártir, do monge e do cavaleiro cristão, formando uma tríade simbólica que representa a santidade, o estudo e a militância contra o espírito do mundo.

Embora a PC(USA) e movimentos como o *Redemed Zoomer* pareçam estar em extremos opostos do espectro religioso norte-americano, ambos respondem à mesma crise: o colapso da centralidade do Cristianismo na cultura ocidental. A primeira o faz por meio da adaptação cultural e da reinterpretação dos símbolos cristãos à luz das pautas sociais contemporâneas. O segundo reage com uma espécie de anacronismo criativo, recuperando linguagens, formas e doutrinas que evocam a cristandade medieval ou os primeiros séculos da Igreja.

A Reconquista, nesse caso, é simbólica: não se trata de uma imposição religiosa, mas de uma tentativa de restituir o valor público da fé, da moral tradicional e da identidade cristã no espaço digital. Para a geração Z, criada num ambiente fragmentado e hiperconectado, essa proposta se torna atraente justamente por sua clareza, ousadia e senso de pertencimento.

A SOCIEDADE EPISCOPAL PARA RENOVAÇÃO

Já o perfil *Episcopal Fellowship for Renewal* (@episcopalrenewal) representa um posicionamento ao mesmo tempo jovem, conservadora e de resgate da ortodoxia dentro da Igreja Episcopal dos Estados Unidos (TEC). Seu surgimento se dá no contexto mais amplo do *Movimento de Reconquista*, uma movimentação espiritual e cultural que tem buscado restaurar a ortodoxia, a reverência litúrgica e o enraizamento bíblico nas denominações protestantes históricas dos Estados Unidos. Ao contrário de iniciativas que optam por romper institucionalmente com igrejas consideradas progressistas – como o surgimento da Igreja Anglicana da América do Norte (ACNA) em resposta às decisões inclusivas da Igreja Episcopal –, o perfil do *Episcopal Fellowship for Renewal* adota uma postura interna de reforma, desejando renovar a Igreja Episcopal a partir de dentro, sem abrir mão de sua sucessão apostólica, patrimônio litúrgico e estrutura canônica.

Inspirado diretamente por movimentos como o *Redeemed Zoomer* e pelo imaginário da Operação Reconquista, o *Episcopal Fellowship for Renewal* canaliza esse mesmo espírito reformador em uma linguagem litúrgica, sacramental e bíblica profundamente anglicana. Em vez da linguagem militarizada do termo *Reconquista*, o *Episcopal Fellowship* prefere imagens tiradas dos livros de Esdras e Neemias – o retorno do exílio, a reconstrução do templo e o renascimento espiritual de uma comunidade que havia se afastado da Lei do Senhor. Trata-se de um movimento que não visa combater a igreja, mas curá-la, restaurando nela a beleza da tradição e o vigor da fé apostólica. Através das redes sociais, principalmente no Instagram, o perfil Episcopal mobiliza jovens episcopais para oração comum, estudos bíblicos, celebrações litúrgicas tradicionais e diálogo com outras iniciativas de renovação ortodoxa. Seu trabalho ocorre tanto virtualmente quanto de modo presencial, através da formação de pequenos capítulos paroquiais em dioceses dispostas a acolher seu apelo à ortodoxia.

O perfil atrai principalmente jovens da geração Z que se vêem deslocados em suas próprias comunidades eclesiais. Muitos cresceram em igrejas TEC que abandonaram símbolos tradicionais, esvaziaram a linguagem teológica clássica e substituíram a liturgia rica por cerimônias simplificadas e, por vezes, politizadas. Ele oferece a esses jovens uma

alternativa dentro da própria Igreja Episcopal, apresentando-lhes o tesouro do Livro de Oração Comum, a música sacra, o simbolismo litúrgico e o magistério patrístico como formas legítimas e vivificantes de expressar sua fé. Não raro, esses jovens já tiveram contato com ambientes evangélicos ou carismáticos que os deixaram espiritualmente sedentos por algo mais sólido, antigo e reverente. A TEC, apesar de sua reputação progressista, ainda carrega muitos elementos dessa herança –, sobretudo, em paróquias de tradição anglo-católica – e o perfil pretende preservá-los, restaurá-los e torná-los acessíveis à nova geração.

Em sua atuação, o *Episcopal Fellowship for Renewal* enfrenta tensões significativas. De um lado, há resistência de líderes eclesiásticos que vêem no movimento uma crítica velada (ou explícita) inclusividade da Igreja. De outro, há desconfiança por parte de conservadores – particularmente da ACNA – que questionam a viabilidade de uma reforma interna e preferem a separação total da TEC.

O *Episcopal Fellowship for Renewal* representa uma espécie de "reconquista pastoral" da Igreja Episcopal, não em termos de hostilidade ou restauração autoritária, mas como uma peregrinação espiritual rumo à santidade, à tradição e à ortodoxia. Sua afinidade com o *Movimento de Reconquista* se manifesta na estética litúrgica, no retorno às fontes patrísticas e na crítica à modernidade secularizada. Porém, ao escolher permanecer dentro da TEC, o movimento assume um caminho distinto: o da reforma paciente, inspirada pela oração, sustentada pela tradição e voltada para a esperança eclesial. Nesse sentido, é mais do que um movimento de resistência – é um testemunho vivo da possibilidade de fidelidade cristã num contexto institucional fragmentado, e um sinal de que a beleza da tradição ainda pode seduzir corações jovens sedentos de transcendência.

E O ANGLICANISMO BRASILEIRO?

Primeiro, precisamos situar as três principais vertentes do Anglicanismo brasileiro: a Comunhão Anglicana, a GAFCON e o Movimento Anglicano Contínuo, representados, respectivamente, pela Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB); pela Igreja Anglicana no Brasil (IAB); e por diferentes jurisdições como a Diocese Anglicana de Votorantim e a Igreja Anglicana Tradicional (TAC), sendo estas duas,

as principais representantes do *Continuum* no país. Não inserimos outras Igrejas independentes porque a análise neste tópico ficaria interminável diante da quantidade de Igrejas existentes no Brasil[8]. Tem-se também o Movimento de Convergência no Brasil, representado pela Comunhão das Igrejas Cristãs Episcopais do Brasil (CICEB) e pela Igreja Episcopal Carismática do Brasil (IECB). Quanto a estas duas, há um problema sobre a questão da própria identidade de ambas as Igrejas, que, embora não façam parte do *mainline* anglicano brasileiro (pois ambas vêm do Movimento de Convergência), são Igrejas de tradição anglicana[9].

No contexto brasileiro, essa reação apresenta uma característica particularmente significativa: ela frequentemente nasce de uma inconformidade pessoal. Parte dos indivíduos envolvidos nessas redes não são pessoas que descobriram o Anglicanismo tradicional a partir do exterior. São, em muitos casos, membros – e eventualmente clérigos – de denominações anglicanas ou episcopais que passaram a experimentar algum grau de desconforto com suas próprias instituições. Esse fenômeno pode ser observado especialmente entre pessoas vinculadas à Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) e à Igreja Anglicana no Brasil (IAB), embora não se limite a elas. Essa insatisfação eclesial pode assumir diferentes formas: divergências teológicas, discordâncias quanto à orientação moral da denominação, críticas à condução institucional, questionamentos acerca da liturgia, percepção de perda da identidade histórica anglicana ou simplesmente a sensação de que a experiência concreta da comunidade local já não corresponde àquilo que o indivíduo entende como Anglicanismo tradicional.

Essa situação produz um fenômeno interessante. Em vez de abandonar necessariamente a denominação ou a própria tradição anglicana – como já aconteceu com alguns em tempos recentes –, muitos desses indivíduos passam a procurar apoio fora de suas próprias estruturas institucionais. Hoje, a internet permite que um membro da IEAB, por exemplo, tenha contato diário com comunidades anglicanas tradicionais dos Estados Unidos, Inglaterra, África ou Austrália que

[8] Atualmente existem mais de 45 denominações, as quais foram abordadas na obra *Novas Igrejas Anglicanas e Episcopais no Brasil* (2025), publicada pelo presente autor.

[9] Por diversas vezes, em suas redes sociais, o Reverendo Marcondes Soares (IECB) afirma que a sua denominação é uma "Igreja de tradição anglicana", que manteve o *ethos* ou o jeito de ser anglicano, apesar da ruptura com a Comunhão Anglicana em 2003, por questões do Liberalismo Teológico e da sexualidade humana.

conheça e viva a espiritualidade e o jeito de celebrar anglo-católico ou outras expressões da espiritualidade anglicana que não existem no país. O mesmo ocorre também com membros da IAB que podem entrar em contato com formas mais sacramentais e litúrgicas do Anglicanismo diante do atual perfil contemporâneo e evangélico da Igreja. Assim, a internet cria uma espécie de comunidade virtual transdenominacional e transnacional**,** que ultrapassar qualquer Igreja especícia.

É nesse contexto que no Instagram surgiram perfis como *Anglicanismo e Tradição* (@anglicanatraditio), *O Anglicano Evangélico* (@oanglicanoevangelico), e o mais polêmico deles, *Observatório Anglicano* (@observatorioanglicano). Embora iniciativas sejam distintas e seu conteúdo compartilhado característica até mesmo opostas do ponto de vista teológico, elas participam de um fenômeno comum: a utilização das redes sociais para discutir criticamente os rumos do Anglicanismo brasileiro e recuperar elementos que fazem parte de sua identidade tradicional. Suas publicações frequentemente funcionam como um contraponto às posições de determinadas estruturas eclesiásticas ou até mesmo denominações específicas, criando um espaço no qual questões que eventualmente não encontram o mesmo grau de debate ou apreciação dentro das Igrejas podem ser discutidas de maneira aberta.

Essa dimensão crítica é importante porque demonstra que a questão não se resume a uma oposição abstrata entre "conservadores" e "progressistas". Em muitos casos, trata-se de uma crise de pertencimento. O indivíduo continua reconhecendo valor na tradição anglicana, na sucessão apostólica, no episcopado histórico, no Livro de Oração Comum e na liturgia sacramental, mas passa a questionar se sua denominação continua representando adequadamente esse patrimônio. Surge, então, uma distinção entre aquilo que poderíamos chamar de *Anglicanismo institucional* e *Anglicanismo identitário*. O primeiro está ligado à denominação à qual a pessoa pertence; o segundo diz respeito àquilo que ela entende que o Anglicanismo deveria ser.

Essa distinção ajuda a compreender por que esse fenômeno brasileiro possui alguma relação com o *Movimento de Reconquista* norte-americano. Nos EUA, perfis como o *Redeemed Zoomer* procuram despertar uma geração para aquilo que consideram a perda da identidade cristã tradicional nas antigas denominações protestantes. No ambiente episcopal, iniciativas como o *Episcopal Fellowship for Renewal* procuram transformar essa inquietação em um projeto de renovação

interna da Igreja Episcopal dos Estados Unidos. No Brasil, entretanto, o processo parece encontrar-se em uma fase mais fragmentada.

É importante frisar que não existe uma organização ou até mesmo um movimento que reúna essas tendências sob o título de "Reconquista" das respectivas denominações anglicanas e episcopais brasileiras. Existem, contudo, os elementos culturais que poderiam permitir o surgimento de algo semelhante: a buscar por manter uma crítica institucional, a defesa da tradição no Anglicanismo nacional, e a formação de comunidades digitais com o objetivo de conscientizar do que seriam desvios, tanto doutrinários, litúrgicos, mas, principalmente históricos no tocante ao que se entende como a "identidade anglicana".

Um dos perfis mais combativos e de cunho militante no Instagram é o *Observatório Anglicano*. Ele surgiu em 2023, no contexto da crise instalada na Igreja Anglicana no Brasil (IAB), diante de críticas sobre questões ligadas à estética do culto, a associações políticas com outras Igrejas do meio evangélico brasileiro contemporâneo e, devido a questões de ordem e disciplina, relativo aos bispos da denominação. Embora a descrição do perfil fosse "Perfil criado com o fim de proteger o povo anglicano brasileiro (IEAB, IAB, IARB, etc) do abuso espiritual praticado por líderes sem escrúpulos", os posts focavam quase que exclusivamente nos bispos da IAB, especialmente o Bispo Miguel Uchôa.

Infelizmente, o perfil virou uma espécie de dossiê e espaço de vazamento de informações durante o processo de crise e saída do Bispo Eric Rodrigues e das comunidades ligadas a este, que posteriormente deram origem à Rede Episcopal Brasileira (REB). Algo que até o momento não se sabe (e permanece como uma das questões não resolvidas no meio anglicano brasileiro) é sobre a autoria da página. Esse ativismo digital, embora traga uma atenção a estes problemas, não contribui para o diálogo, muito pelo contrário, cria ainda mais divisões, desconfianças e, acaba mais disseminando *fake news* do que agregar o público anglicano e episcopal em uma "causa comum".

Em um sentido contrário ao *Observatório Anglicano* temos o surgimento no mesmo período de páginas como *O Anglotradismático (@o_anglo_tradismatico)*. Criada por Arthur HS, um jovem que é membro da Igreja Episcopal Carismática do Brasil, essa página foi o início de um movimento que agregou membros de diferentes denominações em um grupo do Whatsapp intitulado de *Comunhão Episcopal – Oficial*. Este, ao

contrário da anterior, tinha como descrição "Perfil com o foco de compartilhar fatos, histórias, curiosidades sobre o Anglicanismo Brasileiro em todos seus espectros, em busca que todos sejam um!". Como a própria descrição já aponta, o perfil busca apresentar as principais Igrejas presentes no Brasil, espaços para perguntas e dicas sobre como usar o Livro de Oração Comum e compartilhar imagens.

Posteriormente o perfil se tornou menos ativo, com a participação cada vez maior de vários membros no grupo do Whatsapp. A página teve um papel fundamental para outras iniciativas seguintes, a exemplo do site *O Caminho Anglicano* e o *Projeto Cantuária*, do Reverendo Douglas Araújo, o qual trataremos nos últimos capítulos desta obra.

É nesse ponto que grupos como o *Comunhão Episcopal* no Whatsapp torna-se especialmente significativo. O grupo reúne fiéis e clérigos provenientes de diferentes denominações eclesiásticas, geralmente com maior afinidade com posições conservadoras ou tradicionais. Sua existência demonstra que as redes sociais podem ultrapassar as fronteiras institucionais que tradicionalmente dividem o Anglicanismo brasileiro. Um membro da IEAB pode dialogar com alguém da IAB; um clérigo de uma jurisdição pode conversar com outro pertencente a uma tradição diferente; e ambos podem encontrar pontos de convergência em torno da liturgia, da tradição, da doutrina, da patrística e da identidade anglicana.

É muito mais proveitoso para os ativistas das redes sociais apresentarem aspectos da tradição anglicana e episcopal, da liturgia, da história, dos símbolos e do patrimônio eclesiástico. Iniciativas recentes, como a página do Instagram *Templos Anglicanos* (@templos_anglicanos), do jovem Bruno Felippe, membro da Rede Episcopal Brasileira (REB), mostrou que o movimento de agregar membros de diversas denominações em torno dessas temáticas, contribui mais do que a postura combativa do *Observatório*. Iniciativas como estas são capazes não apenas de divulgar a riqueza da Tradição anglicana presente no Brasil – ainda desconhecida pelo grande público – mas também de dar um belo testemunho através do diálogo, da busca pela unidade e, principalmente, pela construção de laços reais de coleguismo e até de amizade real entre os membros de diferentes denominações – que num passado recente sequer permitiam citar os seus nomes nos seus espaços eclesiásticos. Em poucas palavras, a defesa ou a promoção de um *Movimento de Reconquista* não faz nenhum sentido no contexto brasileiro.

Esse tipo de comunidade virtual possui semelhança com fenômenos já observados em outros segmentos do Cristianismo. Católicos romanos, luteranos e reformados também constituíram, através das redes sociais, grupos que reúnem pessoas de diferentes comunidades em torno de interesses comuns. O que está acontecendo no Anglicanismo brasileiro parece fazer parte de uma transformação mais ampla da sociabilidade religiosa: a pertença denominacional deixa de ser o único elemento responsável pela formação da identidade religiosa. O indivíduo passa a participar simultaneamente de sua igreja local, de sua denominação e de comunidades virtuais que podem possuir uma identidade teológica parcialmente diferente daquela de sua instituição. Algumas delas possuem caráter explicitamente crítico; outras são focadas na formação; outras valorizam a estética do culto e a Liturgia cristã; e outras procuram simplesmente construir comunidades de pessoas que compartilham determinadas convicções.

Enquanto o *Redeemed Zoomer* e iniciativas associadas ao chamado *Movimento de Reconquista* formulam uma oposição militante e uma crítica mais contundente à situação das denominações protestantes históricas em seu país, os grupos estabelecidos no Brasil buscam reconstruir a consciência do que é "ser episcopal anglicano", focando não numa reconquista, mas numa redescoberta da identidade, quase sempre se opondo a um projeto de transformação institucional, quase que de cunho revolucionário – o que não seria nem sábio nem são diante das crises já vividas no passado. Nem bispos, nem clérigos, nem leigos, são capazes de transformar uma Tradição inteira, por esta já estar fragmentada em pequenos grupos ou até mesmo denominações.

Por isso, a inconformidade destes membros e clérigos com suas respectivas Igrejas pode ser compreendida não somente como um problema institucional, mas como parte desse processo histórico de fragmentação do Anglicanismo e do Episcopalismo brasileiro desde os anos 2000 e, uma busca por recuperar – mesmo que no inconsciente, o ideal da unidade perdida. Quando um fiel deixa de encontrar dentro de sua própria comunidade aquilo que considera essencial à sua tradição, tende a procurar esses elementos em outros lugares. As redes sociais oferecem justamente esse "outro lugar": um espaço no qual diferentes pontos de vistas, valores e experiências podem ser trocados, analisados e comparados, as antigas fontes da mesma Tradição podem ser redescobertas e novas comunidades podem ser construídas.

REFERÊNCIAS

BERKES, Layton Williams. **Even as membership declines, 2024 church statistics report shows an increase in financial contributions, adult baptisms**. Presbyterian Church (U.S.A.), 21 maio 2025. Disponível em: https://pcusa.org/news-storytelling/news/2025/5/21/even-membership-declines-2024-church-statistics-report-shows-increase-financial-contributions-adult. Acesso em: 06 mai. 2026.

EVANGELICAL LUTHERAN CHURCH IN AMERICA. **Summary of congregational statistics as of December 31, 2024**. Chicago: ELCA, 2025. Disponível em: https://resources.elca.org/congregations-and-synod-data/summary-of-congregational-statistics-as-of-12-31-2024/. Acesso em: 06 mai. 2026.

MORGAN, Wes. **A Call to Arms to Restore TEC: The Mission of the Episcopal Fellowship for Renewal**. The North American Anglican, 9 oct. 2023. Disponível em: https://northamanglican.com/a-call-to-arms-to-restore-tec-the-mission-of-the-episcopal-fellowship-for-renewal. Acesso em: 06 mai. 2026.

PEW RESEARCH CENTER. **America's changing religious landscape**. 12 mai. 2015. Disponível em: https://www.pewresearch.org/religion/2015/05/12/americas-changing-religious-landscape/. Acesso em: 06 mai. 2026.

PEW RESEARCH CENTER. **US Catholic converts: Who they are and why they converted.** 16 jun. 2025. Disponível em: https://www.pewresearch.org/religion/2025/06/16/profile-of-us-converts-to-catholicism/. Acesso em: 06 mai. 2026.

PEW RESEARCH CENTER. **Is there a religious revival among young US adults? Recent polls suggest stability since 2020**. 8 dez. 2025. Disponível em: https://www.pewresearch.org/religion/2025/12/08/religion-holds-steady-in-america/. Acesso em: 06 mai. 2026.

PRESBYTERIAN CHURCH (U.S.A.). **2024 comparative summaries of statistics**. Louisville: Presbyterian Church (U.S.A.), 2025. Disponível em: https://pcusa.org/resource/2024-comparative-summaries-statistics. Acesso em: 06 mai. 2026.

PRESBYTERIAN CHURCH (U.S.A.). **PC(USA) overall: membership statistics**. Louisville: Presbyterian Church (U.S.A.), 2026. Disponível em: https://church-trends.pcusa.org/overall/pcusa/membership/. Acesso em: 06 mai. 2026.

SMITH, Gregory A. *et al*. **Decline of Christianity in the U.S. has slowed, may have leveled off: findings from the 2023–24 Religious Landscape Study**. Washington, DC: Pew Research Center, 26 fev. 2025. Disponível em: https://www.pewresearch.org/religion/2025/02/26/decline-of-christianity-in-the-us-has-slowed-may-have-leveled-off/. Acesso em: 06 mai. 2026.

THE EPISCOPAL CHURCH. **Episcopal Church 2023 Parochial Report data now available**. The Episcopal Church, 8 nov. 2024. Disponível em: https://www.episcopalchurch.org/news-types/general-convention/episcopal-church-2023-parochial-report-data-now-available/. Acesso em: 06 mai. 2026.

THE EPISCOPAL CHURCH. 2024 **Parochial Report shows continued post-COVID rebound in attendance**. The Episcopal Church, 24 out. 2025. Disponível em: https://staging.episcopalchurch.org/news-types/general-convention/2024-parochial-report-shows-continued-post-covid-rebound-in-attendance/. Acesso em: 06 mai. 2026.

G3 COMO MODELO DE INTERCOMUNHÃO

A construção de um acordo entre Igrejas Anglicanas e Episcopais

INTRODUÇÃO

O processo de intercomunhão entre Igrejas Anglicanas deve ser compreendida dentro do contexto das profundas transformações e tensões vividas pelo Anglicanismo a partir da segunda metade do século XX. Frente ao avanço de reformas litúrgicas, doutrinárias e disciplinares promovidas por setores progressistas da Comunhão Anglicana – especialmente na Igreja Episcopal dos Estados Unidos – diversos grupos de fiéis e clérigos passaram a manifestar crescente preocupação com o abandono do que consideravam os fundamentos católicos, apostólicos e ortodoxos da fé anglicana. Como resposta a esse cenário, foi organizado, entre os dias 14 e 16 de setembro de 1977, o chamado Congresso de St. Louis, promovido pela *Fellowship of Concerned Churchmen*, reunindo cerca de dois mil anglicanos que buscavam uma alternativa eclesial fiel à tradição recebida.

Desse congresso resultou a Afirmação de St. Louis, documento de fundação do grupo de clérigos e igrejas que viria a ser conhecido como Movimento Anglicano Contínuo (*Anglican Continuum*). Essa declaração comprometeu seus signatários com a preservação da fé católica, da ordem apostólica, do culto ortodoxo e do testemunho evangélico dentro da tradição anglicana. Ela reafirmou o compromisso com a Sagrada Escritura, com os Credos (Niceno, Apostólico e Atanasiano), com a Tradição da Igreja conforme definida pelos sete Concílios Ecumênicos da Igreja indivisa, e com os sete Sacramentos. Tal posicionamento visava estabelecer não apenas uma ruptura com os rumos da TEC, mas também a construção de uma comunhão eclesial baseada na fidelidade à herança histórica do Anglicanismo.

Neste contexto, surgiu o G3, uma aliança entre três jurisdições anglicanas do Movimento Contínuo, a Igreja Católica Anglicana (Anglican *Catholic Church* – ACC), a Igreja Anglicana na América (*Anglican Church in America* – ACA), a Província Anglicana da América (*Anglican Province of America* – APA). Este modelo de acordo e de aliança de Igrejas emerge como modelo de intercomunhão que transcende barreiras administrativas e reafirma a possibilidade de unidade entre Igrejas que compartilham a mesma fé, prática litúrgica e compreensão sacramental. O presente artigo propõe-se a examinar o G3 como expressão concreta de uma intercomunhão restauradora, que se ancora

nos princípios da Afirmação de St. Louis e oferece uma alternativa viável de coesão eclesial entre os anglicanos que optaram pela continuidade. Ao analisá-lo, pretende-se destacar sua relevância no cenário atual do Anglicanismo, suas contribuições para o ecumenismo interno e os desafios de sua consolidação como um corpo orgânico de Igrejas irmãs.

PROCESSO DE FORMAÇÃO DO G3

O G3 representa uma aliança estratégica e teológica entre três jurisdições do Movimento Anglicano Contínuo. A intercomunhão entre diferentes denominações anglicanas oriundas deste Movimento é um processo que ainda não chegou ao fim, mas se desenvolve através de Concílios e Sínodos de cada jurisdição eclesiástica, e posteriormente, na convocação de um Sínodo Conjunto.

A constituição do G3 deve ser compreendida, em primeiro lugar, como uma resposta eclesial articulada diante da fragmentação e do liberalismo teológico que marcaram parte da Comunhão Anglicana oficial nas últimas décadas. A busca por manter a integridade da fé anglicana, conforme delineada na *Afirmação de St. Louis* (1977) – documento de fundação do Movimento – reafirma o compromisso com a doutrina católica, o culto ortodoxo e o testemunho evangélico da Tradição Anglicana, e a necessidade urgente de responder à crise que se abateu sobre o Anglicanismo, principalmente no início dos anos 2000.

Quando, em 1977, um grupo significativo de fiéis e clérigos rompeu com a Igreja Episcopal dos Estados Unidos, durante o Congresso de St. Louis, havia uma esperança concreta de que essa saída representasse a fundação de uma nova e coesa expressão do Anglicanismo tradicional. Contudo, o entusiasmo inicial logo deu lugar à fragmentação. A consagração de quatro bispos – Charles Doren, James Orin Mote, Robert Morse e Francis Watterson – destinava-se a garantir a sucessão apostólica e o governo colegiado, mas também acabou sendo o ponto de partida para disputas internas motivadas por diferenças de personalidade, visões eclesiológicas e estratégias jurisdicionais.

Essa fragmentação resultou na criação de diferentes órgãos eclesiásticos: a Igreja Católica Anglicana (ACC), a Igreja Episcopal

Unida da América do Norte (UECNA) e a Diocese de Cristo Rei, cada qual representando uma vertente da herança recebida. Ao longo das décadas seguintes, essas jurisdições não apenas seguiram caminhos distintos, mas também passaram por novas divisões internas, com múltiplas reconfigurações que dificultaram qualquer esforço de reconstrução da unidade.

Na década de 2000, o cenário das principais igrejas do Movimento Anglicano Contínuo incluía novas Igrejas. Além da ACC, a Igreja Anglicana na América (ACA), a Província Anglicana da América (APA) e a Diocese da Santa Cruz (DHC), formavam novas frentes do Anglicanismo católico. Ao mesmo tempo, essa multiplicidade de denominações, embora teologicamente semelhantes, criava uma paisagem marcada por sobreposições e rupturas que dificultavam o testemunho comum e confundiam fiéis e observadores externos.

Apesar dessas dificuldades históricas, a história recente oferece sinais promissores de reconciliação e cooperação. Um marco importante ocorreu em 2017, quando os arcebispos Mark Haverland (ACC), Brian Marsh (ACA), Walter Grundorf (APA) e Paul Hewett (DHC) reuniram-se em Atlanta, Geórgia, para participar de um Sínodo Conjunto que culminou na assinatura de um acordo formal de intercomunhão. Esse gesto foi mais do que simbólico; representou o compromisso concreto dessas lideranças em superar os obstáculos históricos e buscar uma unidade baseada na fidelidade à fé anglicana tradicional. O acordo de intercomunhão entre essas jurisdições reafirma a validade mútua das ordens, o reconhecimento dos sacramentos e o desejo de agir pastoral e missionário de forma colaborativa.

> Reconhecemos uns aos outros como anglicanos ortodoxos e católicos em virtude de nossa adesão comum às autoridades aceitas e resumidas na Afirmação de São Luís, na fé da Santa Tradição da Igreja Católica indivisa e dos sete Concílios Ecumênicos.
> Reconhecemos uns nos outros, em todos os aspectos essenciais, a mesma fé; os mesmos sacramentos; o mesmo ensinamento moral; e o mesmo culto; da mesma forma, reconhecemos uns nos outros as mesmas Ordens Sagradas de bispos, padres e diáconos na mesma Sucessão Apostólica, na medida em que todos compartilhamos o episcopado transmitido às Igrejas Contínuas em Denver em janeiro de 1978, em resposta ao chamado do Congresso de Saint Louis; portanto,

> Damos as boas-vindas aos membros de todas as nossas Igrejas para a Sagrada Comunhão e vida paroquial em todas e quaisquer congregações das nossas Igrejas; e,
> Prometemos buscar a união plena, institucional e orgânica entre nós, de uma maneira que respeite as consciências sensíveis, construa consenso e harmonia e cumpra cada vez mais a vontade de nosso Senhor de que Sua Igreja seja unida; e,
> Prometemos também buscar a unidade com outros cristãos, incluindo aqueles que se consideram anglicanos, na medida em que tal unidade seja consistente com os princípios essenciais da fé, da ordem e dos ensinamentos morais católicos (Sínodo Conjunto do G3, 2017).

Na época, essas quatro igrejas eram chamadas de G-4. Em 23 de setembro de 2021, o G-4 se tornou G-3, com a adesão da Diocese da Santa Cruz à Igreja Católica Anglicana, como uma diocese não geográfica. O cônego Robert Bader da Diocese da Santa Cruz anunciou os resultados da votação, cuja decisão foi bem aceita pelas Igrejas-membros (The Anglican Catholic Church, 23 set. 2021).

Outro passo decisivo para a formação do G3 ocorreu em 8 de abril de 2025, quando a Câmara dos Bispos da ACA votou unanimemente e de maneira irrevogável pela reunificação com a ACC. O Conselho Executivo da ACA confirmou e ratificou a decisão em 29 de abril. Ainda havia procedimentos sinodais e canônicos a serem cumpridos, inclusive a saída formal da ACA da *Traditional Anglican Church* (TAC). A união foi efetivada em outubro de 2025, durante os Sínodos Conjuntos. As dioceses e paróquias da ACA passaram para a ACC, enquanto as entidades jurídicas remanescentes da antiga ACA entraram em processo de dissolução, através da incorporação de uma das três jurisdições em outra.

Esse movimento em direção à comunhão plena não apenas corrigiu um ciclo de divisões passadas, mas também apontou para um modelo de eclesiologia mais maduro, em que a autonomia das partes é respeitada sem que isso implique isolamento ou competição. O esforço conjunto das Igrejas, levantou o debate no mundo anglicano de que é possível reencontrar a unidade sem abdicar da identidade doutrinária. A história que começou com rupturas atrás de rupturas – como em muitos cismas ocorridos em dioceses e províncias da Comunhão Anglicana – pareceu tomar um novo rumo. Ao invés de permanecerem

como fragmentos irreconciliáveis do Anglicanismo, essas Igrejas agora oferecem ao mundo um sinal de que a fidelidade à História e à Tradição pode andar de mãos dadas com o desejo de unidade eclesial.

AS BASES TEOLÓGICAS E LITÚRGICAS DO G3

Entre os principais objetivos do G3 está o fortalecimento da intercomunhão plena entre suas jurisdições-membro. Embora cada Igreja mantenha sua autonomia administrativa, há um compromisso público com a comunhão sacramental (*communio in sacris*), o reconhecimento mútuo das ordens sagradas e a cooperação missionária. Mais do que uma simples aliança, o G3 aspira a uma eventual união orgânica, que restabeleça, em termos práticos e jurídicos, uma única Igreja visível e coerente com os princípios do Anglicanismo tradicional. Tal aspiração revela o desejo de superar a fragmentação herdada do Movimento Contínuo e oferecer uma expressão mais sólida da catolicidade anglicana.

No plano litúrgico e teológico, o G3 assume uma posição nitidamente anglo-católica, preservando os elementos mais tradicionais do culto anglicano. A prática litúrgica dos seus membros tende a oscilar entre o estilo *High Church* (Igreja Alta), com o uso do LOC de 1928, e o Anglo-Catolicismo pleno, com uso frequente de missais anglicanos (ingleses e americanos), incenso, vestimentas litúrgicas tradicionais e devoções herdadas da espiritualidade pré-Reforma. Essa uniformidade litúrgica fortalece a identidade comum e assegura continuidade com a tradição da Igreja indivisa.

Outro aspecto relevante é o caráter missionário da aliança. O G3 criou o projeto *Continuing Forward*, uma iniciativa conjunta para plantação de igrejas, revitalização de paróquias e evangelismo. Essa frente missionária compartilha recursos, lideranças e estratégias, mostrando que a aliança não se resume à retórica doutrinária, mas resulta em ação concreta. A cooperação nesse campo é um sinal de maturidade e mostra a capacidade do G3 de operar de forma coesa sem abdicar da autonomia de suas partes constituintes.

No plano ecumênico, o G3 também tem demonstrado abertura ao diálogo com outras Igrejas que compartilham princípios teológicos e eclesiológicos semelhantes. A relação com a Igreja Católica Nacional da

Polônia e a Igreja Luterana – Sínodo do Missouri (LCMS), nos Estados Unidos, é exemplo desse movimento, indicando que o G3 se reconhece como parte de um corpo cristão mais amplo, disposto a construir pontes sobre a base da ortodoxia e da tradição. Esses esforços ecumênicos representam uma tentativa de superar os isolamentos históricos do Movimento Contínuo e ampliar sua relevância no panorama cristão contemporâneo.

Em 19 a 23 de maio de 2025, aconteceu na cidade de Columbus, interior do estado da Geórgia, nos Estados Unidos, o Sínodo da Igreja Anglicana Tradicional (*Traditional Anglican Church*), que reuniu representantes de diferentes províncias da TAC. O Sínodo, presidido pelo Bispo Shane Janzen, da Igreja Católica Anglicana do Canadá (Província da TAC neste país), também contou com represente de outras Províncias desta comunhão tradicional, a exemplo da Igreja Anglicana na América – o ramo dos Estados Unidos da TAC – e clérigos de outros países, incluindo do Brasil – Diocese Anglicana do Natal e Diocese Anglicana de São Paulo e Paraná, representadas pelo Bispo Itabira Jonas, e os Reverendos Alexsandro Maciel, Melque Ambrósio e Elias Alves.

Da mesma forma, a recente tradução do *Livro de Oração Comum de 1928* pela Editora Anglo-Católica (ligada à TAC no Brasil) insere-se no esforço recente de recuperação, no Brasil, de uma das principais expressões litúrgicas do Anglicanismo tradicional. A edição de 1928 ocupa lugar particularmente importante na história do Anglicanismo norte-americano e tornou-se, ao longo do século XX, uma referência fundamental para setores anglo-católicos e do Movimento Contínuo. Paralelamente, existem projetos voltados à tradução e adaptação do Missal Anglicano utilizado nos Estados Unidos para o português brasileiro. O projeto possui especial relevância porque o Missal Anglicano nasceu precisamente da necessidade de oferecer, dentro da tradição anglicana, uma forma mais desenvolvida e cerimonial da celebração eucarística. A edição em inglês do *People's Anglican Missal*, por exemplo, publicado em 1946, incorporou à liturgia derivada do Livro de Oração Comum elementos próprios da tradição ocidental, juntamente com devoções e notas litúrgicas e cerimoniais.

A eventual tradução brasileira desse Missal poderia representar um passo significativo para as comunidades anglo-católicas que desejam celebrar uma Missa anglicana de caráter tradicional em língua

portuguesa, sem depender exclusivamente de traduções improvisadas ou da utilização de livros estrangeiros. O Missal não substituiria necessariamente o Livro de Oração Comum; historicamente, sua função foi complementar, oferecendo elementos como o próprio ordinário da Missa, textos próprios, cerimônias e outras orações que permitem desenvolver liturgicamente a celebração eucarística.

Este avanço do Anglicanismo tradicional no Brasil abriu um debate interessante entre o público anglicano e os círculos eclesiais sobre a possibilidade de se criar uma espécie de G3 entre as novas Igrejas Anglicanas e Episcopais no Brasil, facilitando assim, não apenas um diálogo intra-anglicano, mas possibilidades reais de unidade entre as diferentes denominações e jurisdições presentes em solo brasileiro.

UM G3 BRASILEIRO: UTOPIA OU INTERCOMUNHÃO?

O panorama do Anglicanismo nos Estados Unidos é atualmente representado por três grandes vertentes, cada uma com identidade teológica, eclesiológica e pastoral distintas. A primeira delas está ligada à Igreja Episcopal dos Estados Unidos (*The Episcopal Church* – TEC), que representa a Comunhão Anglicana, sendo a sua província em solo estadunidense. O Episcopalismo ligado à Cantuária se caracteriza por uma abordagem progressista tanto no campo teológico quanto ético. A Igreja Episcopal foi uma das primeiras províncias a ordenar mulheres ao diaconato, ao presbiterado e ao episcopado, e também a permitir a celebração e bênção de uniões entre pessoas do mesmo sexo. Essas mudanças, embora vistas por seus defensores como avanços necessários à inclusão e à justiça social, geraram profunda tensão e oposição dentro do Anglicanismo mundial, especialmente por parte de províncias do sul global e de setores mais tradicionalistas, que passaram a questionar a fidelidade às Escrituras e à Tradição anglicana.

Em contraste com a TEC, a Igreja Anglicana na América do Norte (*Anglican Church in North America* – ACNA) foi fundada em 2009, como reação à sagração do bispo Gene Robinson – o primeiro bispo assumidamente gay e não celibatário da Igreja Episcopal. Esta recente denominação pretende ser uma alternativa ortodoxa à TEC, reunindo diversas dioceses que se separaram dela ao longo dos anos. Com uma postura teológica mais conservadora em temas sociais e morais, a

ACNA adota uma abordagem majoritariamente evangélica em sua identidade, sendo parte do Realinhamento Anglicano de províncias conservadoras conduzido desde 2008 pela GAFCON (*Global Anglican Future Conference*).

Em sua tradição litúrgica, a ACNA também mantém uma linha mais tradicional, porém, cada vez mais está permeada por expressões contemporâneas e de cunho *worship*. Também há uma variação entre as dioceses quanto à Ordenação Feminina: algumas ordenam mulheres ao sacerdócio, outras apenas ao diaconato, e há aquelas que não ordenam mulheres de forma alguma. Essa diversidade interna revela uma tensão ainda não resolvida dentro da própria estrutura da ACNA, que, embora deseje afirmar unidade doutrinária, ainda busca consenso em questões-chave sobre eclesiologia e o tríplice ministério ordenado.

Sobre movimentos de resistência dentro do Anglicanismo, como a GAFCON, o Bispo Michael Nazir-Ali certa vez afirmou que

> Movimentos como a GAFCON (Global Anglican Future Conference) e o mais diverso Sul Global, juntamente com organizações anglicanas católicas como a Foward in Faith, surgiram para garantir que as compreensões tradicionais do Anglicanismo não sejam simplesmente extintas sob a pressão revisionista (NAZIR-ALI, 2013, p. 21-22).

Uma terceira expressão do Anglicanismo nos Estados Unidos encontra-se no chamado Anglicanismo Contínuo, representado hoje pelo G3. As igrejas do G3 defendem a importância e posição dos sete sacramentos, a sucessão apostólica ininterrupta, a liturgia tradicional e a fidelidade doutrinária aos credos e concílios da Igreja indivisa. Esse ramo se caracteriza por rejeitar as inovações doutrinais e disciplinares da Comunhão Anglicana oficial, especialmente no que tange à ordenação de mulheres e à moral sexual.

No Brasil, temos um paralelismo curioso que se desenhou, desde a primeira década do século XXI e se consolidou na sua segunda década. Atualmente ele se expressa em três modelos distintos: um *Anglicanismo de Cantuária*, representado pela Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a qual traz consigo o pertencimento histórico e vínculos com a Comunhão Anglicana, porém, pratica uma teologia e política eclesiástica progressista; A segunda expressão, o *Anglicanismo da*

GAFCON, se manifesta com a Igreja Anglicana no Brasil, que combina o conservadorismo moral com uma prática litúrgica e eclesial contemporânea e evangélica; E um terceiro grupo que, podemos chamar (mesmo que de forma comparativa) de *Anglicanismo Scranton*, hoje é representado pela Igreja Anglicana Tradicional (TAC).

Essa categorização remete a um texto publicado no blog *Philorthodox* em 24 de setembro de 2018, pelo Cônego Robert Bader, o qual apresenta uma reflexão sistematizada sobre as diferentes expressões do Anglicanismo contemporâneo, classificando-as sob três categorias: *Anglicanismo de Cantuária*, *Anglicanismo da GAFCON* e *Anglicanismo Scranton* (em referência à União de Scranton, uma comunhão de igrejas vétero-católicas estabelecida em 2008 pela Igreja Católica Nacional Polonesa dos Estados Unidos)[10]. Assim, uma terceira forma de desenvolvimento do Anglicanismo, seria a busca por celebrar Acordos de Inter-comunhão, através de Sínodos Conjuntos, buscando a unidade visível da Igreja de Cristo (Bader, 24 set. 2018).

É digno de nota que, após a morte do Bispo Robinson, iniciou-se o processo de um novo Realinhamento dos anglicanos ortodoxos no que viria a ser a Igreja Anglicana no Brasil. Esta teve uma mudança de visão eclesial, substituindo o Anglicanismo clássico e evangélico (visão conservada por Robinson) por um Anglicanismo moderno e alinhado a práticas de Igrejas carismáticas e *worship* (visão atualmente promovida pelo Bispo Miguel Uchôa). Neste tempo, a denominação perdeu várias lideranças e clérigos por não se adequarem ao novo modelo de Igreja, e, em alguns casos, por serem rejeitados devido às suas visões anglo-católicas, como foi o caso dos clérigos da cidade do Natal.

Estes sacerdotes do Rio Grande do Norte, que haviam deixado a IEAB, foram acolhidos primeiramente na Diocese Anglicana de

[10] As crenças compartilhadas pelas Igrejas-membros da União de Scranton são distintas da Igreja Católica Romana e da União de Utrecht, sendo estas definidas pela Declaração de Scranton. A Declaração de Scranton expande os princípios da Declaração de Utrecht ao adicionar expressões teologicamente conservadoras da fé nos sacramentos do matrimônio e das sagradas ordens. Na Declaração, os signatários rejeitam o dogma da infalibilidade papal e do primado do Bispo de Roma, assim como os pronunciamentos dogmáticos da Imaculada Conceição e da Assunção de Maria, embora não os próprios dogmas do ponto de vista teológico. Também rejeitam a ordenação de mulheres ao sacerdócio e a sua consagração episcopal, junto com a bênção matrimonial para casais do mesmo sexo. Por fim, afirmam uma compreensão sacrificial da Eucaristia e da presença real no sacramento do altar.

Votorantim, e posteriormente formaram a Diocese Anglicana do Natal, filiando-se à Igreja Anglicana Tradicional[11]. Hoje, a TAC é a principal representante do Anglo-Catolicismo entre as Igrejas Anglicanas e Episcopais no Brasil. Na IEAB, esta corrente perdeu o seu espaço e expressão, uma vez que vários clérigos de orientação anglo-católica deixaram a denominação.

Essa situação também lembra a política de aversão de algumas Igrejas e lideranças do Brasil em um passado não muito distante, que ainda gera conflitos por questões de preferências litúrgicas e estéticas. Como afirma Dom Robinson Cavalcanti:

> A cura emocional e espiritual do Protestantismo brasileiro passa pela re-inclusão da estética no sagrado, com a apropriação do legado artístico histórico e a liberdade para a criação autóctone, liberto do medo de se parecer *"católico"* (ou, mais exatamente, *"romano"*) (CAVALCANTI, 2009, p. 90).

Ainda seguindo essa classificação do Reverendo Robert Bader, uma vez que o *Anglicanismo Scranton* é uma categoria que ajunta anglicanos que defendem as bases da fé católica, a partir de acordos de comunhão mútua, é possível repensar um modelo voltado para o Brasil a partir de duas possibilidades. A primeira possibilidade é a liderança de um Movimento Anglo-Católico brasileiro a partir da própria Igreja Anglicana Tradicional no Brasil e seus principais clérigos. Embora diluído em diversas denominações, as dioceses, paróquias e clérigos auto-denominados anglo-católicos têm muito em comum em suas origens, práticas e anseios ministeriais. O que falta, de fato, é uma unidade em torno de pontos da fé que podem e devem ser colocados sobre a mesa da política eclesiástica e nos altares das liturgias.

A segunda possibilidade, embora impensável durante décadas, é a reunião corporativa de Igrejas Anglicanas e Episcopais em torno de temas comuns, como a defesa da Ortodoxia, da Fé Apostólica e de pontos doutrinários inegociáveis para a Igreja cristã – sejam denominações de orientação evangélicas, católicas ou carismáticas.

Vale lembrar que, em 2006, diferentes Igrejas Anglicanas presentes no Brasil assinaram a *Declaração de Boa Viagem***,** dando origem

[11] Para mais informações sobre a formação da Diocese Anglicana do Natal, vide o capítulo sobre a TAC na obra *Novas Igrejas Anglicanas e Episcopais no Brasil* (2025).

ao movimento anglicano "Por Uma Causa Comum"[12]. Sob a liderança de Dom Robinson Cavalcanti, a iniciativa procurou articular igrejas comprometidas com a defesa da ortodoxia anglicana, especialmente no campo da sexualidade humana, tomando como referência a Resolução I.10 da Conferência de Lambeth de 1998.

O movimento representou uma reação às tendências consideradas progressistas dentro do Anglicanismo brasileiro e internacional, buscava reafirmar uma interpretação tradicional das Escrituras e da moral cristã. A articulação ganhou maior visibilidade após a publicação de uma matéria na Revista Ultimato, intitulada "Projeto criminaliza quem discorda da agenda homossexual: Manifesto Anglicano", contribuindo para aproximar outras igrejas que compartilhavam daquela perspectiva teológica. Entre os signatários estavam representantes da Diocese do Recife, Igreja Anglicana do Brasil, Igreja Episcopal Reformada, Igreja Anglicana Ortodoxa do Brasil, Igreja Anglicana Missionária do Redentor, Igreja Anglicana Brasileira, Igreja Anglicana Latino-Americana no Brasil e a Igreja Episcopal do Evangelho Pleno.

No contexto da crise do Anglicanismo brasileiro, o mesmo bispo Robinson comentou sobre como as diferentes tradições dentro da Igreja Anglicana podem contribuir para a unidade da Igreja.

> Leslie Newbegin foi um dos mais lúcidos pensadores cristãos do último século. Escutei-o em uma de suas últimas palestras em um congresso sobre evangelho e cultura, patrocinado pelo Conselho Mundial de Igrejas em Salvador, Bahia. Missionário presbiteriano foi um dos responsáveis pela fundação da Igreja Unida do Sul da Índia (fusão de anglicanos, presbiterianos e

[12] Assinaram este documento a Diocese do Recife, liderada pelo bispo Robinson Cavalcanti; a Igreja Anglicana do Brasil, liderada pelo arcebispo e primaz Ricardo Lorite, juntamente com os bispos Rui Costa Barbosa e Célio Spinelli; a Igreja Episcopal Reformada, liderada pelo bispo Sebastião Mendes de Freitas e Francisco Buzzo; a Igreja Anglicana Ortodoxa do Brasil (IAOB), pelos reverendos Hermany Soares, Adriano Oliveira, Flávio Conti e Virgílio Torres; a Igreja Anglicana Missionária do Redentor (IARM), através dos bispos Marcos Fradique e Antônio Pessoa Leite; a Igreja Anglicana Brasileira (IABRA), pelo bispo Alexandre Macedo Maia; a Igreja Anglicana Latino Americana no Brasil (IALAB), pelo bispo Geraldo Santos de Magela Neto; e a Igreja Episcopal do Evangelho Pleno (IEEP), através do bispo Josué Souza Torres e do reverendo Sandro Bussinger Sampaio.

> congregacionais, hoje Província da Comunhão Anglicana), da qual seria Bispo. Ele dizia que o Cristianismo contemporâneo era como um rio com três afluentes, originários de três fontes, mas que, a dado momento, convergiam em seu curso, engrossando o volume das águas. A primeira fonte, denominada de "católica" tinha como ênfases a história, a liturgia, o Episcopado, os sacramentos; a segunda fonte, denominada "evangélica" tinha como ênfases a autoridade da Bíblia como Palavra de Deus, a expiação na cruz, a salvação pela Graça mediante a Fé, a conversão, o imperativo missionário; a terceira fonte, denominada de "carismática", tinha como ênfases o poder do Espírito Santo, os dons, a santidade, a cura das emoções. (CAVALCANTI, 14 fev. 2008).

A diversidade de visões e práticas no interior do Anglicanismo é marcada pela convivência e tensão entre diferentes tradições teológicas e litúrgicas, as quais nem sempre foram acompanhadas por relações pacíficas entre esses grupos. Entretanto, as transformações ocorridas nas últimas décadas contribuíram para aproximar setores que, apesar de suas diferenças, passaram a reconhecer uma base comum de fé e defesa da tradição anglicana.

É nesse contexto que se compreende a convergência entre anglo-católicos, evangélicos e carismáticos, conforme exemplificado na reflexão de Dom Robinson Cavalcanti.

> Foi essa convergência no essencial (respeitando-se as diferenças no acidental), depois de muito tempo de distanciamento e, até, hostilidade mútua, que permitiu a vitória dos ortodoxos na Conferência de Lambeth, 1998, a formação das Redes e da Causa Comum no Canadá e nos Estados Unidos, e do próprio movimento do sul global. Em 2006, um evangélico, o ex-Primaz do Cone Sul, Revmo. Maurice Sinclair, foi o orador do retiro do clero do movimento anglo-católico "Foward in Faith". Cada um mantendo a sua ênfase tem aprendido muito com os outros. O que prova que os ataques dos liberais pós-modernos revisionistas foram usados por Deus para curar relacionamentos entre correntes legítimas de sua Igreja. Essas três "fontes" no Anglicanismo não devem ser confundidas com três denominações estanques sob o mesmo guarda-chuvas, na imitação acrítica dos de fora. Vale sempre lembrar a sábia observação de John Stott:

> "Um anglo-católico não é um católico romano; um anglo-evangélico não é um batista; um anglo-carismático não é um pentecostal" (CAVALCANTI, 14 fev. 2008).

Um momento interessante que, embora não tenha sido um acordo para fins de união corporativa, ocorreu quando bispos das principais Igrejas Anglicanas e Episcopais da cidade do Recife se reuniram para a celebração do aniversário de 18 anos da Catedral Betânia da Igreja Cristã Episcopal do Brasil (ICEB). O evento ocorrido em 11 de julho de 2014 foi registrado em uma foto icônica, mostrando que, apesar das divisões do passado, o episcopado histórico é o que unia estas igrejas que haviam passado recentemente por grandes feridas.



(Fonte: Dom Diógenes Monteiro. Arquivo pessoal, 2014)

Na foto acima, da esquerda para a direita, tem-se os Bispos João Peixoto (Diocese Anglicana do Recife/IEAB), Leonides Menezes (da Catedral Betânia/ICEB), Paulo Garcia (Igreja Episcopal Carismática do Brasil), Evilásio Tenório (sagrado por Robinson Cavalcanti para ser o sufragâneo para a Diocese do Recife) e Miguel Uchôa (seu sucessor e fundador da Igreja Anglicana no Brasil). É uma ironia que na foto, a ordem dos bispos também siga a ordem do estabelecimento das Igrejas locais e das divisões que marcaram a crise do Anglicanismo no Recife.

Muitos já perguntaram o que impede uma união corporativa, por exemplo, entre as Igrejas Cristã Episcopal e Episcopal Carismática. Durante estes anos, vários momentos de diálogo ocorreram entre os Bispos Leonides e Garcia, todavia, um acordo ainda não foi firmado devido ao fato de a ICEB ter um clero feminino (embora a prática da ordenação de mulheres nunca mais tenha sido vista na denominação nos últimos anos). Um dos pontos até hoje que diferencia a IECB é que o Movimento de Convergência não permite a Ordenação de Mulheres às três Ordens Sagradas, devido à preservação da Tradição e da própria Ordem Apostólica nesta Igreja, diferente do que ocorre na Igreja Anglicana no Brasil, que ordena mulheres ao diaconato e presbiterato e tem um entendimento sacramental diferente do ministério ordenado.

Do mesmo modo, também já foi discutida a união corporativa entre a IARB e a IECB. À época da sua aposentadoria, o Bispo Francisco Buzzo entrou em contato com Dom Paulo Garcia para que se iniciasse um possível diálogo entre as duas denominações. Todavia não houve avanços nesse sentido, e a Igreja Anglicana Reformada do Brasil, continua se expandindo através de missões em pequenas cidades do interior do Brasil. Já a Igreja Episcopal Carismática se encontra estabelecida principalmente em capitais e grandes cidades do Nordeste. Todavia, em relação a doutrina, práticas litúrgicas ou missionárias, tanto a ICEB, a IECB e a IARB possuem muito mais coisas que as unem do que as afasta. É possível que, em um futuro próximo o estabelecimento de um diálogo concreto entre as denominações, possa criar um G3 ou uma Comunhão Episcopal-Anglicana entre estas denominações.

A possibilidade sobre o estabelecimento de um acordo e criação de um *Anglicanismo Scranton* no Brasil, também não é impossível, uma vez que o conceito da catolicidade na tradição anglicana está presente através da defesa de um Cristianismo teologicamente ortodoxo. Neste sentido, embora façam parte de comunhões e correntes teológicas diferentes (respectivamente, anglo-católica, reformada e carismática), a Igreja Anglicana Tradicional, a Igreja Anglicana Reformada do Brasil e a própria Igreja Episcopal Carismática do Brasil, também possuem mais pontos em comum do que outras Igrejas como a IEAB ou a IAB.

Este grupo de igrejas representa hoje – cada uma a seu modo – a busca por uma continuidade da noção que fazem parte de uma tradição "católica e reformada". A base que fundamenta tanto o Anglicanismo e o Episcopalismo é, em primeiro lugar, o episcopado

histórico com sucessão apostólica; o tríplice ministério com a ordenação de homens, segundo a tradição da Igreja; a defesa da autoridade bíblica e da ortodoxia doutrinária e sacramental; e a moral cristã baseada exclusivamente nos ensinamentos das Escrituras. Estes elementos correspondem às crenças e práticas já consolidadas e que deram origem ao Movimento Anglicano Contínuo (representado pela TAC), pela manutenção do da história e herança do Anglicanismo clássico (representado pela IARB), e pela busca de retorno às raízes apostólicas do Cristianismo apostólico, marcado pela presença das tradições e expressões "sacramental, evangélica e carismática" da Igreja no Movimento de Convergência (representado no Brasil pela IECB).

Cada uma dessas denominações reflete diferentes compreensões do que significa ser anglicano no século XXI, e suas histórias e tensões ilustram tanto a vitalidade quanto a complexidade do Anglicanismo contemporâneo no Brasil. No caso brasileiro, a falta de uma tradição histórica que firmasse uma cultura anglo-católica no país, uma vez que o Anglo-Catolicismo não se desenvolveu na IEAB ou em outras Igrejas como uma herança histórica, como aconteceu na Inglaterra ou nos EUA. Assim, a tradição católica, baseada na ortodoxia doutrinária e sacramental se dilui em diferentes Igrejas, Dioceses ou até mesmo Paróquias que assumiram esse *ethos* e cultura eclesiástica[13].

Embora essas categorias não correspondam exatamente às divisões institucionais formais – dada o contexto *sui generis* do Anglicanismo brasileiro atual –, elas oferecem um panorama teológico e eclesiológico bastante útil para entender os rumos que o Anglicanismo tomou nas últimas décadas, após as controvérsias doutrinárias que marcaram o século XXI. O Reverendo Bader reconhece que essas categorias não são mutuamente exclusivas nem absolutamente rígidas, mas oferecem um quadro interpretativo claro para compreender as forças em jogo dentro do universo anglicano atual. Essa tipologia vai além das barreiras denominacionais e ajuda a visualizar o Anglicanismo como um corpo em constante tensão e renovação.

[13] Como uma expressão genuinamente anglo-católica, fundamentada nas teses e práticas do Movimento de Oxford e no Catolicismo Inglês, tivemos a Paróquia Anglicana da Ascensão, na cidade do Recife, entre 2021 e 2024. Todavia, devido a tensões internas desenvolvidas na própria Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a Paróquia teve o seu trabalho encerrado e o seu legado descontinuado.

DIFICULDADES NA BUSCA DA UNIDADE

Em primeiro lugar é preciso lembrar que a busca pelo diálogo entre diferentes corpos eclesiásticos anglicanos ou episcopais não se trata de uma forma de Irenismo[14], do ponto de vista teológico. Apesar de seus méritos, o G3 hoje enfrenta alguns desafios consideráveis. A presença de suas Igrejas é majoritariamente restrita aos Estados Unidos, com poucas paróquias fora do território norte-americano, o que limita seu alcance global, e o conhecimento do grupo é divulgado apenas entre anglicanos continuístas ou tradicionais. A busca pela unidade plena entre jurisdições encontram obstáculos canônicos e culturais, frutos de décadas de autonomia e particularismos eclesiásticos. Outro desafio diz respeito à variação litúrgica interna: embora o anglo-catolicismo seja comum, há graus distintos de ênfase e práticas entre as paróquias, exigindo cuidado pastoral e prudência teológica para se evitar tensões internas.

Ainda existe a questão da visibilidade externa. O G3, embora comprometido com a ortodoxia e a unidade, ainda é visto por muitos como parte de uma paisagem fragmentada e complexa do Anglicanismo fora da Comunhão Anglicana. A sua proposta de intercomunhão, entretanto, é um modelo promissor de como diferentes jurisdições

[14] O Irenismo, entendido como uma postura de busca pela paz, pela moderação e pela reconciliação entre diferentes tradições religiosas, ganha novos contornos na contemporaneidade. Hoje, ele pode ser comparado com movimentos ecumênicos e inter-religiosos que tentam encontrar pontos de convergência entre denominações cristãs e também entre religiões distintas. Por exemplo, o diálogo entre a Igreja Católica e o Conselho Mundial de Igrejas ou ainda as mesas de conversa entre católicos, anglicanos e luteranos a respeito de temas teológicos e sociais são expressões modernas de um espírito irenista. A Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação, assinada em 1999 por católicos e luteranos, é um caso emblemático: depois de séculos de disputas, as duas tradições reconheceram que, embora com linguagens diferentes, partilhavam substancialmente a mesma fé sobre a graça e a salvação. Dentro do Anglicanismo, o irenismo aparece como um traço constitutivo. A própria noção de via media, de mediação entre católicos e reformados, é uma forma de irenismo histórico. Hoje, vemos isso nas relações da Comunhão Anglicana com ortodoxos e católicos, em diálogos doutrinais que buscam aproximar visões de ministério, sacramentos e autoridade. Contudo, ao mesmo tempo em que o irenismo é promovido, há anglicanos que o criticam, entendendo-o como excessiva concessão ao progressismo teológico ou ao liberalismo cultural.

podem superar divisões sem comprometer a fé recebida. Ao oferecer um exemplo de cooperação real, enraizada na tradição e aberta ao diálogo, o G3 se afirma como uma referência para o futuro da continuidade anglicana.

No Anglicanismo brasileiro, além das divergências históricas e dissidências que ainda continuam a ocorrer – a exemplo das divisões em anos recentes na IAB, que deram origem a novas denominações –, ainda soma-se o problema da *preferência de comunhão* como uma espécie de alinhamento teológico ou eclesial. Nos últimos tempos, tem-se visto uma preferência por manter diálogo, abertura de púlpito e comunhão aberta com Igrejas contemporâneas do que com Igrejas históricas ou de tradição apostólica.

Um exemplo disso, é que na IECB, se vê mais pastores e lideranças leigas Igrejas contemporâneas, de linha carismática *worship* pregando nos púlpitos do que pastores de Igrejas históricas como a Luterana, Presbiteriana ou Metodista, ou até mesmo padres ou líderes católicos romanos locais como antigamente (a exemplo de leigos como Sílvio Paffer, o primeiro reitor do Cursilho da Catedral da Trindade), Esta crítica pode ser vista em círculos internos da denominação, do clero ao laicato. Ao mesmo tempo, temos o sentido contrário, uma busca por alargar as margens do diálogo com outras Igrejas, a ponto de influenciá-las e contribuir com o *Patrimônio Anglicano* que a IECB possui e preserva. Isso pode ser visto em publicações recentes como a obra *Margens Invisíveis* (2025), de Dom Ivan Rocha. Ainda assim, no meio evangélico, a denominação ainda é bastante incompreendida e sofre críticas nas redes sociais, tanto por católicos quanto por evangélicos, principalmente devido sua prática litúrgica e eclesiologia da Igreja como uma *via-média* entre as tradições católica e protestante.

Ainda assim, a Igreja Episcopal Carismática é a denominação na tradição anglicana que melhor se posiciona e possui visibilidade no campo religioso brasileiro. Sua presença histórica no Recife e projeção como uma Igreja nacional, a coloca em um local privilegiado e ao mesmo tempo traça um ponto importante na crítica acerca da fragmentação do Anglicanismo no país.

As Igrejas mencionadas mantiveram vínculos diretos com os acontecimentos ocorridos na chamada crise do Recife, ocorrida entre 2002 e 2005. Por essa razão, a capital pernambucana e sua Região Metropolitana tornaram-se um dos principais centros da tradição

anglicana e episcopal do Brasil, reunindo a maior variedade de denominações e jurisdições. Caso surja, nos próximos anos ou décadas, algum movimento significativo em direção à unidade do Anglicanismo brasileiro, esse primeiro passo deveria ser dado a partir do Recife.

Dentro do Movimento Anglicano Contínuo, o Acordo de Intercomunhão do G3, celebrado em 2017, foi um primeiro passo no diálogo intra-anglicano, tornando-se um modelo para diferentes denominações anglicanas ou episcopais encontrarem o caminho da unidade. Em um momento em que grande parte do mundo anglicano cristão e anglicano está sendo dilacerado pela desunião, o Acordo do G3 pode inspirar outras Igrejas a fazerem o mesmo.

A possibilidade de constituir no Brasil uma espécie de *União de Scranton*, reunindo Igrejas de orientação anglo-católica, através do Movimento Contínuo, encontra um obstáculo que não é propriamente a ausência de afinidades teológicas. Pelo contrário, existe entre diversas dessas comunidades um núcleo bastante semelhante de convicções: valorização da sucessão apostólica, centralidade da Eucaristia, culto sacramental, devoção aos santos, uso de paramentos e formas litúrgicas tradicionais, rejeição da ordenação feminina e de determinadas mudanças doutrinais promovidas pelo Anglicanismo liberal. A própria Diocese Anglicana de Votorantim e a Igreja Anglicana Tradicional (TAC) estabelecidas no Brasil, estão associadas ao Movimento Contínuo e possuem vínculos com o *ethos* anglo-católico.

O campo anglicano brasileiro apresenta um grande número de pequenas jurisdições que desenvolveram trajetórias próprias[15]. Muitas delas foram constituídas em torno de um bispo, de um sacerdote ou de um pequeno grupo fundador. Nesse contexto, a Igreja deixa de ser somente uma expressão de determinada tradição teológica e passa também a refletir fortemente a personalidade, as convicções e o projeto eclesiástico de seus dirigentes. Esse problema é agravado pelo fato de que o Anglicanismo Contínuo brasileiro não possui uma única matriz jurisdicional.

Um exemplo disso é a similaridade entre duas denominações de orientação anglo-católica: A Igreja Anglicana Tradicional (TAC), ligada à denominação norte-americana liderada pelo Arcebispo Shane Janzen,

[15] Na obra *Novas Igrejas Anglicanas e Episcopais no Brasil* (2025), boa parte das Igrejas listadas como *Independentes* é composta por pequenas denominações que se auto-intitulam como anglo-católicas.

e a Igreja Anglicana Tradicional do Brasil (IATB), de origem brasileira, mas ligada à *The Anglican Episcopal Church International*. Ambas, por exemplo, apresentam-se como uma jurisdição distinta da IEAB e afirmam uma identidade orientada pelo Anglicanismo tradicional. Todavia, não dialogam como denominações que possuem nomes muito parecidos e defendem posições muito próximas. Outro caso semelhante é o da Igreja Católica Anglicana (ICA) e da Igreja Católica Anglicana do Brasil (ICA-Brasil). Ambas as denominações, apesar do nome, não possuem ligação com a Anglican Catholic Church (ACA) dos Estados Unidos, mas tratam-se de projetos pessoais de seus fundadores, os quais, em algum momento, romperam com as lideranças estabelecidas, formando uma nova denominação com um nome praticamente igual.

Quando uma pequena comunidade ou grupo depende quase que exclusivamente da liderança de determinado clérigo, a identidade institucional tende a acompanhar sua trajetória. Mudanças pessoais, conflitos, interpretações distintas da tradição ou novas alianças internacionais podem produzir novas jurisdições. Isso revela uma característica de pequenos movimentos religiosos, nos quais a liderança carismática e a própria figura do bispo, a autoridade episcopal, possuem peso muito maior do que em Igrejas dotadas de estruturas nacionais consolidadas ou que já fortaleceram seus laços históricos através de uma comunhão, como o caso de grandes denominações anglicanas e episcopais no mundo.

Há, portanto, uma diferença importante entre comunhão teológica **e** comunhão institucional. Pode existir um elevado grau de concordância sobre a natureza da Igreja, os sacramentos, o ministério ordenado e a liturgia, sem que exista necessariamente disposição para submeter-se a uma estrutura episcopal comum. É justamente essa distinção que torna interessante a experiência da União de Scranton como paradigma e modelo a ser seguido. O objetivo não precisaria ser inicialmente a fusão das Igrejas existentes, mas o reconhecimento recíproco, a celebração conjunta da Eucaristia, a hospitalidade sacramental, o reconhecimento das ordens e a criação de mecanismos permanentes de diálogo. A união orgânica poderia permanecer como horizonte, e não como condição imediata.

O modelo do G3 nos Estados Unidos oferece, nesse sentido, uma experiência particularmente distinta, pois a finalidade ao final seria o de formar uma única denominação, unificada em doutrina, práticas e

ensino teológico. A experiência norte-americana do G3 demonstra que Igrejas que passaram décadas separadas podem começar por uma intercomunhão sem imediatamente abandonar sua autonomia jurisdicional. Essa solução é especialmente interessante para o contexto brasileiro porque permite preservar as histórias, patrimônios e estruturas já constituídos, ao mesmo tempo em que se estabelece uma unidade visível em torno de elementos fundamentais da tradição. O modelo da intercomunhão pode ser, assim, mais realista do que uma tentativa imediata de criar uma única denominação.

No caso brasileiro, uma eventual *União de Scranton* teria ainda uma função simbólica importante: demonstrar que o Anglicanismo de orientação anglo-católica não precisa reproduzir indefinidamente a fragmentação que marcou sua história internacional. A experiência norte-americana começou justamente com a ruptura de 1977 e posteriormente produziu novas divisões. O esforço de aproximação entre a Igreja Católica Anglicana (ACA), a Igreja Anglicana na América (ACA), a Província Anglicana da América (APA) e a Diocese da Santa Cruz (DHC), no processo de formação do G3, mostra que a história pode ser reorientada da fragmentação para a cooperação. O desafio brasileiro seria aprender com esse processo e evitar que cada nova divergência produza automaticamente uma nova jurisdição.

A questão de uma futura união corporativa entre as diferentes Igrejas Anglicanas e Episcopais no Brasil – sendo elas de orientação anglo-católica ou não – depende da vontade de suas lideranças, em estarem dispostos a distinguir aquilo que pertence à essência da fé daquilo que pertence à identidade particular de cada jurisdição. Exemplos de reuniões pontuais entre bispos, para celebrações e datas históricas, como ocorre no Recife, no ano de 2014, sinalizam que o diálogo é possível. Do mesmo modo, só seria possível estabelecer um modelo de G3 ou de *União de Scranton* no Brasil se a sucessão apostólica, a Eucaristia, a tradição litúrgica e a doutrina comum fossem consideradas bens compartilhados, e não restritas a determinados entendimentos teológicos ou práticas limitadas pelas mesmas igrejas.

É preciso que os anglicanos brasileiros também orem e militem por isso, para que seus bispos tenham a sabedoria para discernir os novos tempos que o Anglicanismo em nosso país vive, a necessidade de diálogo e para, acima de tudo, concretizarem a oração de Cristo por sua Igreja: "Para que todos sejam um" (João 17:21).

REFERÊNCIAS

ANGLICAN CATHOLIC CHURCH. **G-4 Anglicans become G-3 as DHC joins ACC**. 09 set. 2021. Disponível em: https://anglicancatholic.org/news/g-4-anglicans-become-g-3-as-dhc-joins-acc/. Acesso em: 30 jun. 2025.

BADER, Robert. **Scranton Anglicanism.** Philorthodox, 24 set. 2018. Disponível em: http://philorthodox.blogspot.com/2018/09/scranton-anglicanism.html. Acesso em: 30 jun. 2025.

CAVALCANTI, Robinson. **Anglicanismo: identidade, relevância, desafios.** Recife: *s.n.*, 2009.

CAVALCANTI, Robinson. **Anglicanismo: um rio com três afluentes.** Beneditinos Anglicanos, 15 fev. 2008. Disponível em: https://beneditinosanglicanos.blogspot.com/2008/02/anglicanismo-um-rio-com-trs-afluentes.html. Acesso em: 16 jul. 2026.

NAZIR-ALI, Michael. **How the Anglican Communion came to be and where it is going.** London: The Latimer Trust, 2013.

SÍNODO CONJUNTO DO G3. **Acordo de Intercomunhão.** Atlanta, 2017.

A DECLARAÇÃO DE BALTIMORE

A defesa da ortodoxia na Igreja Episcopal dos Estados Unidos

Introdução

A Igreja Episcopal dos Estados Unidos é atualmente conhecida por ser uma das Províncias da Comunhão Anglicana mais progressistas e teologicamente liberais, contrastando com outras mais ortodoxas e conservadoras, especialmente as da África e Ásia. Todavia, na década de 1990, frente ao Progressismo que avançava nas fileiras episcopais americanas, um grupo de seis clérigos se levantaram contra o que estava acontecendo na Igreja – da cúpula às bases. Percebendo o que aguardava o futuro do Episcopalismo em solo estadunidense, estes reverendos da corrente anglo-católica firmaram um documento que repercutiu em toda a Igreja, sendo conhecido como uma das declarações mais contundentes da ortodoxia dentro do Anglicanismo.

A Declaração de Baltimore é um documento publicado no dia 26 de maio de 1991, durante a Festa da Santíssima Trindade, tendo sido redigido por sacerdotes da Diocese Episcopal de Maryland, em meio a tensões internas cada vez mais intensas entre clérigos e teólogos na Igreja Episcopal dos Estados Unidos. Os seis sacerdotes episcopais que redigiram e assinaram o texto foram os Reverendos Ronald S. Fisher, Alvin F. Kimel, Jr., R. Gary Mathewes-Green, William N. McKeachie, Frederick J. Ramsay e Philip Burwell Roulette.

Os autores buscavam afirmar a fidelidade à doutrina católica herdada da Igreja indivisa, frente às reformas litúrgicas, morais e teológicas promovidas pela liderança eclesiástica na época. Inspirados pela Declaração de Barmen (1934), que confrontou o comprometimento da Igreja Protestante Alemã com o Nazismo, os autores estruturaram um documento com forte ênfase confessional, intitulado por alguns como "um chamado à ortodoxia em tempos de confusão". A sua estrutura é composta por sete *artigos*, cada um iniciado com uma afirmativa doutrinária, seguida pelo *repúdio* das distorções contemporâneas.

A origem da Declaração de Baltimore está profundamente enraizada em um contexto de mudanças e crises no interior da Igreja Episcopal dos Estados Unidos. Nas décadas finais do século XX, a denominação experimentava debates acirrados acerca da interpretação bíblica, da autoridade eclesiástica e da moral sexual, especialmente com a aprovação da ordenação feminina e a discussão sobre a ordenação de

pessoas LGBT. Tais transformações provocaram resistências entre segmentos mais tradicionais, que perceberam essas decisões como uma ruptura com a herança histórica e doutrinária da Igreja. Foi nesse clima de tensão e incerteza que a Declaração de Baltimore emergiu.

O documento não é apenas uma crítica ou protesto, mas uma confissão positiva de fé. Ele reitera a crença na Santíssima Trindade, na encarnação de Cristo, na importância dos sacramentos e na autoridade das Escrituras, sempre em consonância com os credos históricos da Igreja. A intenção dos signatários não era apenas rejeitar o que consideravam heresias ou desvios, mas reafirmar a fé católica do Anglicanismo, como a verdadeira identidade da Igreja, buscando preservar sua integridade e unidade.

A Declaração tomou a forma de um pronunciamento que une afirmação de fé e denúncia de interferências teológicas. Seu texto não se limita ao contexto norte-americano, também influenciando outras comunidades em diversas partes da Comunhão Anglicana, fortalecendo a identidade e a missão de grupos que se vêem no dever de defender e promover as bases da fé que identifica seus membros como cristãos.

HISTÓRICO DA DECLARAÇÃO DE BALTIMORE

A Declaração de Baltimore surgiu em um ambiente de disputas eclesiais durante a convenção da Diocese Episcopal de Maryland. Às vésperas da Festa da Santíssima Trindade, a ideia do texto surgiu através do Rev. Alvin F. Kimel Jr. em um contexto em que as doutrinas básicas da Fé Cristã e o próprio conceito de ministério estavam sendo redefinidos a partir de uma flexibilização das funções episcopais e presbiterais, o documento buscava reafirmar que tais elementos não são meras tradições humanas, mas um dom divino que garante a fidelidade ao Evangelho e a validade dos sacramentos.

> Era uma noite de sábado, 11 de maio de 1991. Eu tinha optado por faltar ao último dia da convenção anual da Diocese Episcopal de Maryland. Ao fim da tarde, o telefone tocou. Do outro lado estava o meu bom amigo Phil Roulette. "A Diocese de Maryland negou o nosso Senhor", sussurrou ele. "Temos de fazer alguma coisa." Eu não fazia ideia do que Phil estava a falar.

> Aparentemente, uma resolução pedindo à diocese que afirmasse Jesus como o caminho, a verdade e a vida tinha sido submetida à convenção; e a maioria dos delegados tinha-a rejeitado. As três semanas seguintes foram um turbilhão. O Philip e eu fazíamos parte de um grupo mensal de apoio ao clero, com outros quatro padres. Pusemo-nos imediatamente a trabalhar para compor uma resposta ao fracasso da nossa diocese em reafirmar um artigo central da fé cristã. Eu escrevi o rascunho inicial e depois distribuí-o pelos outros membros do grupo. Foi um esforço de colaboração. Dentro de algumas semanas finalizámos o documento. Intitulámo-lo "A Declaração de Baltimore". Enviámo-lo a todos os bispos e padres ativos da Igreja Episcopal, bem como aos guardiães seniores da nossa própria diocese. O nosso pequeno mundo eclesiástico explodiu (DECLARAÇÃO DE BALTIMORE, 1991).

Em seu prólogo, a Declaração ressaltava a importância das Escrituras como norma final de fé e moral para todo cristão, mas também alerta para o perigo do individualismo hermenêutico. Os clérigos defendiam que a interpretação bíblica deveria ser realizada no âmbito da comunidade e da tradição viva da Igreja, evitando leituras subjetivas ou relativistas que possam fragmentar a unidade doutrinária. Essa perspectiva reafirmava o papel da Igreja Episcopal como guardiã da revelação divina, equilibrando a Escritura e a Tradição.

Outro ponto notável do documento é a sua rejeição explícita do pluralismo teológico como fundamento para a fé cristã. Para os signatários, a verdade cristã é única e indivisível, e a Igreja não pode, de maneira legítima, ensinar doutrinas contraditórias. Esse posicionamento reflete uma preocupação com a fragmentação doutrinária e com o relativismo que ameaçavam a coesão da fé cristã, especialmente em um período marcado pela diversidade crescente de interpretações dentro do anglicanismo.

> Estamos agora a assistir a uma revisão profunda da fé inconsistente com o testemunho evangélico, apostólico e católico, uma revisão cada vez mais abraçada pelos líderes eclesiásticos, tanto ordenados como leigos. Em nome da inclusividade e do pluralismo, é-nos apresentado um novo paradigma teológico que rejeita, explícita ou implicitamente, as normas doutrinais dos

> credos históricos e dos concílios ecumênicos, e que procura relativizar, se não abolir, a autoridade formativa e evangélica das Sagradas Escrituras (DECLARAÇÃO DE BALTIMORE, 1991).

A influência da Declaração de Baltimore extrapolou o âmbito da Diocese de Maryland, tornando-se um marco para a ala anglo-católica dentro da Comunhão Anglicana. Sua importância reside não apenas na reafirmação doutrinária, mas na capacidade de servir como uma âncora para comunidades que buscavam preservar uma identidade católica dentro de um contexto de mudanças e desafios. Para muitos, o documento é um símbolo da resistência confessional que busca a fidelidade histórica e teológica em meio a transformações rápidas.

Em um comentário postado pelo padre Alvin Kimel, no seu blog *Eclectic Orthodoxy* (Ortodoxia Eclética), em um texto sobre a Declaração de Baltimore, o mesmo afirmou o seguinte.

> A Declaração de Baltimore deve ser compreendida não apenas à luz da rejeição, pela Convenção da Diocese de Maryland, da proposição de que Jesus Cristo é o caminho, a verdade e a vida, mas também à luz dos debates teológicos que ocorriam na época na Igreja Episcopal. Após aquela votação, um protesto vigoroso parecia absolutamente imperativo. Vale lembrar também que nosso pequeno grupo representava um espectro interessante do anglicanismo — do anglo-catolicismo à *Igreja Ampla*, passando pelo evangelicalismo e pelo movimento carismático. Como a história subsequente da Igreja Episcopal demonstrou, a Declaração de Baltimore teve pouco ou nenhum impacto. A vida seguiu seu curso normal. No entanto, a Declaração gerou uma interessante coletânea de ensaios, organizada por Ephraim Radner e George Sumner: *Reclaiming Faith* (KIMEL, 17 nov. 2014).

Essa obra citada por Kimel se chama *Reclaiming Faith: Essays on Orthodoxy in the Episcopal Church and the Baltimore Declaration*. Ela foi editada pelos clérigos episcopais Ephraim Radner e George Sumner, e publicada em 1993. O livro toma como base a Declaração de Baltimore, e defendia a utilidade e a autoridade da linguagem e doutrina cristãs tradicionais para articular o Evangelho na contemporaneidade, respondendo às tendências revisionistas e ao que os autores chamam de

"ideologia da inclusividade" dentro da Igreja Episcopal dos Estados Unidos.

Na obra, Sumner e Radner explicam seu interesse pela Declaração de Baltimore com referência às suas experiências pastorais na Igreja Anglicana do Burundir, onde reconheceram a suscetibilidade da Igreja Episcopal Americana às ideologias liberais e secularistas. Eles reconheciam que a Declaração exigia uma reflexão teológica séria, a qual não deveria simplesmente descartar os autores de Baltimore pelo fato de serem tachados de conservadores, nem seus oponentes teológicos por serem declaradamente liberais. Por essa razão, assumiram a tarefa de organizar esta coletânea de ensaios.

Tempos depois, o próprio destino dos redatores da Declaração de Baltimore mudou. Diante dos impasses do período, debates públicos sobre o Nascimento Virginal de Cristo e a sua Ressurreição e a derrota da proposta da Resolução Frey[16] durante a Convenção Geral de 1991, o Reverendo Gary e sua esposa Frederica Mathewes-Green, deixaram a Igreja Episcopal e se tornaram ortodoxos, com Gary sendo ordenado ao sacerdócio na Igreja Ortodoxa de Baltimore e adotando o nome religioso de Padre Gregory. O Reverendo Alvin Kimel, que serviu como sacerdote episcopal por vinte e cinco anos, também ingressou na Ortodoxia, em 2011, junto com a sua esposa Christine. Após ser ordenado sacerdote, adotou o nome religioso de Padre Aidan. É autor de obras como *Destined for Joy: The Gospel of Universal Salvation* (2022).

Philip Roulette, o catalisador da Declaração de Baltimore, continuou como clérigo da Igreja Episcopal, mesmo com muitos o vendo como um traidor. Ele faleceu em 7 de novembro de 2015, mantendo uma amizade de anos com o Padre Kimel. Já o Frederick Ramsay após se aposentar como sacerdote episcopal iniciou a carreira de escritor, publicando séries de romances policiais, vindo a falecer em 2017. Ronald S. Fisher permaneceu na Igreja Episcopal, sendo o reitor da Church of Ascension em Westminster, Maryland, se aposentando em julho de 2013. Por fim, William Noble McKeachie também permaneceu na Igreja Episcopal, sendo conhecido por sua posição tradicionalista. Atuou como deão da Catedral Episcopal em Charleston, Carolina do Sul, aposentando-se em 2009.

[16] A Resolução Frey, votada na Convenção Geral da Igreja Episcopal de 1991, declarava o seguinte: "O clero episcopal deve se abster de relações sexuais fora do casamento". O texto, porém, não foi aprovado, por maioria dos Bispos presentes.

ANÁLISE DOS ARTIGOS E DOS REPÚDIOS

Antes de analisar a Declaração de Baltimore, é importante destacar que ela não se apresenta como um documento oficial da Igreja Episcopal, mas sim como uma confissão de fé e consciência teológica. Embora na época, a sua repercussão não tenha sido significativa, até hoje ela é lembrada por clérigos e membros da Igreja Episcopal e do mundo anglicano como um marco para todos aqueles que desejam manter a ortodoxia dentro da tradição anglicana.

Décadas depois da sua redação, ela ainda permanece como um testemunho da busca pela unidade doutrinária nas questões essenciais da Fé cristã e pela defesa da verdade em tempos de crise, fundamentada na realidade sobre o que e quem é Deus – Uno e Trino, na perspectiva cristã –, bem como quais são os fundamentos da identidade da Igreja.

Logo no primeiro artigo – intitulado A Santíssima Trindade e o nome revelado de Deus –, os signatários proclamam:

> Por ordem e mandato do seu Senhor ressuscitado, a Igreja de Jesus Cristo é incumbida de batizar os discípulos no nome revelado de Deus: Pai, Filho e Espírito Santo. Este nome próprio identifica fielmente o Salvador e Senhor das Sagradas Escrituras. Embora as fórmulas linguísticas humanas não possam esgotar o mistério da Deidade inefável, a denominação tríplice — que nos foi dada na ressurreição de Jesus — nomeia e designa verdadeiramente as três Pessoas da Santíssima Trindade, tal como são reveladas na narrativa bíblica, e resume a experiência apostólica de Deus em Cristo. Rejeitar, ignorar ou marginalizar o nome trinitário é separarmo-nos dessa história que molda e define a identidade da Igreja; em última análise, é separarmo-nos do próprio Deus de Israel. A confissão do nome trino é exigida na celebração do batismo cristão e estrutura adequadamente a liturgia e a oração da comunidade cristã: oramos corretamente ao Pai, através do Filho, no Espírito Santo. Como declarou São Basílio, o Grande: "Porque somos obrigados a ser batizados nos termos que recebemos e a professar a crença nos termos em que somos batizados, e como professamos a crença, assim damos glória ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo" (DECLARAÇÃO DE BALTIMORE, 1991).

A afirmação estabelece a doutrina trinitária como fundamento constitutivo da identidade cristã. A Trindade não é apresentada como uma formulação teológica acessória, mas como a compreensão de Deus recebida na revelação bíblica e confessada pela Igreja desde o batismo. A referência a São Basílio reforça a continuidade entre a fórmula batismal, a fé professada e o culto cristão, segundo a relação histórica entre a *lex orandi* e a *lex credendi*: a oração da Igreja expressa e preserva aquilo em que ela crê.

Na seção de repúdio, lê-se:

> Repudiamos o falso ensinamento de que Deus não se nomeou definitiva e unicamente em Jesus Cristo, que somos livres para ignorar ou suprimir o nome revelado de Pai, Filho e Espírito Santo e adorar a Deidade com nomes e imagens criados pela nossa imaginação decaída ou fornecidos pela cultura secular, não reformados pelo Evangelho e pela revelação bíblica (DECLARAÇÃO DE BALTIMORE, 1991).

O repúdio dirige-se à relativização da revelação cristã e à substituição da linguagem trinitária por concepções de Deus determinadas exclusivamente pelas preferências culturais de cada época. A preocupação central não é negar que outras culturas utilizem diferentes imagens para falar do divino, mas afirmar que a Igreja deve discernir sua linguagem teológica a partir da revelação recebida em Cristo, e não subordinar essa revelação às expectativas da cultura secular.

O segundo artigo – intitulado Deus como Criador e Senhor da Criação – afirma:

> O Deus triúno é o criador santo que, livremente, dá ao universo uma existência contingente a partir do nada (*creatio ex nihilo*). Ele é o Senhor soberano, transcendendo totalmente a sua criação, mas ativamente imanente nela, guiando-a e dirigindo-a para o seu cumprimento escatológico no Reino. Como criador, Deus é livre para agir dentro do seu universo, tanto providencial como milagrosamente, para cumprir os seus propósitos e fins (DECLARAÇÃO DE BALTIMORE, 1991).

A declaração sustenta a distinção entre Deus e o mundo sem separar o Criador da sua criação. A expressão *creatio ex nihilo* afirma que o universo não é eterno nem constitui uma extensão da substância divina, mas existe por um ato livre de Deus. Ao mesmo tempo, a transcendência divina não implica afastamento: Deus permanece ativo na preservação da criação e na condução da história para sua consumação escatológica. Essa perspectiva rejeita tanto a identificação de Deus com o cosmos quanto a concepção de um universo abandonado à própria dinâmica.

Na seção de repúdio, lê-se:

> Repudiamos o falso ensino do monismo, que une indissoluvelmente a divindade e o cosmos num todo interdependente, sendo o mundo interpretado como o corpo de Deus, nascido da substância da divindade e, portanto, divino. Por outro lado, repudiamos a falsa doutrina do deísmo, que afasta o criador do envolvimento ativo na preservação, redenção e consumação da sua criação (DECLARAÇÃO DE BALTIMORE, 1991).

O repúdio delimita duas posições consideradas incompatíveis com a doutrina cristã da criação. O monismo, tal como caracterizado no documento, dissolve a distinção entre Deus e o universo, enquanto o deísmo apresenta um Criador que, depois de originar o mundo, não intervém ativamente em sua história. A declaração afirma, em oposição a ambas, que Deus não é idêntico à criação nem está ausente dela: é transcendente, sustenta a existência do mundo e atua na sua redenção. A crítica dirige-se às versões dessas concepções que contradizem a doutrina cristã, sem pressupor que toda filosofia monista tenha exatamente as mesmas características.

O terceiro artigo – intitulado A divindade de Jesus Cristo e a revelação de Deus – aborda a natureza divina de Jesus, nos seguintes termos:

> Jesus de Nazaré é Deus. Ele é o Verbo feito carne, a encarnação e a personificação do Filho divino, verdadeiramente Deus e verdadeiramente humano, "de um só ser" (*homoousios*) com o Pai e o Espírito. Nesta admirável união de divindade e humanidade, o Deus trino revela-se de forma perfeita e definitiva. Em Cristo,

> e só nele, é-nos dada gratuitamente a verdadeira apreensão de Deus na sua realidade imanente, é-nos dada gratuitamente a participação no conhecimento que o Filho tem do Pai no Espírito Santo. O Senhor crucificado e ressuscitado, em toda a sua particularidade histórica, é assim a fonte e o fundamento do nosso conhecimento do Deus vivo. Regozijamo-nos com a dádiva do Deus trino em Jesus Cristo e declaramos Jesus como a Palavra eterna que julga todas as pregações, ensinamentos, teologias, ações, orações e rituais. Reconhecemos que Deus é livre para se comunicar de muitas e diversas formas aos povos do mundo; mas confessamos que o conhecimento salvífico e autêntico da Divindade na sua vida trinitária interior só é possível no e através do Filho encarnado, Jesus Cristo, o Deus-homem (DECLARAÇÃO DE BALTIMORE, 1991).

O artigo reafirma a doutrina cristológica formulada nos concílios ecumênicos, especialmente a plena divindade e a plena humanidade de Cristo. O termo *homoousios* expressa a consubstancialidade do Filho com o Pai, enquanto a referência à encarnação preserva a realidade da natureza humana assumida por Jesus. Cristo não é apenas um mensageiro que comunica informações sobre Deus: é o Verbo encarnado, em cuja pessoa Deus se dá a conhecer de maneira decisiva. Por isso, toda teologia e toda prática eclesial devem ser avaliadas à luz de Cristo, sem que isso obrigue a negar, de antemão, toda ação providencial de Deus fora das fronteiras visíveis da Igreja.

Na seção de repúdio, lê-se:

> Repudiamos o falso ensino de que Jesus Cristo é apenas uma revelação ou manifestação de Deus, que existem outras revelações e outras experiências (políticas, ideológicas, culturais ou religiosas) para as quais podemos olhar ou devemos olhar para obter o conhecimento do verdadeiro Deus (DECLARAÇÃO DE BALTIMORE, 1991).

Este repúdio é um dos mais importantes, pois contesta a redução de Jesus a uma manifestação divina entre outras apresentadas ao longo da história, como se sua identidade e missão fossem equivalentes às de fundadores religiosos, movimentos políticos ou

sistemas filosóficos. Ao mesmo tempo em que a Declaração não nega que experiências culturais e religiosas possam suscitar perguntas importantes ou oferecer elementos de reflexão, sustenta, porém, que elas não podem ocupar o lugar de Cristo como revelação decisiva de Deus para aqueles que aderem à Fé cristã. O critério adotado, ao mesmo tempo Alto e conforme os padrões dos dogmas cristológicos dos primeiros séculos, impede que qualquer ideologia, sistemas filosóficos ou doutrinas religiosas sejam elevados a uma autoridade paralela ou superior ao Evangelho.

O quarto artigo – intitulado A encarnação, a redenção e a mediação exclusiva de Cristo – afirma:

> Pela sua encarnação em Jesus, o israelita, o eterno Filho de Deus assumiu para si a nossa natureza humana, purificando-a e curando-a pelo poder do Espírito, redimindo-a do pecado e da morte pela cruz do Calvário, elevando-a à vida eterna na sua ressurreição e incorporando-a na vida trina da Divindade pela sua ascensão à direita do Pai. Assim, este Jesus, que é chamado o Cristo, é o Salvador do mundo, o único mediador entre Deus e a humanidade, em quem, pela fé, arrependimento e batismo, encontramos o perdão, o renascimento no Espírito e a vida eterna no Reino. Embora não tenhamos a presunção de julgar como o Deus todo-santo e todo-misericordioso trará ou não à salvação aqueles que não ouvem e não acreditam no Evangelho pregado, declaramos enfaticamente que Jesus é o legítimo Senhor e Salvador de toda a humanidade, e abraçamos a Grande Comissão do nosso Senhor para proclamar com fervor evangélico as suas Boas Novas ao mundo. Negar esta convicção histórica no senhorio absoluto de Cristo Jesus e na sua mediação exclusiva da salvação é eviscerar o coração e a vitalidade da missão evangelística da Igreja (DECLARAÇÃO DE BALTIMORE, 1991).

O artigo apresenta a salvação como obra integral de Deus em Cristo, envolvendo a encarnação, a cruz, a ressurreição e a ascensão. A redenção não consiste somente em perdão jurídico ou mudança moral, mas também na cura e restauração da natureza humana e em sua vocação à comunhão com Deus. A declaração associa essa doutrina à missão evangelizadora da Igreja, ao mesmo tempo que reconhece os

limites do juízo humano acerca do destino daqueles que não receberam o Evangelho. Essa ressalva é importante: a afirmação da mediação única de Cristo não equivale a reivindicar que os cristãos conheçam antecipadamente o destino eterno de cada pessoa.

Na seção de repúdio, lê-se:

> Repudiamos o falso ensino de que a salvação da humanidade pela ação soberana e graça de Deus é desnecessária ou que a salvação pode ser encontrada, em última análise, à parte da morte expiatória e ressurreição de Jesus Cristo. Repudiamos o falso ensino de que Jesus é apenas um salvador entre muitos — o salvador dos cristãos, mas não da humanidade (DECLARAÇÃO DE BALTIMORE, 1991).

O repúdio protege o núcleo da soteriologia cristã: a salvação depende da graça divina e da obra de Cristo, e não de uma via autônoma de redenção desvinculada da cruz e da ressurreição. A declaração também rejeita a ideia de que Jesus teria autoridade salvífica apenas sobre os cristãos, enquanto outras religiões ofereceriam caminhos independentes de salvação. A afirmação não exige que se condenem indiscriminadamente todas as pessoas de outras religiões; exige que a Igreja não abandone a confissão de Cristo como Salvador universal e único mediador.

O quinto artigo – intitulado Israel, a aliança e a relação entre cristãos e judeus – aborda a aliança entre Deus e os descendentes de Abraão, particularmente o povo de Israel:

> Pelo chamamento de Abraão e pela aliança de Moisés promulgada no Monte Sinai, o Deus trino reuniu para si o povo de Israel para ser a sua nação santa e o seu sacerdócio real, consagrados ao seu serviço na redenção do mundo. A eles confiou a sua Torah, a sua Sabedoria e a sua Palavra profética. Deste povo, Deus fez nascer o seu Messias, nascido em Belém da Virgem Maria, Jesus, o judeu, filho de David, que é o cumprimento das promessas de Deus a Israel e o Salvador da humanidade e de toda a criação. Por estas razões majestosas, os judeus devem ser considerados pelos cristãos como um povo reverente e abençoado. Seguindo o ensinamento do Novo Testamento, aguardamos ansiosamente o momento em que gentios e judeus serão totalmente

> reconciliados e se tornarão um só povo em comunhão eterna com o Messias crucificado e ressuscitado na Nova Jerusalém (DECLARAÇÃO DE BALTIMORE, 1991).

O artigo reconhece a importância permanente de Israel na história da salvação e recorda que Jesus, seus apóstolos e a primeira comunidade cristã surgiram no contexto do povo judeu. A identidade judaica de Jesus não é um detalhe biográfico, mas parte da compreensão cristã do cumprimento das promessas bíblicas. O texto procura, ao mesmo tempo, afastar a hostilidade contra os judeus e sustentar uma interpretação cristológica da história da aliança. A relação entre Israel e a Igreja permanece um tema teológico complexo, e a linguagem do artigo deve ser lida com atenção às diferentes tradições cristãs sobre a continuidade da aliança.

Na seção de repúdio, lê-se:

> Repudiamos o falso ensino de que os judeus podem ser perseguidos pelos cristãos e repudiamos especialmente a repugnante e falaciosa acusação de "assassinos de Cristo", que tem sido usada pelos cristãos ao longo dos séculos como desculpa para o ódio, o fanatismo e a violência contra os judeus. Todo o antissemitismo, em pensamento, palavra ou ação, é vicioso e deve ser deplorado e condenado pelos cristãos. Mas também repudiamos o falso ensino de que a salvação eterna já foi dada ao povo escolhido de Israel através da aliança de Abraão e Moisés, independentemente do Cristo crucificado, e a inferência de que o Evangelho de Jesus, o Messias, não precisa ser proclamado a eles (DECLARAÇÃO DE BALTIMORE, 1991).

Esta seção contém duas afirmações que precisam ser consideradas conjuntamente. A primeira condena explicitamente o antissemitismo, a perseguição religiosa e a acusação coletiva de que os judeus seriam responsáveis pela morte de Cristo. Trata-se de uma rejeição de práticas e discursos historicamente utilizados para justificar discriminação e violência. A segunda afirma a convicção cristã de que a salvação está vinculada a Cristo e, por isso, rejeita a ideia de que a missão evangelizadora deva excluir o povo judeu. A declaração procura sustentar simultaneamente a condenação do antissemitismo e a universalidade do Evangelho.

Essa posição, contudo, não autoriza coerção religiosa nem elimina a necessidade de respeito à liberdade de consciência e à identidade judaica.

O sexto artigo – intitulado A graça, a justificação e a paternidade de Deus – enfatiza o amor divino e a salvação pela graça, sendo o coração doutrinário para se compreender a obra redentora de Cristo, realizada na cruz.

> O Evangelho é a proclamação do amor incondicional, da graça, da misericórdia e do perdão de Deus Pai, mediados por Cristo crucificado, no poder do Espírito. O Pai nutre, protege e cuida dos seus filhos como uma mãe que amamenta: fortalece-os, dirige-os e disciplina-os como um pai firme. O seu amor abraça igualmente todos os homens, mulheres e homens, e é-nos comunicado na pregação da Palavra e na celebração dos sacramentos, recebidos pela fé que nos é concedida no dom do Evangelho. Este amor não pode ser conquistado nem comprado: somos justificados gratuitamente pela graça que nos é dada através de Cristo na sua morte sacrificial e ressurreição vitoriosa, e não pelas nossas obras religiosas, políticas, psicológicas ou morais (DECLARAÇÃO DE BALTIMORE, 1991).

O artigo reafirma a justificação pela graça, em oposição à ideia de que a salvação poderia ser adquirida por méritos humanos ou por desempenho moral, político ou religioso. A fé não aparece como uma conquista independente, mas como resposta ao dom de Deus comunicado pelo Evangelho. A referência aos sacramentos situa essa doutrina no contexto da vida litúrgica e comunitária da Igreja. A imagem materna do cuidado divino, acompanhada da imagem paterna, também recorda que Deus não deve ser reduzido às limitações e aos papéis sociais atribuídos aos seres humanos.

Na seção de repúdio, lê-se:

> Repudiamos o falso ensino de que Deus é masculino (exceto no Cristo encarnado) e que os homens são consequentemente superiores às mulheres, ou que Deus institucionalizou na família, na sociedade ou na Igreja a dominação autoritária e sexista das mulheres pelos homens. Repudiamos o falso ensino de que Deus Pai é o opressor e subjugador das mulheres, ou que a

> Paternidade divina é corretamente interpretada como a projeção psicológica sobre a Deidade da experiência da paternidade humana. Nós, portanto, repudiamos o falso ensinamento de que o Pai de Jesus Cristo é inacessível ou indisponível para as mulheres contemporâneas (DECLARAÇÃO DE BALTIMORE, 1991).

O repúdio distingue a linguagem bíblica da paternidade divina de qualquer legitimação da superioridade masculina ou da opressão das mulheres. A declaração sustenta que a revelação de Deus como Pai não significa que a divindade possua sexo masculino, nem que as relações humanas de autoridade possam ser simplesmente projetadas sobre Deus. Ao mesmo tempo, rejeita a interpretação segundo a qual a paternidade divina seria apenas uma construção psicológica ou cultural. O argumento procura preservar a linguagem trinitária recebida pela tradição cristã sem transformá-la em fundamento para estruturas sexistas. A aplicação dessas afirmações às questões contemporâneas de ordenação, ministério e autoridade eclesial exige, contudo, que se considerem as diferenças existentes entre as tradições anglicanas.

O sétimo e último artigo – intitulado A autoridade das Escrituras e a interpretação bíblica – inicia-se com a reafirmação do compromisso assumido na ordenação sacerdotal: as Sagradas Escrituras do Antigo e do Novo Testamento são a Palavra de Deus e contêm todas as coisas necessárias para a salvação. Essa formulação está presente em diferentes edições do Livro de Oração Comum, incluindo a edição inglesa de 1662 e a norte-americana de 1979 – bem como a edição brasileira de 1988 da IEAB (que foi retirada da edição de 2015).

> Confessamos que as Sagradas Escrituras do Antigo e do Novo Testamento são a Palavra de Deus e contêm todas as coisas necessárias para a salvação. O Espírito Santo, o autor último da Palavra de Deus escrita, esteve ativo tanto na inspiração dos escritores, redatores e editores humanos pecadores como no processo de canonização. Interpretadas no seio da tradição e da comunidade da Igreja Cristã, com o recurso a uma crítica bíblica responsável — sempre sob a orientação e o senhorio do Espírito — as Escrituras, na sua totalidade, são o testemunho fiável, fidedigno e canônico da autorrevelação de Deus em Jesus Cristo, e são a nossa autoridade primária e decisiva em matéria de fé e moral. Através das Sagradas Escrituras, a Igreja ouve todos os

> dias de novo aquela Palavra que nos liberta da tirania do que está na moda, a Palavra divina que renova e inspira, ensina e corrige, julga e salva (DECLARAÇÃO DE BALTIMORE, 1991).

O artigo atribui às Escrituras autoridade primária e decisiva em matéria de fé e moral, articulando essa autoridade com a tradição da Igreja, a ação do Espírito Santo e o uso responsável dos métodos de crítica bíblica. A declaração não exige o abandono da investigação histórica ou literária; procura impedir que tais métodos se tornem critérios absolutos que determinem, de antemão, quais partes da Bíblia podem ser consideradas normativas. A interpretação bíblica, nessa perspectiva, ocorre no interior da comunidade cristã e deve permanecer orientada para o testemunho integral das Escrituras acerca de Cristo. O texto também contesta a submissão da doutrina às modas culturais, sem com isso dispensar o discernimento crítico necessário à interpretação.

Na seção de repúdio, lê-se:

> Repudiamos o falso ensinamento de que o testemunho claro das Sagradas Escrituras pode, no todo ou em parte, ser suplantado pelas imagens, pontos de vista, filosofias e valores da cultura secular. Repudiamos o falso ensino de que apenas as palavras de Jesus pré-ressurreição que podem ser demonstradas como certas ou prováveis pela crítica histórica são autorizadas para a vida e missão da Igreja. Repudiamos o falso ensino de que o Antigo Testamento não deve ser interpretado à luz do seu cumprimento messiânico na pessoa de Jesus Cristo, como testemunhado no Novo Testamento, ou que o Antigo e o Novo Testamento são hermenêutica, material e formalmente independentes um do outro (DECLARAÇÃO DE BALTIMORE, 1991).

O repúdio dirige-se à ideia de que a cultura secular ou determinados pressupostos acadêmicos possam substituir a autoridade das Escrituras na definição da fé cristã. A crítica é especialmente dirigida à tentativa de reconhecer como normativas apenas as palavras de Jesus que possam ser reconstruídas como historicamente prováveis, separando o Jesus histórico do Cristo confessado pela Igreja. A declaração também defende a unidade teológica dos dois Testamentos, interpretando o Antigo à luz de seu cumprimento cristológico no

Novo, sem negar a importância de seus contextos históricos e literários próprios. Sua posição não exclui a pesquisa crítica, mas rejeita sua utilização como instância soberana diante da qual o testemunho canônico da Igreja deva ser subordinado.

Os sete artigos da Declaração de Baltimore articulam uma visão integrada da ortodoxia cristã: a confissão do Deus trino, a distinção entre Criador e criação, a plena divindade e humanidade de Jesus Cristo, a mediação salvífica de sua obra, a relação entre Israel e a Igreja, a justificação pela graça e a autoridade das Escrituras. Os repúdios delimitam as posições que os signatários consideravam incompatíveis com essa estrutura doutrinária.

Trechos da Declaração ressoam de maneira especial com as posições teológicas do Anglo-Catolicismo, especialmente pela ênfase sacramental do texto. O quarto artigo declara, por exemplo: "Afirmamos que o ministério ordenado — bispos, presbíteros e diáconos – é essencial para a vida da Igreja, e que a sucessão apostólica é mais do que uma convenção histórica: é parte da natureza da Igreja"). Tal afirmação dialoga com documentos doutrinários clássicos do anglicanismo. Os Princípios de Doutrina, aprovados pela Conferência de Lambeth de 1888, já reconheciam a importância de preservar "a sucessão histórica do episcopado como sinal da unidade católica". No mesmo espírito, a Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana (ARCIC), em seu documento *The Church as Communion*, afirmou que "a sucessão episcopal é expressão da fidelidade da Igreja à missão apostólica e à integridade da Eucaristia" (ARCIC, 1991).

Outro ponto crucial da Declaração de Baltimore é sua leitura teológica da Escritura. Os autores afirmam que "a Sagrada Escritura, como inspirada por Deus, é a norma definitiva de fé e moral", mas não deve ser lida em isolamento da Tradição: "A interpretação das Escrituras deve estar enraizada na vida da Igreja, na Tradição recebida, e na fé comum dos séculos". Esse princípio ecoa diretamente os documentos da Reforma inglesa e também o pensamento patrístico. Em resposta à crescente subjetivação da hermenêutica bíblica nas décadas de 1980 e 1990, os autores da Declaração apontam para um modelo de leitura que preserva a hermenêutica católica, isto é, ancorada na leitura comunitária, sacramental e doutrinal da Igreja.

O documento também rejeita práticas e doutrinas que, segundo os signatários, relativizam a fé histórica, afirmando:

"Rejeitamos o pluralismo teológico como substituto da verdade cristã. A Igreja não pode ensinar simultaneamente doutrinas contraditórias. A verdade é una porque Deus é uno". Essa crítica é dirigida tanto à ambiguidade moral quanto às reformas litúrgicas e eclesiológicas que, no entendimento dos autores, ameaçavam a integridade católica do anglicanismo.

Em termos de recepção, a Declaração de Baltimore encontrou eco especialmente entre comunidades anglo-católicas e evangelicais tradicionais da Igreja Episcopal dos Estados Unidos e ao redor da Comunhão Anglicana, embora não tenha ganhado adesão da maioria absoluta do clero. Mas, sua influência atual pode ser comparada à das confissões reformadas em seus contextos históricos: documentos não oficiais que expressam a consciência doutrinal da Igreja local e da busca por preservar uma tradição em tempos de disputas e crises teológicas.

A DECLARAÇÃO DE BALTIMORE PARA O SÉCULO XXI

Na época, os autores da Declaração de Baltimore foram tachados de traidores ou acusados de se rebelarem contra o "culto, a doutrina e a disciplina" da Igreja Episcopal, sendo que o que eles buscavam fazer era justamente preservar estes. Com a ascensão de novas crises institucionais no mundo anglicano, novos olhares estão surgindo sobre esta pequena declaração de fé, que passou despercebida por décadas.

Mais do que uma manifestação de resistência de determinado grupo de sacerdotes episcopais, a Declaração pôde ser interpretada como uma advertência sobre as consequências eclesiológicas da perda de referências doutrinárias comuns. Em uma tradição como a anglicana, caracterizada por sua amplitude teológica, pela diversidade de expressões litúrgicas e pela convivência entre diferentes escolas de interpretação, a questão da autoridade assumiu importância decisiva. A diversidade, quando mantida dentro dos limites da fé cristã histórica, pôde enriquecer a vida da Igreja; quando se transformou na possibilidade de negar ou reformular os elementos constitutivos dessa fé, passou a representar um problema que atingia a própria identidade eclesial.

A defesa da ortodoxia bíblica não pode ser confundida com a simples preservação de costumes antigos, preferências litúrgicas ou posições políticas. A Ortodoxia, no seu sentido mais objetivo, diz respeito à confissão correta da fé apostólica, particularmente à doutrina de Deus, à pessoa e à obra de Jesus Cristo, à realidade da salvação, à natureza da Igreja e à vida sacramental. A Tradição, por sua vez, não constitui apenas um conjunto de práticas herdadas do passado, mas a transmissão histórica da fé recebida dos apóstolos, testemunhada nas Escrituras, confessada nos credos ecumênicos e desenvolvida na vida litúrgica e doutrinária da Igreja. A relação entre Escritura e Tradição constitui, assim, um dos pontos fundamentais para compreender a Declaração e sua pertinência para o Anglicanismo contemporâneo.

O problema enfrentado pela Declaração de Baltimore à época não se limitou a divergências secundárias sobre a organização da Igreja ou à preferência por determinada forma de celebração litúrgica. O documento expôs uma preocupação com alterações que, segundo seus signatários, poderiam atingir o próprio conteúdo da fé cristã. O que estava em jogo era a própria possibilidade de estabelecer uma identidade cristã reconhecível quando os fundamentos da fé passavam a ser submetidos aos critérios variáveis da cultura. Se a Igreja deixasse de reconhecer a autoridade das Escrituras e a continuidade da Tradição apostólica como referências normativas, a doutrina correria o risco de se transformar em uma construção circunstancial, sujeita às preferências intelectuais, políticas e morais de cada geração.

Foi nesse ponto que a Declaração adquiriu relevância para a crítica ao Progressismo teológico que hoje assola o Anglicanismo. Quanto à expressão Progressismo, esta precisa ser empregada com rigor conceitual. É preciso considerar que, nem toda mudança litúrgica, transformação institucional ou reflexão sobre problemas sociais representa abandono da Ortodoxia, como muitos anglicanos ou episcopais reacionários tendem a fazer, principalmente em tempos em que a polarização política tomou conta das Igrejas cristãs (seja nos Estados Unidos ou até mesmo no Brasil). A história do Anglicanismo comportou diferentes escolas teológicas e processos legítimos de desenvolvimento doutrinário (nos extremos dos espectros evangélico, anglo-católico, carismático e outros). O problema surgiu quando o desenvolvimento deixou de aprofundar a compreensão da fé recebida e passou a contradizer seus fundamentos, substituindo a revelação divina

por critérios culturais apresentados como superiores à autoridade das Escrituras e à continuidade da Tradição.

A dificuldade central não está na disposição da Igreja para dialogar com a sociedade contemporânea, mas na inversão da relação entre a Fé cristã e a Cultura. A Igreja precisa anunciar o Evangelho em cada época, compreender os desafios de seu tempo e discernir as necessidades pastorais de seus fiéis. Não lhe cabe, entretanto, transformar as convicções predominantes de determinada sociedade em critérios superiores à Revelação. Quando a adaptação cultural se converte em princípio normativo da doutrina, a Igreja deixa de julgar criticamente o mundo à luz do Evangelho e passa a submeter o Evangelho aos julgamentos do mundo.

À luz dos anos de 1990 e os atuais, a Declaração de Baltimore pode ser interpretada como uma contestação antecipada dessa inversão. A Tradição cristã – desde a própria Teologia Patrística – admite o aprofundamento, o desenvolvimento conceitual e novas aplicações pastorais, mas não pode ser tratada como matéria disponível à reconstrução conceitual humana. A autoridade das Sagradas Escrituras ocupa posição decisiva nessa discussão. O Anglicanismo histórico sempre reconheceu a Bíblia como fundamento da doutrina cristã, em associação com a recepção dos credos ecumênicos, dos sacramentos e do ministério histórico da Igreja. Essa compreensão não pressupõe que cada questão deva ser resolvida sem interpretação, nem elimina a importância da Razão (como no Tripé de Richard Hooker) e da Experiência (como no Quadrilátero Wesleyano) na reflexão teológica. Significa que esses instrumentos devem atuar em responsabilidade e consonância perante a Revelação cristã, e não como autoridades independentes capazes de invalidá-la ou subjugá-la à luz dos tempos.

A Tradição permitiu que a Igreja interpretasse as Escrituras em continuidade com o testemunho dos Padres, as decisões dos concílios ecumênicos, a liturgia e a experiência histórica da comunidade cristã. A doutrina da Santíssima Trindade oferece um exemplo elucidativo. Embora sua formulação dogmática tivesse adquirido precisão por meio dos debates dos primeiros séculos, a Igreja não considerou estar inventando uma nova concepção de Deus para uma nova religião monoteísta estabelecida como a fé de milhões pelo Império Bizantino. Procurou expressar, com rigor conceitual, a fé recebida no testemunho apostólico: um só Deus em três Pessoas, Pai, Filho e Espírito Santo.

A relativização dessa confissão representa um problema de natureza fundamentalmente teológica. A doutrina trinitária não constitui um elemento periférico da identidade cristã, passível de ser substituído por uma concepção genérica de divindade. Ela determina a maneira pela qual a Igreja compreende temas como a Criação, a Encarnação, a Redenção e a Santificação. Questionar a fé no Deus Uno e Trino em nome de uma adaptação cultural irrestrita significa colocar em discussão o próprio conteúdo essencial da Revelação cristã[17].

A mesma questão aparece quando a singularidade de Jesus Cristo é reduzida a uma interpretação religiosa entre tantas outras. O Cristianismo histórico não confessou Jesus simplesmente como um mestre espiritual, um profeta entre outros ou uma manifestação divina comparável a todas as demais experiências religiosas. Confessou-o como o Verbo encarnado, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, cuja vida, morte e ressurreição constituíram o centro da reconciliação entre Deus e a humanidade. A Declaração de Baltimore chamou a atenção para o perigo de reduzir essa confissão a uma possibilidade religiosa relativa, como se a identidade de Cristo pudesse ser redefinida sem consequências para a totalidade da fé cristã.

A abertura ao diálogo inter-religioso não exigiu o abandono dessa convicção. A Igreja pôde reconhecer a dignidade de pessoas de outras religiões, defender a liberdade de consciência, cooperar em iniciativas de paz e justiça e estudar seriamente outras tradições religiosas sem afirmar que todas as religiões ensinavam a mesma coisa. O respeito pelo próximo não exigiu a suspensão de toda afirmação de verdade. Quando o diálogo passou a exigir que os cristãos tratassem a própria confissão como uma construção cultural sem validade normativa, já não se tratava apenas de promover a convivência entre diferentes tradições, mas de questionar a possibilidade de a Igreja proclamar aquilo que recebera como revelação de Deus.

[17] Como exemplo disso, em terras brasileiras, tem-se um episódio testemunhado pelo autor desta obra de que, em uma celebração numa Catedral da IEAB, o deão da referida catedral fez uma afirmação em seu sermão, comparando a figura do Espírito Santo e a forma como Ele atua na Igreja, à Exu, entidade das religiões de Matriz Africana. Mesmo que fosse uma aula de Ciências das Religiões, tal comparação é uma falta de honestidade teológica (para não dizer intelectual), bem como uma heresia sem tamanho, utilizando-se da Teologia Comparada ou Estudos Comparados de Religião para fazer uma afirmação como esta, a qual, nem em nenhuma das áreas de estudo, faz o menor sentido. Além, do fato de causar escândalo a outros cristãos que ouçam.

Esse relativismo doutrinário apresenta, em si mesmo, uma contradição interna. Se todas as afirmações das diferentes doutrinas religiosas podem ser consideradas equivalentes, então a própria afirmação relativista também precisa ser submetida ao mesmo critério, perdendo qualquer pretensão de validade universal. Para a Igreja, entretanto, a questão é mais profunda: a missão cristã não consiste em oferecer uma espiritualidade indefinida, adaptável a qualquer concepção do divino, mas em anunciar o Evangelho de Jesus Cristo, preservando a integridade da Fé trinitária e apostólica.

Um dos exemplos mais visíveis das tensões entre a compreensão tradicional da fé cristã e divergências contemporâneas, está nas novas interpretações sobre o casamento, defendidas por setores de diferentes províncias da Comunhão Anglicana. Na perspectiva da ortodoxia bíblica tradicional, o matrimônio sempre foi compreendido à luz do testemunho das Escrituras, particularmente a partir dos textos de Gênesis 2:24 e Mateus 19:4-6, que apresentam a união matrimonial entre um homem e uma mulher como parte da ordem da Criação e a relacionaram à fidelidade e à unidade conjugal. Essa compreensão foi incorporada à tradição litúrgica anglicana, inclusive à definição matrimonial presente no Livro de Oração Comum de 1979 da Igreja Episcopal dos Estados Unidos.

A controvérsia intensificou-se quando algumas províncias e dioceses passaram a reconhecer e abençoar uniões entre pessoas do mesmo sexo, interpretando essa prática como expressão da inclusão cristã, enquanto outros setores entenderam tais decisões como incompatíveis com a doutrina histórica do matrimônio. Em 2015, a Igreja Episcopal dos Estados Unidos alterou seus cânones para permitir o casamento entre pessoas do mesmo sexo, consolidando uma mudança institucional que se tornou um dos principais pontos de divergência com setores da Comunhão Anglicana.

A questão não pode ser reduzida à oposição entre inclusão e exclusão. É necessário perguntar se a Igreja possuía autoridade para modificar uma compreensão moral historicamente fundamentada na Escritura e na Tradição e quais critérios deveriam orientar semelhante decisão. Os defensores da revisão entendem que a experiência pastoral, a dignidade das pessoas e uma nova interpretação dos textos bíblicos justificam o reconhecimento dessas uniões. Seus opositores sustentam que a acolhida pastoral deve permanecer distinta da redefinição

doutrinária do matrimônio. Essa divergência expõe concepções totalmente opostas sobre a relação entre a Revelação, a Tradição e o uso da Razão para definir uma posição da autoridade eclesiástica.

Esse conflito não permaneceu restrito à Igreja Episcopal norte-americana. A decisão de 2015 contribuiu para aprofundar as tensões no interior da Comunhão Anglicana. No comunicado da reunião dos Primazes de 2016, os dirigentes anglicanos reconheceram as diferenças relativas à sexualidade humana e à doutrina do matrimônio, estabelecendo medidas relacionadas à participação da Igreja Episcopal em determinados processos decisórios da Comunhão durante três anos. O episódio demonstrou que divergências sobre questões morais poderiam adquirir consequências institucionais e comprometer a confiança entre províncias que compartilhavam uma herança histórica, mas já não interpretavam uniformemente suas implicações doutrinárias (ANGLICAN COMMUNION OFFICE, 2016).

Outro tema, extremamente controverso diz respeito à posição da Igreja em relação ao aborto. A proteção da vida humana possui raízes profundas na tradição cristã, embora existam diferenças entre as denominações quanto às circunstâncias em que a interrupção da gravidez pode ser moralmente admitida. A Igreja Episcopal dos Estados Unidos passou a defender de maneira mais explícita o acesso aos serviços de aborto e aos direitos reprodutivos. Em 2022, sua Convenção Geral aprovou a Resolução D083, que reafirmou o acesso a esses serviços e à contracepção (THE EPISCOPAL CHURCH, 2022).

A posição institucional não permaneceu uniforme ao longo do tempo, sendo possível estudar a evolução do pensamento teológico e a posição doutrinária da denominação. Em 1994, a Resolução A054 qualificava o aborto como uma realidade trágica, recomendando seu emprego apenas em circunstâncias extremas e rejeitando sua utilização por mera conveniência. A mudança de ênfase entre estes documentos institucionais evidencia que houve uma mudança drástica na abordagem moral da denominação, sendo um exemplo do tipo de desenvolvimento ético que precisa ser examinado à luz da teologia moral cristã, e que contradiz as declarações anteriores da própria Igreja Episcopal dos Estados Unidos (THE EPISCOPAL CHURCH, 1994).

Para os defensores da moral tradicional, a questão fundamental está no fato de se é possível que a autonomia individual dos deputados das Convenções Gerais (ou Sínodos das respectivas Igrejas) se

transforme em um princípio determinante das decisões relativas à vida humana. A liberdade de consciência foi reconhecida como um bem que deveria ser respeitado, mas não equivale, na moral cristã, à soberania absoluta da vontade individual.

A consciência necessita de formação, discernimento e responsabilidade perante Deus e para com o próximo. Na própria base filosófica moral e da própria Teologia, a defesa da vida não elimina a necessidade de considerar situações dramáticas, como o risco à vida da gestante, mas ao mesmo tempo exige que tais situações sejam enfrentadas por meio de uma reflexão moral séria, e não pela transformação da autonomia individual em critério absoluto.

O mesmo raciocínio aplica-se aos temas da eutanásia e do suicídio assistido. A dignidade humana não pode ser medida apenas pela autonomia individual, pela ausência de sofrimento ou pela percepção subjetiva da qualidade de vida. A compaixão cristã exige assistência aos enfermos, cuidados paliativos, acompanhamento espiritual e solidariedade com os que sofrem.

Uma reflexão cristã consistente precisa distinguir entre permitir que a morte ocorra em determinadas circunstâncias clínicas, evitar tratamentos desproporcionais e provocar deliberadamente a morte. A Declaração de Baltimore não formula condenações específicas sobre essas matérias, mas suas bases constituem princípios doutrinários e hermenêuticos que podem orientar o discernimento moral, não na substituição da argumentação necessária para cada controvérsia, mas como um verdadeiro instrumento para fechar lacunas que encontram-se sendo preenchidas por malabarismos teológicos sem fundamentos nas Escrituras, na Tradição e na Razão, ou pior ainda, por uma votação em Conferências ou Sínodos que tornam a Igreja, no fim das contas, um partido ou uma organização social regida pela maioria dos votos, ou se quiserem traduzir em termos teológicos, substituem o Episcopalismo pela forma Congregacional de governo eclesiástico. As consequências já sabemos quais são.

A existência de diferentes interpretações sobre a autoridade das Escrituras, o matrimônio, a sexualidade e a missão da Igreja produziu tensões entre províncias que, embora mantivessem vínculos históricos e institucionais, divergiam sobre questões consideradas fundamentais por parcelas significativas de seus membros. E podemos, afirmar, sem sombra de dúvida, que tudo isso partiu do continente norte-americano.

A Declaração de Baltimore pode ser relida como uma advertência sobre as consequências de uma crise de autoridade eclesial. O documento não antecipou necessariamente cada acontecimento posterior, mas identificou questões que se tornariam centrais nas controvérsias anglicanas das décadas seguintes: a possibilidade de relativizar a revelação de Deus em Jesus Cristo, a revisão da autoridade bíblica e o enfraquecimento de uma linguagem teológica comum. Sua importância esteve em ter procurado enfrentar essas questões antes que alcançassem a intensidade institucional observada no século XXI.

A Igreja Episcopal dos Estados Unidos ocupou um lugar particularmente importante nessa história. Algumas de suas decisões sobre a ordenação, o reconhecimento de uniões entre pessoas do mesmo sexo e os direitos reprodutivos tornaram-se referências para os debates internos da Comunhão Anglicana. Ao mesmo tempo, provocaram oposição de províncias e lideranças que consideraram tais mudanças incompatíveis com a interpretação tradicional das Escrituras. A ironia histórica – do ponto de vista dos signatários da Declaração –, consistiu no fato de que uma denominação que abrigava uma antiga tradição anglicana passou a representar, para muitos de seus críticos, um dos principais centros institucionais de transformações que consideravam contrárias à ortodoxia.

A outra ironia é que, parte dos defensores da ortodoxia dentro da Igreja Episcopal, acabaram aderindo à Ortodoxia como opção resultante desse embate teológico. Não é simples considerar esta posição adotada por dois dos clérigos signatários – Gary e Alvin –, uma vez que, tempos depois, uma quantidade considerável de anglicanos e episcopais, principalmente no continente norte-americano, aderiram aos Ordinariatos criados pelo Papa Bento XVI, tornando-se católicos de patrimônio anglicano dentro de sua nova comunhão – agora não mais com Cantuária, mas com Roma.

A atitude destes dois clérigos – e de outros que seguiram pelo mesmo caminho –, somente mostra que, onde o Liberalismo teológico e a falta de clareza doutrinária se espalhou, um corpo doutrinário sólido, junto com um ensino que não permite interpretações dúbias ou margens para movimentos progressistas como os que se instalaram à época na Igreja Episcopal ou atualmente na Comunhão Anglicana, leva à crise institucional. E a busca por segurança pastoral, junto com uma estabilidade doutrinária, acaba fazendo com que clérigos e fiéis

encontrem isto em Igrejas com Confissões de Fé bem definidas – como o caso de Igrejas Reformadas e Luteranas tradicionais que acolheram clérigos e membros episcopais de tendência mais evangélica –, ou um Magistério bem sólido, como o foi o caso dos Ordinariatos em 2009, ou anos depois com a Ortodoxia, onde os Padres Gregory e Aidan encontraram um espaço seguro para continuar com a sua vocação sacerdotal e magisterial.

Ao mesmo tempo, seria historicamente incorreto afirmar que todas as divergências contemporâneas surgiram exclusivamente dos Estados Unidos ou que toda a Igreja Episcopal norte-americana adotou uma posição teológica pró-Progressismo. As controvérsias também envolveram outras províncias, como a própria Igreja da Inglaterra, a Igreja Anglicana do Canadá, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e até mesmo já chegaram a Províncias africanas e asiáticas, com respectivos movimentos progressistas e conservadores que até hoje se opõem.

Do mesmo modo, é possível apontar que os debates sobre casamento e sexualidade ainda não esgotaram as suas hermenêuticas. No mundo anglicano ainda existem questões sobre autoridade, autonomia provincial, herança colonial, cultura e compreensão da comunhão entre províncias que desempenharam papéis importantes nas configurações administrativas e nos espaços de tomadas de decisão. Um exemplo disso são províncias africanas que dependem totalmente de verbas repassadas por Paróquias ou Dioceses da Igreja Episcopal dos Estados Unidos (como a Trinity Wall Street de Nova York), e que, sem tais valores não conseguem manter seu clero, ou trabalhos missionários e sociais na região. Isso é uma forma de neocolonialismo. Situações como essa apenas aprofundam a responsabilidade histórica de grandes igrejas no aumento das divisões na Comunhão Anglicana.

A atual crise do Anglicanismo – sintetizada de forma simplória entre conservadores e progressistas –, escancara as limitações de uma concepção de Comunhão baseada na tolerância denominacional. A convivência entre diferentes tradições teológicas exige mais do que a disposição de evitar conflitos: requer um entendimento mínimo sobre aquilo que a Igreja confessa e sobre a autoridade e o que constitui a sua identidade. Quando questões fundamentais são tratadas como matéria de decisão local, sem consequências para a Comunhão de forma mais ampla, se enfraquece a capacidade de formular uma doutrina comum e de preservar a continuidade entre as diferentes províncias.

A Declaração de Baltimore merece ser conhecida pela nova geração de anglicanos e episcopais. Se no passado o documento foi interpretado por alguns de seus contemporâneos como um manifesto de sacerdotes conservadores, sua importância não pôde ser avaliada somente pelo choque ou influência eclesiástica que causou na sua época. É necessário considerar se as questões por ela levantadas foram refletidas com a profundidade que exigiam. Os conflitos relativos à autoridade bíblica, à singularidade de Cristo e à continuidade doutrinária ainda permanecem no centro das controvérsias e continuam a integrar a atual crise de identidade do Anglicanismo mundial.

A advertência de 1991 adquiriu especial significado quando se considerou a distância entre a existência formal de uma herança doutrinária e sua efetiva recepção na vida institucional. Uma Igreja poderia conservar os credos em seus documentos oficiais e, ao mesmo tempo, permitir que suas implicações fossem progressivamente esvaziadas na pregação, no ensino e nas decisões eclesiásticas. A simples permanência de fórmulas tradicionais não garantiu a continuidade da fé quando essas fórmulas deixaram de exercer influência real sobre a compreensão de Deus, de Cristo, da salvação e da missão cristã.

A crise contemporânea exige, por essa razão, mais do que a reafirmação retórica da identidade anglicana. Ela deve examinar e estabelecer quais são critérios utilizados para reconhecer a validade de novas interpretações, a relação entre a autoridade episcopal e a doutrina recebida e a responsabilidade real das Províncias perante a Comunhão Anglicana e o seu lema: "A verdade vos libertará" (João 8:32). Se cada Província continuar a redefinir unilateralmente elementos fundamentais da Fé cristã sem reconhecer as consequências de suas decisões, a unidade anglicana permanecerá sujeita a uma fragmentação progressiva até se diluir em pequenas federações de Igrejas ou grupos isolados.

REFERÊNCIAS

ANGLICAN COMMUNION OFFICE. Primates' Meeting 2016: Walking Together in the Service of God in the World. Londres: Anglican Communion Office, 2016. Disponível em: https://www.anglicancommunion.org/resource/walking-together-in-the-service-of-god-in-the-world/. Acesso em: 07 jun. 2026.

ARCIC – Anglican-Roman Catholic International Commission. **The Church as Communion.** London: Church House Publishing, 1991.

BALTIMORE DECLARATION. **A Confession of the Faith as the Church has received it.** 1991. Disponível em: https://anglicanhistory.org/usa/baltimore_declaration1991.html. Acesso em: 07 jun. 2026.

RADNER, Ephraim; SUMNER, George R. **Reclaiming Faith**: Essays on Orthodoxy in the Episcopal Church and the Baltimore Declaration. Michigan: Eerdmans Pub Co, 1993.

KIMEL, Alvin. **The Baltimore Declaration**. Eclectic Orthodoxy, 17 nov. 2014. https://afkimel.wordpress.com/2014/11/17/the-baltimore-declaration/. Acesso em: 07 jun. 2026.

THE EPISCOPAL CHURCH. **Acts of Convention: Resolution 1994-A054.** Nova York: General Convention, 1994. Disponível em: https://www.episcopalarchives.org/cgi-bin/acts/acts_resolution-complete.pl?resolution=1994-A054. Acesso em: 07 jun. 2026.

THE EPISCOPAL CHURCH. **Acts of Convention: Resolution 2022-D083 — Affirm the Reproductive Rights and Autonomy of All Episcopalians**. Nova York: General Convention, 2023. Disponível em: https://www.episcopalarchives.org/cgi-bin/acts/acts_resolution-complete.pl?resolution=2022-D083. Acesso em: 07 jun. 2026.

ANGLO-CATOLICISMO TRADICIONAL NA IGREJA DA INGLATERRA

O crescimento dos anglo-católicos através da *The Society*

Introdução

Atualmente, o Anglo-Catolicismo na Igreja da Inglaterra não pode ser compreendido sem passar pelas suas organizações. Se no passado a Igreja possuía organizações anglo-católicas como *The Church Union* e ordens religiosas ou sacerdotais como a *Societas Sancta Crucis* (SSC), hoje o movimento anglo-católico é liderado na Inglaterra através da organização chamada *A Sociedade* (*The Society*) – cujo nome completo é *The Society under the Patronage of Saint Wilfrid and Saint Hilda*.

Essa associação de clérigos e leigos anglicanos busca promover o ensino católico, através da preservação da liturgia tradicional e da ordenação ao sacerdócio apenas de homens (opondo-se à ordenação feminina ao sacerdócio e ao episcopado (alguns de seus membros ainda aceitam a ordenação ao diaconato, embora não seja uma posição majoritária). Desde sua criação, essa instituição tornou-se o principal organismo de apoio pastoral e sacramental aos anglo-católicos tradicionais que permaneceram na Igreja da Inglaterra após as profundas mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX.

A sua organização em 2010, representou uma resposta à prática da ordenação sacerdotal e episcopal de mulheres que vinha sendo praticada na Igreja da Inglaterra, desde 1994 (com as primeiras ordenações sacerdotais) e 2015 (com as consagrações episcopais), práticas estas que desde o seu início, levantaram questionamentos entre muitos anglo-católicos, os quais, passaram a rejeitar a administração dos sacramentos por sacerdotisas ou bispas, necessitando de uma intervenção em paróquias que necessitavam da supervisão pastoral. Desse contexto, criaram-se as figuras dos bispos "visitadores episcopais provinciais" (VEP), também conhecidos como "bispos voadores" ou "bispos visitadores" (*flying bishops*), cujos primeiros vieram d'*A Sociedade*.

Sua atuação, entretanto, vai muito além da simples provisão episcopal. Ao longo dos anos, desenvolveu uma extensa rede de formação teológica, retiros espirituais, encontros do clero, congressos, publicações e atividades pastorais destinadas tanto aos sacerdotes quanto aos leigos. Essa dimensão formativa tornou-se essencial para transmitir às novas gerações a riqueza da tradição anglo-católica, evitando que ela fosse reduzida apenas a elementos estéticos ou cerimoniais.

Em muitas paróquias, a identidade anglicana católica promovida pela *Sociedade* combina uma sólida catequese unindo o ensino da doutrina à vida dos membros da Igreja. Isto se viu recentemente, com a criação de grupos de jovens, como o *Fidelium* (2025), em Londres, com direção espiritual promovida pelos sacerdotes afiliados à *Sociedade*. Junto com essas ações, o incentivo a devoções, a exemplo do Santuário de Nossa Senhora de Walsingham, e o compromisso missionário de expandir a fé católica na Igreja da Inglaterra, com a sagração recente do Bispo de Oswestry (em 2023), que está impulsionando as missões a partir de paróquias anglo-católicas, aumentando o número de membros da Igreja da Inglaterra a partir desse espectro do Anglicanismo.

A ORIGEM DA *THE SOCIETY*

Sobre a história d'*A Sociedade*, ela está intimamente ligada às profundas transformações experimentadas pela Igreja da Inglaterra ao longo da segunda metade do século XX. Se o Movimento de Oxford procurou restaurar a consciência católica do Anglicanismo diante do racionalismo e do secularismo do século XIX, a criação da *Sociedade* representou a resposta dos anglo-católicos tradicionais às novas questões eclesiológicas surgidas após a aprovação da ordenação feminina e das mudanças estruturais implementadas na Igreja da Inglaterra. Sua origem não foi motivada por uma controvérsia litúrgica isolada, mas por um debate muito mais amplo acerca da natureza da Igreja, da sucessão apostólica, da sacramentalidade do ministério ordenado e da continuidade da tradição recebida.

Desde o início do século XX, o Anglo-Catolicismo consolidou-se como uma das principais correntes da Igreja da Inglaterra. Em inúmeras dioceses havia paróquias onde a celebração diária da Santa Eucaristia, a devoção mariana, o Ofício Divino, o uso do incenso, dos paramentos tradicionais e da música coral constituíam parte integrante da vida paroquial. Bispos, sacerdotes e religiosos ligados ao Movimento Ritualista haviam conquistado reconhecimento institucional e já não enfrentavam as perseguições sofridas por figuras como Arthur Tooth. Parecia que a tradição anglo-católica havia finalmente encontrado seu lugar permanente dentro da Igreja nacional.

As décadas posteriores ao Concílio Vaticano II também foram marcadas por profundas mudanças culturais e sociais no Reino Unido. A secularização da sociedade britânica, o crescimento do liberalismo teológico e o surgimento de novas leituras sobre o ministério e a moral cristã passaram a exercer forte influência sobre diversos setores da Igreja da Inglaterra. Questões anteriormente consideradas consensuais tornaram-se objeto de intenso debate, provocando crescente polarização entre grupos de orientação mais liberal e aqueles comprometidos com a continuidade da tradição histórica.

Entre todas essas discussões, nenhuma provocou impacto tão profundo quanto a questão da ordenação feminina. Ainda durante as décadas de 1970 e 1980, o tema passou a ocupar lugar central nos debates do Sínodo Geral. Para muitos defensores da mudança, tratava-se de uma questão de igualdade e justiça. Para boa parte dos anglo-católicos tradicionais, entretanto, o problema não dizia respeito à dignidade ou à capacidade pastoral das mulheres, mas à compreensão sacramental do sacerdócio e à recepção universal da sucessão apostólica conforme entendida pela tradição histórica da Igreja Católica e das Igrejas Ortodoxas.

Em 1992, o Sínodo Geral da Igreja da Inglaterra aprovou a ordenação de mulheres ao presbiterado. A decisão entrou em vigor em 1994 e marcou um dos momentos mais delicados da história recente do Anglicanismo inglês. Centenas de sacerdotes, religiosos e leigos passaram a questionar sua permanência na Igreja da Inglaterra. Alguns optaram imediatamente pela conversão à Igreja Católica Romana, enquanto outros decidiram permanecer, esperando que fossem criados mecanismos capazes de assegurar sua continuidade pastoral dentro da própria Igreja nacional.

Como forma de preservar a unidade e evitar uma ruptura imediata, foram estabelecidas as chamadas *Provincial Episcopal Visitors*, popularmente conhecidas como os "bispos voadores" ou "bispos visitadores" (*flying bishops*). Esses bispos recebiam autoridade para prestar assistência pastoral às paróquias que, por razões de consciência, não reconheciam o ministério sacerdotal feminino nem desejavam permanecer sob a supervisão direta de bispos favoráveis à inovação. Embora esse modelo tenha oferecido uma solução temporária, ele nunca foi considerado plenamente satisfatório, tanto pelos seus críticos, quanto pelos anglo-católicos tradicionais.

> Desde antes de 1994, os anglo-católicos têm estado divididos quanto à ordenação de mulheres ao sacerdócio e, posteriormente, à consagração de mulheres como bispas. Isso causou danos significativos ao testemunho anglo-católico, uma vez que grande parte da energia era dedicada a essas questões internas. Vários grupos foram criados para apoiar pontos de vista divergentes. No campo tradicionalista, destacavam-se a "Forward in Faith" e a "The Society under the Patronage of St. Wilfred and St. Hilda". Essas organizações congregam as paróquias que solicitaram uma "Supervisão Episcopal Alternativa" dentro da ala anglo-católica da Igreja da Inglaterra. (WALLACE, 2023, p. 212).

Ao longo dos anos seguintes, novas discussões ampliaram ainda mais a tensão interna. A possibilidade da ordenação episcopal de mulheres passou a ocupar o centro das atenções. Muitos anglo-católicos entendiam que, uma vez modificada a própria estrutura do episcopado histórico, a provisão pastoral existente deixaria de oferecer garantias suficientes para preservar a continuidade da sucessão apostólica segundo sua compreensão teológica. Crescia, portanto, a necessidade de uma nova organização que reunisse clero e leigos comprometidos com a tradição católica dentro da Igreja da Inglaterra.

Em 2010, o Papa Bento XVI promulgou a Constituição Apostólica *Anglicanorum Coetibus*, criando os Ordinariatos Pessoais para acolher grupos de anglicanos que desejavam entrar em plena comunhão com Roma preservando elementos do *Patrimônio Anglicano*. O anúncio teve repercussão entre os anglo-católicos ingleses. Diversos sacerdotes e alguns bispos passaram a considerar seriamente essa possibilidade, entendendo que a nova estrutura oferecia uma solução definitiva para as dificuldades enfrentadas dentro da Igreja da Inglaterra.

Entre as figuras mais importantes que seguiram esse caminho destacou-se John Broadhurst, então Bispo de Fulham e um dos mais conhecidos líderes do movimento *Forward in Faith* (Avançando na Fé). Broadhurst havia sido uma das principais vozes em defesa dos anglo-católicos tradicionais na Inglaterra. Contudo, convencido de que já não existiam garantias suficientes para a preservação da tradição católica no interior da instituição, renunciou ao episcopado anglicano em 2010 e foi recebido na Igreja Católica, tornando-se posteriormente sacerdote do recém-criado Ordinariato Pessoal de Nossa Senhora de Walsingham.

A saída de John Broadhurst teve enorme significado simbólico. Muitos acreditavam que centenas de paróquias seguiriam imediatamente o mesmo caminho. Embora um número considerável de sacerdotes e comunidades tenha realmente ingressado no Ordinariato, a maioria dos anglo-católicos optou por permanecer na Igreja da Inglaterra. Para esses clérigos e leigos, abandonar a Igreja nacional significaria abrir mão da própria missão recebida pelo Movimento de Oxford: preservar a identidade católica do Anglicanismo em seu interior, e não fora dele.

Foi justamente nesse contexto que amadureceu a ideia de criar uma nova instituição capaz de reunir os anglo-católicos tradicionais remanescentes. Em vez de constituir um partido político eclesiástico, pretendia-se estabelecer uma fraternidade espiritual e pastoral organizada em torno dos bispos que compartilhavam a mesma compreensão da ordem sacramental e da sucessão apostólica. A nova organização deveria fortalecer a identidade comum dessas comunidades e oferecer uma estrutura permanente de cooperação entre dioceses e paróquias.

Assim nasceu, oficialmente em 2010, a organização intitulada *The Society under the Patronage of Saint Wilfrid and Saint Hilda*. A escolha de seus padroeiros não foi casual. São Wilfrid simboliza a fidelidade da Igreja inglesa à tradição católica durante os conflitos litúrgicos da Alta Idade Média, enquanto Santa Hilda de Whitby representa a espiritualidade e cultura monástica que marcou o cristianismo das Ilhas Britânicas. A vida e obra de ambos os santos expressam a continuidade histórica que a nova organização desejava preservar.

Desde seus primeiros anos, *A Sociedade* definiu claramente sua finalidade. Seu objetivo não era contestar permanentemente as decisões sinodais da Igreja da Inglaterra, mas garantir assistência pastoral e episcopal às paróquias que permaneciam fiéis à compreensão tradicional do ministério ordenado. A instituição passou a reunir bispos, sacerdotes, diáconos, religiosos e leigos comprometidos com a tradição católica anglicana, fortalecendo vínculos de comunhão e colaboração missionária.

> *The Society* não é uma organização baseada em filiação individual. Ela é apoiada e financiada pela *Forward in Faith* e administrada pelo seu Diretor. Convida-se aqueles que apoiam os objetivos da *The Society* a apoiar o seu trabalho tornando-se membros da *Forward in Faith*. A

> organização visa promover e manter o ensino e a prática católicos no âmbito da Igreja da Inglaterra, proporcionar uma supervisão episcopal à qual igrejas, instituições e indivíduos se submetam livremente, e garantir um ministério inserido na sucessão apostólica histórica, no qual possam depositar confiança. Essa supervisão é exercida por três Visitadores Episcopais Provinciais (VEPs), bem como pelo Bispo de Fulham, em Londres. Os VEPs desempenham o papel de bispos auxiliares na maioria das dioceses inglesas (WALLACE, 2023, p. 212).

A criação da *Sociedade* coincidiu também com a reorganização das antigas estruturas do movimento *Forward in Faith*, que permaneceu existindo como associação de defesa e representação dos anglo-católicos tradicionais, enquanto a nova instituição assumia principalmente a dimensão pastoral, sacramental e espiritual. Essa complementaridade permitiu maior estabilidade institucional, oferecendo respostas práticas às necessidades das paróquias espalhadas por toda a Inglaterra.

Quando a Igreja da Inglaterra aprovou a ordenação episcopal de mulheres em 2014, muitos imaginavam que a permanência de fiéis anglo-católicos tradicionais se tornaria insustentável em curto prazo. Entretanto, os chamados Cinco Princípios Orientadores (*Five Guiding Principles*), aprovados pelo Sínodo Geral, reconheceram oficialmente a legitimidade da permanência daqueles que, por razões teológicas, não podiam aceitar a inovação. Embora nem todas as dificuldades tenham desaparecido, esse reconhecimento fortaleceu juridicamente a atuação da associação dos bispos anglo-católicos dentro da Igreja nacional.

A partir desse momento, consolidou-se um modelo singular de convivência eclesial. Paróquias filiadas à *Sociedade* continuaram pertencendo plenamente às suas dioceses, mas recebiam acompanhamento sacramental de bispos que compartilhavam sua compreensão do episcopado histórico. Essa solução procurou preservar tanto a unidade institucional da Igreja da Inglaterra quanto a liberdade de consciência daqueles que desejavam permanecer fiéis à tradição anglo-católica.

Com o passar dos anos, a atuação da *Sociedade* ultrapassou a simples assistência episcopal. Congressos, retiros, publicações, programas de formação do clero, encontros de jovens, peregrinações e iniciativas missionárias passaram a integrar sua vida cotidiana. O

Santuário Anglicano de Nossa Senhora de Walsingham tornou-se um dos principais centros espirituais desse movimento, reunindo anualmente milhares de peregrinos ligados às suas paróquias.

Outro aspecto importante foi o surgimento de uma nova geração de sacerdotes formados já dentro dessa realidade. Diferentemente dos clérigos que viveram diretamente os conflitos da década de 1990, muitos jovens presbíteros ingressaram no ministério quando a *Sociedade* já estava plenamente estabelecida. Para eles, a identidade anglo-católica tradicional passou a ser vivida não como resistência circunstancial, mas como vocação pastoral permanente dentro da Igreja da Inglaterra.

Essa renovação geracional permitiu que diversas comunidades experimentassem crescimento significativo. Em muitas cidades inglesas, paróquias filiadas à *Sociedade* passaram a atrair jovens adultos, estudantes universitários e famílias interessadas em uma liturgia reverente, sólida formação doutrinária e intensa vida sacramental. Esse fenômeno contrariou previsões de que o Anglo-Catolicismo tradicional desapareceria gradualmente diante das mudanças culturais do século XXI. Neste sentido, o trabalho desenvolvido pelos sacerdotes, junto a seus respectivos bispos, foi fundamental para o crescimento não só do movimento anglo-católico nos dias atuais, mas também para o fortalecimento de um episcopado conservador na Igreja da Inglaterra.

OS BISPOS DA *THE SOCIETY*

Desde sua fundação, a organização compreendeu que a preservação da tradição católica no interior da Igreja da Inglaterra dependeria não apenas da existência de comunidades fiéis ao patrimônio anglicano, mas também da continuidade de uma supervisão episcopal que compartilhasse da mesma visão. Os bispos filiados na *Sociedade* tornaram-se uma espécie de sucessores atuais da missão iniciada pelos líderes do Movimento de Oxford e do Movimento Ritualista do século XIX, oferecendo unidade, direção espiritual e assistência pastoral às centenas de paróquias filiadas à instituição.

Entre esses prelados, um dos mais conhecidos e atuantes é o Bispo Jonathan Baker (Bispo de Fulham), uma das figuras mais respeitadas do Anglo-Catolicismo contemporâneo. Jonathan Baker foi

nomeado Bispo de Fulham em 2013, sucedendo uma linhagem de bispos intimamente ligados ao movimento anglo-católico. A Sé de Fulham possui importância histórica singular, pois desde a década de 1990 tornou-se um dos principais centros de assistência episcopal às paróquias que não recebiam o ministério sacerdotal feminino. Sua nomeação ocorreu justamente em um momento decisivo para a reorganização pastoral da associação, consolidando sua presença entre as comunidades tradicionais espalhadas pelo sul da Inglaterra.

Ao longo de seu episcopado, Baker destacou-se pela busca constante da unidade e pelo diálogo respeitoso dentro da própria Igreja da Inglaterra. Embora firme em suas convicções doutrinárias, evitou transformar as diferenças teológicas em disputas pessoais. Seu estilo pastoral sempre procurou demonstrar que a fidelidade à tradição católica não implica isolamento, mas testemunho sereno daquilo que considera ser o patrimônio recebido da Igreja antiga. Essa postura contribuiu para que fosse respeitado inclusive por bispos e clérigos pertencentes a outras correntes do Anglicanismo.

Um episódio particularmente significativo ocorreu quando em 2024, o Bispo Jonathan Baker junto com cinquenta sacerdotes anglicanos celebrou a Santa Missa na Basílica de São João de Latrão, a catedral do Bispo de Roma. A celebração ao mesmo que foi uma gafe – do ponto de vista dos fiéis católicos romanos – representou uma abertura ao Ecumenismo real, demonstrando o reconhecimento do patrimônio litúrgico anglicano tradicional e o respeito existente entre diversos setores da Igreja Católica Romana e do Anglo-Catolicismo. Embora tais ocasiões permaneçam excepcionais, elas evidenciam a qualidade das relações construídas por bispos ligados à *Sociedade*.

Durante seu ministério episcopal, Baker também manteve relações cordiais com diversos bispos da Igreja da Inglaterra, entre eles Sarah Mullally, então Bispa de Londres e posteriormente elevada ao Arcebispado de Cantuária. Apesar das diferenças teológicas existentes entre ambos acerca da ordenação feminina, o relacionamento institucional permaneceu marcado pelo respeito mútuo e pela colaboração em assuntos pastorais de interesse comum. Essa convivência tornou-se exemplo de como diferentes convicções podem coexistir dentro da mesma estrutura eclesial sem romper completamente os vínculos de comunhão.

Outro nome de grande relevância é o de Paul Thomas, atualmente Bispo de Oswestry. Sua trajetória ministerial revela uma combinação pouco comum entre sólida formação pastoral, dedicação paroquial e intenso trabalho missionário. Antes de sua consagração episcopal, exerceu durante muitos anos o ministério sacerdotal em comunidades anglo-católicas, tornando-se conhecido pela proximidade com os fiéis, pelo incentivo às vocações sacerdotais e pela defesa da identidade litúrgica tradicional do Anglicanismo.

A criação da Sé de Oswestry representou um marco importante para a reorganização pastoral da Igreja da Inglaterra após a aprovação da ordenação episcopal feminina. A nova diocese episcopal foi estruturada precisamente para oferecer acompanhamento às comunidades vinculadas à *Sociedade*, ampliando a cobertura pastoral anteriormente exercida pelos chamados "bispos voadores". A eleição de Paul Thomas para essa missão foi recebida com entusiasmo por numerosos sacerdotes e leigos ligados ao movimento.

Desde sua consagração, Paul Thomas percorre continuamente inúmeras dioceses inglesas realizando confirmações, visitas pastorais, ordenações e celebrações litúrgicas. Em muitos fins de semana, encontra-se em diferentes regiões do país presidindo missas solenes, ministrando o sacramento da Confirmação ou fortalecendo comunidades que, frequentemente, contam com reduzido número de sacerdotes. Sua agenda pastoral ilustra a dimensão missionária assumida pelos bispos da *Sociedade*.

Essa característica itinerante frequentemente leva observadores a compará-lo aos primeiros bispos missionários da Igreja entre os povos celta e anglo-saxões. Assim como Santo Aidan de Lindisfarne, São Chad de Mércia ou São Cuthbert, que percorriam longas distâncias para evangelizar pequenas vilas, o Bispo Paul Thomas viaja entre paróquias dispersas, fortalecendo a vida sacramental e incentivando a perseverança dos fiéis. Embora os contextos históricos sejam distintos, permanece semelhante a compreensão do episcopado como ministério de proximidade e comunhão.

Outro aspecto marcante da atuação dos bispos da *Sociedade* consiste em sua estreita ligação com a *Society of the Holy Cross* (SSC). Fundada em 1855 por Charles Fuge Lowder, a SSC continua sendo a principal fraternidade sacerdotal do Anglo-Catolicismo mundial. Diversos bispos do Conselho pertencem à confraria, compartilhando

sua disciplina espiritual, sua vida de oração e seu compromisso com a missão pastoral. A influência da SSC pode ser percebida na prioridade concedida à celebração diária da Eucaristia, ao Ofício Divino e à direção espiritual.

A espiritualidade cultivada por esses bispos permanece profundamente marcada pelo Movimento Ritualista do século XIX. A celebração reverente da liturgia, o uso dos paramentos tradicionais, a música coral, a devoção ao Santíssimo Sacramento e a valorização do calendário litúrgico constituem elementos presentes em praticamente todas as visitas pastorais realizadas por eles. Entretanto, tais práticas nunca são apresentadas como simples expressão estética, mas como instrumentos de evangelização e formação espiritual das comunidades.

Os bispos tradicionais também desempenham um importante papel na promoção das vocações sacerdotais. Frequentemente são vistos visitando seminários, encontros vocacionais e promovendo pesssoalmente retiros espirituais destinados a jovens interessados no ministério ordenado. Sua presença constante nesses eventos demonstra um ímpeto missionário que o Anglo-Catolicismo vem produzindo junto às novas gerações de sacerdotes, forjando um comprometimento com a tradição litúrgica e pastoral do ramo católico da Igreja da Inglaterra.

Outro campo de atuação importante encontra-se na formação permanente do clero. Congressos, conferências, retiros anuais e encontros regionais permitem que sacerdotes de diferentes dioceses mantenham estreita comunhão entre si e aprofundem continuamente sua formação teológica e pastoral. Os próprios bispos frequentemente ministram palestras sobre patrística, eclesiologia, liturgia e espiritualidade, preservando a tradição intelectual herdada do Movimento de Oxford.

No âmbito ecumênico, os bispos da *Sociedade* procuram manter relações respeitosas com representantes da Igreja Católica Romana e das Igrejas Ortodoxas. Embora permaneçam plenamente comprometidos com a identidade anglicana, reconhecem a importância do diálogo baseado na tradição comum da Igreja antiga. Participações em peregrinações, celebrações, conferências e encontros teológicos têm contribuído para fortalecer esses vínculos ao longo das últimas décadas.

As peregrinações ao Santuário Anglicano de Nossa Senhora de Walsingham ocupam lugar privilegiado em sua agenda anual. Os bispos participam regularmente das grandes romarias nacionais, presidindo

missas, procissões, bênçãos e momentos de oração. Nessas ocasiões, milhares de peregrinos provenientes das paróquias filiadas à *Sociedade* renovam publicamente sua identidade católica anglicana, fortalecendo laços de comunhão entre comunidades espalhadas por toda a Inglaterra.

Outro aspecto relevante é o relacionamento próximo mantido com as ordens religiosas anglicanas. Comunidades como a *Society of Saint John the Evangelist* (SSJE), a *Community of the Resurrection* (CR) e outras congregações contemplativas e apostólicas frequentemente colaboram com os bispos em retiros, missões paroquiais e programas de formação espiritual. Essa interação preserva um dos traços mais característicos do Renascimento Católico iniciado no século XIX: a integração entre vida paroquial e vida religiosa.

Ao mesmo tempo, a organização não é a única que vêm arrogando para si a frente anglo-católica na Inglaterra. Em posição oposta às Ordens, associações e organizações do Anglo-Catolicismo tradicional, existe a *Anglican Catholic Future*, uma organização de orientação anglo-católica liberal, que defende uma superação dos debates acerca da Ordenação Feminina, da Inclusividade e da preservação da Tradição da Igreja.

> A "Anglican Catholic Future" é a organização de orientação mais liberal. Ela encara as divisões no seio do anglo-catolicismo como algo a ser superado. Defende a convicção de que chegou o momento de tornar explícita a identidade católica implícita da Igreja da Inglaterra. "Voltamos o olhar para o Movimento de Oxford e para a tradição sobre a qual ele se alicerçou, e vislumbramos a revitalização de nossa igreja e de nossa nação, ao mesmo tempo em que conclamamos nossa cultura secularizada a retomar sua herança espiritual." (WALLACE, 2023, p. 212).

A presença, tanto de anglo-católicos, tradicionais e liberais, na Igreja da Inglaterra, mostra que a denominação está longe de ser um bloco homogêneo, embora ambos os espectros compartilhem da necessidade de realizar ações missionárias para a sua própria expansão. Atualmente, é possível notar que, os grupos que mais crescem na Igreja da Inglaterra, são aqueles que realizam missão ou implantam igrejas – a saber, os evangelicais carismáticos e os anglo-católicos tradicionais, tanto nas grandes cidades, quanto no interior do país.

CRESCIMENTO DOS ANGLO-CATÓLICOS NA IGREJA DA INGLATERRA

Embora a Igreja da Inglaterra não publique estatísticas oficiais segmentadas por corrente teológica, diversos indicadores apontam que as paróquias anglo-católicas tradicionais figuram entre os setores mais dinâmicos da vida eclesial no período pós-Pandemia. As estatísticas oficiais revelam que, entre 2023 e 2024, a frequência regular aos cultos aumentou pelo quarto ano consecutivo, ultrapassando novamente a marca de um milhão de participantes mensais, enquanto as confirmações cresceram cerca de 5,3%, passando de aproximadamente 10.700 para 11.300, acompanhadas pelo crescimento dos batismos de adolescentes e adultos. A própria Igreja da Inglaterra atribuiu esses números ao fortalecimento da vida paroquial e ao retorno progressivo dos fiéis após a Pandemia.

> As estatísticas confirmaram que a frequência às igrejas da Igreja da Inglaterra cresceu pelo quarto ano consecutivo no ano passado. O número total de fiéis regulares nas congregações da Igreja da Inglaterra subiu para 1,009 milhão em 2024, um aumento de 0,6%, de acordo com os resultados anuais do relatório Statistics for Mission. Foi o segundo ano consecutivo em que a "comunidade de fiéis" da Igreja da Inglaterra – o número total de membros regulares das congregações locais – ultrapassou um milhão desde o início da pandemia de Covid-19. A média de público por faixa etária aos domingos também aumentou 1,5%, chegando a 581.000 pessoas em 2024, dando continuidade aos aumentos observados nos últimos anos. E a frequência geral ao longo da semana aumentou ligeiramente em 1,6% em um ano, ficando em pouco mais de 702.000 pessoas no ano passado, de acordo com os dados. O aumento foi impulsionado pela recuperação da frequência de adultos (maiores de 16 anos), entre os quais a frequência média aos domingos subiu 1,8% e a frequência semanal aumentou 1,8%. Os dados de 2024 mostraram que os batismos de adultos subiram para 8.700 em 2024, em comparação com 7.800 no ano anterior. Também houve um aumento no número de jovens, com idades entre 11 e 17 anos, que foram batizados, de 2.100 em 2023 para

> 2.400 no ano passado. As confirmações também aumentaram 5,3%, de 10.700 para 11.300. No entanto, os dados também mostraram que o número total de batismos – que inclui batismos de crianças – caiu, à medida que a recuperação pós-confinamento da Covid-19 desacelerou (THINKING ANGLICAN, 28 out. 2025).

Alguns dados são importantes de considerar diante do relatório. Entre 2010 e 2024, a frequência média semanal de adultos caiu cerca de 30%. A queda correspondente para crianças foi de 55%. Para a frequência média aos cultos de domingo, a queda é de 32% para adultos e 43% para crianças. Para a frequência habitual aos cultos de domingo, a queda é de 25% para adultos e 39% para crianças. Há uma tendência crescente em longo prazo na proporção de igrejas cuja comunidade de fiéis não inclui menores de 18 anos. Atualmente, quase 50% das igrejas não têm membros em idade escolar do ensino médio em sua comunidade de fiéis. Ao mesmo tempo, boa parte desse crescimento veio da cidade de Londres, onde a atuação missionária de paróquias tanto evangélicas quanto anglo-católicas tem sido incisiva.

> É interessante notar que 40% do crescimento na frequência de adultos vem apenas da Diocese de Londres. De resto, o crescimento está bem distribuído por todo o país, com apenas 10 dioceses apresentando declínio (com concentrações no sudoeste e noroeste). O crescimento mais expressivo no período pós-Covid (2021-2024) ocorreu nas grandes cidades – Londres, Birmingham, Coventry, Southwark, Sheffield e Bristol são 6 das 7 dioceses com crescimento superior a 20% na frequência de adultos (St. Eds e Ipswich são as outras). A maioria das regiões com recuperação mais lenta está localizada em áreas rurais, embora Manchester e Derby apresentem os dois menores índices de crescimento (THINKING ANGLICAN, 28 out. 2025).

Dentro desse cenário geral, observadores do Anglicanismo inglês destacam que boa parte desse crescimento ocorre justamente nas comunidades ligadas ao patrimônio anglo-católico. Um dos principais indicadores é o calendário episcopal da *Sociedade*, cujos bispos realizam dezenas de celebrações de Confirmação todos os anos, visitando continuamente paróquias em praticamente todas as dioceses da

Inglaterra. Somente os relatórios pastorais publicados por bispos como Jonathan Baker e Paul Thomas mostram uma intensa agenda de confirmações, admissões à comunhão e visitas missionárias, revelando um fluxo constante de novos membros nas comunidades tradicionais, ainda que esses números não sejam consolidados nacionalmente em um relatório estatístico único.

Também merece destaque um estudo conduzido pela *York St John University*, publicado em 2025, que analisou a realidade das igrejas inglesas três anos após o término das restrições da Pandemia. A pesquisa constatou que as paróquias classificadas como pertencentes à tradição anglo-católica (*Catholic tradition*) apresentavam, em média, avaliações mais positivas sobre o crescimento da vida comunitária, da participação litúrgica e da recuperação da frequência presencial quando comparadas a diversos outros segmentos da Igreja da Inglaterra. Embora o estudo não apresente números absolutos de crescimento por tradição, ele confirma que as comunidades anglo-católicas demonstram elevado nível de vitalidade pastoral no contexto pós-Pandemia.

Outro sinal desse fortalecimento encontra-se na expressiva participação juvenil nas peregrinações nacionais promovidas pelo Santuário Anglicano de Nossa Senhora de Walsingham. A tradicional Peregrinação da Juventude (*Youth Pilgrimage*), realizada anualmente, reúne atualmente mais de 500 jovens provenientes de toda a Inglaterra e também de outros países, muitos deles acompanhados por sacerdotes e bispos ligados à *Sociedade*. A peregrinação combina catequese, celebrações litúrgicas solenes, procissões, adoração e convivência comunitária, tornando-se um dos principais ambientes de despertar vocacional entre os jovens anglo-católicos. Diversos sacerdotes e seminaristas ligados à tradição afirmam que sua vocação amadureceu justamente durante essas peregrinações nacionais, que continuam sendo um dos maiores símbolos do renascimento espiritual do Anglo-Catolicismo inglês.

Dentre os grupos de jovens que promovem a tradição católica está a associação de leigos *Fidelium*, criada em 2025 para reunir jovens adultos entre 18 e 35 anos. Ela distingue-se por ser uma rede liderada por leigos, e a presença feminina ocupa lugar importante em sua estrutura. Atualmente, Charlotte Choley-Kovacevic exerce a função de diretora da organização e também lidera o grupo de mulheres, enquanto Hannah atua como coordenadora dos representantes paroquiais. Entre

as demais representantes femininas estão Madeleine, Sandra, Emily e Anne. Ao mesmo tempo, a liderança leiga masculina está representada por Joshua, secretário; Charlie, responsável pelo grupo da Quaresma; e Zachary, tesoureiro, além dos representantes paroquiais Richard, Caelan, John, Andrew, Tom e Ekow.

Mesmo em um ambiente de forte identidade anglo-católica e tradicionalista, a atuação dos leigos não se limita à participação litúrgica ou devocional, mas envolve organização, formação, acolhimento e condução da própria rede. A *Fidelium* mantém ainda um grupo específico de mulheres, com a celebração de missas, estudo bíblico e oração, ao mesmo tempo em que sua rede de representantes paroquiais estabelece vínculos entre os jovens e suas comunidades locais. Como organização anglo-católica tradicional ela não defende a ordenação de mulheres, mas proporciona um espaço concreto para a liderança tanto feminina quanto masculina em sua vida comunitária (FIDELIUM LONDON, 2025).

Todavia, no processo de implantação e crescimento de paróquias anglo-católicas, ainda existem muitas dificuldades. Desde a falta de infra-estrutura, passando por questões financeiras e até mesmo de visão das igrejas anglo-católicas a longo prazo, para a sua sustentabilidade, a cultura evangélica e carismática da Inglaterra ainda produz mais frutos duradouros e tem uma penetração mais efetiva em diferentes grupos sociais e faixas-etárias mais jovens.

> Já se observou que a plantação de igrejas anglo-católicas ocorre de maneira bastante assistemática e carece da coesão das iniciativas evangélicas originadas na Holy Trinity, Brompton, e em outras igrejas semelhantes. A maioria dos plantadores de igrejas anglo-católicas atua de forma isolada e, em muitos casos, sente-se bastante vulnerável (WALLACE, 2023, p. 213).

Outro problema – talvez o mais grave – é o boicote ao trabalho dos anglo-católicos tradicionais. Segundo relato de membros (inclusive de brasileiros que passaram a frequentar paróquias anglo-católicas), as alas liberais e feministas da Igreja da Inglaterra estão pressionando os sacerdotes e bispos católicos. Inclusive, alguns sofreram cortes de salários. Um exemplo disso é de padres de dioceses como Winchester, que têm sofrido esse tipo de perseguição velada, mas efetiva.

Mais de uma década depois de sua criação, a *The Society* permanece atuante na estrutura institucional da Igreja da Inglaterra, garantindo que comunidades e fiéis anglo-católicos tradicionais possam continuar recebendo os sacramentos e serem pastoreados, dando continuidade à tradição apostólica do sacerdócio cristão, através de bispos que compartilham da mesma compreensão sacramental e eclesial do ministério ordenado, como a Igreja sempre praticou desde o início.

Esse aspecto distingue o trabalho da *Sociedade* de outras respostas pastorais dadas às transformações ocorridas no Anglicanismo contemporâneo. Enquanto clérigos e comunidades ingressaram no Movimento Anglicano Contínuo ou optaram pela plena comunhão com a Igreja Católica Romana por meio dos Ordinariatos Pessoais, milhares de sacerdotes e leigos permaneceram nas fileiras da Igreja da Inglaterra, convencidos de que ainda era possível conservar sua identidade católica histórica sem romper a comunhão eclesial.

Seja através das ordens religiosas, iniciativas antigas ou recentes, grupos como *The Society* conseguem dar uma resposta concreta à crise eclesiástica que se instalou não apenas na Comunhão Anglicana, mas na própria Inglaterra que hoje enfrenta desafios contemporâneos com o avanço do secularismo, a crise no Cristianismo e a busca por manter e renovar os valores que formaram e forjaram a sociedade inglesa nos séculos passados.

REFERÊNCIAS

CHURCH OF ENGLAND. **Statistics For Mission 2024.** Disponível em: https://www.churchofengland.org/sites/default/files/2025-10/statisticsformission2024_tables.xlsx. Acesso em: 06 ago. 2026.

FIDELIUM LONDON. **Our Committee.** 2025. Disponível em: https://www.fideliumlondon.com/team. Acesso em: 06 ago. 2026.

THINKING ANGLICANS. **Statistics for Mission 2024.**28 oct. 2025. Disponível em: https://www.thinkinganglicans.org.uk/statistics-for-mission-2024. Acesso em: 06 ago. 2026.

WALLACE, John Charles. **Anglo-Catholic Church Planting: An Exploration in Practical Theology.** Durham theses, Durham University (2021). Disponível em: http://etheses.dur.ac.uk/14378/. Acesso em: 06 ago. 2026.

O LAUDIANISMO E A BELEZA DA SANTIDADE

Um estudo sobre o cerimonial do Arcebispo William Laud

INTRODUÇÃO

William Laud foi uma das figuras mais importantes e controversas da história do Anglicanismo. Arcebispo de Cantuária durante o reinado de Carlos I, Laud tornou-se símbolo de um movimento litúrgico e teológico que buscava reafirmar a dignidade sacramental, a solenidade ritual e a continuidade histórica da Igreja da Inglaterra com a tradição da Igreja antiga. Seu pensamento marcou profundamente a vida litúrgica anglicana e tornou-se uma das bases do posterior ressurgimento anglo-católico do século XIX.

O chamado Laudianismo não foi apenas um movimento de preferência estética, mas um programa teológico e eclesiológico. Seu objetivo era restaurar aquilo que os laudianos compreendiam como a "beleza da santidade", expressão retirada do Salmo 96 e frequentemente utilizada para justificar o enriquecimento cerimonial da liturgia. Segundo Benjamin Phillips, os laudianos entendiam que "o enriquecimento do culto – a 'beleza da santidade' era a chave para o Laudianismo" (PHILLIPS, 2013). O culto deveria envolver não apenas o intelecto, mas também os sentidos, por meio da arquitetura, do canto, das vestes, do incenso e das cerimônias.

Ao contrário do puritanismo, que via a liturgia principalmente como reunião da comunidade para escuta da Palavra, os laudianos defendiam uma visão sacramental da Igreja. O altar voltava a ocupar posição central; as vestes litúrgicas eram restauradas; o uso do canto e das respostas litúrgicas era valorizado; e o sacerdote aparecia novamente como ministro sacramental distinto da assembleia. Essa compreensão influenciou profundamente a tradição litúrgica anglicana posterior, especialmente o Movimento de Oxford no século XIX.

Nesse capítulo buscaremos analisar que foi o Laudianismo em seu aspecto histórico, bem como examinar os aspectos litúrgicos e musicais presentes no artigo *Worship the Lord in the Beauty of holiness*, de Benjamin Phillips e a reconstituição do cerimonial laudiano na Catedral de St. David, País de Gales. Do mesmo modo, apresentaremos ao final uma breve descrição sobre a recriação do mesmo cerimonial, ocorrido na Paróquia Anglicana da Ascensão da IEAB, no Recife, em 2022. Esta é uma celebração única do gênero que temos registro em uma Província da Comunhão Anglicana do continente americano, até então.

WILLIAM LAUD E O INÍCIO DO LAUDIANISMO

Nascido em 1573, no reinado de Elizabeth I, Laud ficou conhecido durante seu episcopado como Arcebispo de Cantuária, no governo do Rei Carlos I. Ele buscou reformar a Igreja Anglicana após o período de Cranmer, impondo práticas adotadas pelo partido da Igreja Alta, em oposição às tendências puritanas mais radicais que ameaçavam o estabelecimento da Igreja da Inglaterra. Em suas teses e práticas, dava ênfase na liturgia, na autoridade episcopal, e na monarquia como forma de governo. Laud era um defensor fervoroso da Igreja Alta e buscou uma uniformidade dentro do Reino. Suas políticas eclesiais contribuíram para tensões religiosas que levaram às Guerras dos Três Reinos e à Guerra Civil Inglesa.

Sobre as controvérsias litúrgicas, Laud implementou o uso estrito do Livro de Oração Comum nas paróquias e impôs elementos que enfatizavam os sacramentos, o altar e a arquitetura eclesiástica tradicional. Resgatando elementos cerimoniais dos tempos de outro Arcebispo, Thomas Cranmer, defendia que o altar deveria estar na parte leste da igreja, separado da congregação, em vez de uma mesa central, buscando uma visão mais sacramental da Eucaristia. Por isso, até hoje, nas principais catedrais, o altar está "colado" à parede. Ele também era um defensor do episcopado, cuja autoridade final da Igreja residia na figura dos bispos. Suas ações foram vistas como autoritárias e provocaram forte resistência, especialmente entre os puritanos que defendiam uma forma de culto mais simples e menos ritualista.

Ele foi preso pelo Parlamento, acusado de traição e condenado à morte. Em 10 de janeiro de 1645, foi executado na Torre de Londres, tornando-se mártir. Na tentativa de restaurar práticas mais tradicionais e cerimoniais na Igreja Anglicana, Laud acabou criando uma corrente na própria Igreja, conhecida como Laudianismo. Em tempos atuais, vários clérigos anglicanos, de diferentes partes do mundo, buscam manter vivo seu legado e mostrar que o Laudianismo também é parte da rica tradição da Igreja Anglicana.

Não há dúvida de que o Arcebispo de Cantuária William Laud teve um impacto em seu tempo e uma grande influência na história da Igreja da Inglaterra. Mas uma face pouco conhecida são suas cartas, que apresentam o que o homem mais importante da hierarquia eclesiástica

do Anglicanismo do século XVII, pensava, fazia e planejava realizar. A grande coleção das obras do Arcebispo Laud é bastante desconhecida pelo público em geral, mas já foi editada por William Scott e James Bliss e publicada pela Biblioteca de Teologia Anglo-Católica entre 1847 e 1860.

Os volumes VI e VII contêm 433 cartas escritas por Laud; o volume V continha outras 114 cartas, 109 reimpressas da própria história de Laud sobre sua chancelaria de Oxford, e cinco outras relacionadas às suas reivindicações de realizar uma visita episcopal à universidade de Cambridge; e o volume IV reimprime uma carta adicional. Em suma, a grande coleção contêm um total de 548 cartas. Desde 1860, muito mais correspondências de Laud vieram à tona, algumas delas no National Archives, cujos acervos estavam sendo organizados conforme as obras eram reunidas, em um verdadeiro "Corpus laudiano", aumentando o número total para 771 cartas. É uma literatura tão vasta que Laud pode ser considerado um dos maiores escritores da Igreja da Inglaterra.

Em seu conteúdo, temos a noção real da percepção de Laud sobre os problemas da Igreja durante a Dinastia Stuart, em suas cartas da década de 1620. Outras fornecem novas informações sobre suas posições políticas, como as três primeiras cartas para seu aliado político mais próximo, Thomas Wentworth, em 1630. Outros correspondentes incluem políticos como Sir John Coke e Lord Keeper Coventry, o diplomata William Boswell, vários diretores de faculdades em Oxford e Cambridge, e clérigos como os bispos John Bridgeman, de Chester, e John Bramhall, de Derry, bem como Cyril Lucaris, Patriarca de Constantinopla, chamado por muitos de "Patriarca Protestante", que à semelhança de Cranmer, buscou reformar a Igreja Ortodoxa Grega. O conjunto das cartas foi mais uma vez organizado e publicado em 2018, na obra *The Further Correspondence of William Laud*.

O Laudianismo surgiu em meio às tensões religiosas da Inglaterra pós-Reforma. A Igreja da Inglaterra encontrava-se dividida entre novas tendências de inspiração puritana – que se afastavam das ideias originalmente cranmerianas – e grupos que desejavam manter maior continuidade com a tradição católica – a exemplo do partido *High Church*. Benjamin Phillips observa que o movimento era simultaneamente "anti-papista e anti-puritano", procurando construir uma identidade própria para a Igreja inglesa (PHILLIPS, 2013).

O movimento esteve profundamente ligado à corte inglesa e à teologia do direito divino dos reis. Segundo Phillips, os laudianos compreendiam o monarca como guardião da Igreja sob Cristo, o que reforçava tanto o sacerdotalismo quanto a estrutura episcopal da Igreja (PHILLIPS, 2013). Assim, o Laudianismo possuía também uma dimensão política, fortalecendo a união entre Igreja e Coroa, cujo elo principal era a publicação, promoção e defesa do uso do Livro de Oração Comum como padrão litúrgico da Igreja, defesa essa que havia custado a própria cabeça de Laud.

Uma das influências do Movimento Laudiano sobre a Liturgia da Igreja da Inglaterra é o chamado *Livro de Durham* (cujo original se encontra na respectiva catedral). Trata-se de um manuscrito que chegou a ser impresso em 1619, contendo notas dos bispos John Cosin e William Sancroft. Ele acabou se tornando um primeiro rascunho para a revisão de 1662, sendo fruto da luta dos seguidores do Arcebispo Laud para estabelecer um alto padrão litúrgico frente às tentativas de abolição do Livro de Oração Comum pelos puritanos, que à época da Ditadura de Oliver Cromwell, proibiram seu uso e o substituíram por um Diretório para o Culto Público.

Com a ascensão de Carlos II ao trono inglês, vieram os planos para a reforma litúrgica. Porém alguns presbiterianos desejavam aprovar algo muito parecido com o Diretório, abolindo qualquer cerimonial e símbolos do culto (por exemplo, o anel no rito de casamento, o sinal da cruz no Batismo, etc.). Contra essa tentativa de abolição de elementos católicos e apostólicos do culto anglicano, se levantaram bispos como John Cosin, que, desejavam manter o cerimonial como em tempos anteriores, combatendo a miséria litúrgica dos puritanos. Cosin foi ex-reitor da Catedral de Peterborough e, mais tarde, bispo de Durham.

Como partidário do ritualismo de Laud, após a execução do Arcebispo de Cantuária, em 1645, foi forçado a fugir para a França, onde desenvolveu seus próprios pensamentos sobre a direção do LOC, defendendo que ele deveria estar mais próximo do Livro original de 1549, publicado por Thomas Cranmer.

Após a Restauração da Monarquia e do Episcopado, em 1660, Cosin, junto com Sancroft (mais tarde Arcebispo de Cantuária), trouxe de volta suas propostas. Unindo os manuscritos do *Scottish Prayer Book* de 1637 e as notas do Durham Book de 1619, Sancroft consolidou o

manuscrito apresentado à Convocação em 1661. Infelizmente, por ser um laudiano, a proposta de Cosin era tida como avançada demais para os seus opositores, e por tal razão não foi adotada e a Lei do Parlamento autorizou a versão final do Livro de Oração Comum de 1662. Mas, sem dúvida, o Livro de Durham foi essencial para estabelecer o LOC como o conhecemos até hoje.

LAUDIANISMO NA LITURGIA E NO CERIMONIAL

Liturgicamente, os laudianos defendiam a recuperação de elementos tradicionais que haviam sido rejeitados pelos puritanos. O altar retornava à extremidade oriental da igreja, protegido por grades; cruzes e velas voltavam a aparecer sobre o altar; o uso da sobrepeliz, da capa coral e de outras vestes era incentivado; e o espaço litúrgico era reorganizado de modo a enfatizar a sacralidade do culto.

Phillips afirma que "a 'Beleza da Santidade' tornou-se o lema e a regra de vida dos laudianos" (PHILLIPS, 2013). A liturgia deveria manifestar visivelmente a glória divina, utilizando recursos sensoriais capazes de elevar espiritualmente o fiel. Essa concepção influenciou diretamente a arquitetura, a música e o cerimonial anglicano posterior.

Apesar disso, o movimento encontrou forte oposição puritana. Muitas das práticas laudianas eram vistas como "papistas", especialmente o uso de vestes, cerimônias e reverências ao altar. A celebração eucarística segundo o cerimonial de William Laud possuía caráter profundamente espiritual e sacramental. O objetivo principal era manifestar a majestade divina através da solenidade ritual.

Segundo Benjamin Phillips, os ministros aproximavam-se do altar em procissão, organizados hierarquicamente: subdiácono, diácono e sacerdote celebrante (PHILLIPS, 2013). A própria ordem processional expressava a teologia sacerdotal do movimento. As vestes desempenhavam papel fundamental nesse contexto. O artigo descreve o uso de capas corais, sobrepelizes, típetes e possivelmente estolas sacramentais. Phillips observa que tais elementos "reforçavam o sacerdotalismo crescente que o Movimento do Laudianismo encorajou" (PHILLIPS, 2013). As vestes não eram meramente ornamentais, mas símbolos visíveis da dignidade ministerial.





Imagens da recriação do cerimonial laudiano na Catedral de St. David, País de Gales. Nas fotos seguintes, podemos notar a ordem da liturgia, celebrada de forma solene e com a presença de todos os elementos cerimoniais da Igreja Alta, como as capas, velas, cruzes e até mesmo o uso de elementos do Movimento Ritualista como incenso. (Fonte: Benjamin Phillips. Imagens do artigo *Worship the Lord in the Beauty of holiness*)

O altar ocupava posição central no cerimonial. Ao aproximarem-se dele, os ministros realizavam reverências; os assistentes curvavam-se, enquanto o sacerdote beijava o altar. Essa prática, fortemente criticada pelos puritanos, expressava a compreensão laudiana do altar como lugar sagrado da presença divina. Outro elemento significativo era o uso do incenso. Phillips demonstra que existia diversidade de práticas dentro do próprio movimento, mas há fortes evidências de que figuras como Lancelot Andrewes utilizavam incenso de forma semelhante ao rito tridentino (PHILLIPS, 2013). O incenso não possuía apenas função estética; ele simbolizava a oração que sobe diante de Deus e reforçava o caráter sagrado da celebração.



No cerimonial laudiano, o Ofertório e a Apresentação do pão e do vinho mantinha elementos da tradição litúrgica pré-Reforma. A preparação do cálice, incluindo a mistura de água e vinho, diferenciava-se das práticas adotadas por setores mais radicais da Reforma e era vista com desconfiança pelos puritanos. Os laudianos preservaram esse costume como expressão da continuidade com a Igreja antiga. Também o lavabo, com a lavagem ritual das mãos, representava a permanência de práticas anteriores à Reforma. A oração de consagração constituía o ápice da liturgia, acompanhada de gestos solenes como tomar, elevar e partir o pão. O Bispo Andrewes, segundo Phillips (2013), recuperava práticas do Missal Sarum e da tradição patrística oriental.





A posição do *orans* e a reverência dos ministros durante os atos litúrgicos é parte da espiritualidade pregada por William Laud. O *sursum corda* durante o culto era tido de fato como uma elevação da alma humano Cristo, presente nos céus. No momento eucarístico, a alma do homem era elevada para ser alimentada pelo Corpo de Cristo.

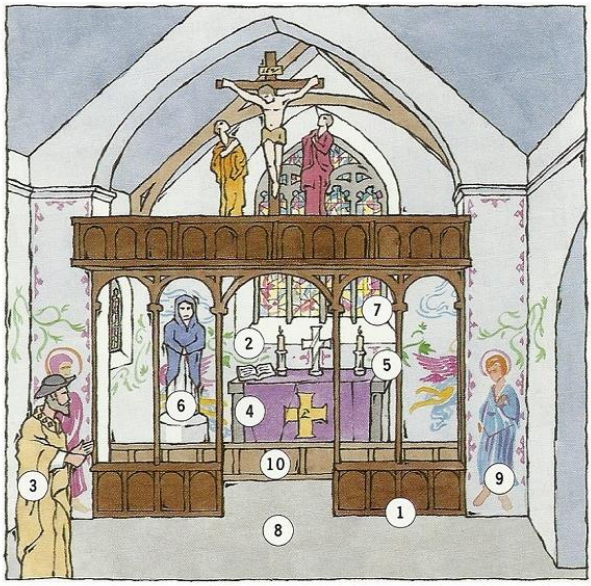
Outro aspecto relevante era a posição do sacerdote. Embora as rubricas do Livro de Oração de 1559 (publicado após a morte de Cranmer, em 1556) determinassem a celebração a partir do lado norte da mesa, muitos laudianos favoreciam uma orientação voltada para o oriente litúrgico. Phillips destaca que a própria disposição do altar, elevada e separada da nave, reforçava a sacralidade da Eucaristia. Os únicos momentos que as orações eram feitas do lado norte eram no momento da Confissão de Pecados e na Oração após a Comunhão.

O Laudianismo não pretendia simplesmente reproduzir o rito romano, mas reinterpretar a tradição antiga a partir da identidade anglicana. Tratava-se de uma visão teológica completa, que compreendia a liturgia como participação no mistério divino. Vestes, gestos, sons e cheiros, e até mesmo a arquitetura eram instrumentos para elevar o fiel à contemplação da glória de Deus.

Sabemos que, a Reforma Inglesa, diferente de outras reformas no continente que foram doutrinárias e teológicas, como a Luterana ou a Calvinista, foi, antes de tudo, uma reforma litúrgica e administrativa. Assim, tanto a Liturgia, o seu cerimonial, e também o espaço litúrgico da Igreja da Inglaterra passaram por mudanças entre o período medieval anterior à Reforma, a consolidação protestante sob influência puritana e, posteriormente, a reação promovida pelo Laudianismo no século XVII. Essas mudanças se refletiram nos estilos arquitetônicos ou nas disposições de elementos estéticos nae capelas, paróquias, catedrais e seus altares.

Para ilustrar essas mudanças, as três imagens a seguir revelam de forma gráfica essas transformações litúrgicas da Igreja da Inglaterra, as quais também refletiam mudanças na Teologia e Espiritualidade da época. A Igreja em seu período medieval, aqui representada pelo ano de 1533 (antes do rompimento de Henrique VIII com Roma), enfatizava o sacramento, o mistério e a devoção visual. Já o modelo de Igreja do período Elizabetano (1570), já influenciada pelos puritanos, priorizava a Palavra pregada, a simplicidade e a racionalização do culto. Por fim, a Igreja dos tempos de Laud (1633) procurava restaurar a dignidade sacramental e estética da tradição antiga sem abandonar a identidade reformada anglicana. Seus elementos estéticos como altar, vitrais, púlpito, coro alto (*roodscreen*), a balaustrada, assim como elementos cúlticos, como velas, crucifixo, bíblia, imagens e outros semelhantes, serão analisados, em seus contextos e usos.

Uma típica Igreja Inglesa em 1533



1. Coro alto.
2. Livro de ofícios em latim.
3. Sacerdote.
4. Altar de pedra.
5. Velas.
6. Estátua da Virgem Maria.
7. Vitrais.
8. Nave.
9. Pinturas coloridas nas paredes.
10 Balaustrada do altar.

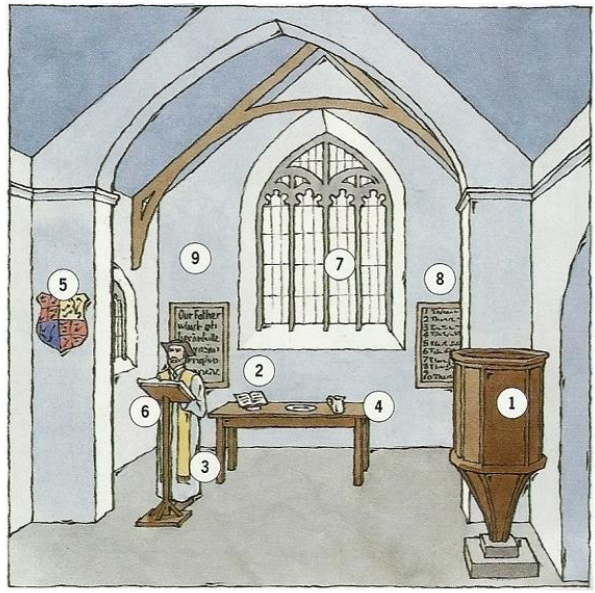
A primeira imagem representa uma típica igreja inglesa imediatamente antes da Reforma Inglesa. O espaço é claramente medieval e profundamente sacramental. O centro litúrgico da igreja é o altar de pedra colocado na extremidade oriental do templo, separado da nave por uma balaustrada e pelo coro alto (*roodscreen*). Esse arranjo espacial simbolizava a separação entre o sagrado e o comum.

O sacerdote aparece celebrando diante do altar, enquanto o livro litúrgico está em latim, indicando a permanência da tradição medieval latina. A liturgia era essencialmente sacrificial e sacramental, sendo compreendida como oferecimento e memorial do sacrifício de Cristo. O povo participava principalmente de forma visual e devocional, contemplando o rito.

A presença de velas, imagens, vitrais e pinturas nas paredes demonstra a riqueza simbólica da espiritualidade medieval. A imagem da Virgem Maria ocupa lugar importante, revelando a forte devoção mariana característica do cristianismo inglês pré-reformado. Os vitrais e pinturas funcionavam como instrumentos catequéticos e devocionais, formando aquilo que muitos historiadores chamam de "teologia visual".

O espaço litúrgico medieval era concebido como representação terrena da Jerusalém Celeste. A beleza do culto possuía função espiritual e pedagógica. Segundo a lógica posteriormente retomada pelos laudianos, a "beleza da santidade" deveria elevar os fiéis à contemplação do divino.

Uma típica Igreja Inglesa em 1570



1. Púlpito para pregação.
2. Livro de Oração Comum em Inglês.
3. Ministro.
4. Mesa de comunhão simples, afastada da parede leste da igreja.
5. Brasão real.
6. Bíblia em inglês.
7. Janela de vidro simples.
8. Tábuas de parede com os Dez Mandamentos e a Oração do Pai Nosso
9. Paredes lisas e caiadas.

A segunda imagem demonstra a transformação radical ocorrida após a Reforma Inglesa, especialmente sob influência das tendências puritanas. A mudança mais evidente é a simplificação do espaço litúrgico. O antigo altar de pedra desaparece e em seu lugar surge uma simples mesa de comunhão afastada da parede oriental. Essa alteração possui profundo significado teológico: a Eucaristia deixa de ser compreendida prioritariamente como sacrifício e passa a ser entendida. Sobretudo como memorial e refeição comunitária.

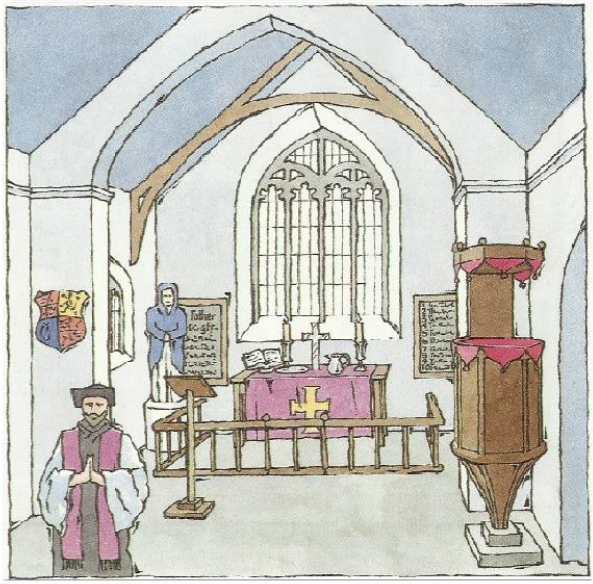
O púlpito torna-se o elemento central do espaço eclesial. Isso reflete a nova prioridade dada à pregação da Palavra. A centralidade do sermão substitui a centralidade sacramental da missa medieval. O ministro aparece agora mais como pregador do Evangelho do que como sacerdote. O latim desapareceu quase que completamente[18] da Liturgia, com o Livro de Oração Comum e a Bíblia em inglês, os quais revelam a preocupação dos reformadores, desde os tempos de John Wycliffe até Thomas Cranmer, com a compreensão oracional do culto e o acesso direto das pessoas às Escrituras. O uso da língua vernácula era visto como elemento essencial da reforma religiosa.

As imagens, vitrais coloridos e pinturas foram removidos ou destruídos completamente nos atos iconoclastas desde os Atos de Dissolução dos Mosteiros e Capelas de 1536. As paredes tornam-se brancas e simples, revelando a iconoclastia da época. Os puritanos viam as imagens sacras como formas de idolatria. O espaço litúrgico assume então um caráter austero, racional e pedagógico. As tábuas contendo os Dez Mandamentos e o Pai Nosso substituem a iconografia medieval.

É importante lembrar que o culto protestante enfatiza a instrução moral e bíblica em vez da contemplação sacramental e simbólica. O resultado é um ambiente marcado pela sobriedade e pela funcionalidade. É importante lembrar que esta estética passou a se estabelecer principalmente em Paróquias e Capelas do interior da Inglaterra. As grandes catedrais ainda mantinham sua arquitetura e decoração em pedra e vidro, embora boa parte dos elementos que eram passíveis de remoção, foram retirados de forma ordenada, ou em atos de iconoclastia, como foi o caso da Catedral de Ely, em 1540, que viu boa parte de seu complexo conjunto de estátuas, vitrais e até mesmo toda a Capela de Nossa Senhora (*Lady Chapel*) ser vandalizada.

[18] Em 1559 foi publicado o *Liber Precum Publicarum,* o LOC em Latim, para ser usado em Universidades como Oxford e Cambridge, uma vez que era a língua da Ciência.

Uma típica Igreja Inglesa em 1633



Por fim, a terceira imagem representa uma Igreja no período de William Laud (1633). Embora a visão de uma Igreja protestante para a Igreja da Inglaterra tenha sido mantida durante o século seguinte à Reforma, observa-se uma tentativa de restaurar parte da solenidade e da sacralidade pré-Reforma. O altar volta a ocupar posição central e fixa na extremidade oriental da igreja. Ele novamente aparece protegido por balaustradas, enfatizando sua dignidade sagrada. No período de Laud, as velas retornaram ao altar, assim como as toalhas ornamentadas e a cruz, geralmente acima do prato (salva) das ofertas, cuja bandeja era disposta no próprio altar junto com os demais vasos sagrados. Esses elementos indicam a recuperação de uma estética sacramental. O sacerdote volta a utilizar vestes mais elaboradas, reafirmando visualmente a dignidade sacerdotal do ministério ordenado.

Aqui temos alguns elementos que foram preservados. Os vitrais permaneceram (quando não foram alvo de iconoclastia, foram mantidos intactos). Da mesma forma a presença de imagens (incluindo esculturas), mas não dispostos em altares ou santuários privados como no medievo. Por fim, elementos como as tábuas dos mandamentos e

orações foram mantidas, junto com a heráldica da Igreja local ou da Coroa, antes vistos pelos puritanos como simbologia pagã ou idólatra.

Diferente do período medieval, o espaço continuava claramente reformado: O culto era oficiado em inglês e o Livro de Oração Comum continuou sendo utilizado. Contudo, o Arcebispo Laud procura reinterpretar a tradição anglicana à luz da patrística e da antiga tradição católica inglesa. O púlpito ainda existe, demonstrando que a pregação continua importante. Entretanto, ele já não domina visualmente o templo como no período puritano. O foco do espaço retorna gradualmente à Eucaristia.

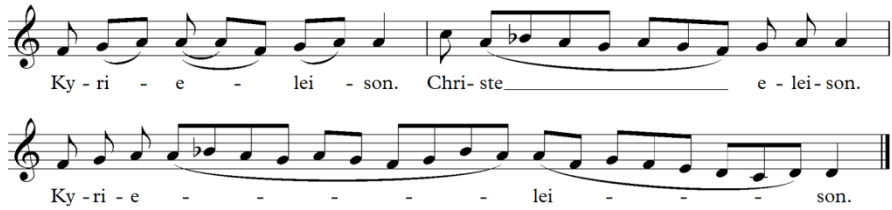
Essa reorganização litúrgica expressava a teologia laudiana da "beleza da santidade". O objetivo era restaurar reverência, solenidade e senso de mistério ao culto anglicano. Segundo Benjamin Phillips, o Laudianismo procurava recuperar "a dignidade sacramental e cerimonial da antiga Igreja" sem abandonar a identidade reformada anglicana. Assim, a imagem de 1633 representa uma tentativa de síntese: Uma igreja nem católica romana medieval, nem radicalmente puritana. O Laudianismo buscava reafirmar a identidade da Igreja da Inglaterra como uma verdadeira *via media*, preservando elementos históricos do cristianismo ocidental enquanto rejeitava tanto o extremismo puritano quanto a supremacia papal romana.

ASPECTOS MUSICAIS NO CERIMONIAL LAUDIANO

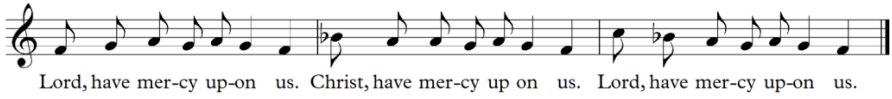
A música ocupava lugar importante no ideal da "beleza da santidade", embora o impacto musical do Laudianismo tenha sido mais limitado do que seu impacto cerimonial. Ainda assim, o artigo demonstra que houve esforços significativos para restaurar uma prática musical mais elaborada dentro da liturgia anglicana. Os anglicanos laudianos valorizavam profundamente o canto litúrgico, especialmente nas Catedrais e Capelas universitárias. Nas Catedrais de Durham e em Peterhouse, o mais antigo College de Cambridge, encontramos evidências do uso de introitos, antífonas, respostas ao Evangelho, Sanctus, Gloria in Excelsis e tons para a oração de consagração.

A tradição musical de John Merbecke foi uma das principais influências dos laudianos. Seu *Booke of Common Prayer Noted*, publicado em 1550, fornecia tons litúrgicos para diversas partes da Eucaristia,

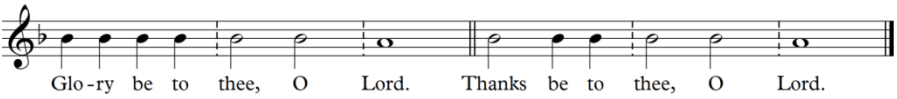
preservando elementos do antigo uso de Sarum adaptados ao LOC. Desde o início, os liturgistas anglicanos compreendiam a música como instrumento de elevação da alma e dignificação do culto. Os seguidores de Laud preservaram este princípio, dentre eles, o Bispo John Cosin, que promoveu a Eucaristia cantada na Catedral de Peterhouse. Segundo Phillips, o *Evangelho* podia ser cantado, o *Sursum Corda* possuía uma melodia que vinha dos tempos de Sarum, e o *Sanctus* marcava a entrada no cânon eucarístico (PHILLIPS, 2013). Isso demonstra a tentativa de se integrar plenamente a música no cerimonial litúrgico, como vemos abaixo nos livros litúrgicos musicados de diferentes períodos.



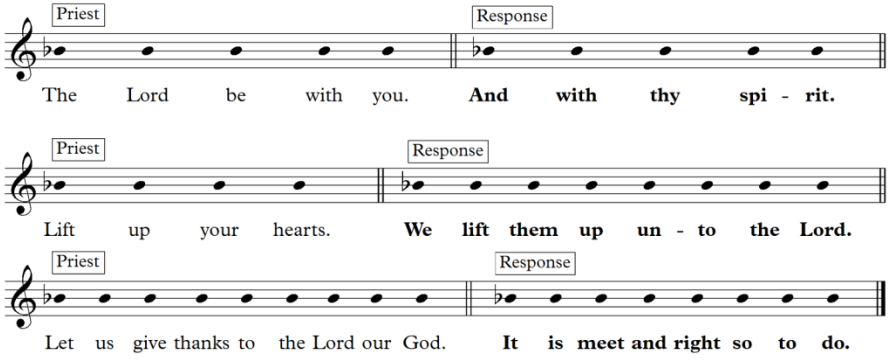
O Kyrie em grego, segundo o Missal de Sarum de 1542.



O Kyrie em inglês, segundo John Merbecke, no *Booke of Common Prayere Noted* (1550).



O responsio da Proclamação do Evangelho, no *Booke of Common Prayere Noted* (1550).



O Sursum Coda, segundo John Merbecke, no *Booke of Common Prayere Noted* (1550).

Apesar dessas iniciativas, o Laudianismo não conseguiu transformar profundamente a música paroquial inglesa. O crescimento dos salmos métricos e das tendências puritanas limitou a expansão do modelo musical laudiano. Ainda assim, o movimento preservou tradições musicais que seriam retomadas posteriormente pelo Movimento de Oxford e pelo anglo-catolicismo. Nesse sentido, os adeptos do Laudianismo lançaram bases importantes para o desenvolvimento posterior da música litúrgica anglicana. Seu resgate do canto cerimonial, do uso de respostas litúrgicas e da solenidade coral representou um elo fundamental entre o antigo uso de Sarum e o renascimento litúrgico do século XIX.

LAUDIANISMO HOJE, NO MUNDO E NO BRASIL

No dia 30 de outubro de 2022, foi organizado o Ofício Eucarístico em alusão à Reforma Inglesa, segundo o cerimonial do Arcebispo William Laud. A celebração ocorreu na Paróquia Anglicana da Ascensão, da Diocese Anglicana Recife.

Utilizando o Rito 1 do Livro de Oração Comum da IEAB, o ofício conduzido pelo reverendo Rafael Vilaça, transformou o templo da Ascensão em um laboratório litúrgico, para aplicar as rubricas e gestuais descritos no artigo de Benjamin Phillips.



Nas fotos acima, o Reverendo Rafael Vilaça está vestido com a batina e a sobrepeliz, típete preto, uma capa e a gravata do pregador. Para esta celebração, um altar especial foi montado na Paróquia Anglicana da Ascensão, Recife (Foto: Arquivo da Paróquia).

O conjunto de vestes anterior está em consonância com a prática laudiana do uso das capas nos ofícios eucarísticos. Do mesmo modo, o típete no lugar da estola sacerdotal marcava o conjunto de paramentos utilizados pelo clero da Igreja da Inglaterra do século XVII.

Na véspera do ofício, foi montado um altar móvel na frente do altar da Paróquia (*ad orientem*). A estrutura dispunha de uma mesa em madeira coberta por uma toalha bege. No fundo foi erguida uma cortina azul, simbolizando o véu do templo e ao fundo colocada uma cruz celta de madeira, ladeada por dois castiçais (ao invés dos seis já dispostos no altar logo atrás deste). Abaixo da cruz, o prato das ofertas ficava em pé, e o conjunto com o cálice, patena e galhetas jazia sobre a mesa, como disposta no altar segundo o arranjo laudiano.

A celebração contou apenas com hinos ao som de órgão e cântico solo. A liturgia e o salmo foram cantados pelo reverendo *acapella* e os responsos seguiram as melodias do LOC de 1550 de Merbecke. A liturgia contou com o uso de incenso no Evangelho e no Ofertório, assim como foram realizadas as orações no lado norte nos momentos da Confissão e da Oração após a Comunhão. A Oração Eucarística do Rito 1 seguiu o gestual prescrito no artigo, com a elevação dos dons e a genuflexão no momento adequado, de acordo com o costume laudiano.

Sobre a Eucaristia, a própria visão de Laud revela a importância deste sacramento para a vida da Igreja, e a necessidade de um altar (não apenas uma mesa), onde se oferece um sacrifício (e não apenas a celebração de uma Ceia memorial). Nas próprias palavras do Arcebispo: "Pois na Eucaristia oferecemos a Deus três tipos de Sacrifício. Um [oferecido] apenas pelo Sacerdote, que é o Sacrifício Comemorativo da Morte de Cristo representado no Pão partido e no Vinho derramado. Outro pelo Sacerdote e pelo Povo, com alegria; este é o Sacrifício de Louvor e Ação de Graças, por todos os Benefícios e Graças que recebemos pela preciosa morte de Cristo. O Terceiro, por cada homem em particular para si mesmo, e este é o Sacrifício de cada homem, de corpo e alma, para servi-lo em ambos, durante todo o resto de sua vida, por esta bênção que assim lhe foi concedida" (LAUD, 1673, p. 339).

Algumas pessoas na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil criticaram esta celebração, taxando-a de *desnecessária* – talvez por ignorância ou por provincianismo – mas pela primeira vez no Anglicanismo da América Latina e na Província do Brasil, se conheceu a forma como a Igreja inglesa realizava os seus cultos no século XVII.

No artigo *Splendid isolation? The cosmopolitanism of the Laudian and High Church traditions*, do blog Laudable Practice, de um membro da Igreja da Irlanda, também é contestada a tese de que o Laudianismo estava isolado a umas poucas catedrais, uma vez que, houve uma tentativa de diálogo com os Jansenistas e Luteranos escandinavos, a partir de pontos comuns, como a manutenção das ordens, do episcopado, da liturgia e da ideia de uma Igreja Nacional.

Por muito tempo, as práticas laudiana e as tradições estabelecidas pelo partido *High Church* da Igreja Anglicana foram frequentemente interpretadas de forma equivocada como movimentos isolacionistas, fechados em si mesmos e exageradamente nacionalistas. Contudo, segundo o autor, essa visão é historicamente incorreta. Na realidade, o Laudianismo possuía forte caráter cosmopolita e mantinha diálogo constante com tradições reformadas continentais, católicas e ortodoxas, buscando construir uma autêntica *via media* anglicana.

O texto de começa criticando o chamado "mito do isolacionismo". Muitos historiadores apresentaram o Laudianismo como um movimento exclusivamente inglês, em contraste com o alcance internacional do Calvinismo e do Catolicismo Romano. Entretanto, essa interpretação ignora as amplas redes intelectuais e eclesiásticas mantidas pelos laudianos e pelos teólogos da Alta Igreja Anglicana. Durante o episcopado de William Laud, a Igreja da Inglaterra desenvolveu importantes relações internacionais.

Laud incentivava uma aproximação entre as Igrejas reformadas do norte da Europa, inspirando-se nas ideias de Hugo Grócio. Essa proposta pretendia encontrar uma base teológica comum entre diferentes tradições cristãs sem abandonar a identidade anglicana. O movimento também absorveu fortemente o humanismo continental, especialmente através de pensadores como Hugo Grotius e Isaac Casaubon, utilizando os Padres da Igreja como fundamento para defender a continuidade histórica do Anglicanismo.

Após 1662, a tradição da Alta Igreja continuou mantendo contatos internacionais. O texto destaca o diálogo com os galicanos e jansenistas franceses, especialmente através do arcebispo William Wake, que tentou aproximar a Igreja Anglicana da Igreja da França no início do século XVIII. Também houve forte interesse pela Ortodoxia Oriental. Teólogos anglicanos como George Bull foram respeitados por estudiosos católicos franceses devido ao seu conhecimento patrístico.

Além disso, os *Non jurors* mantiveram diálogo direto com bispos ortodoxos orientais. Assim, os laudianos buscavam uma unidade cristã verdadeiramente católica, baseada na tradição antiga da Igreja, evitando tanto o radicalismo protestante continental quanto a supremacia papal romana. O Anglicanismo em sua versão laudiana aparece, assim, como uma proposta internacional de catolicidade reformada e patrística.

Através da breve, mas forte influência de William Laud e do Laudianismo, a Igreja da Inglaterra conseguiu acomodar diferentes partes (ou na época, partidos) de uma mesma história, a partir da luta por estabelecer uma *via media*, sem os excessos da Igreja Romana pré-reformada ou o desnudamento da identidade nacional católica inglesa, com os puritanos. Desses elementos, o mais significativo é o altar, o centro do culto anglicano e a expressão de mais pura dessa teologia do altar, era o Livro de Oração Comum, oficiado da maneira mais solene.

Nas últimas décadas, muitos jovens anglicanos têm redescoberto a figura de William Laud como símbolo de resistência teológica, identidade histórica e resgate litúrgico no Anglicanismo. Em um contexto marcado pelo secularismo, pela superficialidade religiosa e pela fragmentação doutrinária, Laud passou a ser visto como um defensor da continuidade histórica da Igreja e da centralidade da fé católica anglicana. A execução de Laud durante o período da Guerra Civil Inglesa fez dele, para muitos anglicanos, uma espécie de mártir da ordem litúrgica e da sucessão histórica da Igreja. Entre os interessados em história e espiritualidade clássica, Laud aparece como ícone da resistência da tradição anglicana diante das rupturas políticas e religiosas do século XVII.

Para muitos, hoje identificados com a Igreja Alta e o Anglo-Catolicismo, a figura de Laud representa a defesa da tradição apostólica contra os excessos do puritanismo e do racionalismo religioso. Sua insistência na "beleza da santidade", na reverência litúrgica, na centralidade da Eucaristia e na dignidade do sacerdócio oferece uma alternativa espiritual mais profunda e sacramental diante de modelos de culto considerados excessivamente pragmáticos ou emocionalistas.

Por isso, até hoje, Igrejas que fazem parte da *Prayer Book Society* (PBS), como a *St. Giles, The Fields*, a *St. Bartholomew* e a *Church Temple* (uma Royal Peculiar de Londres), ainda celebram cultos até hoje utilizando o cerimonial laudiano, o mesmo que em 2022 foi utilizado no Recife, de forma experimental, na Paróquia Anglicana da Ascensão.

Nos últimos tempos, entre as novas gerações de anglicanos e episcopais brasileiros (especialmente os jovens), esse legado tem sido não apenas mais conhecido, como também divulgado, através de postagens, estudos ou por práticas que remontam ao Arcebispo de Cantuária que dá nome inclusive à editora que publicou esta obra[19], cujo autor fez questão de homenageá-lo no presente capítulo.

Se hoje as Igrejas Anglicanas e Episcopais são Igrejas que se mantêm como *via media*, elas têm uma tremenda dívida com Laud e seus discípulos como os bispos John Cosin e William Sancroft. Assim como tantos movimentos de renovação espiritual que se estabeleceram a partir da Inglaterra, como o Metodismo, Oxford e tantos outros, as práticas e o legado de William Laud e do Movimento Laudiano também precisam ser conhecidos pelos anglicanos e episcopais dos dias atuais.

[19] A Editora Laud foi concebida por seu fundador após o conhecimento da vida, obra e influência do Arcebispo William Laud para a Igreja Anglicana e outras Igrejas cristãs.

REFERÊNCIAS

FINCHAM, Kenneth (Editor). **The Further Correspondence of William Laud.** Londres: Boydell Press, 2018.

LAUDABLE PRACTICE. **Splendid Isolation? Cosmopolitanism of the Laudian and High Church Tradition.** Disponível em: http://laudablepractice.blogspot.com/2021/08/splendid-isolation-cosmopolitanism-of.html. Acesso em: 27 jun. 2026.

LAUD, William. **A Relation of a Conference between William Laud ... and Mr. Fisher the Jesuit**. London: Printed by J.C., 1673.

MERBECKE, John. **The Book of Common Prayer Noted**. London, 1550.

PHILLIPS, Benjamin. **Worship the Lord in the Beauty of Holiness.** Disponível em: http://benjaminphillipsblog.blogspot.com/search?q=Worship+the+lord+in+the+beauty+of+holiness. Acesso em: 27 jun. 2026.

SACRAMENTOS ONLINE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Problemas teológicos, doutrinários e a posição da IALC

Introdução

A Pandemia da COVID-19 representou um dos maiores desafios pastorais e litúrgicos enfrentados pelas Igrejas desde a Segunda Guerra Mundial. A rápida disseminação do Coronavírus levou governos de diferentes países a adotarem rigorosas medidas sanitárias destinadas a conter o avanço da doença, incluindo o fechamento temporário de templos religiosos, a limitação do número de participantes em celebrações presenciais e a suspensão de reuniões comunitárias. Em poucas semanas, comunidades cristãs de diversas tradições viram-se privadas da possibilidade de celebrar regularmente seus cultos, sacramentos e demais atos litúrgicos na forma como haviam sido praticados durante séculos. Diante desse cenário sem precedentes, a utilização de recursos digitais tornou-se uma alternativa indispensável para a manutenção da vida comunitária, permitindo a realização de cultos transmitidos pela internet, estudos bíblicos, reuniões pastorais, catequeses e momentos de oração por meio de plataformas virtuais.

Entretanto, a transição para o ambiente digital revelou uma distinção fundamental entre a transmissão de atos de culto e a celebração dos sacramentos. Se, por um lado, havia amplo consenso quanto à possibilidade de utilizar os meios eletrônicos para a proclamação da Palavra, a pregação e a oração comunitária, por outro surgiram profundas divergências quando determinadas comunidades passaram a adaptar também os sacramentos ao ambiente virtual. Em diferentes partes da Comunhão Anglicana, sobretudo em províncias e dioceses identificadas com perspectivas mais progressistas ou de tradição evangélica, algumas igrejas passaram a celebrar a Santa Eucaristia por videoconferência, incentivando os fiéis a prepararem pão e vinho em suas próprias casas para serem consagrados durante a transmissão. Em alguns contextos também foram propostas formas remotas de administração do Batismo e de outros atos litúrgicos, inaugurando um debate até então inexistente na história recente do Anglicanismo.

Essas experiências provocaram intensas discussões sobre os limites da adaptação litúrgica em tempos de emergência. Questões relacionadas à natureza sacramental da Igreja, à presença real de Cristo na Eucaristia, à necessidade da reunião física da assembleia, ao papel do

ministro ordenado, à sacramentalidade da matéria e à própria compreensão anglicana da comunhão eclesial passaram a ocupar o centro das reflexões teológicas. Embora motivadas pelo legítimo desejo pastoral de manter a assistência espiritual aos fiéis durante um período de isolamento social, muitas dessas iniciativas suscitaram preocupações acerca da possibilidade de relativização da tradição litúrgica, da criação de precedentes permanentes e do enfraquecimento da dimensão comunitária dos sacramentos.

No interior da Comunhão Anglicana, as respostas não foram uniformes. Algumas províncias optaram por suspender temporariamente determinadas celebrações sacramentais, enquanto outras admitiram soluções pastorais provisórias, sempre ressaltando seu caráter excepcional. Também houve igrejas que rejeitaram qualquer forma de sacramentalização do ambiente virtual, entendendo que a natureza encarnacional da fé cristã exige a presença física dos participantes e do ministro para a administração válida dos sacramentos. A diversidade de respostas refletiu as diferentes tradições teológicas presentes no Anglicanismo contemporâneo, evidenciando as distintas compreensões sobre eclesiologia, sacramentalidade e autoridade litúrgica existentes entre as províncias da Comunhão.

Diante da amplitude das discussões e da necessidade de oferecer uma reflexão comum para as igrejas anglicanas, a Consulta Internacional de Liturgia Anglicana (*International Anglican Liturgical Consultation* – IALC) dedicou-se ao exame das implicações teológicas, litúrgicas e pastorais decorrentes das celebrações sacramentais realizadas durante a Pandemia. O relatório produzido pela Comissão não buscou apenas responder às circunstâncias emergenciais impostas pela Covid-19, mas também estabelecer princípios capazes de orientar futuras situações semelhantes, reafirmando elementos fundamentais da tradição litúrgica anglicana ao mesmo tempo em que reconhecia os desafios apresentados pelas novas tecnologias e pelas formas contemporâneas de comunicação.

Buscaremos mostrar que, embora as tecnologias digitais tenham desempenhado um importante papel na preservação da vida pastoral durante o período de isolamento, sua utilização na celebração dos sacramentos revelou que existem limites claros quanto à identidade litúrgica, a eclesiologia e a teologia sacramental do Anglicanismo.

EUCARISTIAS ONLINE NA COMUNHÃO ANGLICANA

A Pandemia da COVID-19 colocou a teologia sacramental anglicana diante de um dos maiores desafios dentro e fora das comunidades anglicanas e episcopais. Se, por um lado, era plenamente justificável a utilização dos meios digitais para a celebração de Ofícios da Palavra, catequese e o acompanhamento pastoral, por outro, a tentativa de transpor integralmente os sacramentos para o ambiente virtual revelou sérios problemas teológicos. Em diversas províncias da Comunhão Anglicana, especialmente em setores identificados com uma teologia mais progressista ou provenientes da tradição evangélica surgiram práticas litúrgicas que extrapolaram o caráter excepcional da Pandemia e acabaram por relativizar princípios historicamente consolidados da teologia sacramental anglicana.

O caso mais emblemático foi, sem dúvida, a celebração da Santa Eucaristia por meios digitais. Em muitas comunidades, os fiéis eram orientados a separar previamente pão e vinho em suas residências para acompanhar a celebração transmitida pela internet. Até esse ponto, tratava-se de uma participação devocional semelhante à tradicional "comunhão espiritual", prática conhecida na história da Igreja. Entretanto, algumas comunidades deram um passo além ao sustentar, explícita ou implicitamente, que os elementos presentes nas casas dos participantes poderiam ser verdadeiramente consagrados durante a oração eucarística realizada pelo celebrante no templo.

Em determinadas celebrações, presbíteros e até mesmo alguns bispos passaram a dirigir a epiclese – a oração de invocação do Espírito Santo sobre os dons do pão e do vinho – não apenas aos elementos presentes sobre o altar onde presidiam a liturgia, mas também aos elementos colocados diante das telas dos computadores, televisores e telefones celulares dos participantes. Em termos práticos, desenvolveu-se a ideia de uma espécie de "epiclese virtual", segundo a qual a invocação sacramental ultrapassaria os limites da assembleia litúrgica fisicamente reunida e alcançaria, simultaneamente, centenas de pequenos altares domésticos espalhados por diferentes cidades e até países.

Essa prática introduziu uma concepção inédita na tradição anglicana. Historicamente, a epiclese nunca foi compreendida como

uma oração capaz de operar independentemente da unidade concreta da assembleia e da presidência sacramental exercida sobre elementos determinados e presentes diante do ministro ordenado. A liturgia anglicana sempre compreendeu a Eucaristia como ação da Igreja reunida em torno da Palavra e da Mesa do Senhor, e não como uma sucessão de celebrações individuais conectadas apenas por uma transmissão digital. A tentativa de ampliar a eficácia da epiclese para objetos fisicamente ausentes do altar rompe com a compreensão clássica da sacramentalidade presente tanto na tradição patrística quanto nos Livros de Oração Comum.

Em situações ainda mais problemáticas, algumas transmissões passaram a orientar os próprios fiéis a imporem as mãos sobre o pão e o vinho colocados em suas residências durante o momento da consagração. A intenção era que, enquanto o sacerdote pronunciava a oração eucarística, os leigos colaborassem, mediante a imposição das mãos, para que os elementos fossem igualmente alcançados pela invocação do Espírito Santo. Embora motivada por sincero desejo pastoral, tal prática criou uma profunda confusão entre os papéis próprios do sacerdócio ministerial e do sacerdócio comum dos fiéis, obscurecendo uma distinção que sempre esteve presente na tradição litúrgica anglicana. A imposição das mãos realizada pelos participantes não possui, na tradição sacramental da Igreja, função constitutiva da consagração eucarística, nem pode ser entendida como uma extensão do ministério ordenado.

Essas iniciativas suscitaram críticas de teólogos, liturgistas e bispos de diferentes correntes do Anglicanismo. O problema não residia simplesmente na utilização da internet como meio de comunicação, mas na criação de uma nova compreensão sacramental que jamais havia sido reconhecida pela tradição da Igreja. Ainda que a pastoral de emergência justificasse adaptações importantes na vida comunitária, não parecia legítimo construir, em poucos meses, uma nova teologia da Eucaristia sem qualquer fundamento nas Escrituras, na tradição patrística, na teologia clássica anglicana ou na própria história da liturgia cristã.

No contexto brasileiro também houve episódios semelhantes. Durante o período mais crítico da Pandemia, quando não era possível manter a Igreja sem celebrações – uma vez que as restrições sanitárias levaram ao encerramento temporário das reuniões presenciais –

algumas paróquias da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil transmitiram celebrações nas quais se defendia, explícita ou implicitamente, que a consagração poderia alcançar os elementos preparados pelos fiéis em suas residências. Entre os membros da Câmara Episcopal da IEAB, houve ao menos um bispo que adotou publicamente essa prática durante transmissões litúrgicas, defendendo essa prática para toda a Igreja. Esse abuso litúrgico (seja por ignorância ou por desleixo mesmo) suscitou preocupações entre os próprios clérigos à época (inclusive o autor desta obra), uma vez que isso feria não só a identidade teológica da Igreja, mas também a seriedade pastoral na administração dos sacramentos.

A dificuldade sobre esse tema torna-se ainda mais evidente quando se observa que a lógica utilizada para justificar uma "consagração à distância" dificilmente poderia ser aplicada apenas à Eucaristia. Se essa "mediação tecnológica" fosse suficiente para superar a necessidade da presença física na celebração sacramental, pergunta-se por que o mesmo princípio não foi adotado para os demais sacramentos e ritos solenes da Igreja. Por que não é possível matrimônios inteiramente virtuais, nos quais os noivos permanecessem em cidades diferentes, unidos sacramentalmente apenas por uma videoconferência? Por que as ordenações episcopais, presbiterais e diaconais continuaram exigindo a presença física do ordinando e dos bispos consagrantes, especialmente para a imposição das mãos, se a mesma lógica da "presença digital" poderia ser aplicada indistintamente aos sacramentos? Por que a confirmação, a unção dos enfermos ou a reconciliação sacramental não foram igualmente redefinidas como atos plenamente virtuais? Essas perguntas apontam uma inconsistência ou imprudência entre aqueles que defenderam a Eucaristia online, de que certos elementos constitutivos da ação sacramental dependem da corporeidade, da presença e da reunião concreta da Igreja.

Isso é atestado pelas Escrituras (João 20:23; 1 Timóteo 4:14), pela Tradição (os três elementos essenciais para a validade do sacramento: a presença da matéria, a presença da forma e a presença ministro), e pela Razão simples, uma vez que em todos os sacramentos e ritos sacramentais, a presença do ministro continua sendo necessária, sendo ele ordenado (cujas Ordens vêm do sacerdócio real de Cristo) ou leigo (sacerdócio universal ou batismal de todos os crentes), agindo eles, com a intenção de fazer o que a Igreja sempre creu e realizou.

A Tradição cristã sempre afirmou o caráter profundamente encarnacional da economia da salvação. O Verbo fez-se carne (João 1:14), a graça é comunicada por sinais materiais e visíveis, e os sacramentos são ações da Igreja reunida no tempo e no espaço. A Pandemia exigiu criatividade pastoral, prudência e caridade, mas também demonstrou que existem limites para a adaptação litúrgica.

Quando a excepcionalidade de uma crise conduz à formulação de uma nova teologia sacramental sem suficiente fundamentação e sem o discernimento da Igreja, o risco deixa de ser apenas disciplinar e passa a atingir a própria compreensão da natureza dos sacramentos. Foi por essa preocupação que motivou a Consulta Internacional de Liturgia Anglicana (IALC) a refletir sobre o tema, reafirmando que o uso das tecnologias digitais pode servir valiosamente à missão da Igreja, mas não elimina as exigências teológicas inerentes à celebração sacramental nem autoriza a criação de práticas cuja legitimidade não encontra respaldo na tradição litúrgica anglicana.

BATISMOS ONLINE EM OUTRAS DENOMINAÇÕES

Durante a Pandemia da Covid-19, inúmeras comunidades cristãs foram obrigadas a rever práticas litúrgicas consideradas, até então, inegociáveis. O fechamento temporário dos templos, as restrições sanitárias e a necessidade do distanciamento social criaram um cenário inédito para a história recente do Cristianismo. Nesse contexto, diversas igrejas recorreram às tecnologias digitais para manter a comunhão entre seus membros, realizando cultos, estudos bíblicos, reuniões de oração e aconselhamentos por meio de plataformas virtuais. Entretanto, quando o assunto envolvia os sacramentos e ordenanças, especialmente o batismo, surgiram debates teológicos acerca dos limites da adaptação litúrgica e da validade dessas celebrações realizadas à distância.

No contexto anglicano, a maior polêmica foi acerca de ofícios eucarísticos realizados de forma online. Por outro lado, não foram vistas tentativas de celebrar outros ritos como batismos, confirmações, matrimônios ou ordenações. Embora, em alguns casos, diante do desafio de confortar pastoralmente os familiares diante da morte de um ente querido, alguns clérigos administraram a unção dos enfermos sem

a unção do óleo, somente realizando uma oração à distância diante do moribundo, como forma de confortar a família e pedir a ação do Espírito Santo como o único capaz de salvar a alma e também o corpo do fiel padecente.

Saindo um pouco do contexto episcopal anglicano, o debate sobre a administração de sacramentos à distância ganhou um terreno fértil em outras denominações, principalmente com Batismos online. Entre os exemplos que ganharam repercussão esteve a iniciativa da Comunidade Batista do Rio de Janeiro, onde o pastor Pedro Luis Barreto Litwinczuk – conhecido popularmente como Pastor Pedrão – passou a realizar batismos de maneira online durante o período mais crítico da Pandemia. Segundo a liderança da igreja, a decisão foi motivada pelo cuidado pastoral e pela necessidade de preservar a saúde dos membros, sintetizada na expressão de que havia um "zelo pela vida das ovelhas". Nessa modalidade, o candidato ao batismo permanecia em sua residência, acompanhado por familiares, enquanto recebia as orientações do pastor por videoconferência para realizar a imersão em uma piscina doméstica ou outro recipiente apropriado. A cerimônia era acompanhada ao vivo pela congregação, que participava virtualmente do momento celebrativo.

O pastor Pedrão à CNN afirmou que:

> A ideia de fazer o batismo online veio do que Jesus deixou como missão para a igreja. Ele disse que deveríamos ir evangelizar, ensinar e batizar em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo (CNN BRASIL, 25 mai. 2020).

Na mesma entrevista, o pastor Ed René Kivitz falou sobre a importância dessa assistência espiritual no momento da Pandemia, em que as pessoas ao mesmo tempo em que estavam com restrições quanto à circulação, necessitavam de experiências reais com Deus.

> Há muita intensidade relacional na vivência quando nós nos encontramos não em um lugar, mas em um tempo - o da celebração da fé. [...] Então, ao mesmo tempo que é uma experiência de tristeza, é também de fé, de acreditar que, apesar de não estarmos juntos no mesmo ambiente, estamos juntos na mesma vivência (CNN BRASIL, 25 mai. 2020).

A justificativa apresentada por essas comunidades evangélicas fundamentava-se principalmente na excepcionalidade da situação sanitária. A Pandemia impôs restrições que impediram reuniões presenciais por vários meses, levando muitas igrejas a compreenderem que seria pastoralmente inadequado impedir pessoas convertidas de testemunharem publicamente sua fé apenas pela impossibilidade temporária de acesso aos templos. Assim, o ambiente digital foi interpretado como uma ferramenta provisória capaz de preservar o vínculo comunitário enquanto se aguardava o retorno das atividades presenciais.

Sob a perspectiva batista, o batismo é tradicionalmente compreendido como uma ordenança instituída por Cristo, destinada a simbolizar publicamente a conversão do indivíduo e sua identificação com a morte, sepultamento e ressurreição de Jesus Cristo. Diferentemente das tradições sacramentais, como a Católica, Ortodoxa, Anglicana e Luterana, muitos segmentos batistas enfatizam o caráter simbólico do rito, compreendendo que sua eficácia está relacionada à profissão pública de fé e à obediência ao mandamento de Cristo, e não necessariamente à mediação sacramental da Igreja. Essa compreensão abriu espaço para interpretações mais flexíveis quanto ao formato excepcional adotado durante a Pandemia.

Apesar disso, a realização de batismos online não encontrou unanimidade nem mesmo entre igrejas batistas. Diversos pastores e teólogos argumentaram que o batismo pressupõe a presença física da comunidade local e de um ministro autorizado, entendendo que a participação presencial constitui parte integrante do testemunho público da fé cristã. Segundo essa perspectiva, a mediação tecnológica poderia auxiliar na transmissão da cerimônia, mas não substituir completamente a reunião física da Igreja enquanto corpo reunido.

Nas igrejas de tradição sacramental, a resistência foi ainda maior. Para católicos, ortodoxos e grande parte dos anglicanos, o batismo não constitui apenas um símbolo externo, mas um sacramento por meio do qual Deus comunica sua graça. Consequentemente, a administração do sacramento exige a presença física da água, do ministro e do batizando, dentro de uma relação concreta entre a comunidade e aquele que ingressa na Igreja. Sob essa ótica, a simples transmissão virtual não seria suficiente para assegurar a integridade da ação sacramental.

Na Comunhão Anglicana, o debate assumiu características próprias. Algumas dioceses autorizaram apenas o adiamento dos batismos até que fosse possível retomá-los presencialmente com segurança. Outras admitiram celebrações extremamente restritas, envolvendo apenas o ministro, o candidato e um número reduzido de familiares, obedecendo aos protocolos sanitários. Em geral, evitou-se reconhecer a validade de batismos realizados exclusivamente mediante orientação remota, preservando a compreensão tradicional da natureza sacramental do rito.

O fenômeno dos batismos online também revelou uma importante mudança na relação entre religião e tecnologia. Até então, poucas comunidades imaginavam que uma cerimônia de iniciação cristã pudesse ser realizada por intermédio de plataformas digitais. A Pandemia acelerou processos de digitalização da experiência religiosa que provavelmente levariam décadas para ocorrer em circunstâncias normais. O uso de transmissões ao vivo, videoconferências e redes sociais passou a integrar o cotidiano das igrejas, modificando significativamente sua forma de comunicação e de evangelização.

Sob o ponto de vista pastoral, muitos líderes afirmaram que o ambiente virtual permitiu alcançar pessoas que dificilmente frequentariam um templo físico. Familiares residentes em outros estados ou países puderam acompanhar os batismos em tempo real, ampliando o alcance da celebração e fortalecendo vínculos entre membros dispersos geograficamente. Esse aspecto positivo foi frequentemente citado como uma das descobertas proporcionadas pelo período pandêmico.

Entretanto, críticos advertiram que a adoção indiscriminada dessas práticas poderia contribuir para uma crescente individualização da experiência religiosa. Se o batismo passasse a ser realizado na residência do fiel, sem a efetiva participação presencial da comunidade, correria-se o risco de enfraquecer a dimensão eclesial do sacramento ou da ordenança. Afinal, o batismo não representa apenas uma decisão pessoal de fé, mas também a incorporação visível do indivíduo ao corpo de Cristo representado pela Igreja local.

Outro aspecto frequentemente discutido dizia respeito à autoridade ministerial. Em muitas cerimônias virtuais, era o próprio candidato, ou um familiar, quem realizava fisicamente a imersão enquanto o pastor apenas pronunciava as palavras litúrgicas por

videoconferência. Essa dinâmica levantou questões sobre quem, de fato, administrava o batismo e se haveria continuidade com a tradição histórica da Igreja, na qual o ministro normalmente exerce papel direto na administração do rito.

Do ponto de vista da história da Igreja, situações extraordinárias envolvendo adaptações litúrgicas não são inéditas. Durante períodos de perseguição, guerras, epidemias e catástrofes naturais, comunidades cristãs frequentemente precisaram reorganizar sua vida sacramental para responder às circunstâncias excepcionais. Contudo, raramente essas adaptações implicaram uma mediação tecnológica tão intensa quanto a observada durante a Pandemia da COVID-19, tornando o debate contemporâneo singular na história do Cristianismo.

A Pandemia também evidenciou diferentes concepções de eclesiologia. Igrejas com uma compreensão mais congregacional tendiam a privilegiar a autonomia das comunidades locais para decidir sobre a realização dos batismos online. Em contraste, denominações estruturadas por episcopados ou sistemas hierárquicos centralizados aguardavam orientações oficiais antes de alterar qualquer prática litúrgica, demonstrando maior preocupação com a uniformidade doutrinária e disciplinar.

Sob a ótica da teologia pastoral, a decisão de realizar batismos online procurava equilibrar dois princípios igualmente importantes: a fidelidade à tradição e o cuidado concreto com a vida humana. Muitos líderes compreenderam que preservar vidas constituía uma expressão prática do mandamento do amor ao próximo, justificando adaptações temporárias que jamais seriam consideradas em condições normais. Essa tensão entre tradição e necessidade pastoral marcou profundamente a experiência das igrejas durante os anos de Pandemia.

As reações dos fiéis foram igualmente variadas. Enquanto alguns receberam com alegria a possibilidade de serem batizados sem adiar sua profissão pública de fé, outros preferiram aguardar o retorno das celebrações presenciais para viver esse momento junto à comunidade reunida. Em muitos casos, candidatos optaram por participar dos cultos online durante meses, mas solicitaram que o batismo fosse celebrado apenas quando o templo pudesse reabrir com segurança.

A repercussão desses batismos também ultrapassou os limites das igrejas, alcançando a mídia e despertando interesse acadêmico.

Pesquisadores das áreas de Teologia, Ciências da Religião, Sociologia e Comunicação passaram a analisar como as tecnologias digitais estavam redefinindo práticas religiosas tradicionais. O batismo online tornou-se um estudo de caso importante para compreender os impactos da transformação digital sobre instituições religiosas que há séculos são marcadas pela reunião presencial de suas comunidades.

Mesmo após o fim das restrições sanitárias mais severas, poucas igrejas mantiveram a prática dos batismos totalmente online. Em geral, essas celebrações foram compreendidas como medidas emergenciais e excepcionais, vinculadas ao contexto extraordinário da Pandemia. A maioria das comunidades retomou rapidamente os ritos presenciais assim que as condições sanitárias permitiram, reafirmando a importância da reunião física da Igreja para a celebração das ordenanças e dos sacramentos.

A COMUNHÃO VIRTUAL E A PANDEMIA DA COVID-19

A Pandemia da COVID-19 não provocou apenas uma crise sanitária e pastoral para as Igrejas cristãs; ela também submeteu a teologia sacramental a um teste concreto, obrigando as comunidades a distinguir entre a possibilidade de transmitir digitalmente uma celebração e a possibilidade de realizar, por intermédio de uma transmissão digital, a própria ação sacramental.

Esse problema, que se fez presente em várias partes da Comunhão Anglicana – seja pela prática, dúvidas quanto ao procedimento, ou lacunas não respondidas – motivou a elaboração do documento *A Comunhão Virtual e a Pandemia de Covid-19*, produzido por um grupo de membros da Consulta Internacional de Liturgia Anglicana (*International Anglican Liturgical Consultation* – IALC), a pedido do Encontro de Primazes. O relatório foi posteriormente examinado pela Comissão Permanente Inter-Anglicana para a Unidade, a Fé e a Ordem (IASCUFO), que recomendou suas conclusões às Igrejas da Comunhão Anglicana.

A IALC é uma instância internacional de consulta litúrgica, enquanto a IASCUFO exerce funções de aconselhamento relacionadas à unidade, à fé e à ordem da Comunhão Anglicana. O próprio prefácio do documento reconhece que suas recomendações precisam ser

contextualizadas nos diferentes ambientes da Comunhão global e admite a necessidade de desenvolver uma Teologia mais ampla da internet, da presença online e do espaço digital (IALC, 2021, p. 1).

O relatório também possui limitações metodológicas que merecem reconhecimento. Os autores declaram que não reuniram evidências sistemáticas sobre todas as experiências de culto virtual e reconhecem que as questões examinadas não poderiam ser resolvidas mediante consenso completo entre todas as províncias (IALC, 2021, pp. 2, 4). Sua conclusão normativa deve ser distinguida de uma investigação histórica sobre a extensão e a diversidade dessas práticas.

Seu posicionamento mais importante começa na seção de recomendações, quando afirma que o conceito de *consagração remota* não é consistente com a Teologia e a prática da Liturgia anglicana e, por isso, deve ser desencorajado (IALC, 2021, p. 5). O relatório reconhece que os ofícios virtuais da Palavra e do Ofício Diário (*Daily Office*) proporcionaram continuidade pastoral durante a Pandemia e puderam oferecer oportunidades de participação a comunidades que anteriormente tinham acesso irregular ao ministério presencial. Sua preocupação se deu com a crença emergente de que a transmissão digital não estava sendo confundida com a própria constituição de uma Assembleia Eucarística, capaz de estender a consagração dos elementos presentes no altar aos elementos preparados em residências particulares.

O documento estabeleceu uma distinção entre a presença digital de uma comunidade e a presença real de Cristo no sacramento durante a celebração da Eucaristia. Essa distinção evita tanto o desprezo pelas possibilidades pastorais da tecnologia quanto a aceitação de práticas litúrgicas que alterem a compreensão histórica do sacramento.

Brian Douglas em seu artigo *Virtual' Eucharists in a Time of COVID-19 Pandemic: Biblical, Theological and Constitutional Perspectives*, ao examinar o debate na Igreja Anglicana da Austrália, documenta a discussão sobre a possibilidade de um sacerdote consagrar pão e vinho em um local enquanto os participantes consomem outros elementos em suas casas, concluindo que a Eucaristia online não deveria ser considerada apropriada naquele contexto (DOUGLAS, 2020, p. 143).

Um dos argumentos mais sólidos do documento da IALC está em recordar que a celebração eucarística possui como cenário normativo uma comunidade local reunida em um único lugar físico. Na introdução, os autores descrevem a Eucaristia como uma ação na qual

os fiéis participam das orações, ouvem as Escrituras, oferecem a oração eucarística e recebem o Corpo e o Sangue de Cristo, sendo fortalecidos para o serviço cristão no mundo. Em seguida, afirmam que, apesar das imperfeições encontradas nas celebrações reais, "o facto de se reunir é indispensável" (IALC, 2021, p. 2).

Esta posição teológica não significa que Deus esteja limitado geograficamente ou que sua graça não possa alcançar pessoas impossibilitadas de comparecer ao templo. Significa, antes, que a Eucaristia possui uma estrutura eclesial objetiva: não é simplesmente um ato de devoção individual que cada fiel realiza simultaneamente com outros, mas uma ação litúrgica da Igreja, na qual a assembleia participa de uma única oração e de uma única mesa sacramental.

A Declaração Acordada sobre a Doutrina Eucarística, elaborada pela Comissão Internacional Anglicana-Romana Católica (ARCIC), afirma que a Eucaristia edifica a vida da Igreja, fortalece sua comunhão e manifesta sua identidade como Corpo de Cristo. O documento acrescenta que, pela presença sacramental de Cristo dada por meio do pão e do vinho, o Senhor ressuscitado oferece-se ao seu povo (ARCIC, 1971, §3, *apud* IALC, 2021, p. 13). O ponto principal a ser debatido não é simplesmente que vários indivíduos assistam ao mesmo rito, mas que participem do mesmo ato sacramental da Igreja. Na mesma direção, a Declaração de Moscou do diálogo anglicano-ortodoxo apresenta a Igreja como *Synaxis*, isto é, uma Assembleia de Culto Eucarístico, afirmando que a Igreja não é apenas edificada pela Eucaristia, mas constitui também uma condição para sua celebração (ICAOTD, 1976, § 24, *apud* IALC, 2021, p. 15).

Uma transmissão ao vivo pode conectar pessoas, permitir que acompanhem a oração e favoreçam a consciência de pertencer a uma comunidade cristã. Porém, estas pessoas conectadas não constituem automaticamente uma Assembleia Eucarística, nem que os objetos presentes em cada residência passam a integrar a mesma ação consecratória. E essa simultaneidade temporal não equivale, por si só, à unidade litúrgica. Ou seja, estar diante da mesma tela não é o mesmo que reunir-se em torno da mesma mesa e receber os elementos de uma celebração comum.

O relatório da IALC identifica essa dificuldade ao questionar a possibilidade de uma comunidade eucarística definida apenas por conexões digitais e ao observar que a prática poderia atravessar

fronteiras geográficas e eclesiásticas, permitindo que pessoas participassem de celebrações de comunidades distintas sem qualquer vínculo estável com a congregação celebrante (IALC, 2021, p. 4).

Esse argumento e posição da IALC não deve ser transformada em uma tese absoluta de que uma comunidade cristã jamais possa existir online. Um exemplo disso está na pesquisa realizada por Sarah Kathleen Johnson, em seu estudo etnográfico de celebrações da Semana Santa de 2020, observou doze serviços religiosos de diferentes tradições cristãs e mostrou que as comunidades digitais podem desenvolver formas reais de relacionamento, participação e solidariedade. A autora também reconhece, entretanto, que a comunhão virtual assume modalidades distintas e que não deve ser confundida com uma única prática homogênea (JOHNSON, 2020, p. 188-210).

A pesquisa de Sarah Johnson contribui para refinar a crítica: a existência de comunidade virtual não resolve, por si mesma, a questão da validade ou da adequação sacramental. A discussão não nega a possibilidade dos vínculos digitais serem reais, mas este mesmo vínculo, embora seja real, não autoriza a redefinição da natureza mística ou de mistério da Eucaristia, uma vez que ela também envolve alguns atos litúrgicos e uma das realidades espirituais por detrás deste sacramento, a epiclese, a invocação do Espírito Santo sobre os dons eucarísticos.

A NATUREZA DA EPICLESE E O PROBLEMA TEOLÓGICO DA CONSAGRAÇÃO DE FORMA REMOTA

O ponto mais delicado da controvérsia é a tentativa de estender a Oração Eucarística aos elementos que se encontram fisicamente separados do altar do celebrante. Em algumas experiências ocorridas durante a Pandemia, os fiéis eram orientados a preparar pão e vinho em suas casas e a acompanhar a oração de consagração transmitida pela internet, sob a expectativa de que os elementos domésticos fossem consagrados simultaneamente aos que estavam sobre o altar.

Essa prática, frequentemente descrita como *consagração remota*, levanta uma questão teológica anterior à própria tecnologia: qual é a relação entre a Oração Eucarística, a invocação do Espírito Santo (epiclese), os elementos materiais e a assembleia que celebra o sacramento?

A IALC formula diretamente o problema ao perguntar se a intenção sacramental do presidente pode estender-se para além dos elementos que estão sobre a mesa e, em caso afirmativo, até onde essa intenção poderia alcançar. O relatório acrescenta uma dificuldade particularmente importante: se o sacerdote não consegue ver o pão e o vinho colocados nas casas dos participantes e pode nem sequer ter consciência da existência de determinados elementos, como se poderia estabelecer uma intenção sacramental determinada em relação a eles? (IALC, 2021, p. 4).

A questão não se resolve simplesmente afirmando que o Espírito Santo não está limitado pelo espaço. Nenhuma teologia cristã ortodoxa precisa sustentar que Deus seja incapaz de agir a distância para reconhecer que os sacramentos possuem uma forma eclesial determinada. A onipotência divina não elimina a necessidade de discernir os meios instituídos por Cristo e recebidos pela Igreja. A pergunta relevante não é se o Espírito Santo pode agir em qualquer lugar, mas se a Igreja possui fundamento teológico e autoridade litúrgica para declarar que uma oração eucarística pronunciada sobre elementos determinados em um altar consagra também outros elementos, situados em locais distintos, sem contato sacramental direto com a assembleia que celebra. Confundir essas duas questões significa transformar uma afirmação sobre a liberdade de Deus em uma autorização automática para qualquer inovação ritual.

A Declaração de Moscou, citada nos apêndices do relatório, oferece um referencial especialmente pertinente. No parágrafo 29, a Comissão Internacional para o Diálogo Teológico Anglicano-Ortodoxo afirma que a Eucaristia é ação da Santíssima Trindade e que o Pai concede à Igreja o Corpo e o Sangue de Cristo pela descida do Espírito Santo, em resposta à oração eclesial. A epiclese, nesse contexto, exprime a ação do Espírito com o Pai na consagração dos elementos como Corpo e Sangue de Cristo. O parágrafo 30 acrescenta que a consagração resulta da totalidade da liturgia sacramental, incluindo ação de graças, anamnese e epiclese, rejeitando uma teoria que a reduza a uma fórmula isolada (ICAOTD, 1976, §§ 29-30, apud IALC, 2021, p. 16). Esse enquadramento é decisivo: a epiclese não é um mecanismo autônomo que possa ser acionado independentemente da estrutura eclesial da celebração, como se as palavras pronunciadas pelo celebrante

funcionassem como um comando cuja eficácia se propagasse indiscriminadamente por todos os espaços conectados à transmissão.

É precisamente nesse ponto que se torna necessário criticar a ideia de uma "epiclese virtual". O problema não está em reconhecer a ação do Espírito Santo para além do edifício da igreja, mas em pressupor que a transmissão de uma oração seja suficiente para incorporar elementos domésticos à ação sacramental celebrada em outro lugar. A epiclese não deve ser interpretada como uma energia impessoal transmitida por ondas sonoras ou sinais eletrônicos, nem como uma bênção genérica que transforme qualquer pão e qualquer vinho existentes diante de uma tela em elementos eucarísticos. Na tradição litúrgica, a invocação do Espírito integra a oração da Igreja e está relacionada aos dons apresentados para a celebração. O relatório também destaca que o Espírito não vem apenas sobre os elementos, mas sobre a comunidade, de modo que a epiclese possui uma dimensão simultaneamente sacramental e eclesial (ICAOTD, 1976, § 31, apud IALC, 2021, p. 16). A separação entre a oração, os dons determinados e a assembleia que os recebe enfraquece justamente essa unidade.

A epiclese não possui uma interpretação uniforme entre todas as tradições cristãs, e o próprio Anglicanismo apresenta diversidade quanto à formulação e à localização da invocação do Espírito na oração eucarística. Por essa razão, seria insuficiente declarar que toda a teoria da "epiclese virtual" é impossível apenas porque não corresponde a uma interpretação tradicional da epiclese. O argumento mais consistente é que a IALC não encontrou fundamento suficiente para considerar que essa prática é compatível com a Teologia e Liturgia anglicana. A própria Comissão reconhece que a investigação mais ampla sobre este aspecto da Pneumatologia ultrapassaria o escopo do documento, o que demonstra uma prudência no método teológico que deve ser preservada para novas análises (IALC, 2021, p. 3).

A controvérsia litúrgica tornou-se ainda mais problemática nas situações em que participantes eram convidados a impor as mãos sobre o pão e o vinho colocados em suas residências enquanto o bispo ou presbítero pronunciava a oração eucarística à distância. É preciso distinguir, nesse caso, o que o relatório documenta expressamente daquilo que constitui uma extensão crítica de sua argumentação.

O documento da IALC também questiona a possibilidade de o celebrante consagrar elementos remotos e recorda as rubricas históricas

do Livro de Oração Comum de 1662, que orientam o sacerdote a tomar a patena, partir o pão e colocar as mãos sobre o pão e sobre os recipientes que contêm o vinho a ser consagrado (IALC, 2021, pp. 4, 7). Ele não apresenta, nas passagens examinadas, uma análise específica de todas as cerimônias nas quais leigos foram orientados a impor as mãos sobre elementos domésticos (inclusive orientados por bispos!). Embora a Comissão estivesse investigando ou condenando estes episódios, o que apontamos aqui é que tal prática partiu de bispos e bispas que tinham uma boa formação teológica. Isso sim, impressiona.

É importante considerar que, na celebração, a assembleia reunida participa da Oração Eucarística, responde às aclamações, oferece louvor e ação de graças e recebe o sacramento; o ministro ordenado preside a ação litúrgica segundo a ordem da Igreja. A Declaração Acordada de Dublin, citada no material anglicano-ortodoxo reproduzido pela IALC, descreve o presidente como ícone de Cristo e, simultaneamente, representante da comunidade que exprime o sacerdócio dos fiéis (IALC, 2021, p. 16). Essa dupla dimensão impede tanto uma concepção individualista na qual o sacerdote realiza a Eucaristia isoladamente (como numa *missa privada*) quanto uma compreensão indiferenciada na qual qualquer participante poderia assumir funções específicas do ministério ordenado mediante gestos improvisados (mesmo com o uso da matéria, forma e intenção correta).

A imposição das mãos não é, por si só, um gesto exclusivamente reservado ao clero em todos os contextos cristãos. Ela aparece em diversas práticas de oração, bênção, cura e intercessão, e sua legitimidade depende da natureza do ato litúrgico em que é empregada. A questão não é se o leigo está proibido de impor as mãos sobre um objeto ou de participar de orações invocando o Espírito Santo.

O problema surge quando o gesto é apresentado como instrumento necessário para que os elementos domésticos recebam a consagração eucarística, ou quando sugere que a imposição das mãos dos participantes completa ou estende a ação sacramental realizada pelo ministro. Nesse caso, o gesto adquire uma função que precisa de fundamentação doutrinária e autorização eclesiástica, não podendo ser legitimado simplesmente pela sinceridade da intenção pastoral. E, mais uma vez, o que é colocado aqui é que, tais práticas foram igualmente conduzidas ou incentivadas por bispos ou bispas de algumas Igrejas.

A IALC também sustenta que o relatório deve ser lido em conjunto com as fontes históricas que ele próprio reúne. Entre elas está a rubrica do Livro de Oração Comum de 1662, que determina gestos concretos do sacerdote durante a preparação e a consagração dos elementos. Essa rubrica não constitui uma definição completa da doutrina eucarística anglicana, mas demonstra que a tradição litúrgica não trata a consagração como um acontecimento puramente verbal, desvinculado dos elementos materiais presentes na celebração.

A ação manual do ministro integra o rito e estabelece uma relação entre a oração, o pão, o vinho e a mesa eucarística (IALC, 2021, p. 7). A prática de declarar consagrados elementos que o sacerdote não vê, não toca e cuja presença pode desconhecer exige uma justificativa que não pode ser substituída pela simples afirmação de que o rito ocorreu simultaneamente em uma transmissão digital.

Do mesmo modo, o Quadrilátero de Chicago-Lambeth, adotado pela Conferência de Lambeth em 1888, também é essencial. Seu terceiro artigo reconhece os dois sacramentos ordenados por Cristo – o Batismo e a Ceia do Senhor – e menciona o uso das palavras de instituição e dos elementos por ele ordenados (IALC, 2021, p. 8).

O Quadrilátero não foi redigido para responder às tecnologias digitais, mas ele situa a celebração sacramental dentro de uma tradição recebida, na qual os elementos não são intercambiáveis nem definidos exclusivamente pela intenção subjetiva dos participantes. Uma inovação como a consagração remota precisa demonstrar sua coerência com essa estrutura doutrinária, e não presumir que a emergência sanitária suspendeu as exigências constitutivas do sacramento.

A história anglicana também revela que a Igreja já enfrentou crises sanitárias sem concluir que as normas sacramentais poderiam ser livremente alteradas. O relatório reproduz a Resolução 31 da Conferência de Lambeth de 1908, segundo a qual não seria desejável modificar a maneira de administrar a Sagrada Comunhão apenas por receio de infecção, devendo os casos de risco excepcional ser submetidos ao bispo.

A Resolução 32, por sua vez, reafirmou que os elementos autorizados para a administração da Comunhão eram o pão e o vinho, admitindo que necessidades pudessem exigir procedimentos excepcionais, os quais deveriam cessar quando desaparecessem as condições que os justificavam (IALC, 2021, p. 8). Embora essas

resoluções pertençam a um contexto histórico diferente e não possam ser aplicadas diretamente à Pandemia da COVID-19, demonstram que a tradição anglicana reconhece a necessidade de prudência por parte da autoridade episcopal diante de determinadas medidas emergenciais. Essa continuidade histórica permite formular uma crítica mais precisa aos abusos litúrgicos ocorridos durante a Pandemia.

A excepcionalidade pode justificar a suspensão temporária da celebração eucarística, a adoção de ofícios da Palavra, a comunhão espiritual ou outras formas de acompanhamento pastoral. Mas não justifica que uma comunidade declare consagrados elementos remotos sem demonstrar a compatibilidade dessa prática com sua tradição doutrinária. A distinção entre uma adaptação disciplinar e uma alteração da compreensão sacramental constitui um dos critérios centrais para avaliar o período, e mais um argumento para restringir tal prática.

CRÍTICAS À EUCARISTIA ONLINE

Em outubro de 2020, Miranda Threlfall-Holmes, em texto publicado pelo movimento *Modern Church*, argumentou que a oposição absoluta entre a realidade e a virtualidade é inadequada para compreender a experiência religiosa. Para ela, a celebração eucarística possui uma dimensão que transcende o mundo material imediatamente perceptível, mas também depende da tangibilidade do pão e do vinho e do ato concreto de recebê-los (THRELFALL-HOLMES, 2020).

A reflexão de Threlfall-Holmes merece uma apreciação especial nesta altura do texto, porque impede que a crítica à Eucaristia online se transforme em uma espécie de materialismo teológico, como se Deus estivesse confinado ao espaço físico de uma igreja. Entretanto, o argumento de que o virtual pode constituir uma experiência real não demonstra que todo ato sacramental possa ser reproduzido por meios digitais. Uma conversa entre amigos por videoconferência é uma relação verdadeira, embora mediada. Todavia, disso não se conclui que as ações que envolvem presença, matéria, autoridade e participação corporal possam ser transferidas integralmente para uma plataforma eletrônica. A analogia entre a comunicação digital e o sacramento administrado tem limites claros: a primeira depende principalmente da transmissão de informações e da interação entre pessoas, enquanto o

segundo envolve uma ação litúrgica regulada pela Tradição da Igreja, pelos elementos instituídos pelo próprio Cristo e pela ordem apostólica.

Do mesmo modo, outra pesquisa feita por Sarah Kathleen Johnson oferece uma contribuição para esse debate. Em seu estudo de doze celebrações realizadas durante a Semana Santa de 2020, a autora observou diferentes respostas à impossibilidade de reunião presencial, incluindo liturgias que mantiveram a Eucaristia em alguma forma, celebrações comunitárias domésticas e serviços que optaram pela abstinência eucarística. Johnson concluiu que a mediação digital pode criar oportunidades para ampliar a consciência da comunidade cristã e para refletir sobre pessoas que habitualmente enfrentam distância, enfermidade ou dificuldades de acesso ao culto. Ao mesmo tempo, seu estudo ela não apontou que as práticas observadas são equivalentes ou adequadas a todas as tradições cristãs (JOHNSON, 2020, p. 188-210).

Essa distinção é especialmente relevante para a análise da IALC. A Comissão reconheceu que os ofícios religiosos virtuais não devem ser desprezados de maneira acrítica, porque podem representar, para muitas pessoas, uma alternativa pastoral melhor do que a ausência de qualquer contato com a comunidade. Entretanto, as celebrações da Palavra online apresentam menos dificuldades teológicas do que as Eucaristias online e que o uso doméstico de pão e vinho não deve ser encorajado quando uma celebração eucarística presencial é transmitida ao vivo (IALC, 2021, p. 5). A posição não nega o valor da tecnologia: estabelece uma hierarquia entre diferentes formas de participação, distinguindo aquelas que podem ser mediadas por uma transmissão daquelas que suscitam questões doutrinárias ainda não resolvidas.

Uma das contribuições mais importantes do documento consiste em recuperar a possibilidade de enfrentar a privação eucarística por meio de práticas espirituais tradicionais. A Comissão recorda a rubrica do Livro de Oração Comum de 1662, relativa à Comunhão dos Doentes, segundo a qual uma pessoa impedida, por justa causa, de receber o sacramento pode, estando devidamente preparada, alimentar-se espiritualmente do Corpo e do Sangue de Cristo para a saúde de sua alma (IALC, 2021, p. 3). O relatório adverte que, certas interpretações da comunhão espiritual durante a Pandemia perderam de vista sua relação com a comunidade e passaram a tratá-la como uma experiência individualizada, disponível a qualquer momento, independentemente da prática litúrgica de um corpo eclesial concreto (IALC, 2021, p. 3).

Essa observação toca um problema mais amplo da religiosidade contemporânea: a tendência de transformar práticas comunitárias em experiências selecionadas individualmente, segundo as preferências e a disponibilidade de cada fiel. A transmissão digital pode reforçar essa tendência quando o participante escolhe entre diferentes celebrações, acompanha apenas os momentos que lhe interessam e organiza a experiência religiosa sem qualquer relação necessária com a comunidade local. O relatório identifica esse risco ao observar que uma pessoa poderia acompanhar uma paróquia na Inglaterra, estando em outro país, como os Estados Unidos, ou alternar entre diferentes celebrações de acordo com suas preferências (IALC, 2021, p. 4). O problema não é a possibilidade de acompanhar outras comunidades, mas a substituição do pertencimento eclesial por uma modalidade de consumo religioso em que a liturgia se torna um conteúdo disponível sob demanda.

A Comissão vai além e sugere que as comunidades poderiam ter explorado de maneira mais positiva as práticas tradicionais de jejum e abstinência, interpretando a privação eucarística como uma forma de solidariedade com um mundo marcado pelo sofrimento, pela perda de liberdade, pelo desemprego e pelo afastamento humano (IALC, 2021, p. 5). A privação dos sacramentos não é um bem em si mesma, e a impossibilidade prolongada de participar da Eucaristia pode produzir sofrimento espiritual real. A Igreja pode acompanhar pastoralmente os fiéis, fortalecer a oração e a catequese, celebrar ofícios da Palavra e preparar o retorno ao Sacramento do Altar do Senhor, preservando simultaneamente a esperança e a integridade de sua tradição.

Um dos questionamentos formulados pela IALC é se os benefícios pastorais percebidos poderiam justificar a adoção de uma abordagem pragmática em circunstâncias extraordinárias. O documento pergunta se uma solução provisória durante a COVID-19 acabaria por se transformar em rotina, com consequências negativas para a Igreja no longo prazo (IALC, 2021, p. 4). Essa questão evidencia que a controvérsia não pode ser resolvida apenas pela avaliação da intenção subjetiva dos ministros. Muitos dos que defenderam a Eucaristia online agiram com o propósito de consolar os fiéis, preservar a vida comunitária e evitar que a suspensão das celebrações fosse interpretada como abandono pastoral. Entretanto, a boa intenção não elimina a necessidade de avaliar a coerência doutrinária de uma prática.

Essa prudência da Comissão também pode ser compreendida à luz das orientações da Igreja Anglicana da Costa da Colúmbia Britânica, que, em 2020, declarou que não autorizaria a chamada comunhão virtual, por considerá-la um afastamento da prática histórica. A orientação distinguia essa modalidade da comunhão espiritual, admitia celebrações da Palavra e permitia refeições comunitárias de ágape desde que não fossem apresentadas como substitutas da Eucaristia (ANGLICAN DIOCESE OF BRITISH COLUMBIA, 2020).

A mesma preocupação aparece nas orientações da Igreja da Inglaterra, que, em agosto de 2020, recomendou que os participantes não fossem encorajados a acreditar que pão e vinho apresentados diante de telas durante uma celebração online haviam sido consagrados remotamente, embora reconhecesse que a prática pudesse ter valor espiritual para algumas pessoas (CHURCH OF ENGLAND, 2020).

OS MATRIMÔNIOS E AS ORDENAÇÕES ONLINE

Diante de posições favoráveis à Eucaristia online, vários clérigos contrários (inclusive o autor desta obra) levantaram a pergunta: Se a consagração à distância fosse suficiente para superar a necessidade da presença física na Celebração Eucarística, por que não se adotou o mesmo princípio para os ritos do Matrimônio e da Ordenação?

No caso do matrimônio, a questão envolve a presença dos nubentes, a manifestação de seu consentimento e o reconhecimento eclesial da união. As exigências canônicas variam entre as províncias anglicanas, e não seria correto afirmar que todas as jurisdições necessariamente proíbem qualquer participação remota em circunstâncias excepcionais. Ainda assim, se a presença digital fosse considerada plenamente equivalente à presença física para todos os efeitos sacramentais, seria necessário explicar por que os requisitos de consentimento, testemunho e celebração eclesial não poderiam ser reinterpretados de maneira semelhante. A simples transmissão da cerimônia não resolve, por si só, as questões jurídicas e litúrgicas relacionadas à constituição do matrimônio.

A dificuldade é ainda mais evidente no caso das ordenações. A tradição anglicana compreende a ordenação como um ato eclesial presidido por bispos, realizado mediante oração e imposição das mãos,

no contexto da vida e da missão da Igreja. O documento da IALC reproduz textos ecumênicos que relacionam intrinsecamente o ministério ordenado à Assembleia Eucarística, afirmando que as ordenações são litúrgica e teologicamente inseparáveis da comunhão eucarística (IALC, 2021, p. 16).

Se a imposição das mãos fosse substituível por um gesto realizado diante de uma câmera, seria necessário desenvolver uma teologia específica para explicar como se estabeleceria a continuidade física, litúrgica e eclesial do ato de ordenação. A Pandemia não produziu uma aceitação equivalente de ordenações episcopais, presbiterais ou diaconais inteiramente remotas como aconteceu em relação às práticas eucarísticas, o que evidencia que a presença física continuou sendo considerada constitutiva de determinados atos da Igreja. Talvez, os ritos de ordenação tenham um peso maior a serem considerados, dada a questão da validade das Ordens no Anglicanismo.

No tocante aos elementos de validade dos ritos e sacramentos – ministro, forma, matéria e intenção – é preciso reconhecer uma diferença importante: o Matrimônio, a Ordenação e a Eucaristia não possuem a mesma matéria, a mesma forma litúrgica ou os mesmos requisitos canônicos. A impossibilidade de transferir um rito para o ambiente virtual não faz com que outro rito também seja impossível. Mas quem defende a consagração remota deve explicar por que a mediação digital seria suficiente para superar a dimensão espacial e material da Eucaristia, mas não produziria consequências semelhantes para outros atos litúrgicos que dependem da presença, da intenção, da imposição das mãos ou de uma ação ministerial específica. Sem essa explicação, a posição corre o risco de aplicar seletivamente a tecnologia, atribuindo-lhe capacidade sacramental em um caso sem estabelecer critérios teológicos gerais para essa capacidade.

A posição final da IALC é clara quanto à prática que pretende desestimular, mas prudente quanto ao alcance institucional de suas conclusões. O documento afirma que as celebrações da Palavra online apresentam menos dificuldades teológicas do que as Eucaristias virtuais e sustenta que a consagração remota não é consistente com a Teologia e a Liturgia anglicana. Recomenda que essa prática seja desencorajada, assim como a celebração em que somente o presidente recebe os dons consagrados. Quando uma Eucaristia presencial for transmitida para que pessoas que não possam comparecer acompanhem a comunidade,

a Comissão também recomenda que não seja incentivado o uso do pão e do vinho nas residências dos participantes (IALC, 2021, p. 5).

A IALC conclui em seu documento que a controvérsia sobre a Eucaristia online não foi apenas uma discussão sobre métodos de transmissão ou adaptações emergenciais. Ela atingiu questões fundamentais da teologia sacramental anglicana: a relação entre a Eucaristia e a Igreja reunida, a natureza da consagração, o significado da epiclese, etc. Ao afirmar que a consagração remota não é consistente com a teologia e a prática anglicanas, a IALC procurou preservar a continuidade entre a liturgia contemporânea e a tradição histórica da Igreja, sem negar o valor pastoral das tecnologias digitais.

A tentativa de consagrar elementos situados em residências particulares levantou questões que não poderiam ser resolvidas apenas pela intenção do celebrante ou pela convicção de que o Espírito Santo age para além dos limites físicos. A liberdade divina não equivale à liberdade humana de redefinir a forma dos sacramentos. A Igreja pode confiar na ação de Deus sem presumir que qualquer adaptação ritual seja, por esse motivo, teologicamente legítima.

Porém, a prática da chamada epiclese virtual torna essa dificuldade permanente. Ao procurar estender a invocação do Espírito Santo aos elementos domésticos, algumas comunidades trataram a Oração Eucarística como se sua eficácia pudesse ser transferida por uma transmissão digital para objetos situados fora da assembleia celebrante. Quando essa prática foi acompanhada por instruções para que leigos impusessem as mãos sobre os elementos, essa dificuldade aumentou ainda mais, pois se tornou necessário explicar a relação entre esse gesto, a presidência sacramental e a ação da comunidade eclesial.

Embora a IALC não tenha documentado individualmente todas essas ocorrências, seus princípios oferecem fundamentos para questionar a legitimidade de práticas que atribuem à mediação tecnológica ou a gestos improvisados uma função constitutiva da consagração. E, em suma, tal prática deve ser desencorajada no meio não só anglicano, mas cristão em geral, devido à falta de bases nas Escrituras, na Tradição milenar da Igreja, e por uma simples análise através da Razão, seguindo o tripé hermenêutico que fundamenta toda a Teologia Anglicana. Uma vez passadas as dificuldades e emergências trazidas com a Pandemia, a Igreja pôde celebrar novamente como sempre fez, em todos os tempos e em todos os lugares.

REFERÊNCIAS

ANGLICAN DIOCESE OF BRITISH COLUMBIA. **The Eucharist and COVID-19.** Victoria, BC, 2020. Disponível em: https://bc.anglican.ca/news/the-eucharist-and-covid-19. Acesso em: 27 abr. 2026.

CHURCH OF ENGLAND. **COVID-19 advice on the administration of Holy Communion.** 17 ago. 2020. Disponível em: https://www.thinkinganglicans.org.uk/wp-content/uploads/2020/08/COVID-19-Advice-on-the-Administration-of-Holy-Communion-v5.1-17.8.2020.pdf. Acesso em: 27 abr. 2026.

CNN BRASIL. **Evangélicos fazem assistência espiritual e batismo online em meio à pandemia.** 25 mai. 2020. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/evangelicos-fazem-assistencia-espiritual-e-batismo-online-em-meio-a-pandemia/. Acesso em: 26 abr. 2026.

DOUGLAS, Brian. Virtual Eucharists in a Time of COVID-19 Pandemic: Biblical, Theological and Constitutional Perspectives. **Journal of Anglican Studies**, v. 18, n. 2, p. 129-143, nov. 2020.

INTERNATIONAL ANGLICAN LITURGICAL CONSULTATION (IALC). **A Comunhão Virtual e a Pandemia de Covid-19.** Documento elaborado por membros da Consulta Internacional de Liturgia Anglicana, Advento de 2021.

JOHNSON, Sarah Kathleen. Online Communion, Christian Community, and Receptive Ecumenism: A Holy Week Ethnography during COVID-19. **Studia Liturgica**, v. 50, n. 2, p. 188-210, 2020.

THRELFALL-HOLMES, Miranda. **Communion, Tangible and Virtual.** Modern Church, 30 out. 2020. Disponível em: https://modernchurch.org.uk/rev-dr-miranda-threlfall-holmes-communion-tangible-and-virtual. Acesso em: 27 abr. 2026.

AS NOVAS IGREJAS ANGLICANAS E EPISCOPAIS

Análise da classificação das Igrejas no Brasil

INTRODUÇÃO

O Anglicanismo no Brasil constitui um fenômeno religioso singular, marcado por uma história relativamente recente quando comparado às tradições católica romana e protestante reformada clássica, mas dotado de grande complexidade interna. Desde sua implantação inicial, ainda no século XIX, por meio de capelanias ligadas à presença britânica e, posteriormente, por missões da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, o Anglicanismo brasileiro sempre se caracterizou por uma tensão permanente entre herança histórica, adaptação cultural e disputas identitárias. Essa tensão, que em outros momentos foi administrada de modo relativamente orgânico, tornou-se especialmente visível no final do século XX e, de forma mais acentuada, nas primeiras décadas do século XXI.

Durante grande parte de sua trajetória, a presença anglicana no Brasil esteve concentrada quase exclusivamente na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), reconhecida como Província da Comunhão Anglicana. Essa condição conferia à IEAB um papel de referência institucional, teológica e simbólica para o Anglicanismo nacional, ainda que internamente coexistissem correntes diversas, muitas vezes conflitantes. O episcopado, a liturgia, a sucessão apostólica e a vinculação a Cantuária funcionavam como elementos de unidade visível, mesmo quando divergências doutrinárias e pastorais já se faziam presentes de maneira latente.

Entretanto, a partir do final dos anos 1990 e, sobretudo, após os anos 2000, o cenário anglicano brasileiro passou por uma transformação profunda. O que antes era um campo religioso relativamente delimitado passou a se expandir de forma acelerada e fragmentada, dando origem a um verdadeiro mosaico de Igrejas Anglicanas e Episcopais, muitas das quais fora da Comunhão Anglicana histórica. Essa multiplicação não se deu de maneira homogênea nem pacífica, mas foi impulsionada por crises eclesiásticas, disputas episcopais, divergências teológicas e reconfigurações do próprio conceito de identidade anglicana.

Esse processo de proliferação de novas Igrejas Anglicanas e Episcopais no Brasil não pode ser explicado apenas por fatores externos, como o crescimento do campo religioso brasileiro ou a lógica

do mercado religioso contemporâneo. Ele está profundamente ligado a conflitos internos da própria tradição anglicana no país, especialmente no que diz respeito à autoridade episcopal, à moral sexual, à recepção de agendas teológicas globais e à tensão entre catolicidade, evangelicalismo e carismatismo. O resultado foi a emergência de novas denominações que reivindicam, em maior ou menor grau, continuidade com o Anglicanismo histórico, ao mesmo tempo em que reinterpretam seus elementos constitutivos.

A Diocese Anglicana do Recife ocupa lugar central nesse processo, funcionando como um verdadeiro epicentro das rupturas que redefiniram o Anglicanismo brasileiro contemporâneo. As crises ali ocorridas não apenas resultaram em cismas institucionais, mas também estabeleceram precedentes simbólicos e práticos para a formação de novas Igrejas em outras regiões do país. A partir dessas rupturas iniciais, abriu-se espaço para que lideranças dissidentes, movimentos carismáticos e projetos eclesiais independentes passassem a adotar a identidade anglicana ou episcopal como marca legitimadora de seus empreendimentos religiosos.

Ao longo dos anos 2000 e 2010, esse fenômeno se intensificou de maneira exponencial. Surgiram Igrejas com forte identidade carismática, outras com discurso conservador alinhado a movimentos globais como o GAFCON, além de grupos independentes que, sem vínculos históricos claros com a Comunhão Anglicana, passaram a reivindicar sucessão apostólica e liturgia anglicana como elementos centrais de sua autoidentificação. Esse crescimento quantitativo, entretanto, veio acompanhado de um aumento significativo da fragmentação e da ambiguidade conceitual sobre o que pode ou não ser considerado Anglicanismo no contexto brasileiro.

É precisamente a partir dessa proliferação que este estudo se justifica. Falar hoje de Anglicanismo no Brasil exige reconhecer que não se trata mais de uma única Igreja ou de uma expressão homogênea, mas de um conjunto amplo e diversificado de denominações, redes e comunidades que compartilham, em graus variados, símbolos, ritos, linguagem e estruturas anglicanas. O campo anglicano brasileiro tornou-se plural, disputado e, em muitos casos, conflituoso, exigindo novas abordagens analíticas capazes de dar conta tanto de sua diversidade qualitativa quanto de sua expansão quantitativa.

Após esse panorama inicial sobre a multiplicação das Igrejas Anglicanas e Episcopais no Brasil, torna-se necessário explicitar o caráter metodológico da presente pesquisa. Este artigo se propõe a realizar um estudo de natureza simultaneamente qualitativa e quantitativa, reconhecendo que nenhuma dessas abordagens, isoladamente, seria suficiente para compreender a complexidade do fenômeno analisado. A dimensão qualitativa permite examinar as origens históricas, as motivações teológicas e as práticas eclesiais das diferentes denominações, enquanto a dimensão quantitativa possibilita mapear sua presença concreta no território nacional.

Na primeira parte do estudo, a análise qualitativa terá como principal referência a obra *Novas Igrejas Anglicanas e Episcopais no Brasil*, publicada em 2025 pelo próprio autor deste artigo. Esse livro apresenta um levantamento detalhado da história, da doutrina e das práticas de mais de quarenta denominações que se identificam como anglicanas ou episcopais no país. Trata-se de uma fonte fundamental, pois sistematiza informações que, até então, encontravam-se dispersas, fragmentadas ou restritas a círculos internos dessas Igrejas.

Essa obra não apenas descreve as denominações, mas também evidencia os padrões recorrentes de surgimento, organização e legitimação dessas Igrejas, permitindo identificar continuidades e rupturas em relação ao Anglicanismo histórico. Ao utilizá-la como base qualitativa, este artigo dialoga diretamente com um mapeamento empírico já consolidado, aprofundando suas implicações analíticas e relacionando-as a um quadro teológico mais amplo.

Na segunda parte da pesquisa, será empregada a tipologia proposta por Thomas McKenzie em *The Anglican Way* (2015), obra que oferece uma chave interpretativa essencial para compreender a diversidade interna do Anglicanismo em escala global. McKenzie demonstra que o Anglicanismo não é uma tradição monolítica, mas um amplo "guarda-chuva" que abriga múltiplas sensibilidades teológicas, espirituais e culturais. Essa abordagem é particularmente útil para o contexto brasileiro, onde tais tipologias se manifestam de forma intensificada e, muitas vezes, radicalizada.

A partir dessa obra, o estudo adotará uma classificação tripartite das Igrejas Anglicanas e Episcopais no Brasil. Em primeiro lugar, serão consideradas as *Igrejas históricas*, oriundas diretamente da Igreja da Inglaterra ou das missões da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, e

que integram formalmente a Comunhão Anglicana. Em segundo lugar, serão analisadas as *Igrejas de Tradição Anglicana*, surgidas a partir de cismas ou movimentos de ruptura com Províncias da Comunhão, mas que preservam elementos centrais da identidade anglicana. Por fim, serão examinadas as chamadas *Igrejas auto-denominadas*, resultantes de projetos pessoais de lideranças que passam a reivindicar a identidade anglicana sem raízes institucionais claras.

SURGIMENTO DE NOVAS IGREJAS ANGLICANAS E EPISCOPAIS NO BRASIL

O fenômeno de expansão e fragmentação do Anglicanismo no Brasil, após os anos 2000, não pode ser compreendido como um fenômeno espontâneo ou meramente imitativo do pluralismo religioso nacional. Trata-se de um processo profundamente enraizado em crises internas do próprio Anglicanismo brasileiro, especialmente no interior da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB). Essas crises revelaram fragilidades estruturais na governança episcopal, tensões teológicas mal resolvidas e uma dificuldade crescente de convivência entre correntes doutrinárias divergentes sob uma mesma estrutura institucional.

A Diocese Anglicana do Recife ocupa um lugar absolutamente central nesse processo histórico. Durante décadas, essa Diocese foi uma das mais influentes da IEAB, tanto pela sua densidade institucional quanto pelo protagonismo de suas lideranças. Contudo, também foi ali que se manifestaram, de forma mais explícita, os conflitos entre diferentes visões de Igreja, especialmente no que diz respeito à moral sexual, à autoridade episcopal, ao papel do carismatismo e à relação entre tradição litúrgica e inovação pastoral.

A primeira grande ruptura ocorreu no início dos anos 2000 e resultou na criação da Igreja Episcopal Carismática do Brasil (IECB). Esse cisma teve como figura central o então deão da Catedral Anglicana do Recife, Reverendo Paulo Garcia, hoje Dom Paulo Garcia. A crise que levou à sua saída da IEAB envolveu disputas disciplinares, divergências sobre espiritualidade carismática e acusações de autoritarismo episcopal. O episódio revelou o esgotamento dos mecanismos internos de mediação de conflitos e abriu caminho para

uma nova denominação que buscava conciliar sucessão apostólica, identidade episcopal e forte ênfase carismática.

A IECB se apresentou, desde sua origem, como uma alternativa ao que seus fundadores percebiam como um Anglicanismo excessivamente burocratizado e teologicamente liberal. Ao mesmo tempo, manteve elementos centrais da tradição anglicana, como a liturgia, o episcopado histórico e o uso do Livro de Oração Comum, ainda que reinterpretados à luz de uma espiritualidade carismática intensa. Esse modelo mostrou-se atraente para clérigos e leigos insatisfeitos com a IEAB, especialmente no Nordeste e no Sudeste do país.

Poucos anos depois, uma segunda crise ainda mais profunda sacudiu a Diocese Anglicana do Recife e teve repercussões nacionais e internacionais. Essa ruptura esteve diretamente ligada à figura de Dom Robinson Cavalcanti, então bispo da Diocese, e resultou na criação da Igreja Anglicana no Brasil (IAB). Diferentemente da crise anterior, esse cisma teve um forte componente teológico e ideológico, especialmente relacionado às posições da Comunhão Anglicana global sobre sexualidade, ordenação e autoridade bíblica.

Dom Robinson Cavalcanti alinhou-se progressivamente a setores conservadores do Anglicanismo mundial, críticos das decisões da Igreja Episcopal dos Estados Unidos e de outras Províncias consideradas liberais. Sua ruptura com a IEAB foi justificada, por seus apoiadores, como um ato de fidelidade à ortodoxia cristã e à tradição anglicana clássica. A criação da IAB representou, assim, a institucionalização no Brasil de um Anglicanismo conservador, em diálogo com redes globais como o GAFCON e o Movimento Contínuo.

Essas duas rupturas iniciais estabeleceram um precedente decisivo: demonstraram que era possível, no contexto brasileiro, romper com a IEAB, manter símbolos e estruturas anglicanas e constituir novas denominações com relativo sucesso institucional. A partir desse momento, o Anglicanismo deixou de ser percebido como um campo fechado e passou a funcionar como um repertório identitário disponível para diferentes projetos eclesiais.

Nos anos seguintes, esse processo se intensificou com o surgimento de outras Igrejas Anglicanas e Episcopais, muitas delas vinculadas ao Movimento Carismático e ao chamado Movimento de

Convergência. Essas Igrejas buscaram integrar elementos do evangelicalismo pentecostal, da espiritualidade carismática e da liturgia histórica, apresentando-se como expressões "renovadas" do Anglicanismo. Em muitos casos, tais iniciativas surgiram a partir de comunidades locais dissidentes ou de líderes que haviam transitado por diferentes tradições cristãs.

O Sudeste do Brasil tornou-se um espaço particularmente fértil para esse tipo de empreendimento eclesial. A combinação de maior densidade populacional, mobilidade religiosa e presença de lideranças carismáticas favoreceu o surgimento de Igrejas independentes que adotaram a identidade anglicana ou episcopal como forma de distinção simbólica em um mercado religioso altamente competitivo. A sucessão apostólica, real ou reivindicada, passou a funcionar como um capital simbólico de legitimidade.

Paralelamente, desenvolveu-se o chamado Movimento Contínuo, que buscava preservar formas mais tradicionais de Anglicanismo, especialmente no que diz respeito à liturgia, à moral sexual conservadora e à rejeição de inovações teológicas associadas ao liberalismo. Igrejas vinculadas a esse movimento frequentemente se conectaram a estruturas internacionais alternativas à Comunhão Anglicana oficial, como a Igreja Anglicana Tradicional (TAC), reforçando a ideia de uma continuidade histórica desvinculada da Sé de Cantuária.

Outro fator decisivo para a proliferação dessas Igrejas foi a fragilidade dos critérios de reconhecimento eclesial no campo anglicano brasileiro. A ausência de um consenso claro sobre o que constitui legitimamente uma Igreja Anglicana ou Episcopal abriu espaço para a emergência de denominações auto-denominadas, muitas vezes fundadas por líderes com trajetória irregular, oriundos de outras tradições cristãs ou mesmo de contextos não canônicos.

Essas Igrejas independentes, embora numericamente menores, contribuíram significativamente para a fragmentação do campo anglicano. Frequentemente marcadas por disputas internas, cismas sucessivos e personalismo episcopal, elas revelam os limites de uma identidade anglicana desvinculada de estruturas históricas estáveis. Ainda assim, sua simples existência amplia o número de expressões que se reivindicam anglicanas no Brasil.

A multiplicação dessas denominações também reflete uma mudança mais ampla no modo como a autoridade religiosa é percebida no contexto brasileiro. O episcopado, tradicionalmente entendido como ministério de unidade e continuidade apostólica, passa a ser apropriado como instrumento de autonomia institucional. A ordenação episcopal, em muitos casos, deixa de ser um ponto de chegada e torna-se um meio para legitimar novos projetos eclesiais.

Do ponto de vista sociológico, esse fenômeno dialoga diretamente com a lógica da fragmentação religiosa contemporânea. Assim como ocorre em outros segmentos do cristianismo brasileiro, o Anglicanismo passa a operar segundo dinâmicas de cisão, recomposição e reinvenção contínua. A diferença reside no fato de que essas novas Igrejas carregam consigo um imaginário de tradição, historicidade e catolicidade que lhes confere um apelo específico. O próprio bispo da Diocese Anglicana de São Paulo da IEAB, Dom Flávio Irala, falava que no Brasil, depois dos anos 2000, existia um "pan-anglicanismo".

Do ponto de vista teológico, entretanto, a proliferação de Igrejas Anglicanas e Episcopais levanta questões profundas sobre identidade, comunhão e autoridade. A reivindicação da herança anglicana nem sempre é acompanhada de uma recepção coerente de seus fundamentos doutrinários, litúrgicos e eclesiológicos. Em muitos casos, a identidade anglicana é reduzida a um conjunto de símbolos externos, dissociados de sua matriz teológica.

Esse processo também evidencia o enfraquecimento da noção clássica de comunhão. A multiplicidade de jurisdições episcopais concorrentes, muitas vezes sobrepostas geograficamente, revela um Anglicanismo brasileiro marcado mais pela lógica da concorrência do que pela interdependência eclesial. A ideia de unidade visível, tão cara à tradição anglicana, torna-se cada vez mais difícil de sustentar.

Ao mesmo tempo, não se pode ignorar que essa proliferação responde a demandas reais de fiéis e clérigos que se sentiram deslocados ou marginalizados no interior da IEAB. Para muitos, as novas Igrejas representaram espaços de pertencimento, clareza doutrinária ou vitalidade espiritual que não encontravam mais na estrutura provincial histórica.

Assim, o surgimento de novas Igrejas Anglicanas e Episcopais no Brasil após os anos 2000 deve ser compreendido como resultado de uma combinação complexa de fatores: crises institucionais, disputas

teológicas, transformações culturais, dinâmicas globais do Anglicanismo e características próprias do campo religioso brasileiro. Não se trata apenas de fragmentação, mas de uma reconfiguração profunda do que significa ser anglicano no Brasil contemporâneo.

Essa proliferação, longe de ser um fenômeno periférico, tornou-se um dos elementos centrais para compreender o atual estado do Anglicanismo no país. Ela desafia categorias tradicionais, tensiona a relação entre história e inovação e impõe a necessidade de análises mais refinadas, capazes de articular quantitativamente o crescimento dessas Igrejas com uma leitura qualitativa de suas origens, práticas e pretensões identitárias.

UMA HERMENÊUTICA ANGLICANA ATRAVÉS DA OBRA DE THOMAS MCKENZIE

O Anglicanismo, desde a sua formação histórica, caracteriza-se menos por uma uniformidade doutrinária rígida e mais por uma capacidade singular de abrigar tensões internas sob uma mesma tradição. A própria Comunhão Anglicana pode ser compreendida como um grande guarda-chuva eclesial, no qual convivem diferentes sensibilidades teológicas, espirituais e culturais, muitas vezes em diálogo crítico e, não raras vezes, em conflito aberto. Essa pluralidade não é um fenômeno recente, mas um traço constitutivo do Anglicanismo, que se desenvolveu historicamente entre polos como catolicidade e reforma, tradição e adaptação, Escritura e razão.

Nesse sentido, a obra *The Anglican Way* (2014), de Thomas McKenzie, oferece uma chave hermenêutica fundamental para compreender essa diversidade. Através da Rosa dos Ventos – símbolo histórico da Comunhão Anglicana[20] – McKenzie não descreve o Anglicanismo como um corpo homogêneo, mas como uma tradição marcada por múltiplas tipologias internas que coexistem, se sobrepõem

[20] O símbolo da Rosa dos Ventos foi criado na década de 1950, pelo Reverendo Edward West, que desenhou o logotipo da Comunhão Anglicana. Segundo o site da *Compass Rose Society*, "o centro da Rosa dos Ventos contém a cruz de São Jorge e está rodeado pela inscrição em grego: 'A verdade vos libertará'. Os pontos cardeais refletem a difusão do Cristianismo Anglicano em todo o mundo". Na bandeira da Comunhão Anglicana, a Rosa dos Ventos está no centro do estandarte de fundo azul.

e, em alguns contextos, se antagonizam. Essa abordagem é particularmente fecunda para o caso brasileiro, onde essas tipologias aparecem de forma intensificada e frequentemente dissociadas de um centro institucional regulador.

> Você verá que, na Rosa dos Ventos, existem oito setas direcionais principais em quatro barras. As setas oeste e leste estão em uma barra, as setas norte e sul estão em outra, etc. Penso nas oito setas principais da bússola como oito direções que as pessoas ou igrejas podem seguir na sua busca para levar uma vida cristã. Individualmente, tendemos as nos encontrar em locais diferentes em cada uma dessas barras. Alguns praticam a sua fé nas extremidades, enquanto outros estão mais próximos do centro moderado (MCKENZIE, 2025, p. 41)

McKenzie identifica pelo menos oito grandes tipologias no interior do Anglicanismo: Católica, Evangélica, Carismática, Ortodoxa, Conservadora, Liberal, Ativista e Mística[21]. Essas categorias não devem ser entendidas como compartimentos estanques, mas como ênfases predominantes que moldam a cultura eclesial, a teologia, a liturgia e a prática pastoral de comunidades e denominações. Grupos, correntes, organizações, paróquias, dioceses, e até mesmo uma Igreja inteira pode manifestar uma tipologia isolada ou, geralmente, mais de uma dessas tipologias combinadas, ainda que uma delas geralmente se imponha como eixo organizador de sua identidade.

A tipologia Católica enfatiza a continuidade histórica com a Igreja antiga, a centralidade da liturgia, a sucessão apostólica e uma compreensão sacramental robusta. No Brasil, essa expressão esteve tradicionalmente presente em setores da IEAB e, mais recentemente, em Igrejas oriundas do Movimento Contínuo ou ligadas, por exemplo, à Igreja Anglicana Tradicional (TAC). Já a tipologia Evangélica prioriza a autoridade das Escrituras, a pregação, a conversão pessoal e uma teologia mais reformada, sendo comum tanto em Igrejas surgidas de cismas conservadores, como a IAB, quanto em outras como a IARB.

[21] Na tradução da obra para o português, o Reverendo Douglas Araújo optou pela palavra *Contemplativo*, ao invés de *Místico*, para a oitava tipologia. Para padronizar o uso que fazemos do termo, em consonância com a tradição cristã milenar, utilizaremos em todas as citações da tradução em português as palavras *Místico* ou *Mística*.

A tipologia Carismática, por sua vez, introduz uma forte ênfase na experiência do Espírito Santo, nos dons carismáticos e em uma espiritualidade marcada pela expressividade emocional. No contexto brasileiro, essa tipologia teve papel decisivo na formação de Igrejas como a IECB e de diversas comunidades independentes, funcionando como ponte entre o Anglicanismo e o pentecostalismo. Em muitos casos, essa espiritualidade reconfigurou profundamente a liturgia e a eclesiologia anglicanas tradicionais.

A tipologia Ortodoxa, conforme McKenzie, refere-se à preocupação com a fidelidade ao depósito da fé, à tradição dogmática e aos consensos dos primeiros concílios. No Brasil, ela aparece frequentemente associada a discursos conservadores, especialmente em reação às mudanças promovidas por Províncias consideradas liberais. A tipologia Conservadora, embora próxima, distingue-se por sua ênfase ética e moral, especialmente em temas como sexualidade, família e autoridade bíblica.

Em contraste, a tipologia Liberal prioriza a adaptação da fé cristã às transformações culturais contemporâneas, valorizando a razão crítica, a experiência humana e o diálogo com as ciências sociais. Essa tipologia exerceu forte influência sobre a IEAB nas últimas décadas, especialmente em ambientes acadêmicos e pastorais urbanos. Já a tipologia Ativista compreende a missão da Igreja principalmente em termos de engajamento social e político, frequentemente articulada a pautas de justiça social, direitos humanos e transformação estrutural da sociedade, sendo representada por vários setores na própria IEAB.

Por fim, a tipologia Mística enfatiza a interioridade, a oração contemplativa e a experiência pessoal de Deus, frequentemente dialogando com tradições monásticas e espirituais antigas. No Brasil, essa tipologia aparece de forma mais discreta, mas ainda relevante, sobretudo em pequenos grupos e comunidades com forte identidade litúrgica ou Igrejas que possuem Ordens Religiosas, como as beneditinas, franciscanas ou de outros carismas e espiritualidades.

Essas tipologias ajudam a compreender não apenas a diversidade interna das denominações, mas também os motivos pelos quais determinadas rupturas se tornaram praticamente inevitáveis. Quando tipologias opostas passam a disputar o controle de uma mesma estrutura institucional, a tensão tende a se resolver por meio de cismas, sobretudo em contextos onde os mecanismos de mediação são frágeis.

Ao mesmo tempo, McKenzie também alerta para os problemas de se viver a fé anglicana nas extremidades imaginadas pelas tipologias da Rosa dos Ventos, como parte de uma prática de fé ou afastamento desta que levaria ao extremo individualismo ou ao secularismo cristão.

> Ao chegarmos às pontas desses oito pontos da Rosa dos Ventos, encontramos extremistas que podem ter deixado para trás o Cristianismo histórico. O evangélico extremo pode não sentir necessidade de comunidade cristã e optar por seguir um caminho totalmente individualista. O católico extremo poderia tornar-se um cristão inteiramente cultural, sem crença em Deus e sem desejo de fazer o que Deus ordena. O carismático extremo pode inventar uma nova religião, acreditando que Deus o escolheu como um profeta para o mundo. O ortodoxo extremo pode tornar-se um deísta, alguém que pensa que Deus não tem nada a ver com a sua criação. O místico extremo pode decidir que o comportamento não importa. Ele é livre para fazer o que quiser. O ativista extremo pode acreditar que ele e outros devem ganhar o favor de Deus, fazendo boas obras como caminho para a salvação. O conservador extremo pode retirar-se do mundo, possivelmente juntando-se a uma igreja que é mais um museu do que uma comunidade viva. O liberal extremo pode rejeitar tudo o que a fé representa, acreditando que Deus está a mudar juntamente com a sociedade moderna (MCKENZIE, 2025, p. 43-44).

O Anglicanismo brasileiro, nesse sentido, reproduz de forma aguda tensões presentes no Anglicanismo global, de modo que, diante da pluralidade denominacional, presente no país, é necessário considerar uma classificação para as diferentes Igrejas que surgiram, desde os anos 2000, seja através de missão, de crises e cismas ou iniciativas pessoais de seus respectivos fundadores.

CLASSIFICAÇÃO A PARTIR DAS RAÍZES ANGLICANAS

A partir desse pano de fundo tipológico, torna-se necessário propor uma classificação das Igrejas Anglicanas e Episcopais presentes no Brasil com base em suas origens históricas, vínculos eclesiológicos,

formas de organização e compreensão de sua própria identidade. Tal classificação não pretende estabelecer juízos acerca da legitimidade espiritual, da validade da fé ou da qualidade pastoral dessas Igrejas, mas oferecer instrumentos analíticos capazes de identificar suas diferentes trajetórias, estruturas e relações com a tradição anglicana. Trata-se, portanto, de uma classificação de natureza histórica e eclesiológica, elaborada para organizar um campo religioso marcado por grande diversidade institucional. Para os fins deste estudo, adota-se uma divisão em três grandes categorias, reconhecendo-se, desde o início, que algumas Igrejas podem apresentar características que atravessam mais de uma categoria ou que, ao longo de sua história, tenham modificado sua posição eclesiológica.

Carlos Calvani na obra *Nossa Identidade: História e Teologia Anglicanas* apresenta dois grupos de denominações que surgiram além da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, classificando-os como "anglicanos autodefinidos" e "anglicanos cismáticos".

> Temos no Brasil, ao menos dois diferentes fenômenos, que eu classificaria como "anglicanos cismáticos" e "anglicanos autodefinidos"; Anglicanos "cismáticos" seriam as igrejas lideradas e formadas por ex-membros da IEAB. Anglicanos "autodefinidos" seriam grupos que nunca fizeram parte de qualquer igreja da Comunhão Anglicana, mas que, por algum motivo, se encantaram pelas tradições anglicanas, foram atraídos por sua liturgia, espiritualidade e por suas concepções teológicas e que, de algum modo, reclamam para si também o rótulo de "anglicanas", mesmo nunca tendo sido propriamente anglicanos nem vivido a identidade anglicana. Trata-se de uma identidade anglicana "autodefinida" porque toma de empréstimo as tradições anglicanas, mesmo sem nunca terem vivido a experiência do anglicanismo. Alguns desses grupos vincularam-se a igrejas anglicanas cismáticas ou autodefinidas do exterior. Imagino que o tipo de diálogo com cada um desses grupos se desenvolverá de maneira distinta (CALVANI; OLIVEIRA, 2012, 231-232).

Diante do fenômeno da fragmentação do Anglicanismo brasileiro, Calvani foi o primeiro clérigo e teólogo a tocar no tema quando este ainda era um tabu na própria denominação e em outras. Foi um dos principais teólogos brasileiros a tratar do tema *cisma*, seja

por parte da própria IEAB, ou respondendo as cartas e publicações feitas à época dos episódios da crise na Diocese Anglicana do Recife, debatendo à moda antiga, com a troca de cartas com Dom Robinson Cavalcanti, com textos que muitas vezes foram além do simples debate acadêmico e se tornaram um verdadeiro debate apologético e, em alguns momentos, trocas de farpas de cunho pessoal[22].

Também foi o primeiro a falar em um *diálogo intra-anglicano*, entre diferentes denominações em relação à Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Até os dias atuais, mesmo após passados mais de vinte anos desde os primeiros cismas e divisões, a Província da Comunhão Anglicana ainda não iniciou um processo de diálogo oficial com outras denominações – sendo até mesmo avessa a esta prática. Talvez, o único bispo da IEAB que defende isso dentro da denominação é o atual ordinário da Diocese Anglicana de São Paulo, Cézar Fernandes.

Ao mesmo tempo, é preciso lembrar que, por muito tempo, o debate acerca dos cismas e divisões no Anglicanismo brasileiro tomou um tom belicoso e apologético em defesa ora de uma denominação em detrimento da outra, ou de um sectarismo que classificava quem era "anglicano de fato" e quem não era. Passadas décadas desses episódios, o que vemos é uma transformação radical nas estruturas, práticas e até doutrinas sustentadas por Igrejas (principalmente as mais antigas) que se afirmavam como guardiãs da "Tradição Anglicana". Talvez, seja preciso esperar passar algumas gerações para que isso seja possível.

> Imagino (talvez com um certo grau de pessimismo) que, nesses casos, é preciso que se passem uma ou duas gerações para que os irmãos separados por brigas das gerações anteriores voltem a comungar juntos e a trabalhar unidos em missão e até, quem sabe, institucionalmente (CALVANI; OLIVEIRA, 2012, 232-233).

Fazendo uma analogia, o teólogo inglês J.I. Packer em sua obra *Neemias*, aponta a necessidade e a possibilidade de diálogo, mas que seja feito de forma a não tornar o mesmo um embate denominacional: "A pessoa madura será capaz de conceituar; argumentar e debater sem, no entanto, tornar-se um terrorista doutrineiro" (PACKER, 2016, p. 219).

[22] Como exemplo dessa troca de cartas temos o texto de Carlos Calvani intitulado *Deus e o Diabo na Terra do Frevo - O maniqueísmo retórico de Dom Robinson Cavalcanti* (2003).

Para evitar essas posições, ora sectárias, ora militantes, ou em defesa de uma ou outra denominação, propomos a classificação das Igrejas Anglicanas e Episcopais no Brasil a partir de três categorias: *Igrejas históricas*; *Igrejas de Tradição Anglicana*; e *Igrejas autodenominadas*.

A primeira categoria é a das *Igrejas históricas*, oriundas diretamente da Igreja da Inglaterra ou das missões da Igreja Episcopal dos Estados Unidos e que integram formalmente a Comunhão Anglicana. No Brasil, essa categoria é representada fundamentalmente pela Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), cuja formação está diretamente relacionada à expansão missionária anglicana no país e à posterior constituição de uma estrutura eclesiástica nacional. Sua legitimidade histórica, canônica e sacramental é amplamente reconhecida no âmbito da Comunhão Anglicana, estando inserida em suas estruturas de comunhão, diálogo e cooperação internacional. Isso não significa, entretanto, que exista uma homogeneidade interna. Ao contrário, a própria IEAB apresenta diferentes tradições litúrgicas, teológicas e pastorais, que podem aproximar determinadas comunidades de tendências de *Low Church*, *Broad Church* ou *High Church*, além de diferentes posicionamentos no campo teológico. A categoria das Igrejas históricas, portanto, diz respeito primordialmente à sua origem e continuidade institucional, e não à existência de uma única forma de Anglicanismo em seu interior.

A segunda categoria compreende as *Igrejas de Tradição Anglicana*. Trata-se de denominações que, em diferentes momentos, surgiram a partir de cismas, rupturas ou movimentos de realinhamento em relação a Províncias da Comunhão Anglicana, mas que preservam elementos centrais da identidade anglicana, como o governo episcopal, a liturgia do Livro de Oração Comum, a tradição sacramental, o uso dos Credos históricos e uma compreensão da Igreja vinculada à tradição histórica do Anglicanismo. Por suas características, essas Igrejas também podem ser classificadas como *Igrejas de comunhão fragmentada* (COSTA, 2025, p. 13), uma vez que se encontram fora das estruturas formais da Comunhão Anglicana, embora mantenham algum grau de continuidade, identificação ou interlocução com a tradição anglicana mais ampla.

Nessa categoria inserem-se Igrejas vinculadas ao GAFCON, ao Movimento Carismático e Movimento de Convergência, ao Movimento Contínuo e a determinados grupos conservadores organizados, ainda que cada uma dessas correntes possua história, teologia, estrutura e

relações internacionais próprias. As principais denominações representantes desses movimentos no país são, respectivamente, a Igreja Anglicana no Brasil (IAB), a Igreja Episcopal Carismática do Brasil (IECB) e a Igreja Anglicana Tradicional (TAC). Também podemos acrescentar a Igreja Anglicana Reformada do Brasil (IARB), devido à sua origem relacionada à *Free Church of England*, à presença missionária no Brasil e ao esforço de divulgação do Anglicanismo em sua expressão clássica, particularmente a partir do Livro de Oração Comum de 1662. Embora essas Igrejas não façam parte formalmente da estrutura da Comunhão Anglicana, ela não se trata de uma comunidade independente, mas a de uma Igreja de proporções nacionais, que vem se expandindo nos últimos anos através de missões.

Essas Igrejas frequentemente reivindicam fidelidade ao Anglicanismo clássico, especialmente por meio da valorização da tradição litúrgica, dos Credos, do episcopado histórico, do Livro de Oração Comum e de determinadas formulações doutrinárias. Em muitos casos, essa reivindicação é construída em contraste com transformações ocorridas em algumas das Províncias históricas da Comunhão Anglicana, consideradas por essas Igrejas como desvios em relação à tradição recebida.

Ainda que não sejam reconhecidas oficialmente por Cantuária como parte da Comunhão Anglicana, essas Igrejas mantêm redes internacionais próprias, relações de cooperação e mecanismos alternativos de comunhão. Sua existência constitui, desse modo, uma das manifestações do processo de fragmentação e realinhamento que caracteriza parte significativa do Anglicanismo contemporâneo. O elemento fundamental que as diferencia das iniciativas meramente independentes está justamente na reivindicação de uma continuidade histórica, teológica ou litúrgica com o Anglicanismo.

A terceira categoria é constituída pelas *Igrejas autodenominadas* anglicanas ou episcopais. Tomando como exemplo o conceito e classificação propostos por Calvani (2012, p. 231-232), essas denominações surgem, em geral, a partir de projetos pessoais de líderes carismáticos ou episcopais, sem vínculo orgânico com a Comunhão Anglicana ou com movimentos históricos de ruptura que possuam reconhecimento ou articulação internacional mais consolidada. Muitas delas são fundadas por ex-presbíteros ou seminaristas provenientes de tradições católica romana, ortodoxa não canônica ou mesmo

evangélica, que posteriormente passam a utilizar elementos da identidade anglicana e, em alguns casos, assumem o episcopado por meio de linhas de sucessão consideradas irregulares ou contestadas por outras Igrejas. A utilização de títulos episcopais, terminologias anglicanas, paramentos, liturgias ou referências ao Livro de Oração Comum, por si só, não estabelece necessariamente uma continuidade histórica com as Igrejas anglicanas ou episcopais anteriormente mencionadas.

Essas Igrejas representam um dos maiores desafios para a catalogação e análise quantitativa, justamente pela fragilidade ou pela dificuldade de comprovação de suas raízes históricas e pela instabilidade de determinadas estruturas institucionais. Sua configuração pode sofrer alterações com relativa rapidez, em razão de fusões, dissoluções, mudanças de liderança, novos cismas e reorganizações jurisdicionais. Em alguns casos, encontram-se marcadas por disputas internas, sucessivas divisões e forte personalismo episcopal; em outros, podem desenvolver comunidades estáveis, práticas litúrgicas próprias e formas de organização relativamente consolidadas. Por isso, a categoria não deve ser utilizada automaticamente como juízo sobre cada comunidade individual, mas como instrumento para identificar aquelas estruturas cuja relação com a tradição anglicana histórica não pode ser estabelecida pelos mesmos critérios aplicáveis às Igrejas das duas primeiras categorias.

Nesse sentido, a questão central não está simplesmente em saber se determinada Igreja utiliza o nome "anglicana" ou "episcopal", mas em compreender quais elementos históricos, teológicos, litúrgicos, canônicos e institucionais sustentam essa identificação. A identidade denominacional é, nesse caso, apenas um dos elementos da análise. É necessário considerar também a origem da comunidade, sua cadeia de autoridade, suas relações eclesiais, sua compreensão do episcopado, sua liturgia, seus documentos normativos e sua inserção em redes anglicanas nacionais ou internacionais. Essa perspectiva evita que a autodenominação seja tomada como único critério classificatório e permite distinguir diferentes graus e formas de continuidade com a tradição anglicana.

Do ponto de vista analítico, essa classificação permite compreender que nem toda Igreja que se autodenomina anglicana compartilha do mesmo grau de continuidade histórica, teológica e

eclesiológica. Ao mesmo tempo, evidencia que o Anglicanismo brasileiro não pode ser reduzido a uma única expressão institucional. Ele deve ser compreendido como um campo plural, no qual convivem diferentes projetos eclesiais, diferentes interpretações da tradição e diferentes formas de organização. Entre uma Igreja historicamente vinculada à Comunhão Anglicana, uma Igreja de Tradição Anglicana surgida em processos de realinhamento e uma Igreja que apenas posteriormente incorporou a identidade anglicana, existem diferenças que não podem ser apagadas por uma crítica histórica.

Essa distinção também permite compreender que o conceito de *Anglicanismo* pode operar em diferentes níveis. Em determinado contexto, pode designar uma tradição histórica vinculada à Sé de Cantuária e às Províncias que constituem a Comunhão Anglicana; em outro, pode referir-se a um conjunto mais amplo de Igrejas que reivindicam continuidade com a tradição anglicana, mesmo estando fora de suas estruturas formais; e, em um terceiro nível, pode funcionar como uma identidade adotada por comunidades que procuram incorporar elementos anglicanos sem possuir necessariamente uma continuidade institucional verificável. O reconhecimento dessa gradação é particularmente importante no contexto brasileiro, onde diferentes grupos utilizam referências semelhantes, mas possuem trajetórias e vínculos eclesiológicos bastante distintos.

Essa abordagem tipológica é importante para a etapa seguinte do estudo, que se dedicará à análise quantitativa da presença dessas Igrejas no território brasileiro. Sem essa distinção prévia, os números correm o risco de obscurecer diferenças qualitativas profundas, colocando no mesmo conjunto instituições com histórias, estruturas e vínculos eclesiais muito distintos. Uma estatística que simplesmente contabilizasse todas as comunidades que utilizam a designação "anglicana" poderia produzir uma representação quantitativamente ampla, mas qualitativamente insuficiente do fenômeno. A classificação proposta procura justamente evitar esse problema, estabelecendo categorias que permitam compreender não apenas quantas Igrejas existem, mas que tipo de trajetória eclesiológica cada uma representa.

Ao articular tipologias teológicas, categorias históricas e critérios eclesiológicos, busca-se, finalmente, oferecer uma base mais sólida para compreender o caminho anglicano no Brasil em toda a sua complexidade. O objetivo não é construir uma hierarquia entre as

Igrejas, nem determinar quais delas seriam "mais" ou "menos" anglicanas, mas reconhecer que existem diferentes formas de pertencimento, continuidade, identificação e reivindicação da tradição anglicana. A classificação, nesse sentido, funciona como instrumento metodológico para que a análise quantitativa posterior não perca de vista a diversidade qualitativa que caracteriza o Anglicanismo brasileiro.

O desenvolvimento das pesquisas acadêmicas sobre os temas que envolvem o Anglicanismo e o Episcopalismo no Brasil exige, antes de tudo, o reconhecimento de que o campo contemporâneo é marcado por uma diversidade institucional, histórica, teológica e litúrgica que não pode ser reduzida às fronteiras de uma única organização eclesiástica. Nesse sentido, o leitor poderá se perguntar: quais das Igrejas mencionadas podem ser consideradas anglicanas ou episcopais? E quais não podem? Essa pergunta é legítima como problema de pesquisa, mas não admite uma resposta simples, direta ou definitivamente resolutiva dentro da realidade atual do Anglicanismo brasileiro. A multiplicidade de origens, sucessões episcopais, vínculos históricos, relações de comunhão, processos de ruptura, movimentos de realinhamento, experiências de convergência e diferentes apropriações da tradição anglicana tornou o campo suficientemente complexo para que qualquer tentativa de estabelecer uma fronteira absoluta entre o "anglicano" e o "não anglicano" corra o risco de transformar uma questão histórica e eclesiológica em um julgamento de legitimidade.

Essa dificuldade se torna ainda maior quando se considera que a classificação de uma comunidade cristã não pode ser confundida com a afirmação de sua legitimidade perante Deus ou perante os homens. Uma Igreja anglicana ou episcopal pode possuir uma determinada origem histórica, adotar elementos litúrgicos anglicanos, utilizar o Livro de Oração Comum, possuir governo episcopal ou reivindicar alguma forma de sucessão apostólica, sem que esses elementos, isoladamente, sejam suficientes para estabelecer uma conclusão universal acerca de sua identidade. Do mesmo modo, processos de cismas e fundação de novas denominações ou união corporativa (como o G3) não podem ser utilizados automaticamente como critérios para determinar a validade espiritual ou eclesial de uma comunidade.

Ainda há um fato que não se fala nas pesquisas: seja no Brasil ou em outros países, existem Igrejas que adotam alguns elementos da Tradição Anglicana, como o governo episcopal, a confessionalidade dos

39 Artigos de Religião, o uso do Livro de Oração Comum na Liturgia, vestes litúrgicas anglicanas e ainda assim não podem ser consideradas como Igrejas de Tradição Anglicana. Como exemplos no Brasil, temos a Igreja Cristã de Confissão Reformada (ICCR)[23], em Brasília; como exemplos nos Estados Unidos, temos a *Church of God in Christ* (COGIC)[24]. Por isso, o simples fato de assumirem elementos da grande Tradição Anglicana, não faz com que estas igrejas acima citadas, façam parte da classificação, ou sejam enquadradas como Igrejas Anglicanas.

Do mesmo modo, os pesquisadores das temáticas envolvendo o Anglicanismo devem considerar a tipologia apresentada nesta obra, pois facilitará futuras pesquisas sobre a ramificação do Anglicanismo brasileiro em novas denominações que venham a surgir, facilitando a descrição dos desenvolvimentos históricos, organizações institucionais e posicionamentos teológicos. Mais do que tentar produzir uma lista definitiva das Igrejas que seriam ou não seriam anglicanas, torna-se

[23] A Igreja foi originalmente fundada em 2009, a partir de um grupo liderado pelo pastor Airton Williams. Em dezembro de 2010, o pastor foi oficialmente ordenado pelo Arcebispo Dom Paulo Garcia, e a denominação se filiando à Igreja Episcopal Carismática do Brasil. Em 2015, a denominação rompeu com a IECB, passando a se chamar Igreja Cristã de Confissão Reformada e seguindo o governo presbiteriano. Em sua página na internet, ela afirma seguir os Cinco Pontos do Calvinismo, conforme afirmado nos Cânones de Dort, a Confissão de Fé de Westminster e seus catecismos, Maior e Menor, e o Catecismo de Heidelberg. Ao mesmo tempo, ela subscreve a Confissão de Chicago (1978), que deu origem ao Movimento de Convergência da IECB, e como padrão litúrgico, a denominação subscreve o Princípio Regulador do Culto e os ritos e orações prescritos no Livro de Oração Comum anglicano.

[24] A COGIC tem a sua origem em 1897, nos Estados Unidos, através do Movimento de Santidade (*Holiness movement*) liderado pelos pastores Charles Harrison Mason e Charles Price Jones, logo após serem expulsos de uma convenção batista por suas pregações sobre a santificação completa. Em 1907, o pastor Mason visitou o famoso Avivamento da Rua Azusa em Los Angeles, liderado por William J. Seymour, onde experimentou o chamado "batismo no Espírito Santo" e o falar em línguas (glossolalia). Assim, a COGIC passou a ser o principal ramo do Pentecostalismo estadunidense. Embora as práticas litúrgicas não usem o Livro de Oração Comum, sendo a ordem do culto ditada pela espontaneidade pentecostal, a Igreja se organiza através de um governo episcopal semelhante ao anglicano e seu clero usa vestes típicas da tradição anglicana, a exemplo dos bispos que usam a roquete com a chamarra e o típete, geralmente róseos e roxos (destacando o cargo episcopal), os presbíteros e diáconos usam batina preta, com sobrepeliz branca e o típete preto. Ministros leigos, acólitos e membros do coral também usam vestes próprias da tradição pentecostal americana. E é comum ver grandes procissões no início do culto, onde se carregam a cruz processional e estandartes, segundo o costume da Igreja.

necessário desenvolver critérios de análise capazes de compreender como diferentes comunidades se relacionam com a Tradição Anglicana.

Esses critérios consideram, basicamente: a) A origem histórica da comunidade, sua relação com a Comunhão Anglicana ou com movimentos dela derivados, ou a iniciativa pessoal de seus fundadores; b) a estrutura do governo episcopal e sua compreensão da sucessão apostólica própria do Anglicanismo; c) o uso do Livro de Oração Comum como Padrão Litúrgico da denominação; d) a adesão aos Credos e aos documentos fundamentais da tradição anglicana; e) os processos de continuidade ou ruptura institucional, as relações de comunhão existentes e a maneira pela qual a própria comunidade compreende e reivindica sua identidade.

A questão, nesse sentido, deixa de ser simplesmente "esta Igreja é ou não é anglicana?" e passa a assumir uma formulação metodologicamente mais adequada: "em que sentido, a partir de quais elementos e dentro de qual trajetória histórica esta comunidade se apresenta como anglicana ou episcopal?". Essa mudança aparentemente pequena é fundamental para a pesquisa, pois permite compreender o Anglicanismo brasileiro como um campo plural, constituído por diferentes trajetórias de continuidade, ruptura, recepção e reconstrução da tradição.

O complexo quadro do Anglicanismo e do Episcopalismo no Brasil exige, mais do que respostas definitivas, instrumentos capazes de lidar com a pluralidade existente. A pesquisa acadêmica pode justamente cumprir esse papel: não decidir quem possui ou não possui legitimidade eclesial, mas compreender, documentar e analisar as diferentes formas pelas quais a tradição anglicana foi recebida, reinterpretada, preservada e desenvolvida no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

CALVANI, Carlos Eduardo Brandão; OLIVEIRA, Vera Lúcia Simões de. **Nossa identidade:** História e teologia anglicanas. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

COSTA, Rafael Vilaça Epifani. **Novas Igrejas Anglicanas e Episcopais no Brasil.** Recife: Laud, 2025.

MCKENZIE, Thomas. **O Caminho Anglicano**. Tradução: Douglas Araújo. São Paulo: Editora Episcopal Brasileira, 2025.

PACKER, J. I. **Neemias**: Paixão pela fidelidade. Rio de Janeiro: CPAD, 2016.

PROJETO *O CAMINHO ANGLICANO*

O mapeamento das Igrejas Anglicanas e Episcopais no Brasil

INTRODUÇÃO

O Caminho Anglicano é um projeto inédito no Brasil que vem sendo desenvolvido por Douglas Araújo, Pesquisador e Reverendo da Rede Episcopal Brasileira (REB), que possui como base teórica o livro "O Caminho Anglicano" (*The Anglican Way*), de Thomas McKenzie (2015), traduzido para o português por Douglas. O projeto consiste em uma central de dados para conectar todas as Igrejas Anglicanas e Episcopais presentes no Brasil a partir dos seguintes dados disponibilizados no site www.caminhoanglicano.com.br. No site estão recursos como o Localizador de Igrejas; Dashboard (estatísticas e dados sobre igrejas no Brasil); Glossário Anglicano para pesquisa de termos e conceitos da tradição anglicana; Ordo – Ofício Diário com o Livro de Oração Comum de diferentes denominações (em português, inglês e em outras línguas); Teste de Espectro Anglicano, para que a pessoa possa ser orientada quanto à sua corrente dentro do Espectro Anglicano - proposto por McKenzie - a partir de seu alinhamento teológico, e o Projeto Cantuária, uma biblioteca digital.

O Reverendo Douglas é uma das figuras mais relevantes do atual cenário anglicano e episcopal brasileiro no que diz respeito à documentação, mapeamento e comunicação digital desse universo fragmentado e ao mesmo tempo plural. Seu trabalho não se desenvolve em um campo acadêmico formal, mas ocupa um espaço estratégico entre a pesquisa empírica, a divulgação qualificada e a curadoria de informações, algo fundamental em um contexto no qual muitas Igrejas surgem, desaparecem ou se reconfiguram rapidamente. Ao dedicar-se a identificar, catalogar e acompanhar a presença de Igrejas Anglicanas, Episcopais e de tradição anglicana no Brasil, Douglas acabou cobrindo uma lacuna histórica deixada tanto pela Província da Comunhão Anglicana, quanto pelos pesquisadores universitários que carecem de dados atualizados e sistematizados, mas também pouco produzem.

O projeto anterior, o canal do Youtube *Teologueiros*, do qual Douglas Araújo é idealizador e principal articulador, nasceu justamente dessa percepção de ausência de espaços acessíveis, críticos e informados para o debate teológico no Brasil contemporâneo. O *Teologueiros* não se apresenta como uma instituição eclesiástica, mas como uma plataforma de reflexão, diálogo e análise, utilizando

principalmente as redes sociais, podcasts e conteúdos digitais para discutir teologia, eclesiologia, história da Igreja e fenômenos religiosos atuais. Seu diferencial está na capacidade de traduzir temas complexos para uma linguagem compreensível sem perder densidade, alcançando tanto clérigos e teólogos quanto leigos interessados em uma reflexão mais profunda sobre a fé cristã.

Dentro do universo anglicano, o *Teologueiros* ganhou especial relevância ao tratar de temas sensíveis como cismas, sucessão apostólica, legitimidade episcopal, relações com a Comunhão Anglicana, GAFCON, movimentos contínuos e Igrejas independentes. Após sua conversão para o Anglicanismo e a posterior membresia e ordenação pastoral na Rede Episcopal Brasileira, Douglas passou a contribuir para as pesquisas sobre o Anglicanismo e o Episcopalismo, através do uso da junção da Teologia com a Tecnologia, cuja ferramenta principal passou a ser o site *O Caminho Anglicano*, que permite visualizar a distribuição geográfica, a densidade institucional e a diversidade denominacional do campo anglicano e episcopal no país.

Nessa análise quantitativa, serão selecionadas denominações específicas, entre elas a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), a Igreja Episcopal Carismática do Brasil (IECB), a Igreja Cristã Episcopal do Brasil (ICEB), a Igreja Anglicana no Brasil (IAB), a Igreja Episcopal Unida do Brasil (IEUB), a Rede Episcopal Brasileira (REB), a Igreja Anglicana Reformada do Brasil (IARB), a Igreja Anglicana Tradicional (*Traditional Anglican Church* – TAC), a Diocese Anglicana no Brasil, a Igreja Anglicana Episcopal do Brasil (IAEB, não confundir com IEAB) e outras expressões episcopais e anglicanas independentes. A escolha dessas denominações visa oferecer um recorte representativo da pluralidade existente, sem perder de vista a comparabilidade dos dados.

A introdução deste artigo, portanto, não tem apenas a função de contextualizar o tema, mas de estabelecer os fundamentos teóricos e metodológicos que orientarão toda a análise subsequente. Ao articular história, tipologia e estatística, busca-se oferecer uma leitura abrangente do caminho anglicano no Brasil, capaz de iluminar tanto os processos de fragmentação quanto as continuidades que ainda sustentam, de forma tensa e plural, a identidade anglicana no contexto brasileiro contemporâneo. Do mesmo modo, é importante considerar que, com o encerramento dessa pesquisa e análise, em setembro de 2026, o site e os dados disponibilizados foram atualizados desde a publicação deste livro.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NAS IGREJAS

A análise da distribuição geográfica das Igrejas Anglicanas e Episcopais no Brasil revela um cenário profundamente desigual e marcado por dinâmicas regionais específicas. Diferentemente do catolicismo romano, que apresenta uma presença territorial relativamente homogênea, e mesmo do pentecostalismo, que alcançou capilaridade nacional, o Anglicanismo brasileiro concentra-se majoritariamente em determinados centros urbanos e regiões historicamente ligadas à presença missionária estrangeira ou a elites intelectuais e religiosas. Essa concentração não é acidental, mas resulta de processos históricos, culturais e institucionais que moldaram o modo como o Anglicanismo se implantou e se expandiu no país.

Historicamente, a presença anglicana no Brasil esteve vinculada às capitais litorâneas e a cidades portuárias, como Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Porto Alegre. Essas localidades funcionaram como portas de entrada para missões oriundas da Inglaterra e, posteriormente, dos Estados Unidos, além de abrigarem comunidades estrangeiras que demandavam assistência religiosa segundo o rito anglicano. Esse dado histórico ainda se reflete no mapa atual, no qual se observa uma maior densidade de paróquias e comunidades anglicanas nas regiões Sudeste e Sul, em contraste com o Norte e o interior do Nordeste. Esse processo de estabelecimento de uma igreja nacional para nacionais foi, nas palavras de Oswaldo Kickhöfel, um projeto que passou por um sistema inflexível e pouco criativo, devido às resistências das instâncias americanas da Igreja Episcopal em conferir autonomia à Igreja brasileira.

> Divergindo um pouco dos padrões tradicionais, os anglicanos chegaram em 1889, ano da Proclamação da República. No ano seguinte, estabeleceram o anglicanismo no sul do país. Nove anos depois, Lucien Lee Kinsolving, um dos primeiros missionários enviados pela igreja americana, foi sagrado bispo daquela que ele imaginava viesse a ser uma igreja nacional e independente. Entretanto, através de um sistema inflexível e pouco criativo, as autoridades da igreja americana reduziram a igreja brasileira à condição de um distrito missionário dependente, perdendo o que nunca

> deveria ter perdido: a condição de uma igreja nacional. Essa situação perdurou até 1965, quando adquiriu sua independência administrativa e se transformou numa província autônoma da Comunhão Anglicana (KICKHÖFEL, 1995, p. 32-33).

Em 1960 ocorreu o 1º Congresso Episcopal, na cidade de Porto Alegre, reunindo num *conclave* (como foi chamado pelos participantes na época), membros da Igreja ao redor do Sul e Sudeste. Na carta pastoral dos bispos (publicada na obra *A Igreja Episcopal no país do futuro*), o Bispo Egmont Krischke aponta para o sentimento nacionalista que era nutrido pelos episcopais da época, bem como a necessidade da Igreja se expandir pelo país, através de um processo de interiorização, à semelhança do que aconteceu com o Brasil, com a construção de Brasília e a transferência da Capital Federal para o Planalto Central.

> Uma penetração geográfica mais profunda da nossa Igreja possui igualmente sentido sociológico. Nos centos de crescente industrialização está emergindo verdadeira massa de operários que clama por um sistema de vida que proteja a dignidade da pessoa humana. As universidades são verdadeiros campos de batalha entre as várias ideologias que pleiteiam a liderança da mocidade e procuram até decidir o próprio destino do povo. No interior surgem novas comunidades onde, faz pouco, havia florestas virgens. A grande aventura do estabelecimento da nova Capital Federal é bem o símbolo dos dias empolgantes que atravessamos na história nacional. As atividades de um clérigo Episcopal em Brasília, dizem da nossa determinação no sentido de tornar presente a Igreja Episcopal nestes decisivos eventos, não somente para contribuir com aquilo que Deus nos concedeu da Sua verdade é da Sua graça, como, ao mesmo tempo, aprender, junto com o povo deste país, as grandes lições proporcionadas pelo Senhor da História (KRISCHKE, 1960, p. 18).

Esse processo de interiorização da Igreja Episcopal, seguido pelo processo de autonomia jurisdicional e independência financeira da Igreja-Mãe dos Estados Unidos, criou uma oportunidade, que, na história da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, acabou se tornando um problema para a manutenção das estruturas da Igreja a longo prazo.

No caso específico da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), essa concentração territorial foi acompanhada por uma necessidade de manter uma estrutura diocesana que, embora projetasse a Igreja nacionalmente, ao longo das décadas de 1970 a 2000 enfrentou dificuldades concretas para manter presença efetiva de comunidades em regiões mais periféricas. Dioceses extensas, com poucos recursos financeiros e clero reduzido, conviviam com grandes comunidades urbanas mais estruturadas, reproduzindo internamente as desigualdades socioeconômicas do próprio país. Essa assimetria impactou diretamente a capacidade missionária e o crescimento numérico da Igreja.

Quando se observa o conjunto das Igrejas de tradição anglicana e das Igrejas auto-denominadas anglicanas atualmente presentes no país, o cenário se torna ainda mais complexo para se entender. Muitas dessas denominações apresentam uma presença territorial pontual, restrita a uma ou poucas cidades, frequentemente vinculadas à figura de um bispo fundador ou líder carismático. Nesses casos, o crescimento numérico não se dá por expansão orgânica sustentada, mas por ciclos de abertura e fechamento de comunidades, processos de fusões, cismas e reconfigurações institucionais constantes.

Do ponto de vista quantitativo, o número de Igrejas anglicanas e episcopais no Brasil cresceu significativamente nas últimas três décadas, especialmente a partir dos anos 1990. Esse crescimento, contudo, não corresponde necessariamente a um aumento proporcional no número de fiéis. Em muitos casos, observa-se um fenômeno de pulverização institucional, no qual pequenos grupos se organizam como novas denominações, multiplicando o número de jurisdições episcopais sem ampliar de forma substancial a base de membros.

A classificação das denominações brasileiras apresentada na obra *Novas Igrejas Anglicanas e Episcopais no Brasil* (COSTA, 2025), permite compreender a fragmentação contemporânea do Anglicanismo brasileiro não apenas pelo nome das denominações, mas sobretudo pelas circunstâncias históricas que deram origem a cada uma delas. A obra organiza as novas Igrejas em quatro grandes núcleos: GAFCON; Movimento Carismático e de Convergência; Movimento Contínuo; e as Igrejas Anglicanas Independentes. Essa organização é importante porque demonstra que a multiplicação das denominações não constitui um fenômeno homogêneo: existem diferentes processos de ruptura, continuidade e reconstrução da identidade anglicana. O primeiro grupo,

denominado GAFCON e o Realinhamento Anglicano, corresponde às Igrejas que surgiram em meio às tensões teológicas e disciplinares que atravessaram a Comunhão Anglicana no final do século XX e início do século XXI. Nesse campo, o exemplo brasileiro mais significativo é a Igreja Anglicana no Brasil (IAB), originada da ruptura do grupo liderado por Dom Robinson Cavalcanti com a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), que é o ramo histórico e Província da Comunhão Anglicana no país. A característica fundamental desse segmento é a reivindicação de continuidade com o Anglicanismo histórico, acompanhada de uma posição teológica conservadora e de aproximação com o movimento internacional de realinhamento.

O segundo núcleo reúne dois fenômenos que, embora distintos em suas origens, possuem em comum a tentativa de integrar elementos diferentes da tradição cristã: o Movimento Carismático e de Convergência. No primeiro caso, encontram-se Igrejas como a Igreja Episcopal Carismática do Brasil e a Igreja Cristã Episcopal, que combinam elementos sacramentais e episcopais com espiritualidade evangélica e carismática. O modelo de Convergência é particularmente importante porque procura superar a tradicional oposição entre liturgia sacramental, evangelicalismo e experiência carismática, construindo uma identidade eclesial híbrida.

Já o Movimento Contínuo, por sua vez, apresenta outra lógica. Seu objetivo é preservar formas consideradas tradicionais da identidade anglicana, especialmente no campo litúrgico, sacramental e doutrinário. No livro, são apresentados nesse contexto a Diocese Anglicana de Votorantim e a Igreja Anglicana Tradicional. A categoria possui especial relevância para a compreensão do Anglicanismo anglo-católico brasileiro, uma vez que parte dessas Igrejas se identifica com a reação surgida nos Estados Unidos na década de 1970 contra determinadas transformações ocorridas nas Igrejas anglicanas históricas.

O quarto grupo de denominações é formado pelas chamadas Igrejas Anglicanas Independentes, sendo o mais heterogêneo e, ao mesmo tempo, o mais difícil de enquadrar. Nele estão comunidades que se autodenominam anglicanas ou episcopais, mas que não se encontram vinculadas às estruturas históricas da Comunhão Anglicana nem aos organismos da GAFCON ou do Movimento Contínuo. Essa categoria também é aquela em que a questão da legitimidade eclesiológica se torna mais complexa.

O fato de uma comunidade utilizar os termos "anglicana" ou "episcopal" não é suficiente, por si só, para determinar sua inserção na tradição histórica do Anglicanismo. É necessário observar sua origem, sua relação com outras Igrejas, sua compreensão da sucessão apostólica, sua liturgia, seus documentos doutrinários e sua inserção em redes eclesiais mais amplas. Por essa razão, a classificação proposta pelo livro não pretende estabelecer um julgamento definitivo sobre quais grupos são ou não "verdadeiramente" anglicanos, mas oferecer critérios históricos para compreender diferentes graus e formas de continuidade. Estes dados e tipologias dizem respeito a uma análise qualitativa, como foi proposta no capítulo anterior.

Para uma análise quantitativa das Igrejas em questão, a presença geográfica e os dados numéricos – sejam eles demográficos, financeiros e patrimoniais –, devem considerados, porém, os mesmos esbarram em antigos problemas de ordem estatística. Um exemplo disso está no próprio estatístico da IEAB, o Reverendo Oswaldo Kickhöfel, que, em Ata do Sínodo Geral de 2000, se queixou das dificuldades em realizar registros regulares por parte da denominação para que o mesmo pudesse acompanhar o crescimento (e declínio) dos números da Igreja naquela década que foi crucial para o Anglicanismo brasileiro.

> Na década de 20, o *Estandarte Cristão*, publicou um artigo, que menosprezava a importância da estatística para a avaliação do trabalho da igreja. O argumento usado era que a igreja não estava interessada na quantidade, mas na qualidade de vida de seus membros. Esta estranha postura, que servia também para justificar nossa histórica inferioridade numérica em relação à Igreja de Roma, produziu consequências de comportamento, cujos efeitos ainda hoje estamos sentindo. A maioria das comunidades locais ainda não adquiriu o hábito de elaborar os seus relatórios paroquiais logo após o término do ano civil. Quando isso for feito, os estatísticos diocesanos terão condições bem mais favoráveis para desempenhar as suas funções e, como resultado, facilitar o trabalho do estatístico provincial (KICKHÖFEL, 2000, p. 94).

A coleta, organização e análise de dados sempre representaram um desafio para a IEAB, especialmente em razão de sua extensão territorial e de sua longa trajetória institucional. Historicamente, a

ausência de procedimentos uniformes para o registro e levantamento de informações fez com que parte dos dados estatísticos se perdesse ou apresentasse inconsistências, apesar de sua importância para os Concílios Diocesanos e os Sínodos Gerais.

Embora tenha havido avanços, permanecem dificuldades relacionadas à falta de regularidade no trabalho das secretarias e juntas paroquiais e à supervisão dos registros pelas lideranças. A ausência de documentação sistemática sobre ofícios, arrecadação e até mesmo sobre a situação jurídica dos templos pode comprometer a memória institucional e produzir problemas em períodos de crise, como ocorreu em episódios envolvendo dioceses brasileiras[25].

As dinâmicas de financiamento e sustentabilidade. A IEAB e algumas Igrejas de tradição anglicana historicamente dependeram de recursos provenientes de agências missionárias estrangeiras, especialmente da Igreja Episcopal dos Estados Unidos e de dioceses inglesas. Embora esse apoio tenha diminuído ao longo do tempo, ele ainda exerce influência significativa sobre a manutenção de determinadas dioceses e projetos pastorais. Essa dependência financeira condiciona não apenas a sobrevivência institucional, mas também, em muitos casos, as opções teológicas e pastorais adotadas.

Paradoxalmente, muitas Igrejas que se apresentam como críticas à Comunhão Anglicana e ameaçam romper com Cantuária mantêm vínculos financeiros indiretos com centros anglicanos do Norte Global. Esse fenômeno, amplamente observado no contexto africano e replicado em menor escala no Brasil, evidencia uma tensão entre discursos de autonomia teológica e dependência econômica. No caso brasileiro, parcerias com paróquias norte-americanas ou com redes missionárias internacionais funcionam como mecanismo de legitimação e sustentação institucional.

A análise regional também mostra diferenças significativas no perfil teológico das Igrejas. Em regiões metropolitanas, especialmente no Sudeste, observa-se maior presença de comunidades de perfil liberal ou progressista, frequentemente associadas a ambientes universitários e a pautas de justiça social. Já em regiões periféricas e no interior, quando há presença anglicana, ela tende a assumir contornos mais conservadores ou carismáticos, dialogando de forma mais direta com o

[25] Um capítulo intitulado *Análise crítica dos dados estatísticos da IEAB*, pode ser lido na obra *Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – Identidade e(m) números* (2025), do mesmo autor.

campo evangélico pentecostal dominante no país. Isso pode ser visto através da promoção de discursos orientados pela Teologia Coach ou até mesmo da Teologia do Domínio em alguns casos, bem como a implantação e expansão de Igrejas no modelo de "Parede Preta", também apelidadas de *Churches*, cuja identidade, importada de mega-igrejas nos Estados Unidos e outros países, destoa da identidade da Igreja Anglicana como uma Igreja litúrgica, bíblica e histórica.

Essas diferenças regionais reforçam a ideia de que o Anglicanismo no Brasil não pode ser compreendido como um bloco uniforme. Ao contrário, ele se adapta às realidades locais, assumindo linguagens, práticas e prioridades distintas conforme o contexto sociocultural. Essa capacidade de adaptação, embora coerente com a tradição anglicana, também contribui para a fragmentação identitária e para a dificuldade de construção de uma narrativa nacional unificada.

Do ponto de vista institucional, a proliferação de jurisdições episcopais levanta questões relevantes sobre autoridade, sucessão apostólica e reconhecimento mútuo. A multiplicação de bispos, muitas vezes sem território definido ou com comunidades extremamente reduzidas, fragiliza a própria noção de episcopado como ministério de unidade. Esse fenômeno quantitativo tem implicações qualitativas profundas, pois afeta a credibilidade pública do Anglicanismo e dificulta o diálogo ecumênico.

A análise dos dados quantitativos permite identificar tendências futuras. Caso se mantenha o atual ritmo de fragmentação institucional sem correspondente crescimento comunitário, o Anglicanismo brasileiro corre o risco de se tornar cada vez mais irrelevante numericamente, apesar de sua visibilidade simbólica. Por outro lado, iniciativas que priorizem formação teológica sólida, enraizamento litúrgico e inserção social concreta podem contribuir para um crescimento mais sustentável, ainda que numericamente modesto.

Assim, a distribuição geográfica e o crescimento numérico das Igrejas Anglicanas e Episcopais no Brasil não devem ser lidos apenas em termos estatísticos, mas como expressão de escolhas históricas, teológicas e institucionais. Os números, quando analisados isoladamente, dizem pouco; quando interpretados à luz dessas dinâmicas, revelam um campo religioso complexo, marcado por tensões entre tradição e inovação, unidade e fragmentação, continuidade histórica e reinvenção identitária.

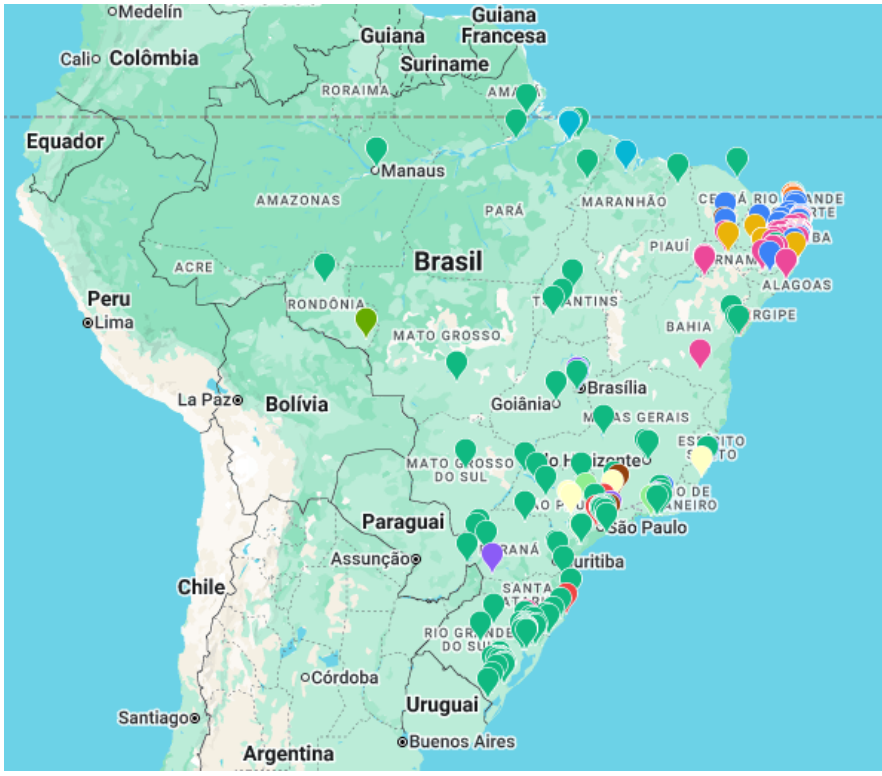
ANÁLISE DOS DADOS QUANTITATIVOS (*DASHBOARD*)

Utilizando o site *O Caminho Anglicano*, por meio de seu *dashboard* e do localizador de comunidades, é possível fazer um levantamento observar a quantidade de Igrejas e comunidades, sua distribuição pelos estados e cidades brasileiras e sua vinculação às diferentes jurisdições anglicanas e episcopais. Os dados possibilitam visualizar a configuração atual desse campo religioso, marcado simultaneamente por expansão territorial, concentração regional e fragmentação institucional. A análise será realizada mediante procedimentos de estatística descritiva, considerando frequências absolutas, proporções percentuais, rankings estaduais e distribuição regional, procurando relacionar os resultados quantitativos às diferentes trajetórias históricas e eclesiológicas apresentadas nos capítulos anteriores.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa caracteriza-se como investigação de natureza descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, articulando pesquisa bibliográfica, análise documental e tratamento estatístico de dados disponíveis. A dimensão qualitativa está voltada à identificação das origens históricas, características doutrinárias, práticas litúrgicas e formas de organização das diferentes Igrejas Anglicanas e Episcopais presentes no Brasil, enquanto a dimensão quantitativa procura mensurar sua distribuição territorial e institucional. A utilização de dados previamente disponíveis constitui procedimento reconhecido no âmbito da pesquisa social, especialmente quando o pesquisador trabalha com informações documentais e bases produzidas por outras instituições (GIL, 2026).

Para o tratamento dos dados numéricos, empregou-se a estatística descritiva, mediante a distribuição percentual, classificação por ordem de ocorrência e comparação entre unidades territoriais, procedimentos adequados à organização e interpretação de conjuntos de dados sociais (BARBETTA, 2002).

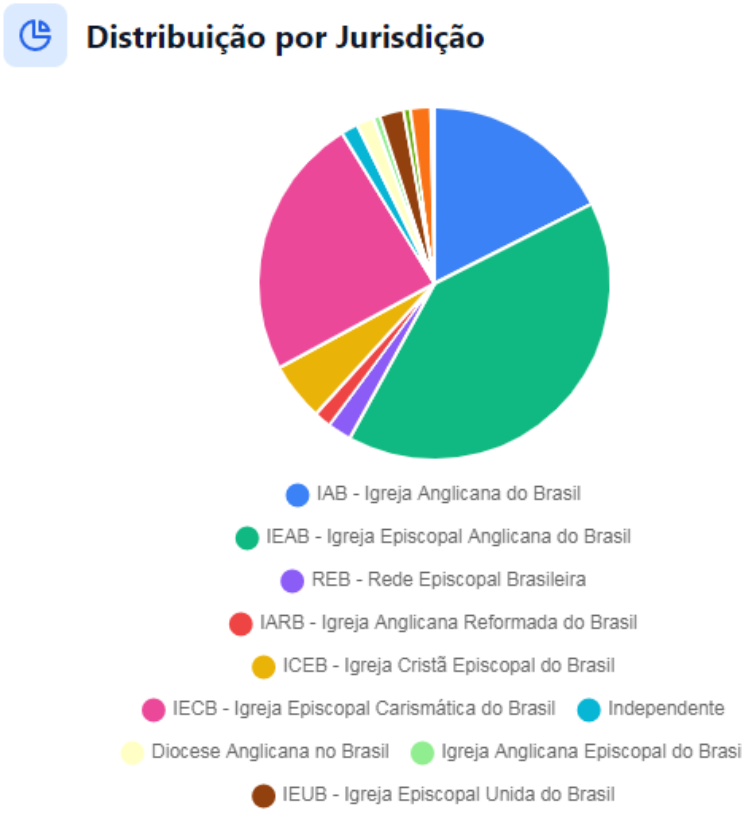
A totalidade dos dados obtidos até o momento – 317 Igrejas e comunidades catalogados – são tratados como uma base descritiva do fenômeno observado, sem pretensão de produzir inferências estatísticas para além do universo efetivamente mapeado, uma vez que este encontra-se ainda em processo de catalogação, além de passar por mudanças de filiação e o aumento ou diminuição das comunidades.



(Fonte: Site O Caminho Anglicano – Localizador de igrejas, setembro de 2026)

Quando se observa o mapa à luz desses dados, torna-se evidente que a expansão das Igrejas Anglicanas e Episcopais no Brasil ocorre menos por um movimento missionário coordenado e mais por processos de fragmentação, reterritorialização e reidentificação institucional. As cores espalhadas pelo mapa – retirado do localizador de Igrejas no mês de setembro de 2026 –, muitas vezes sobrepostas em um mesmo estado ou cidade, indicam que o crescimento numérico não corresponde necessariamente a um fortalecimento da identidade da denominação, da diocese ou da própria comunidade local, mas a um campo religioso marcado por disputas por espaços e por, não menos importante, sobrevivência no mercado religioso brasileiro.

É importante lembrar, que estas comunidades – das maiores às menores –, estão em constante busca por fiéis, diante de outras Igrejas que já estão estabelecidas há mais tempo – sejam a Igreja Católica ou pequenas comunidades pentecostais ou neopentecostais da região.



(Fonte: Site O Caminho Anglicano – Dashboard, setembro de 2026)



(Fonte: Site O Caminho Anglicano – Dashboard, setembro de 2026)

A leitura conjunta do mapa do Brasil e dos gráficos estatísticos permite visualizar com clareza tanto a distribuição territorial quanto a assimetria institucional das Igrejas Anglicanas e Episcopais no país. O mapa evidencia que a presença dessas Igrejas não é homogênea, concentrando-se de modo mais intenso na faixa litorânea e nas regiões Nordeste e Sul, com vazios significativos no interior da Região Norte e em partes do Centro-Oeste. Essa configuração reflete trajetórias históricas distintas: áreas de colonização mais antiga, maior densidade urbana e circulação de elites religiosas tendem a concentrar maior número de comunidades, enquanto regiões interioranas permanecem periféricas no mosaico anglicano-episcopal brasileiro.

O gráfico em pizza sobre a distribuição por jurisdição, considerando as cores apresentadas, reforça essa leitura ao demonstrar o peso desproporcional de algumas denominações em relação às demais. A maior fatia (verde), correspondente à Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), aparece como majoritária, confirmando sua posição histórica como a Província mais estruturada, com maior capilaridade e continuidade institucional.

Em contraste, a segunda maior fatia (rosa) corresponde à Igreja Episcopal Carismática do Brasil, seguida pela terceira fatia (azul) da Igreja Anglicana no Brasil (IAB), embora ambas sejam relevantes, mostram-se significativamente menor em quantidade de paróquias e missões, revelando uma presença mais restrita e concentrada no Nordeste, apesar de sua projeção pública e de maior relevância institucional no debate anglicano nacional (IECB) e mundial (IAB).

As fatias de cores mais fragmentadas, roxo (REB), amarelo (ICEB), vermelho (IARB), marrom (IEUB) e tons associados às Igrejas independentes e à Diocese Anglicana no Brasil – ilustram a crescente pulverização do campo anglicano-episcopal. Essa fragmentação não se traduz necessariamente em expansão territorial equilibrada, mas em multiplicação de jurisdições sobrepostos nos mesmos espaços urbanos, sobretudo capitais e regiões metropolitanas. O gráfico, portanto, não indica apenas diversidade, mas também competição e sobreposição eclesial.

A análise quantitativa realizada a partir da catalogação do projeto *O Caminho Anglicano*, de Douglas Araújo, permite dimensionar, ainda que de maneira aproximativa, a presença contemporânea das Igrejas Anglicanas e Episcopais no território brasileiro. O próprio

painel estatístico informa a existência de 317 Igrejas ou comunidades mapeadas, distribuídas por 155 cidades e 24 unidades da Federação, reunidas em 13 jurisdições anglicanas e episcopais diferentes. Trata-se de um número expressivo quando comparado à percepção tradicional segundo a qual o Anglicanismo brasileiro estaria praticamente circunscrito à Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. O levantamento evidencia que, independentemente das diferenças de origem, reconhecimento, sucessão apostólica, doutrina ou organização canônica, existe atualmente uma rede muito mais ampla de comunidades que reivindicam, de alguma maneira, a identidade anglicana ou episcopal. O dashboard do projeto apresenta justamente essa organização por jurisdições, estados e comunidades, constituindo uma importante ferramenta para a visualização territorial do fenômeno.

O primeiro dado que merece atenção é a própria dimensão nacional da distribuição. As 317 comunidades identificadas não estão concentradas em uma única região, embora exista uma evidente assimetria territorial. O levantamento alcança 24 dos 26 estados brasileiros e o Distrito Federal, deixando de registrar comunidades apenas em duas unidades federativas. Isso significa que aproximadamente 89% das unidades federativas brasileiras apresentam pelo menos uma comunidade incluída no levantamento. A amplitude geográfica é relevante porque demonstra que o fenômeno anglicano e episcopal não pode mais ser interpretado como exclusivamente regional. Ao mesmo tempo, a simples presença em 24 unidades da Federação não significa distribuição homogênea, pois os números estaduais revelam uma concentração extraordinariamente elevada em determinados territórios, especialmente em Pernambuco e no Rio Grande do Sul. A geografia do Anglicanismo brasileiro, portanto, combina capilaridade nacional com forte concentração regional.

O dado mais impressionante é a posição de Pernambuco. Com 126 comunidades, o estado reúne aproximadamente 39,7% das 317 comunidades consideradas no conjunto corrigido do levantamento. Ainda que a tabela apresentada pelo dashboard utilize 39,5%, provavelmente em função de uma base numérica ligeiramente diferente em sua visualização, a ordem de grandeza permanece a mesma: cerca de quatro em cada dez comunidades anglicanas ou episcopais catalogadas encontram-se em Pernambuco. O resultado confere ao estado uma posição absolutamente excepcional no cenário nacional. Nenhum outro

estado se aproxima dessa concentração. O fenômeno é particularmente significativo porque Pernambuco não possui uma população comparável à dos estados mais populosos do país, o que demonstra que a quantidade de comunidades não pode ser explicada simplesmente pelo tamanho demográfico estadual. Há fatores históricos, institucionais e denominacionais específicos que ajudam a compreender essa concentração.

O caso pernambucano está intimamente relacionado à própria história do Anglicanismo brasileiro. Recife constituiu, desde o século XIX, um dos principais espaços de presença anglicana no país, inicialmente associado à presença britânica e posteriormente à estrutura episcopal brasileira. A trajetória da Diocese Anglicana do Recife e, mais tarde, as divisões e reorganizações ocorridas a partir dela contribuíram para transformar Pernambuco em um verdadeiro núcleo irradiador de diferentes expressões do Anglicanismo. O dado contemporâneo de 126 comunidades deve, por isso, ser interpretado não simplesmente como um indicador de crescimento recente, mas como resultado acumulado de uma história institucional particular. A presença de diferentes jurisdições no estado também demonstra que parte expressiva da atual diversidade anglicana brasileira possui alguma relação direta ou indireta com redes religiosas estabelecidas no Nordeste.

O segundo lugar no ranking nacional pertence ao Rio Grande do Sul, com 49 comunidades, correspondendo a aproximadamente 15,5% do total de 317. A diferença em relação a Pernambuco é considerável: o estado nordestino possui mais que o dobro das comunidades registradas no estado sulista. Ainda assim, o Rio Grande do Sul apresenta uma concentração muito superior àquela observada na maior parte do país. O dado é especialmente interessante quando se observa a distribuição territorial: as 49 comunidades estão espalhadas por 26 cidades. Em outras palavras, diferentemente de um fenômeno restrito a uma única metrópole, o Anglicanismo no Rio Grande do Sul alcança um número significativo de municípios, constituindo uma rede territorial relativamente extensa.

O terceiro lugar é ocupado por São Paulo, com 27 comunidades no detalhamento estadual fornecido para o levantamento, embora uma das versões da tabela reproduzida no material indique 28. Para preservar a coerência com o total geral de 317 comunidades e com a distribuição regional apresentada, deve-se considerar aqui o número de

27 comunidades. São Paulo representa aproximadamente 8,5% do total nacional. Sua posição é particularmente significativa porque se trata do estado mais populoso do Brasil e de um dos principais centros econômicos e religiosos do país. Mesmo com sua enorme população, entretanto, o número de comunidades anglicanas e episcopais catalogadas permanece muito inferior ao observado em Pernambuco. O contraste reforça a conclusão de que a distribuição dessas Igrejas depende muito mais de trajetórias institucionais específicas, redes de liderança e processos de expansão denominacional do que de simples indicadores demográficos.

A Paraíba aparece na quarta posição, com 22 comunidades distribuídas por dez cidades, correspondendo a aproximadamente 6,9% do conjunto nacional. Esse resultado chama atenção porque coloca um estado de população relativamente pequena à frente de unidades federativas muito mais populosas, como Minas Gerais, Bahia e Paraná. A concentração paraibana, tal como a pernambucana, demonstra a importância do Nordeste para a configuração contemporânea do Anglicanismo brasileiro. A posição da Paraíba também contribui para modificar a interpretação tradicional da geografia anglicana brasileira, frequentemente construída a partir dos grandes centros urbanos do Sudeste.

O Rio de Janeiro aparece logo depois, com 13 comunidades na distribuição detalhada. Considerando o total de 317 e a relação regional apresentada, são 13 comunidades distribuídas por cinco cidades. O resultado evidencia uma característica importante: estados que apresentam menor número absoluto de comunidades podem, ainda assim, possuir elevada concentração local. No Rio de Janeiro, a presença anglicana e episcopal parece estar fortemente relacionada a determinados centros urbanos, em vez de apresentar a dispersão municipal encontrada no Rio Grande do Sul.

Na sequência aparecem Rio Grande do Norte e Paraná, ambos com dez comunidades. No Rio Grande do Norte, as dez comunidades estão distribuídas por sete cidades. No Paraná, também são dez comunidades, mas distribuídas por oito cidades. Esses números indicam modelos territoriais distintos daqueles encontrados em Pernambuco, Paraíba ou Rio de Janeiro. Enquanto alguns estados concentram várias comunidades em poucos municípios, outros apresentam uma dispersão mais ampla, com uma comunidade ou

poucas comunidades em diferentes localidades. A análise quantitativa, desse modo, não deve limitar-se ao número absoluto de Igrejas, mas considerar também sua distribuição espacial.

O Pará ocupa a oitava posição, com nove comunidades distribuídas por seis cidades, correspondendo a aproximadamente 2,8% do total. Minas Gerais aparece com oito comunidades em sete cidades, Santa Catarina com sete em seis cidades e Bahia com seis em cinco cidades. Nesses três casos, observa-se novamente uma característica de dispersão territorial relativamente elevada. Minas Gerais, por exemplo, possui praticamente uma comunidade por município catalogado, o que revela uma presença ainda pequena em termos absolutos, mas geograficamente distribuída. A Bahia apresenta situação semelhante, enquanto Santa Catarina combina sete comunidades com seis cidades. A expansão anglicana nesses estados, portanto, parece apresentar características de implantação pontual em diferentes centros urbanos, mais do que de concentração em grandes polos regionais.

A distribuição dos estados do Sudeste merece análise particular. Considerando Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, são aproximadamente 52 comunidades segundo os dados estaduais detalhados utilizados nesta análise. Isso representa cerca de 16,4% do total nacional. É um resultado que, à primeira vista, pode parecer surpreendentemente baixo diante da concentração populacional, econômica e institucional da região. O Sudeste, que historicamente ocupa posição central na organização religiosa brasileira, não é a principal região em número de comunidades anglicanas e episcopais. São Paulo e Rio de Janeiro aparecem entre os cinco primeiros estados, mas a soma regional continua distante dos números observados em Pernambuco e no conjunto de estados do Nordeste.

No Sul, por outro lado, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina somam 66 comunidades, aproximadamente 20,8% do total. O peso regional é fortemente determinado pelo Rio Grande do Sul, responsável sozinho por 49 comunidades. O estado representa quase três quartos das comunidades anglicanas e episcopais catalogadas na região Sul. Essa concentração sugere que a presença anglicana meridional possui uma estrutura histórica e institucional particular, que não se reproduz de maneira equivalente em Paraná e Santa Catarina. A distribuição por 26 cidades gaúchas, contudo, impede que se interprete esse resultado exclusivamente como concentração em um único centro

urbano. Há uma verdadeira rede territorial, ainda que numericamente muito inferior àquela de Pernambuco.

O Nordeste constitui, entretanto, o grande centro quantitativo do levantamento. Somando Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte, chegam-se a 172 comunidades segundo a distribuição estadual fornecida. Isso representa aproximadamente 54,3% das 317 comunidades catalogadas. Em outras palavras, mais da metade das comunidades anglicanas e episcopais identificadas no Brasil está localizada no Nordeste. Esse resultado altera significativamente qualquer interpretação baseada exclusivamente no peso econômico e demográfico das regiões brasileiras. O Anglicanismo contemporâneo apresenta, nesse sentido, uma geografia própria, na qual o Nordeste ocupa uma posição absolutamente central.

Dentro do Nordeste, Pernambuco é responsável por aproximadamente 73% das comunidades da própria região, caso sejam considerados os 126 registros diante das 172 comunidades regionais. Essa concentração é extraordinária e constitui um dos principais resultados estatísticos da pesquisa. A Paraíba aparece muito atrás, mas ainda com participação significativa, enquanto Rio Grande do Norte apresenta dez comunidades. Bahia, Ceará e Alagoas possuem números menores, e Maranhão e Piauí registram apenas uma comunidade cada. O Nordeste, portanto, não constitui um bloco homogêneo: existe uma concentração extraordinária em Pernambuco, seguida por núcleos secundários em Paraíba e Rio Grande do Norte, enquanto outros estados possuem presença bastante reduzida.

O Centro-Oeste apresenta uma participação muito mais discreta. Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul reúnem, segundo os dados apresentados, nove comunidades. Isso corresponde a aproximadamente 2,8% do total nacional. O Distrito Federal concentra três comunidades em uma única cidade, Brasília, enquanto Goiás possui quatro comunidades em duas cidades. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul aparecem com apenas uma comunidade cada. A distribuição demonstra que a capital federal constitui um polo relevante para a presença institucional anglicana na região, mas que a expansão para o interior do Centro-Oeste permanece bastante limitada. A distância em relação aos números do Nordeste e do Sul é particularmente expressiva.

A região Norte apresenta 18 comunidades distribuídas por Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Tocantins, representando aproximadamente 5,7% do total. O Pará concentra metade dessas comunidades, com nove registros distribuídos por seis cidades. Amazonas possui duas comunidades em uma cidade, enquanto Rondônia e Tocantins possuem três cada, e o Amapá apenas uma. Não há, no levantamento apresentado, registro no Acre e em Roraima. A região demonstra, portanto, presença territorial mais limitada, embora não inexistente. O fato de o Pará possuir uma rede relativamente mais ampla sugere a existência de núcleos específicos de expansão que merecem investigação qualitativa posterior.

Outro indicador importante é a relação entre número de comunidades e número de cidades. As 317 comunidades encontram-se distribuídas por 155 municípios, o que resulta em uma média nacional de aproximadamente 2,05 comunidades por cidade. Essa média, contudo, esconde diferenças muito grandes entre os estados. Pernambuco, por exemplo, possui 126 comunidades em 36 cidades, uma média de 3,5 comunidades por município. Já o Rio Grande do Sul possui 49 comunidades em 26 cidades, aproximadamente 1,88 por município. Em Minas Gerais são oito comunidades em sete cidades, enquanto no Paraná são dez em oito cidades. Esses números permitem distinguir modelos de concentração e dispersão, sendo possível formular a hipótese de que algumas jurisdições trabalham mediante forte concentração comunitária em determinados centros, enquanto outras apresentam estratégia de expansão territorial mais pulverizada.

A distribuição por jurisdições também revela que a fragmentação institucional constitui característica estrutural do Anglicanismo brasileiro contemporâneo. O levantamento identifica 13 jurisdições diferentes, entre elas IEAB, IECB, IAB, IARB, REB, IEUB, ICEB, TAC, a Anglicana Episcopal, a Diocese Anglicana no Brasil, a Anglicana Mundial e as Igrejas Independentes. O gráfico de distribuição por jurisdição demonstra que algumas das igrejas possuem participação muito superior às demais. A existência de uma pluralidade tão elevada de jurisdições, entretanto, não deve ser interpretada automaticamente como equivalência institucional entre elas. A denominação, sua origem histórica, sua sucessão episcopal, seu reconhecimento internacional e sua relação com a Comunhão Anglicana são elementos distintos que precisam ser analisados separadamente.

Nesse ponto, a categoria das Igrejas Independentes exige especial cautela metodológica. O número atribuído a essa categoria deve ser compreendido como uma fotografia de um campo institucional altamente dinâmico. Igrejas podem surgir, mudar de nome, incorporar-se a outra jurisdição, desaparecer ou dividir-se em novas estruturas. As disputas entre lideranças episcopais podem produzir sucessivos cismas, fazendo com que uma única comunidade dê origem a duas ou mais organizações juridicamente independentes. Consequentemente, o número registrado em determinado momento não deve ser tratado como um estoque permanente de instituições. A volatilidade das Igrejas Independentes constitui, simultaneamente, uma dificuldade para a estatística e um dado sociologicamente relevante sobre a própria natureza do campo religioso analisado.

A distribuição apresentada pelo levantamento também permite perceber que quantidade de comunidades e força institucional não são necessariamente sinônimos. Uma jurisdição pode apresentar muitas comunidades, mas pouca presença fora de determinados estados; outra pode possuir poucas comunidades, porém ampla distribuição territorial. Da mesma maneira, uma Igreja pode possuir estruturas episcopais consolidadas e reconhecimento internacional, enquanto outra pode depender fundamentalmente da liderança de um único bispo ou fundador. Por isso, os dados quantitativos não permitem estabelecer, isoladamente, uma hierarquia de legitimidade entre as diferentes Igrejas. Seu valor está em revelar a dimensão, a distribuição e a fragmentação do fenômeno, que posteriormente devem ser interpretadas mediante critérios históricos, teológicos, canônicos e sociológicos.

A comparação entre os cinco estados mais numerosos confirma a concentração geográfica do Anglicanismo brasileiro. Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraíba e Rio de Janeiro, tomando-se os números detalhados de 126, 49, 27, 22 e 13 comunidades, respectivamente, reúnem 237 comunidades. Isso corresponde a aproximadamente 74,8% do total nacional. Portanto, quase três quartos de todas as comunidades catalogadas estão concentrados em apenas cinco unidades federativas. É o dado mais importante do levantamento: apesar de a presença anglicana e episcopal alcançar 24 estados e o Distrito Federal, a maior parte dessa presença encontra-se fortemente concentrada em poucos territórios.

Estes números não devem ser lidos como uma simples demonstração de crescimento, pois o aumento de comunidades também resulta de cisões, reorganizações, movimentos de continuidade e surgimento de Igrejas independentes. O fenômeno quantitativo é, nesse sentido, inseparável do fenômeno qualitativo: a multiplicação institucional acompanha a diversidade teológica e litúrgica, as disputas por autoridade episcopal e as diferentes concepções sobre o que significa ser anglicano ou episcopal.

O painel proposto pelo site *O Caminho Anglicano* oferece uma fotografia dessa realidade e constitui importante ponto de partida para pesquisas posteriores que cruzem quantidade de comunidades, distribuição territorial, origem histórica, sucessão episcopal, filiação internacional, perfil litúrgico e orientação teológica. A principal conclusão estatística é, assim, que existe no Brasil uma verdadeira rede anglicana e episcopal plural, territorialmente extensa, mas profundamente concentrada e institucionalmente fragmentada, cuja compreensão exige a combinação permanente entre cartografia religiosa, história eclesiástica e análise sociológica.

É igualmente relevante observar os estados e regiões onde não há registro de nenhuma Igreja Anglicana ou Episcopal. Estados como Acre, Roraima e Maranhão, por exemplo, permanecem fora do mapa anglicano brasileiro, o que revela limites claros da expansão territorial dessa tradição, especialmente em regiões de menor densidade urbana ou com forte predominância de outras matrizes religiosas.

Do ponto de vista regional, percebe-se uma concentração expressiva no Nordeste e no Sul, enquanto o Centro-Oeste e parte da Região Norte permanecem sub-representados. Essa distribuição sugere que fatores históricos, culturais e logísticos desempenham papel decisivo na implantação e manutenção dessas igrejas, mais do que estratégias missionárias nacionais articuladas.

A análise quantitativa também evidencia a dificuldade de mensurar com precisão o impacto real dessas igrejas em termos de número de fiéis. O dado de 297 comunidades (entre Catedrais, Paróquias e Missões de diferentes denominações) não se traduz automaticamente em um número equivalente de comunidades consolidadas, uma vez que muitas delas funcionam com pequenos grupos, reuniões domiciliares ou estruturas informais.

O levantamento realizado demonstra a importância de iniciativas como o site *O Caminho Anglicano* e seu localizador de Igrejas para o conhecimento da realidade anglicana e episcopal brasileira. Em um campo marcado pela multiplicação de jurisdições, comunidades e Igrejas independentes, a existência de uma plataforma que reúna e organize essas informações constitui um importante instrumento de mapeamento religioso, permitindo visualizar sua distribuição territorial, identificar concentrações regionais e acompanhar as transformações institucionais que ocorrem ao longo do tempo.

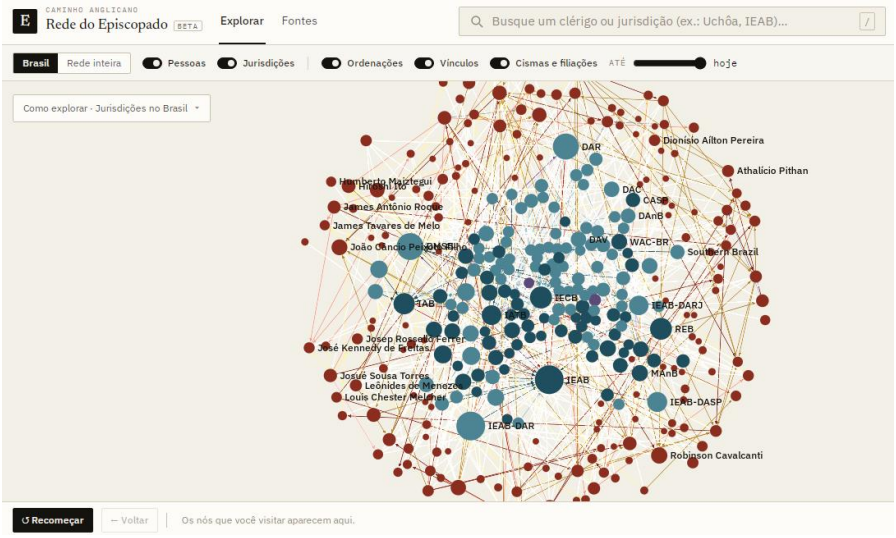
Por seu caráter dinâmico, contudo, esse mapeamento deve ser compreendido como um registro em permanente construção e atualização. Igrejas podem ser fundadas, transferidas de jurisdição, incorporadas, divididas ou deixar de existir, tornando necessária a revisão periódica das informações. A manutenção contínua do *dashboard* e do localizador poderá transformar *O Caminho Anglicano* em uma importante fonte histórica e sociológica para futuras pesquisas, preservando a memória da expansão e da fragmentação do Anglicanismo no Brasil e permitindo que novos estudos acompanhem quantitativamente a evolução desse fenômeno religioso no país.

A REDE DO EPISCOPADO

No dia 07 de outubro de 2026, os Reverendos Rafael Vilaça e Douglas Araújo estavam conversando sobre a possibilidade de criar um registro escrito sobre os principais marcos históricos do Anglicanismo brasileiro – um *Cronologium* ou um livro de Cronologia Anglicana, marcando a data, a respectiva denominação e uma descrição breve do acontecimento, para assim, criar uma sequência histórica dos fatos.

Essa conversa revelou a forma de pensar linear e analítica do primeiro clérigo e a forma sistêmica e dinâmica do segundo, dando origem pela madrugada da *Rede do Episcopado Histórico*. Este recurso basicamente é um instrumento de busca como uma grande rede ou nuvem, que relaciona as Denominações e suas Jurisdições, ou o nome do respectivo Clérigo, informando uma ficha completa com as informações das Igrejas, seu histórico, dioceses e paróquias ou o histórico do clérigo pesquisado, com as ordenações diaconal, presbiteral ou episcopal e o bispo ordinante, a jurisdição pertencente e o local.

A ferramenta apresenta os dados e a trajetória da Igreja ou do Clérigo, junto com as fontes utilizadas, sendo estas classificadas em primárias (Ex.: notícias dos sites da Igreja, ou relatos pessoais passados ao administrador do site *O Caminho Anglicano*) e secundárias (livros, pesquisas ou dados publicados de terceiros). Como método para construir a rede através das fontes, Douglas juntou todo o material que possuía de textos, sites e da nuvem do site do *Projeto Cantuária*.



(Fonte: Site O Caminho Anglicano – Rede do Episcopado, outubro de 2026)

Cada fonte possuía uma nota de rodapé. Quando aberta, a ferramenta disponibiliza um trecho da fonte com o registro sobre a cerimônia de ordenação do respectivo clérigo e o link para acessá-la. Ao clicar no link das fontes, o leitor tem acesso direto ao material para consulta. Junto com o texto, na lateral vêm três selos que indicam o grau de confiabilidade das fontes, classificados como *Confirmado* (sustentado por uma fonte primária ou por fontes independentes que concordam entre si), *Provável* (sustentado por uma única fonte secundária, por testemunho ou por dedução, devido à falta de confirmação documental), e Contestado (quando as fontes divergem, quando todas as versões do fato que estão registradas, possuem cada uma, fontes próprias). Isto ocorre porque, no Brasil, ainda temos um material de pesquisa ainda muito escasso, principalmente sobre as Igrejas de Tradição Anglicana e as Igrejas Auto-Denominadas.

A *Rede* pode facilitar a pesquisa e dar uma noção do tamanho do corpo eclesiástico anglicano e episcopal brasileiro, outro elemento fundamental é a bibliografia, composta por fontes que são utilizadas para montar a rede. Cada afirmação postada na rede aponta para uma lista de 2656 fontes diferentes[26]. Com o passar do tempo, é possível que essa quantidade de fontes aumente exponencialmente, criando uma verdadeira rede de fontes – algo que até antes da década de 2020 era impossível de se imaginar. Do ponto de vista da Teologia, alguns falam que o conceito de Noosfera, cunhado pelo paleontólogo e teólogo jesuíta Teilhard de Chardin pode ser aplicado à inteligência artificial, como a materialização dessa *rede psíquica* de informações, conectando mentes e dados em tempo real. Seguindo tal lógica, a *Rede do Episcopado* pode ser considerada uma espécie de *Noosfera Anglicana*.

Por meio das tecnologias digitais e das redes de comunicação, hoje é possível construir conexões antes impensáveis, e estabelecer a comunicação e análise de dados que eram difíceis de serem acessados ou até mesmo estudados. Ao mesmo tempo, as disputas atuais no mundo anglicano e a fragmentação entre as Igrejas, demonstram que a construção dessa rede de informações, mapeamento e interpretação dos fenômenos e dos dados obtidos apresenta desafios únicos. Como uma base de dados ainda em construção, correções deverão ocorrer ao longo dos próximos anos e à medida que ela for atualizada.

Entre os novos pesquisadores e clérigos anglicanos brasileiros, a comunicação passou a acontecer de maneira praticamente instantânea, afetando positivamente a troca de informações e a produção de novos conteúdos, sejam físicos, como as pesquisas apresentadas neste livro (e em outros já publicados pela Editora Laud e outras editoras anglicanas), ou pela criação de conteúdos digitais e sua organização em sites como o *O Caminho Anglicano* e o *Projeto Cantuária* ou em aplicativos como *Ordo* - que será tratado no capítulo seguinte. Atualmente, uma informação produzida ou veiculada por qualquer anglicano ou episcopal no Brasil pode ser compartilhada em poucos segundos com pessoas de diferentes continentes ou se transformar em um dado relevante para futuras pesquisas e publicações no mercado editorial anglicano, que está nascendo, mas rapidamente se expandindo, tornando a Tradição Anglicana cada vez mais conhecida pelo público brasileiro.

---

[26] As fontes são classificadas como: *Artigo*; *Ata*; *Blog*; *Documento Oficial*; *Livro*; *Notícia*; *Outro*; *Rede Social*; *Site Institucional*; *Testemunho Pessoal*; *Wikidata*; e *Wikipédia*;

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Douglas. **Dashboard**. Caminho Anglicano, setembro de 2026. Disponível em: https://caminhoanglicano.com.br/dashboard. Acesso em: 13 set. 2026.

ARAÚJO, Douglas. **Rede do Episcopado Histórico**. Caminho Anglicano, outubro de 2026. Disponível em: https://caminhoanglicano.com.br/episcopado. Acesso em: 08 out. 2026.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

COSTA, Rafael Vilaça Epifani. **Novas Igrejas Anglicanas e Episcopais no Brasil.** Recife: Laud, 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 8. ed. São Paulo: GEN Atlas, 2026.

KICKHÖFEL, Oswaldo. **Notas para uma História da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.** Porto Alegre: Metrópole, 1995.

KICKHÖFEL, Oswaldo. Relatório do Estatístico. *In*: DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO DA IEAB. **Atas e Outros Documentos do XXVIII Sínodo da IEAB.** Porto Alegre, abr. 2000.

NOVAS TRADUÇÕES DO LIVRO DE ORAÇÃO COMUM

As edições brasileiras de 1549, 1662 e 1928

Introdução

O Livro de Oração Comum[27] constitui um dos mais importantes textos litúrgicos da história do Cristianismo ocidental e, particularmente, da tradição anglicana. Desde sua primeira publicação em 1549, sob a liderança do Arcebispo Thomas Cranmer, a obra ultrapassou a condição de simples manual litúrgico para tornar-se um verdadeiro símbolo da identidade e da espiritualidade do Anglicanismo. Ao longo de quase cinco séculos, suas sucessivas revisões refletiram transformações teológicas, pastorais e eclesiológicas, preservando, contudo, uma notável continuidade em sua estrutura litúrgica e em sua compreensão da oração comum como elemento formador da vida das Igrejas Anglicanas e Episcopais e, principalmente, do povo cristão[28].

Cada uma das edições históricas do Livro de Oração Comum representa um momento específico da evolução do pensamento anglicano. O texto de 1549 testemunha o esforço inicial da Reforma Inglesa em estabelecer uma liturgia nacional em língua vernácula, conciliando elementos da tradição medieval com as novas convicções reformistas. A edição de 1662 consolidou-se como o padrão clássico do Anglicanismo mundial, exercendo profunda influência sobre a liturgia, a espiritualidade e a organização das igrejas da Comunhão Anglicana e de diversos movimentos eclesiásticos derivados. Por sua vez, o Livro de Oração Comum de 1928 tornou-se uma das mais importantes expressões do anglo-catolicismo litúrgico no século XX, preservando a herança clássica da tradição inglesa ao mesmo tempo em que incorporava revisões pastorais características de seu contexto histórico.

Embora o Livro de Oração Comum tenha sido traduzido para dezenas de idiomas ao longo de sua história, a língua portuguesa permaneceu, durante muito tempo, carente de traduções integrais das suas principais edições históricas. As igrejas anglicanas de língua

---

[27] O nome completo da obra é *O Livro de Oração Comum e Administração dos Sacramentos e outros Ritos e Cerimônias da Igreja, de acordo com o uso da Igreja da Inglaterra, Juntamente com o Saltério ou Salmos de Davi, apontados como eles devem ser cantados ou ditos nas igrejas: E a Forma e Forma de Fazer, Ordenar e Consagrar dos Bispos, Sacerdotes e Diáconos*.

[28] Embora muitos teólogos e historiadores anglicanos defendam que o título da obra, *Livro de Oração Comum*, aponta para o caráter comunitário da oração, como substantivo *Common* significa *Povo*. Logo, LOC pode ser traduzido como o *Livro de Oração do Povo*.

portuguesa recorreram, em geral, a adaptações litúrgicas próprias ou a traduções parciais, circunstância que dificultou o acesso de pesquisadores, seminaristas, clérigos e leigos ao desenvolvimento histórico da tradição litúrgica anglicana em sua forma original. Essa lacuna tornou-se ainda mais evidente diante do crescente interesse acadêmico pelo Anglicanismo e do surgimento de novas jurisdições anglicanas e episcopais no Brasil que buscam recuperar ou preservar a tradição litúrgica clássica.

Nos últimos anos, esse cenário começou a ser transformado com a publicação, em português, das três principais edições históricas do *Livro de Oração Comum:* as versões de 1662, 1549 e 1928. Esses projetos editoriais, desenvolvidos por diferentes instituições e com objetivos eclesiais distintos, representam um marco para a bibliografia anglicana em língua portuguesa, tornando acessíveis documentos fundamentais que, até então, permaneciam restritos aos leitores de língua inglesa ou dependentes de reproduções em *fac-similes* e estudos especializados.

O *Livro de Oração Comum 1662 – Edição Brasileira* foi o primeiro traduzido para o português, para servir como o padrão litúrgico da Igreja Anglicana Reformada do Brasil (IARB).Esta edição foi publicada pela *Editora Theophilus* em novembro de 2024, sendo difundida nas redes sociais no meio protestante brasileiro como uma obra pioneira. Já o *Livro de Oração Comum – 1549* foi o segundo LOC histórico a ser traduzido para o português, sendo publicado pela *Editora Laud* e lançado em março de 2026. A primeira edição do LOC buscou preservar o caráter clássico da obra, sendo seu texto o mais tradicional. Já o *Livro de Oração Comum – 1928*, o terceiro do gênero dos LOCs históricos, foi publicado em conjunto com a *Editora Anglo-Católica* da Diocese Anglicana do Natal (da Igreja Anglicana Tradicional no Brasil, a TAC), junto com a *Editora Laud*, sendo lançado em agosto de 2026.

Neste capítulo, o leitor terá acesso a uma análise das traduções brasileiras dos *Livros de Oração Comum* de 1549, 1662 e 1928, apresentando estudo histórico sobre os originais e contextualizando os textos litúrgicos para o público em geral, uma vez que estes são marcos que inauguram uma nova etapa na recepção da tradição litúrgica anglicana no Brasil. Do mesmo modo, a disponibilização dessas obras em português representa um importante avanço tanto para a pesquisa acadêmica quanto para a preservação da memória litúrgica e patrimonial

do Anglicanismo aos fiéis não apenas brasileiros, mas de toda a comunidade lusófona, auxiliando Igrejas presentes tanto no Brasil, quanto em Portugal, Angola, Moçambique e em outros países.

LIVRO DE ORAÇÃO COMUM DE 1549

O *Livro de Oração Comum de 1549* representa um dos documentos mais importantes da história do cristianismo ocidental. Publicado durante o reinado de Eduardo VI e elaborado sob a direção do Arcebispo Thomas Cranmer, ele foi a primeira tentativa de reunir, em um único volume e em língua inglesa, toda a vida litúrgica da Igreja da Inglaterra. Até então, os diversos ritos sacramentais, ofícios diários e cerimônias estavam dispersos em diferentes livros medievais — como o *Missal*, o *Breviário*, o *Pontifical* e o *Manual* —, geralmente escritos em latim e acessíveis quase exclusivamente ao clero. O Livro de Oração Comum representou, uma profunda reorganização da prática litúrgica inglesa, tornando possível que toda a comunidade cristã acompanhasse os cultos em sua própria língua, sem romper completamente com a tradição litúrgica recebida da Igreja medieval.

O *LOC de 1549* foi concebido como um volume único destinado a reunir toda a vida litúrgica da Igreja da Inglaterra. Diferentemente do sistema medieval, em que diversos livros eram necessários para a celebração dos ofícios diários, da Missa, dos sacramentos e dos ritos episcopais, a obra organizada por Thomas Cranmer concentrou em um único livro tudo o que seria indispensável para o culto público da Igreja. Essa unificação representou uma das principais inovações da Reforma Inglesa, tornando a liturgia mais acessível ao clero e ao povo, ao mesmo tempo em que estabelecia uma uniformidade de culto em todo o reino.

A obra inicia-se com um *Prefácio*, no qual são apresentados os princípios que orientaram a elaboração do novo livro litúrgico. Cranmer explica as razões da reforma, critica a excessiva complexidade dos antigos livros medievais e justifica a adoção da língua inglesa como idioma oficial da liturgia. Esse texto possui grande importância histórica por revelar os objetivos pastorais e teológicos da primeira reforma litúrgica inglesa: Um rito na língua do povo, unificado em torno de um único livro, e o uso maior da Bíblia, dentro da própria Liturgia.

> De modo que aqui tendes uma ordem para a oração (no que tange à leitura da sagrada escritura) muito conforme à mente e ao propósito dos antigos padres, e sobremaneira mais proveitosa e cômoda do que aquela que ultimamente se usava. É mais proveitosa, porque aqui se omitem muitas coisas, das quais algumas são inverídicas, outras incertas, outras vãs e supersticiosas; e ordena-se que nada seja lido, a não ser a puríssima palavra de Deus, as sagradas escrituras, ou aquilo que se fundamenta evidentemente sobre as mesmas; e isso em tal língua e ordem que sejam as mais fáceis e claras para o entendimento, tanto de quem lê como de quem ouve. É também mais cômoda, tanto por sua brevidade, quanto pela clareza da ordem, e por serem as regras poucas e fáceis. Além disso, por esta ordem, os curas não necessitarão de outros livros para o seu ofício público senão este livro e a Bíblia: por cujo meio o povo não terá tão grande encargo com livros como o teve no passado (LIVRO DE ORAÇÃO COMUM – 1549, p. 40).

No próprio prefácio do *LOC de 1549*, Cranmer apresenta a realidade vivida na Inglaterra da época, com a diversidade e variações do Rito Romano, com os Usos nas catedrais de Salisbury (Sarum), Hereford, Bangor, York e Lincoln. A publicação do Livro de Oração Comum resolveu não apenas a questão do uso de uma língua estrangeira na liturgia para o povo inglês, mas também unificou a mesma em torno de um único manual.

> E onde outrora tem havido grande diversidade no recitar e no cantar nas igrejas deste reino: alguns seguindo o rito de Sarum, outros o rito de Hereford, alguns o rito de Bangor, outros o de York, e outros o de Lincoln: agora, doravante, todo o reino terá senão um único rito. E se alguém julgar este caminho mais penoso, pelo fato de que todas as coisas devem ser lidas no livro, ao passo que antes, em virtude da tão frequente repetição, podiam dizer muitas coisas de cor: se tais homens pesarem o seu labor com o proveito em conhecimento que diariamente obterão pela leitura do livro, não recusarão a pena, em consideração ao grande proveito que dela se seguirá (LIVRO DE ORAÇÃO COMUM – 1549, p. 40-41).

Na sequência encontram-se a *Tabela e o Calendário*, contendo a organização do ano litúrgico, as principais festas cristãs, o calendário de santos, as tabelas para localizar as datas móveis e outras instruções. Os dois grandes ofícios diários ocupam as seções seguintes: a *Ordem para as Matinas*, destinada à oração da manhã, e a *Ordem para as Vésperas*, correspondente à oração vespertina. Esses dois ofícios condensam diversos momentos do antigo Ofício Divino medieval, simplificando sua estrutura e tornando possível que fossem celebrados diariamente tanto nas igrejas quanto nas comunidades religiosas.

O calendário litúrgico é organizado liturgicamente pela coleção dos *Introitos, Coletas, Epístolas e Evangelhos*, dividida para todo o ano eclesiástico. Essa seção reúne as leituras bíblicas, as orações próprias e demais elementos variáveis das celebrações dominicais e festivas, além de salmos e lições específicos para determinadas solenidades. Ela estabelece o ritmo espiritual do ano cristão e evidencia a estreita relação entre Escritura e liturgia característica da tradição anglicana.

Após essa extensa seção aparece o rito da *Ceia do Senhor e da Santa Comunhão (comumente chamada de Missa)*, considerado o centro da vida sacramental da Igreja. O texto preserva muitos elementos da tradição litúrgica medieval, embora adaptados à nova realidade da Reforma Inglesa. Na Oração Eucarística, por exemplo, a presença das palavras da Epiclese – invocação do Espírito Santo para abençoar e santificar o pão e o vinho no Corpo e Sangue de Cristo permanecem.

> Ouve-nos (Ó Pai misericordioso) nós Te rogamos; e com o Teu Santo Espírito e palavra, digna-Te a abençoar e santificar estes Teus dons e criaturas de pão e vinho, para que nos possam ser o corpo e o sangue do Teu mui amado Filho Jesus Cristo. O qual na mesma noite em que foi traído, tomou o pão; (Aqui o sacerdote deve tomar o pão nas suas mãos) e, tendo dado graças, o partiu, e deu aos Seus discípulos, dizendo: Tomai, comei, isto é o meu corpo, que por vós é dado; fazei isto em memória de mim. Semelhantemente, depois da ceia, tomou o cálice; (Aqui o sacerdote tomará o Cálice nas suas mãos) e, tendo dado graças, lho deu, dizendo: Bebei todos dele; porque isto é o meu sangue do Novo Testamento, que é derramado por vós e por muitos, para a remissão dos pecados; fazei isto, todas as vezes que o beberdes, em memória de mim (LIVRO DE ORAÇÃO COMUM – 1549, p. 374-375).

A missa celebrada segundo o rito do *LOC de 1549* ainda posicionava o sacerdote voltado para o altar, colado à parede ou a um retábulo. Todavia, diferente do costume católico romano, não há elevação do cálice e da patena após a consagração, como dita a rubrica: "Estas palavras antes ensaiadas devem ser ditas, ainda virado para o Altar, sem qualquer elevação ou ostentação do Sacramento ao povo" (LIVRO DE ORAÇÃO COMUM – 1549, p. 375).

Em seguida são apresentados os *Prefácios Próprios*, utilizados nas grandes festas do calendário cristão, complementando a Oração Eucarística conforme cada tempo litúrgico.

A obra prossegue com a *Litania e Sufrágios*, uma das primeiras partes do *Livro de Oração Comum* a ser traduzida para o inglês antes mesmo da publicação do livro completo. Essa litania tornou-se uma das mais conhecidas expressões da espiritualidade anglicana, sendo utilizada em ocasiões solenes, períodos de calamidade e celebrações penitenciais.

Na sequência encontra-se o conjunto dos ritos sacramentais e pastorais da Igreja. O livro apresenta a *Administração do Batismo Público*, destinada às celebrações ordinárias na igreja, seguida da forma de *Batismo em Casas Particulares*, prevista para situações de necessidade ou perigo de morte. Em seguida aparece o rito da *Confirmação*, acompanhado de um *Catecismo*, elaborado para preparar crianças e jovens para a recepção desse sacramento mediante instrução doutrinária básica. Os chamados *ofícios ocasionais* ocupam parte significativa da obra. Entre eles figuram a *Forma de Solenização do Matrimônio*, a *Ordem para a Visitação aos Enfermos*, incluindo a comunhão dos doentes, a *Ordem para o Enterro dos Mortos*, bem como um formulário específico para a celebração da Santa Comunhão em contexto funerário. O livro também preserva a antiga cerimônia da *Purificação das Mulheres*, posteriormente conhecida como Ação de Graças após o Parto, testemunhando a continuidade de determinadas práticas herdadas da tradição medieval.

O calendário litúrgico é complementado pelo formulário próprio para o *Primeiro Dia da Quaresma*, correspondente à Quarta-feira de Cinzas, contendo as orações penitenciais e exortações apropriadas para o início do tempo quaresmal.

Uma característica importante do *Livro de Oração Comum* de 1549 é a inclusão de textos explicativos sobre a própria reforma litúrgica. O capítulo *Das Cerimônias, por que algumas foram abolidas e outras retidas* expõe os critérios utilizados por Cranmer para conservar determinadas

práticas tradicionais e eliminar outras consideradas desnecessárias ou supersticiosas. Trata-se de um dos documentos mais relevantes para compreender a hermenêutica da Reforma Inglesa, evidenciando que seu propósito inicial não consistia na ruptura completa com a tradição, mas em sua revisão e purificação.Em seguida aparecem as *Certas Notas para a mais clara explicação e decente ministração das coisas contidas neste livro*, que funcionam como orientações práticas para o clero quanto à correta celebração dos ofícios, dos sacramentos e das cerimônias previstas no LOC.

A parte final da obra é dedicada ao *Ordinal*, isto é, aos ritos de ordenação do ministério. Estão presentes a *Forma e Maneira de Ordenar Diáconos*, a *Forma de Ordenação dos Sacerdotes* e a *Forma de Sagração de um Arcebispo ou Bispo*. Esses formulários estabelecem a estrutura do ministério ordenado da Igreja da Inglaterra e constituem uma das bases da compreensão anglicana da sucessão apostólica e do episcopado histórico.

Ao contrário das revisões posteriores, especialmente as de 1552 e 1559, o texto de 1549 conserva um forte caráter de continuidade com a liturgia latina medieval. Cranmer realizou um cuidadoso trabalho de simplificação dos antigos usos litúrgicos, particularmente do Uso de Sarum, preservando inúmeras orações, rubricas e estruturas herdadas da tradição ocidental. Por essa razão, o Livro de 1549 é frequentemente considerado o mais "católico" entre todos os Livros de Oração Comum históricos, tornando-se objeto de interesse tanto para historiadores da Reforma quanto para estudiosos da liturgia comparada.

O *LOC de 1549* constitui uma fonte indispensável para compreender o desenvolvimento da Reforma Inglesa, o pensamento litúrgico de Thomas Cranmer e o processo de construção da identidade da Igreja da Inglaterra. Ao mesmo tempo em que introduziu o uso da língua vernácula, preservou uma compreensão sacramental da vida cristã, estruturou o calendário litúrgico, sistematizou a administração dos sacramentos e estabeleceu uma forma comum de oração que marcaria profundamente a espiritualidade anglicana nos séculos seguintes.

Ao longo dos séculos, a primeira edição do LOC tornou-se uma obra de referência para pesquisadores, liturgistas e comunidades interessadas nas origens do Anglicanismo. Entretanto, apesar de sua relevância histórica, permaneceu inacessível aos leitores lusófonos

durante quase cinco séculos, inexistindo uma tradução integral para a língua portuguesa que preservasse sua estrutura, seu vocabulário e suas características editoriais originais.

Essa realidade começou a mudar em 2026, quando foi publicada a primeira tradução integral em português do Livro de Oração Comum de 1549. A tradução foi realizada por Iury dos Santos, enquanto a diagramação, apresentação editorial e preparação da edição ficaram sob a responsabilidade do Reverendo Rafael Vilaça. A publicação foi realizada pela Editora Laud, cuja linha editorial é orientada pela valorização da tradição clássica e anglo-católica do Anglicanismo, o texto, disponibilizado no site da Amazon para a venda, tornou acessível a primeira liturgia anglicana a pesquisadores, seminaristas, clérigos e leigos, independentemente da jurisdição eclesiástica à qual pertençam, podendo ser, inclusive, utilizado de forma livre, por qualquer clérigo ou denominação se assim desejar.

O lançamento ocorreu em 25 de março de 2026, data escolhida por a celebração litúrgica da Anunciação do Senhor, mas também por coincidir com o mesmo dia da instalação da Arcebispa Sarah Mullally na Catedral de Cantuária. A escolha dessa data procurou recordar que, apesar das transformações ocorridas recentemente na Comunhão Anglicana, suas raízes permanecem tradicionais, vinculadas à Liturgia católica e reformada inaugurada por Thomas Cranmer no século XVI. Dessa maneira, a edição brasileira de 1549 procurou estabelecer uma ponte simbólica entre a Igreja nos tempos atuais e o seu patrimônio histórico atemporal.

A proposta editorial da obra não consistiu em produzir uma adaptação moderna da linguagem nem uma revisão interpretativa do texto histórico. Pelo contrário, buscou-se reproduzir com o máximo de fidelidade possível a edição clássica inglesa, preservando integralmente a estrutura do livro, sua organização interna, as rubricas, as tabelas litúrgicas e o estilo literário característico do século XVI. Para isso, utilizou-se como texto-base a edição tradicional disponibilizada pelo site *Archbishop Justus*, amplamente reconhecida entre pesquisadores da história litúrgica anglicana.

A tradução empregou ferramentas de inteligência artificial como instrumento de auxílio linguístico, mantendo, entretanto, rigorosa fidelidade ao texto histórico utilizado como base. O objetivo editorial foi conservar a linguagem solene e arcaizante própria da obra original,

evitando atualizações estilísticas que pudessem alterar seu valor documental ou comprometer a experiência de leitura do texto conforme concebido por Thomas Cranmer. Assim, a edição brasileira apresenta ao leitor lusófono uma reprodução textual que procura preservar não apenas o conteúdo litúrgico, mas também o estilo literário que marcou a espiritualidade inglesa do século XVI.

Essa opção metodológica diferencia a edição brasileira de outras traduções contemporâneas voltadas ao uso pastoral. Em vez de privilegiar uma linguagem corrente ou adaptar as fórmulas litúrgicas às sensibilidades modernas, a publicação assume um caráter prioritariamente histórico, permitindo que pesquisadores tenham acesso a uma tradução próxima da fonte documental. Ao mesmo tempo, comunidades interessadas na recuperação da liturgia clássica dispõem de um texto que conserva as peculiaridades da primeira edição do LOC.

A própria apresentação gráfica da obra acompanha esse propósito de preservação histórica. A edição comercializada no Brasil foi publicada exclusivamente em capa flexível, reproduzindo o fólio da edição original de 1549, reforçando seu caráter de fac-símile editorial adaptado à língua portuguesa. Paralelamente, a distribuição internacional passou a oferecer duas versões adicionais: uma edição em capa flexível e outra em capa dura vermelha, inspirada no aspecto clássico das antigas encadernações litúrgicas inglesas.

> Esta tradução feita pelo irmão e Dr. Iury Santos baseiase na reimpressão de 1910 da coleção *Everyman's Library*, intitulada *The First and Second Prayer-Books of Edward VI*. Essa edição segue de perto o texto original de 1549, publicado por Edward Whitchurche em Londres, e conserva a linguagem e ortografia do período, aspectos que também procurou-se respeitar nesta versão, sempre que possível, a fim de preservar o espírito e o tom histórico do original. Oferecemos ao leitor de língua portuguesa não apenas um documento litúrgico histórico, mas também o mais importante manual de oração pessoal, familiar e comunitário do Cristianismo inglês desde o século XVI. Esperamos que esta edição do Livro de Oração Comum de 1549 contribua para a oração, o estudo e a reflexão das raízes católicas e reformadas da Tradição Anglicana e de sua rica herança litúrgica através dos séculos (LIVRO DE ORAÇÃO COMUM – 1549, p. 10).

A publicação da primeira tradução portuguesa do Livro de Oração Comum de 1549 representa um marco para os estudos anglicanos em língua portuguesa. Pela primeira vez, estudantes, pesquisadores e comunidades eclesiais passaram a dispor de acesso direto ao documento fundador da liturgia anglicana, sem a necessidade de recorrer exclusivamente ao texto inglês original. Trata-se de uma contribuição significativa tanto para a pesquisa histórica quanto para o estudo da teologia litúrgica, da Reforma Inglesa e da evolução do pensamento de Thomas Cranmer, como aponta a introdução do LOC.

> O prefácio permite o uso "em qualquer língua que eles mesmos compreendam". Por tal motivo, posteriores versões, como o LOC Elizabetano de 1559, foram produzidas em latim (principalmente para uso em universidades, onde o latim era sua língua comum), em galês (para uso no país de Gales), uma versão própria em escocês com influência do Arcebispo de Cantuária William Laud e até mesmo traduções em português (nesse caso tratando-se primeiro de traduções diretas do LOC de 1662 para uso de residentes ingleses no Brasil e, posteriormente, novas versões produzidas pelas Igrejas Anglicanas em solo brasileiro) (LIVRO DE ORAÇÃO COMUM – 1549, p. 15).

Mais do que disponibilizar um texto histórico, a edição procurou preservar um patrimônio litúrgico que influenciou profundamente não apenas o Anglicanismo, mas também inúmeras tradições protestantes e litúrgicas ao redor do mundo. É possível dizer que a tradução brasileira do Livro de Oração Comum de 1549 inaugura uma nova etapa na recepção da tradição anglicana em língua portuguesa, ampliando o acesso às suas fontes primárias e fortalecendo o diálogo entre pesquisa acadêmica, patrimônio histórico e prática litúrgica.

A partir da obra, é possível que novos estudos sejam feitos no meio acadêmico brasileiro, principalmente pelos pesquisadores no campo da Linguagem, ao passo que, anglicanos e cristãos em geral, poderão conhecer essa obra que é um verdadeiro tesouro da Igreja e do Cristianismo, independentemente de sua filiação eclesiástica. Do mesmo modo, é possível que, com o tempo, igrejas possam adotar esse livro como o padrão litúrgico da denominação.

LIVRO DE ORAÇÃO COMUM DE 1662

Entre todas as edições do Livro de Oração Comum, nenhuma exerceu influência tão duradoura quanto a do *LOC de 1662*. Publicada após a Restauração da Monarquia Inglesa, durante o reinado de Carlos II, essa revisão marcou o encerramento de um dos períodos mais turbulentos da história inglesa. Após a Guerra Civil, a execução de Carlos I, o governo republicano de Oliver Cromwell e a supressão da liturgia anglicana durante o período puritano, a restauração da Igreja da Inglaterra exigia um livro que reafirmasse sua identidade doutrinária, litúrgica e institucional. O resultado desse processo foi a edição de 1662, aprovada pelo Parlamento por meio do *Ato de Uniformidade*, tornando-se o texto oficial da Igreja da Inglaterra e, posteriormente, o principal padrão litúrgico de praticamente toda a Comunhão Anglicana.

Embora preservasse a estrutura fundamental estabelecida por Thomas Cranmer em 1549 e aperfeiçoada nas revisões posteriores, o *Livro de Oração Comum de 1662* incorporou pequenas revisões textuais, novas rubricas e maior precisão doutrinária, refletindo os debates teológicos do século XVII. A obra consolidou definitivamente a identidade do Anglicanismo clássico, equilibrando elementos da tradição católica ocidental com os princípios da Reforma Inglesa. Durante mais de três séculos, tornou-se o principal símbolo da unidade litúrgica anglicana e influenciou diretamente inúmeras igrejas nacionais, bem como diversas tradições protestantes de língua inglesa.

O estilo literário do *Livro de Oração Comum de 1662* tornou-se uma referência da língua inglesa clássica, influenciando escritores, poetas e pensadores britânicos. Expressões presentes em suas orações passaram a integrar o vocabulário cotidiano da cultura inglesa, enquanto sua estrutura teológica moldou gerações de clérigos e leigos. Mesmo em províncias anglicanas que posteriormente adotaram livros litúrgicos modernos, a edição de 1662 continuou sendo considerada a principal referência histórica e doutrinária do culto anglicano.

Apesar dessa importância internacional, durante muitos anos inexistiu uma tradução integral dessa edição para a língua portuguesa. A ausência de um texto completo limitava o acesso de estudiosos, seminaristas e comunidades anglicanas lusófonas ao principal

documento litúrgico da tradição anglicana clássica, obrigando pesquisadores a recorrerem ao texto inglês ou a traduções parciais.

Essa lacuna foi suprida em novembro de 2024, com a publicação da primeira tradução em português do *Livro de Oração Comum* de 1662. A obra foi publicada pela Editora Theophilus para servir como padrão litúrgico da Igreja Anglicana Reformada do Brasil (IARB), constituindo a primeira tradução histórica de um *Livro de Oração Comum* para a língua portuguesa, anterior à tradução da Editora Laud de 2026. O projeto representou um marco para o Anglicanismo brasileiro, inaugurando uma nova fase na disponibilidade das fontes litúrgicas clássicas em português.

A tradução foi realizada conjuntamente pelo Reverendo Nathan Castro e por Winicius Eduardo Miranda, procurando conservar a linguagem tradicional do texto histórico sem perder sua inteligibilidade para os leitores contemporâneos. Na elaboração da edição, os textos bíblicos foram extraídos da *Bíblia King James Fiel 1611*, publicada pela editora BV Books, buscando manter uma afinidade estilística entre a tradução bíblica e a linguagem clássica do *Livro de Oração Comum*. Essa opção editorial procurou preservar o caráter solene e histórico da obra, respeitando a tradição textual que caracteriza a edição de 1662.

A publicação recebeu, ainda em 2024, certificação oficial do Bispo Primaz da Igreja Anglicana Reformada do Brasil, Dom Diógenes Monteiro da Silva, conferindo-lhe reconhecimento institucional como livro litúrgico da denominação. A custódia da obra foi atribuída ao Reverendo Nathan Castro, responsável por sua preservação editorial, enquanto a edição foi dedicada ao Bispo Emérito Francisco Buzzo, cuja atuação foi decisiva para a implantação da Igreja Anglicana Reformada do Brasil. Dessa forma, além de seu valor litúrgico, a publicação assumiu também um significado histórico para a memória institucional da IARB.

A finalidade da tradução não consistiu apenas em disponibilizar um documento histórico, mas em oferecer um livro destinado ao uso efetivo das comunidades da Igreja Anglicana Reformada do Brasil. Diferentemente de edições voltadas exclusivamente à pesquisa acadêmica, a tradução foi concebida para integrar a vida litúrgica cotidiana da denominação, preservando a continuidade da tradição anglicana clássica em língua portuguesa.

> É com imensa alegria que apresentamos ao público brasileiro, o texto integral do Livro de Oração Comum de 1662: um trabalho laborioso, porém muito gratificante, que dará aos falantes da língua lusófona, o apoteótico LOC no vernáculo, trazendo luz sobre a teologia e prática do anglicanismo como estabelecido. Lembramos também, com louvor e ação de graças, o nome do reformador e mártir da fé anglicana, Thomas Cranmer. Apesar de muito subestimado foi o cérebro por trás da reforma inglesa. Ele deu à luz o Livro de Oração Comum de 1549 e 1552 e, portanto, merece ter seu nome entre os grandes heróis da fé. O Livro de Oração Comum (1662) é um dos textos litúrgicos mais amados da Igreja Cristã e continua sendo o padrão para a identidade anglicana hoje. Ainda é amplamente utilizado em todo o mundo, seja em adoração pública ou devoção privada, e também reverenciado por suas virtudes linguísticas, teológicas e poéticas. Esperamos que essa edição edifique o protestantismo brasileiro, principalmente as igrejas anglicanas em solo nacional, trazendo ordem e decência ao culto cristão (1Co. 14:40) (LIVRO DE ORAÇÃO COMUM – 1662, XIII).

Ao mesmo tempo, a publicação representa importante contribuição para os estudos anglicanos em português. Pela primeira vez, pesquisadores passaram a dispor de acesso integral ao texto que, durante mais de três séculos, serviu como norma litúrgica da Igreja da Inglaterra e inspirou praticamente todas as edições posteriores do *Livro de Oração Comum*. Isso permite uma compreensão mais precisa da evolução da teologia litúrgica anglicana, da espiritualidade clássica inglesa e das transformações ocorridas entre as diversas revisões do livro.

A edição do *LOC de 1662* inclui os ofícios diários, o calendário litúrgico, a santa comunhão, os sacramentos, os ofícios ocasionais e o *Ordinal*, e manteve a organização que caracterizou a obra desde sua publicação original. Essa fidelidade estrutural possibilita ao leitor lusófono compreender o desenvolvimento histórico da liturgia anglicana praticamente da mesma forma como foi recebida pelas sucessivas gerações da Igreja da Inglaterra. Algo que chama a atenção do *LOC de 1662* são as rubricas que ditam o ritmo do cerimonial, marcado por grande reverência e a prática constante da genuflexão para momentos de oração e devoção, como na Oração Matutina.

> ¶ Uma Confissão geral será dita por toda a congregação, com o Ministro, estando todos de joelhos [...]
> ¶ A Absolvição, ou Remissão dos pecados, a ser pronunciada apenas pelo Presbítero, este de pé, estando o povo ainda de joelhos [...]
> ¶ Se nenhum Presbítero estiver presente, a pessoa que celebra o serviço deverá ler a Coleta do Vigésimo Primeiro Domingo depois da Trindade, essa pessoa e as demais ainda ajoelhadas.
> ¶ Então o Ministro deve se ajoelhar e dizer a Oração do Senhor: o povo também se ajoelhando e repetindo-o com ele, tanto aqui como em qualquer outro lugar que seja usado no Serviço Divino (LIVRO DE ORAÇÃO COMUM – 1662, p. 4-5)

O LOC de 1662 é uma fonte clássica da tradição anglicana, marcada pelo texto no estilo literário do inglês moderno. Uma mudança nos ritos trazidos por esta edição do LOC é a *Cominação* (*Commination*), *ou Denúncia da Ira de Deus*, a qual substituía as penitências que eram feitas da Quarta-Feira de Cinzas em diante, para marcar o período da Quaresma. Após a *Oração Matutina* ou término da *Litania*, o presbítero subia ao púlpito e iniciava o texto, como consta:

> Irmãos, na igreja primitiva havia uma disciplina piedosa que, no início da Quaresma, aquelas pessoas que estivessem convictas de pecados notórios eram submetidas a uma penitência pública e punidas neste mundo, para que suas almas pudessem ser salvas no dia do Senhor e para que outros, advertidos por seu exemplo, se tornassem mais temerosos de ofender. Em vez disso, até que essa disciplina possa ser restaurada (o que é muito desejado), é considerado bom que neste momento (na presença de toda congregação) sejam lidas as sentenças gerais da maldição de Deus contra os pecadores impenitentes, extraídas do capítulo 27 de Deuteronômio e de outros lugares da Escritura, e respondais a cada sentença com 'Amém' – com a intenção de que, sendo advertidos sobre a grande indignação de Deus contra os pecadores, sejais movidos ao arrependimento sincero e verdadeiro e possais andar com mais cuidado nestes dias perigosos, fugindo desses vícios, pelos quais afirmastes com vossas próprias bocas que a maldição de Deus é merecida (LIVRO DE ORAÇÃO COMUM – 1662, p. 301)

Salmos clássicos do período quaresmal, como o Salmo 51 – *Miserere mei, Deus* – são recitados junto com as orações do povo e do ministro, pedindo que Deus perdoe os pecadores das suas iniquidades e não os destrua por sua ira. Nas palavras do ministro oficiante:

> Ó Senhor, imploramos-te que ouças com misericórdia nossas orações e poupe todos os que confessam seus pecados a ti, para que aqueles cujas consciências são acusadas pelo pecado possam ser absolvidos pela tua misericordiosa indulgência, por Cristo, nosso Senhor. Amém (LIVRO DE ORAÇÃO COMUM – 1662, p. 306).

Após as orações da *Cominação*, do povo e do ministro, este encerra a oração com a bênção sacerdotal. A *Cominação* é um dos últimos ritos do Ofício Diário do *LOC de 1662*. Seguido a ele, tem-se o *Saltério* e *Formas de Oração a Serem Usadas no Mar*. Fechando o LOC, tem-se o livro do *Ordinal*, com as ordenações diaconais, presbiterais e episcopais, e os *39 Artigos de Religião*, debatidos e redigidos pela Convocação de 1563, durante o reinado de Elizabeth I e sob a direção do Arcebispo de Cantuária Matthew Parker.

Uma mudança ocorrida nesta edição foi a adição nas últimas páginas do *LOC de 1662*, de um documento intitulado *Autoridades Doutrinais* da Igreja Anglicana Reformada do Brasil. Embora esta Declaração de Princípios não esteja no texto original, ela marcou a orientação confessional deste LOC, de modo que o próprio LOC se tornou um texto litúrgico ligado à denominação.

Sob essa perspectiva, a edição brasileira do *LOC de 1662* possui importância que ultrapassa os limites denominacionais da Igreja Anglicana Reformada do Brasil. Por tratar-se da primeira tradução histórica da edição mais conhecida do LOC, ela constitui um marco editorial para toda a bibliografia anglicana lusófona, oferecendo às igrejas, aos pesquisadores e aos estudiosos acesso direto ao texto que moldou a identidade litúrgica anglicana ao longo de mais de trezentos anos. Nas palavras da capa da edição em português, escrita pelo Bispo Primaz da IARB, Dom Diógenes Monteiro da Silva: "Que a presente obra seja recebida por todos os anglicanos em suas mais diversas expressões, e que o seu uso correto pelas igrejas locais traga os frutos que se esperam de uma adoração bíblica, cristocêntrica e missional".

LIVRO DE ORAÇÃO COMUM DE 1928

O *Livro de Oração Comum de 1928* ocupa um lugar singular na história da liturgia anglicana. Aprovado pela Igreja Episcopal dos Estados Unidos em sua Convenção Geral de 1928, ele representou a terceira grande revisão do livro de oração norte-americano, sucedendo a edição de 1892 e permanecendo como o principal padrão litúrgico daquela Igreja até a adoção do *LOC de 1979*. Embora preservasse a estrutura clássica herdada da tradição inglesa, a revisão de 1928 procurou aperfeiçoar alguns aspectos pastorais e litúrgicos, mantendo-se vinculada à espiritualidade do *LOC de 1662*.

Ao longo do século XX, o *Livro de Oração Comum de 1928* tornou-se uma das obras litúrgicas mais influentes do Anglicanismo clássico. Seu equilíbrio entre fidelidade à tradição e revisões pastorais fez com que permanecesse amplamente utilizado mesmo após sua substituição oficial na Igreja Episcopal dos Estados Unidos. Diversas igrejas do Movimento Anglicano Contínuo, surgido na década de 1970 em reação às mudanças doutrinárias e litúrgicas promovidas por algumas províncias da Comunhão Anglicana, adotaram a edição de 1928 como sua principal referência litúrgica. Dessa forma, a obra passou a ser considerada uma das expressões mais representativas do anglo-catolicismo tradicional contemporâneo.

Além de seu valor histórico, a edição de 1928 tornou-se conhecida pela riqueza de seu Ofício Diário, com as Orações Matutina e Vespertina, pela reverência da liturgia eucarística e pela linguagem solene que caracteriza a tradição clássica do Livro de Oração Comum. Mesmo após quase um século de sua publicação, continua sendo utilizada por numerosas jurisdições anglicanas tradicionais ao redor do mundo, constituindo uma importante referência para comunidades que desejam preservar a continuidade litúrgica anterior às reformas da segunda metade do século XX.

Apesar de sua ampla difusão internacional, o *Livro de Oração Comum de 1928* permaneceu inédito em língua portuguesa até 2026. Sua tradução representou, portanto, mais um passo no processo de disponibilização das principais fontes históricas do Anglicanismo para o público lusófono, iniciado com a publicação do *Livro de Oração Comum de 1662* e posteriormente ampliado pela edição de 1549. Em termos de

formatação e de tamanho, este é maior na quantidade de páginas que as traduções anteriores[29].

A edição brasileira foi produzida pela Editora Anglo-Católica, pertencente à Diocese Anglicana do Natal (TAC), em parceria com a Editora Laud. O projeto teve como objetivo oferecer uma tradução integral da obra, preservando sua estrutura litúrgica e tornando-a acessível tanto para o uso eclesiástico quanto para uso pessoal e pesquisa acadêmica. Ao mesmo tempo, a publicação passou a servir como padrão litúrgico oficial da Diocese Anglicana do Natal, consolidando sua importância para a Igreja Anglicana Tradicional.

A tradução foi realizada por Iury dos Santos, enquanto a diagramação, revisão e preparação para a publicação oficial ficaram sob a responsabilidade do Reverendo Rafael Vilaça, da Editora Laud. A coordenação geral do projeto coube ao Reverendo Melque Ambrósio, da Igreja Anglicana Tradicional no Brasil, que acompanhou todas as etapas da produção editorial. O resultado foi uma edição que procurou preservar a organização tradicional do texto original, mantendo a fidelidade às rubricas, às orações e à linguagem que fizeram do *LOC de 1928* uma referência da espiritualidade anglicana clássica.

A publicação da obra representou um importante momento de cooperação editorial para a preservação do patrimônio litúrgico anglicano em língua portuguesa. A parceria estabelecida entre a Editora Anglo-Católica da TAC e a Editora Laud possibilitou que uma das mais importantes edições históricas do Livro de Oração Comum passasse a integrar o acervo de traduções clássicas disponíveis para pesquisadores, seminaristas, clérigos e comunidades de língua portuguesa.

O reconhecimento institucional da tradução ocorreu primeiramente pelo Arcebispo da Igreja Anglicana Tradicional, Shane Janzen, que, em suas palavras de congratulações, expressou o seguinte: "Parabéns, um empreendimento monumental, essencial para a vida litúrgica da Igreja Anglicana Tradicional no Brasil. Que Deus abençoe esta obra e que o Seu Espírito use este Livro de Oração Comum para o crescimento da Igreja e a salvação das almas". Em setembro de 2026, a edição em português foi oficialmente apresentada, em Londres, aos bispos da TAC, pelo Reverendo Elias Alves, por ocasião de sua sagração episcopal, como bispo sufragâneo da TAC no Brasil.

[29] O *LOC de 1549* tem 530 páginas, o de *1662* tem 554 páginas e o de *1928* tem 700 páginas. A impressão não é feita em papel bíblia, o que aumenta o tamanho dos livros.

O *LOC de 1928*, diferente de outras edições, possui uma vasta coleção de tabelas no seu início, como o *Uso do Saltério e do Lecionário*, *Salmos e Leituras para o Ano Cristão*, o *Calendário*, *Tabelas e Regras para as Festas Móveis e Imóveis*, *Tabelas de Precedência* e *Tabelas para encontrar os Dias Santos*. Isso justifica também a razão dos Ofícios de Oração Matutina e Vespertina só iniciarem a partir da página 74. A ordem do Ofício Diário segue a mesma lógica dos Livros anteriores, porém, diferente do *LOC de 1662*, o ofício de Cominação foi substituído pelo *Ofício Penitencial para a Quarta-Feira de Cinzas*. No lugar da Denúncia dos Pecados, a liturgia começa com a recitação do Salmo 51 – *Miserere mei, Deus*.

Já na *Ordem para a Administração da Ceia do Senhor, Ou Santa Comunhão*, a ordem do cerimonial começa com a rubrica apontando a posição do altar e do celebrante, voltado *ad orientem* para iniciar o ofício.

> ¶ No momento da Comunhão, a Santa Mesa deverá ser coberta por uma toalha de linho branco e limpo, e o Presbítero, de pé e reverentemente diante da Santa Mesa, dirá a Oração do Senhor e a Coleta que se segue, o povo ajoelhado; mas a Oração do Senhor pode ser omitida a critério do Presbítero (LIVRO DE ORAÇÃO COMUM – 1928, p. 146).

A liturgia eucarística se inicia com a *Oração do Senhor*, seguida da *Coleta pela Pureza* ("Onipotente Deus, que vês todos os corações [...]") e do *Decálogo* ou do *Resumo da Lei* ("Amarás o Senhor teu Deus [...]"). Este último pode substituir o *Decálogo*, como prescreve a rubrica.

> ¶ Então o Presbítero, voltando-se para o Povo, repetirá distintamente os Dez Mandamentos; e o Povo, ainda ajoelhado, após cada Mandamento, pedirá a misericórdia de Deus por suas transgressões no tempo passado, e graça para guardar a lei no tempo vindouro.
> ¶ NOTA: ao repetir os Dez Mandamentos, o Presbítero pode omitir aquela parte do Mandamento que está entre colchetes. 147
> ¶ O Decálogo pode ser omitido, desde que seja dito ao menos num Domingo de cada mês. NOTA: sempre que for omitido, o Ministro dirá o Resumo da Lei, começando por: Ouvi o que diz o nosso Senhor Jesus Cristo. (LIVRO DE ORAÇÃO COMUM – 1928, p. 146-147).

A ordem da liturgia prossegue, segundo a rubrica, com a oração da *Coleta do Dia*, seguida da leitura da *Epístola*, podendo ser cantado um hino (o *Gradual* com a Antífona), e com todos em pé, o diácono ou o presbítero proclamará o *Evangelho*. A liturgia prossegue com a recitação do *Credo* (Niceno ou Apostólico), embora este possa ser omitido se tiver sido recitado na Oração Matutina diária. Pode ser dita a *Oração de Súplica*, ou outras Orações e intercessões. Após as orações e a coleta do ofertório do povo, o presbítero então colocará sobre o altar os dons do Pão e do Vinho. A *Oração Eucarística* se inicia com o prefácio e o *sursum corda*, seguida do *Sanctus* e dos *Prefácios Próprios*. A narrativa da Última Ceia se segue, com a *Oração de Consagração*.

> TODA a glória seja dada a vós, Deus Todo-Poderoso, nosso Pai celestial, porque vós, de vossa terna misericórdia, destes o vosso único Filho Jesus Cristo para sofrer a morte na Cruz por nossa redenção; o qual fez ali (por sua oblação única de si mesmo, uma vez oferecida) um sacrifício, oblação e completa satisfação, perfeito e suficiente pelos pecados de todo o mundo; e instituiu, e em seu santo Evangelho nos ordenou continuar, uma memória perpétua daquela sua preciosa morte e sacrifício, até a sua nova vinda: Pois na noite em que foi traído, (a) ele tomou o Pão; e tendo dado graças, (b) ele o partiu, e deu aos seus discípulos, dizendo: Tomai, comei, (c) isto é o meu Corpo, que é dado por vós; Fazei isto em memória de mim. Semelhantemente, após a ceia, (d) ele tomou o Cálice; e tendo dado graças, deu-o a eles, dizendo: Bebei vós todos disto; pois (e) isto é o meu Sangue do Novo Testamento, que é derramado por vós, e por muitos, para a remissão dos pecados; Fazei isto, todas as vezes que o beberdes, em memória de mim.
> (a) aqui o Sacerdote deve tomar a Patena em suas mãos.
> (b) E aqui partir o Pão.
> (c) E aqui impor as mãos sobre todo o Pão.
> (d) Aqui ele deve tomar o Cálice em suas mãos.
> (e) E aqui ele deve impor a mão sobre cada vaso, no qual haja algum Vinho a ser consagrado (LIVRO DE ORAÇÃO COMUM – 1928, p. 160).

No *LOC de 1928*, a Oração de Consagração traz uma novidade com as rubricas presentes dentro da Oração, orientando o presbítero como proceder com a Patena e o Cálice, e os gestos do cerimonial

durante a consagração. A Epiclese ocorre durante o momento da consagração, pelo ato de impor a mão sobre o Pão e o Vinho, inclusive se houver outros vasos contendo os Dons para a Comunhão.

Após a conclusão da *Oração Eucarística*, com a Doxologia, o presbítero prossegue com a *Oração de Humilde Acesso* ("Não presumimos vir à Vossa Mesa, ó Senhor Misericordioso [..]"), uma vez que a *Oração do Senhor* foi a primeira a ser recitada no início da Liturgia. Após a comunhão ser distribuída segundo o costume (primeiro entre o clero presente e depois entre o povo, de joelhos), segue-se a *Oração de Pós-Comunhão*, o *Gloria in Excelsis* ou outro hino, o presbítero (ou o bispo, se estiver presente) encerrará a celebração com seguinte a bênção que entrou para a história da tradição anglicana:

> A Paz de Deus, que excede todo o entendimento, guarde os vossos corações e mentes no conhecimento e amor de Deus, e de seu Filho Jesus Cristo nosso Senhor: E a Bênção de Deus Todo-Poderoso, o Pai, o Filho e o Espírito Santo, esteja entre vós e permaneça convosco para sempre. Amém (LIVRO DE ORAÇÃO COMUM – 1928, p. 164).

O *Livro de Oração Comum de 1928* ficou conhecido pelo aumento das rubricas, e por inserir novos ofícios, como o *Ofício de Instituição de Ministros em Paróquias ou Igrejas* ou a *Forma de Consagração de uma Igreja ou Capela*, por isso foi bem aceito pelos anglo-católicos e rejeitado pelos evangelicais. Mas a semelhança dos LOCs anteriores, a sua estrutura permaneceu, como a inserção dos *39 Artigos de Religião* ao final da obra.

ORDO, O APLICATIVO DO LIVRO DE ORAÇÃO COMUM

Em 12 de março de 2026, o Reverendo Douglas Araújo, da Rede Episcopal Brasileira, lançou um aplicativo chamado Ordo, desenvolvido para auxiliar anglicanos e outros cristãos que tenham interesse na prática do Ofício Divino (também conhecido entre os católico como Liturgia das Horas). O aplicativo oferece textos litúrgicos de diferentes Livros de Oração Comum, aliando o uso do LOC para a realização do Ofício Divino completo (Matinas, Medianas, Vésperas, Completas), de acordo com o calendário litúrgico, as leituras diárias, as

orações da tradição anglicana e um guia de formação espiritual, segundo a tradição anglicana de séculos.

Em 19 de janeiro de 2026, Douglas criou um grupo de Whatsapp para testar o novo aplicativo, para obter feedbacks e corrigir erros, para melhorar o desenvolvimento do aplicativo antes do seu lançamento. Com o lançamento em março de 2026, o aplicativo logo se disseminou entre grupos anglicanos e episcopais e o uso foi se tornando parte da rotina de muitos fiéis brasileiros. Em 18 de março, mais de mil usuários já estavam cadastrados na plataforma. Em um mês, já haviam sido feitos mais de cinco mil ofícios completos. Do mesmo modo, o aplicativo ganhou adeptos entre anglicanos e episcopais no mundo.

O fato é, que no mundo anglicano, não existe iniciativa semelhante. Nem mesmo os aplicativos da Igreja Episcopal ou da Igreja da Inglaterra, chegaram perto da funcionalidade e alcance que o Ordo se propôs a fazer.

Até então, o Ordo tem disponibilizado os seguintes Livros de Oração Comum em português, pela ordem de inserção: *LOC de 2015*, padrão atual da IEAB; *LOC Brasileiro de 2008*, adotado pela Diocese do Recife quando estava sob a autoridade primacial da Igreja Anglicana do Cone Sul da América; *LOC de 1987*, versão anterior da IEAB, atualmente usado pela Igreja Episcopal Carismática do Brasil (IECB); *LOC de 1662 – Edição Brasileira*, da Igreja Anglicana Reformada do Brasil (IARB), *LOC de 2021*, usado atualmente pela Igreja Anglicana no Brasil (IAB); *LOC de 1928*, traduzido pela Igreja Anglicana Tradicional no Brasil (TAC); *LOC de 1991*, usado pela Igreja Lusitana. O aplicativo ainda conta, em sua Versão Premium (paga), com a tradução para o português do *LOC de 1549*, traduzido e publicado pela Editora Laud; a versão em português do *LOC de 2019* da Igreja Anglicana da América do Norte (ACNA); e a tradução do *LOC Proposto de 2025*, uma liturgia ortodoxa de Rito Ocidental de um grupo de anglicanos que se tornaram ortodoxos através do vicariato antioquino nos EUA (uma espécie de Ordinariato para ortodoxos que desejavam manter a liturgia anglicana). Ambos os LOCs foram traduzidos pelo Reverendo Douglas.

Disponível em inglês tem o *LOC de 2019* da Igreja Anglicana da América do Norte (ACNA); o *LOC de 1979* da Igreja Episcopal dos Estados Unidos; o *LOC de 1662* da Igreja da Inglaterra; o *Divine Worship – Daily Office de 2021*, a liturgia utilizada pelos Ordinariatos Pessoais da

Igreja Católica (que preservam o Patrimônio Anglicano); o *Common Worship de 2005*, com liturgias complementares e alternativas ao LOC padrão da Igreja da Inglaterra; o *LOC de 1928*, da Igreja Episcopal dos Estados Unidos; o *LOC de 2005*, da Igreja Episcopal Reformada (REC); o *LOC de 1984*, da Igreja do País de Gales; os LOCs da Igreja Anglicana da Austrália, de *1978* e *1995*; e a edição em inglês do *Livro Proposto de 2025*, com a liturgia ortodoxa de Rito Ocidental. Em espanhol, tem-se o *LOC de 2019* da Igreja Anglicana da América do Norte; o *LOC de 1979* da Igreja Episcopal dos Estados Unidos; e o *LOC de 1984* em Cymraeg, nome do idioma galês, uma língua celta falada principalmente no País de Gales.

Sobre as Bíblias e Saltérios, o Ordo também conta com dezessete versões da Bíblia em português brasileiro[30], cinco em português lusitano[31], nove em inglês[32] e duas em espanhol[33]. Com o tempo, a tendência é que o aplicativo reúna todos os LOCs, de diferentes épocas, e de diferentes Igrejas, de dentro e de fora da Comunhão Anglicana, junto com diferentes versões da Bíblia em várias línguas. Em outubro de 2026, ocorreu o lançamento do Ofício Diário e Lecionário da Rede Episcopal Brasileira, publicado pelo Reverendo Dougas. E em 2027, está previsto o lançamento do LOC da REB, sendo mais um livro de oração que constará no aplicativo.

Os dados de utilização do aplicativo Ordo permitem observar, de maneira bastante concreta, a presença contemporânea do Livro de Oração Comum no ambiente digital e, particularmente, a expansão de seu uso entre comunidades de língua portuguesa. Até o fechamento da

[30] NVI — Nova Versão Internacional; NVT — Nova Versão Transformadora; NAA — Nova Almeida Atualizada; ARA — Almeida Revista e Atualizada; ACF — Almeida Corrigida Fiel; NTLH — Nova Tradução na Linguagem de Hoje; ARC — Almeida Revista e Corrigida; KJA — King James Atualizada; AS21 — Almeida Século XXI; JFAA — João Ferreira de Almeida Atualizada; KJF — King James Fiel; NBV — Nova Bíblia Viva; TB — Tradução Brasileira; BAM — Bíblia Ave Maria; BEP — Bíblia Edição Pastoral; BJRD — Bíblia de Jerusalém; e CNBB — Bíblia CNBB.

[31] BPT — Bíblia Para Todos; ARC-PT — Almeida Revista e Corrigida, Portugal; OL — O Livro; DIF — Bíblia dos Capuchinhos; e ALM1911 — Almeida 1911.

[32] ESV — English Standard Version; NIV — New International Version; KJV — King James Version; KJVA — King James Version with Apocrypha; NLT — New Living Translation; NASB — New American Standard Bible; NRSVue — New Revised Standard Version Updated Edition; WEBBE — World English Bible British Edition; e NKJV — New King James Version.

[33] RV1909 — Reina-Valera 1909 e SAGES — Sagradas Escrituras, 1569.

edição desse livro, o aplicativo registrou 1.396 usuários cadastrados, dos quais 661 já concluíram ao menos um ofício. O universo efetivo de utilização é ainda maior, estimado em aproximadamente 2.500 pessoas, uma vez que parte dos usuários opta por utilizar a plataforma sem realizar cadastro ou iniciar sessão. Trata-se, desse modo, de uma amostra significativa do uso cotidiano das liturgias do Livro de Oração Comum e de suas diferentes traduções e revisões.

A distribuição linguística dos perfis mostrou a predominância do português brasileiro. Dos usuários cadastrados, 1.214 possuem o português do Brasil (pt-BR) como idioma de perfil, enquanto 171 utilizam o inglês, nove o espanhol e dois o português lusitano (pt-PT). A concentração do português brasileiro é expressiva e corresponde a aproximadamente 87% dos perfis cadastrados. Essa predominância encontrou correspondência na distribuição geográfica estimada pelo fuso horário: entre 1.345 usuários cuja localização pôde ser associada de maneira unívoca, 1.177 foram vinculados ao Brasil. Os Estados Unidos aparecem em seguida, com 117 usuários, enquanto Austrália e Portugal registram dez usuários cada. Irlanda, Índia, Argentina, Canadá, Chile, Espanha, Malta, Filipinas e outros países também aparecem, em números menores. Ainda encontrou-se 51 usuários classificados como pertencentes a localizações ambíguas ou não determinadas. Como a identificação geográfica foi estimada pelo *timezone*, esses números devem ser compreendidos como uma aproximação do local de utilização e não como uma declaração formal de residência.

O perfil dos usuários também revelou uma utilização que ultrapassa a simples consulta. O aplicativo registrou 15.147 conclusões de ofícios, realizadas por 661 usuários distintos. A distribuição dessas celebrações demonstrou uma utilização recorrente da oração diária: foram registradas 5.671 celebrações ou ofícios da manhã, 3.193 da noite, 2.927 da tarde e 2.804 do meio-dia, além de 541 registros adicionais classificados como noite na base apresentada. Do mesmo modo, no final de setembro foi adicionada a opção de incluir cânticos ou um fundo musical para quem estiver realizando seu devocional, possa entrar em espírito de oração através da música. Dentre as opções, estão cânticos ao estilo Tudor, corais, instrumentais com órgão e outras opções de cânticos litúrgicos. A experiência do uso do Livro de Oração Comum através do Ordo vai além de um instrumento de prática

devocional regular, e adentra num campo completo da *Lectio Divina,* com a Leitura, Meditação, Oração e Contemplação do fiel.

A distribuição das traduções e edições do Livro de Oração Comum utilizadas no aplicativo é igualmente reveladora. Considerando a preferência atual dos usuários, o *LOC de 2015* ocupa posição amplamente predominante, com 752 usuários, seguido pelo *LOC de 1662*, com 135; pelo *LOC de 1987*, com 99; pelo *LOCb de 2008*, com 94; e pelo *LOC de 2021*, com 89. Entre as versões em inglês, aparecem o *LOC de 2019*, com 57 usuários, e o *LOC de 1979*, com 39. Também são registrados usuários das versões *Divine Worship – Daily Office de 2021*, *LOC de 2019* em português e *LOC de 1662* em inglês, entre outras. A diversidade das escolhas mostra que o aplicativo não funciona a partir de uma única concepção litúrgica, mas reúne diferentes momentos da tradição litúrgica anglicana, permitindo que usuários de orientações distintas recorram a diferentes edições do Livro de Oração Comum.

Quando se abandona o critério de preferência atual e se considera efetivamente o número de ofícios concluídos, a predominância do *LOC de 2015* torna-se ainda mais evidente: são 8.317 ofícios realizados nessa versão. Em segundo lugar aparece o *LOCb de 2008*, com 3.018 conclusões, seguido pelo *LOC de 2019*, com 2.259. O *LOC de 2021* registra 390 ofícios; o *LOC de 1987*, 357; e o *LOC de 1662*, 322. As versões em inglês registram 266 conclusões para o *LOC de 2019* e 69 para o *LOC de 1979*. Particularmente significativo para a história da tradução portuguesa do Livro de Oração Comum é o registro de 40 ofícios realizados com a tradução brasileira do *LOC de 1928* e 23 com a tradução brasileira do *LOC de 1549*. Embora numericamente modestos diante das edições contemporâneas, esses registros demonstram que textos históricos da tradição litúrgica inglesa também encontram usuários no ambiente digital.

A presença do *LOC de 1549* e do *LOC de 1928* em português merece atenção especial porque indica que a digitalização pode favorecer não apenas a difusão das formas litúrgicas contemporâneas, mas também a recuperação de estratos históricos da tradição anglicana. O fato de usuários terem efetivamente concluído ofícios utilizando essas versões demonstra que o interesse pelo Livro de Oração Comum não se limita à edição litúrgica vigente em determinada comunidade. O aplicativo permite que diferentes momentos da tradição sejam colocados em contato com a prática devocional contemporânea,

transformando textos que poderiam permanecer restritos ao campo da pesquisa histórica em instrumentos efetivos de oração.

Os dados relativos às traduções bíblicas utilizadas reforçam a predominância do público brasileiro. A NVI aparece como a versão mais escolhida, com 687 usuários, seguida pela NAA, com 118; ARA, com 113; ESV, com 72; NVT, com 64; BJRD, com 43; NRSVUE, com 39; e ACF, com 34. A presença simultânea de versões brasileiras e anglófonas acompanha a diversidade de usuários e de tradições litúrgicas presentes no aplicativo. A predominância da NVI, contudo, mantém o conjunto dos dados fortemente relacionado ao universo cristão brasileiro de língua portuguesa.

Outro dado relevante é a existência de 24 administradores e 78 usuários com assinatura *premium* ativa no momento da consulta. Embora esses números não permitam determinar, por si mesmos, o perfil socioeconômico dos usuários nem estabelecer uma relação direta entre assinatura e frequência de oração, eles demonstram a existência de uma parcela da comunidade disposta a utilizar recursos ampliados da plataforma. O conjunto formado por usuários cadastrados, usuários sem login, administradores e assinantes indica que o alcance do Ordo não pode ser reduzido ao número de contas formalmente registradas.

Considerados em conjunto, os números apresentam um retrato significativo da utilização digital do Livro de Oração Comum. O Brasil constitui o principal núcleo geográfico estimado de usuários, o português brasileiro é o idioma largamente predominante e o *LOC de 2015* concentra tanto a preferência atual quanto o número de ofícios efetivamente concluídos. Ao mesmo tempo, a presença de versões como o *LOC de 1549*, *LOC de 1662* e o *LOC de 1928* revela uma continuidade entre a prática litúrgica contemporânea e a memória histórica do Anglicanismo. O Livro de Oração Comum aparece, nesse ambiente, não somente como patrimônio documental da Reforma Inglesa ou como referência para a identidade anglicana, mas como texto efetivamente utilizado para a oração cotidiana.

Os 15.147 ofícios concluídos constituem, nesse sentido, o dado mais expressivo. Eles demonstram que a tradição da oração diária, uma das características mais marcantes da espiritualidade anglicana, encontrou no ambiente digital uma nova forma de continuidade. O aplicativo Ordo oferece uma estrutura tecnológica para uma prática que, desde a formação do Livro de Oração Comum, esteve ligada à

ordenação do tempo segundo a oração da Igreja. A experiência digital não elimina essa dimensão tradicional; antes, fornece um novo meio para que ela seja praticada, inclusive por usuários que recorrem a diferentes edições históricas e contemporâneas do Livro de Oração Comum.

A disseminação digital, contudo, não diminui a importância da comunidade reunida. O Livro de Oração Comum nasceu como instrumento de oração da Igreja e continua sendo um livro de culto comunitário. O aplicativo não substitui a paróquia, o sacerdote, o altar ou a assembleia, mas oferece uma possibilidade complementar de acesso à tradição e de manutenção da disciplina de oração. Sua contribuição encontra-se justamente na capacidade de aproximar o fiel da linguagem e da estrutura dos ofícios, preparando também o terreno para uma participação mais consciente na liturgia comunitária.

Nesse sentido, traduzir os Livros de Oração Comum antigos e disseminar seus ofícios por meios contemporâneos constituem duas dimensões de uma mesma tarefa: transmitir a tradição. A publicação do *Livro de Oração Comum* de 1928 completou um ciclo editorial iniciado com a tradução da edição de 1662 e ampliado pela publicação do livro de 1549. Pela primeira vez, leitores de língua portuguesa passaram a dispor das três principais edições históricas, possibilitando uma compreensão mais ampla da evolução da liturgia anglicana desde a Reforma Inglesa até as revisões do século XX.

A tradução impressa torna acessível o patrimônio recebido e a disponibilidade do texto no aplicativo torna possível sua circulação e disseminação entre o público brasileiro. Porém, mais importante ainda é a prática litúrgica, que dá vida a esse patrimônio espiritual pela oração.

O desafio contemporâneo do Anglicanismo não consiste apenas em conservar seus textos históricos – sejam eles teológicos ou litúrgicos –, mas em permitir que eles continuem sendo lidos, cantados ou rezados. Iniciativas como o Ordo mostram que textos litúrgicos antigos, como o Livro de Oração Comum podem atravessar séculos, idiomas e se adaptarem à evolução da tecnologia – em 1549, era o livro impresso, hoje é a presença do mesmo texto em smartphones e tablets –, sem perder sua característica fundamental: ser, antes de tudo, um livro destinado a colocar a Igreja em oração, através da oração do povo.

Referências

ARAÚJO, Douglas. **Ordo — panorama de LOCs, Bíblias, saltérios e API.** Documento criado em 25 de ago. de 2026.

LIVRO DE ORAÇÃO COMUM – 1549. Traduzido por: Iury Santos. Recife: Laud, 2026.

LIVRO DE ORAÇÃO COMUM – 1662. Traduzido por: Rev. Nathan Castro e Winicius Eduardo Miranda. São Luis: Editora Theophilus, 2024.

LIVRO DE ORAÇÃO COMUM – 1928. Traduzido por: Iury Santos. Natal: Editora Anglo-Católica; Recife: Laud, 2026.

CRÔNICAS DO CEMITÉRIO DOS INGLESES

Pelo Rev. Rafael Vilaça

INTRODUÇÃO

Poucos lugares do Recife conseguem reunir, em tão pequeno espaço, tantas camadas da história com uma alma pernambucana quanto o Cemitério dos Ingleses. Fundado no ano de 1814, no bairro de Santo Amaro das Salinas, o Cemitério dos Ingleses do Recife (ou simplesmente *The British Cemetery*) nasceu em meio à crescente presença britânica na cidade do Recife, favorecida pela abertura dos portos e pelos tratados comerciais entre Portugal e Inglaterra.

O terreno foi destinado originalmente ao sepultamento dos súditos britânicos, muitos deles anglicanos, que não encontravam espaço nos cemitérios vinculados à Igreja Católica. Com o passar do tempo, entretanto, o cemitério deixou de ser exclusivamente inglês: recebeu pessoas de diferentes nacionalidades e confissões religiosas e tornou-se uma espécie de arquivo a céu aberto da presença estrangeira, comercial e cultural no Recife dos séculos XIX e XX.

Entre suas sepulturas, a mais famosa é a do General José Inácio de Abreu e Lima. Filho do Padre Roma — José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, um dos grandes líderes da Revolução Pernambucana de 1817. O Abreu e Lima *filho* teve uma trajetória igualmente marcada pelas lutas políticas e pela defesa das ideias de liberdade. Ainda jovem, testemunhou a execução do próprio pai, fuzilado na Bahia em 29 de março de 1817 após ser enviado pelos revolucionários pernambucanos em busca de apoio para a insurreição[34].

A história de sua sepultura é particularmente significativa. Em 1869, quando Abreu e Lima morreu no Recife, seu sepultamento no Cemitério de Santo Amaro foi recusado em meio às controvérsias envolvendo suas posições religiosas, sua ligação com a Maçonaria e o conflito com setores da Igreja Católica. O Cemitério dos Ingleses tornou-se então seu lugar de repouso. Mas Abreu e Lima não está sozinho nessa memória urbana.

[34] Há, nesse contexto, uma dessas ironias extraordinárias que a história parece guardar de propósito. O homem que hoje repousa no Cemitério dos Ingleses era filho de um sacerdote católico que morreu como mártir da Revolução de 1817 e foi companheiro de jornada de homens como Antônio Gonçalves da Cruz, o Cruz Cabugá, enviado pelos revolucionários aos Estados Unidos para buscar armas, apoio diplomático e combatentes estrangeiros para a causa republicana.

Caminhar pelo Cemitério dos Ingleses é encontrar os vestígios de famílias que participaram diretamente da transformação econômica e urbana do Recife. Ali repousam gerações ligadas à comunidade britânica e às empresas que marcaram a modernização de Pernambuco, incluindo famílias relacionadas ao comércio, às ferrovias, às companhias de gás e eletricidade, aos bondes, às telecomunicações, aos bancos e à indústria açucareira. A própria documentação histórica registra a presença de empresas como a *Western Telegraph Company*, *Pernambuco Tramways*, *Great Western of Brazil Railway*, *Bank of London and South America*, *Royal Bank of Canada*, além de firmas ligadas à exportação de açúcar e algodão.

Entre os nomes familiares que aparecem nesse universo estão os Gibson, Cox, Patterson e Perman (cujos parentes de uma colega do curso de Direito descansam em paz). Quanto mais antigas, as lápides recontam as histórias desses homens e mulheres que chegaram ao Recife vindos de outras terras, que trabalharam, constituíram famílias, participaram da vida econômica da cidade e foram sepultados próximos ao mar. E foram junto ao mar que estabeleceram suas famílias e parte das tradições que são recontadas em várias obras locais[35].

O Cemitério dos Ingleses também ficou conhecido nos anos seguintes por causa de frases icônicas escrita nas suas paredes. Em 1987, quem passava de ônibus, de carro ou a pé pela Avenida Cruz Cabugá, sempre parava para ler – no mínimo pela curiosidade as frases "Ensina-se português, às almas do Cemitério dos Ingleses – Ensina-se inglês às almas de outros cemitérios". A intervenção urbana intitulada "Intercâmbio das Almas", foi realizada naquele ano pelos artistas visuais Paulo Bruscky e Daniel Santiago.

Por muitas décadas o espaço esteve abandonado, sendo gradualmente degradado pelo processo dicotômico de expansão imobiliária, mas de gentrificação dos espaços públicos a exemplo de praças, mercados e até mesmo as ruas e calçadas. Resultado, ironicamente até hoje o Cemitério é uma ilha isolada no Centro, que não possui, inclusive, espaço para o estacionamento de carros ao redor.

[35] Os relatos sobre a presença, os personagens e as práticas inglesas em terras pernambucanas podem ser encontrados nas obras *Ingleses em Pernambuco* (1972), de José Antonio Gonsalves de Mello; *Esses Ingleses* (1997), de Rostand Paraíso; e *Anglicanismo* (2017), de Cristiany Morais de Queiroz.

A RETOMADA DAS CELEBRAÇÕES

Desde novembro de 2021, havíamos retomado as celebrações e atividades na Paróquia da Ascensão, localizada no bairro da Várzea. No outro lado da cidade, construímos entre 2021 e 2024 uma das mais influentes comunidades anglo-católicas que o Anglicanismo brasileiro já viu surgir. Alguns diziam que éramos excêntricos, e a resposta é CLARO! O Anglo-Catolicismo é excêntrico, porque trabalha a Beleza da Liturgia, da Oração, da Santidade. Com o perdão dos meus exageros pessoais, pecados de vaidade e tudo o que já fomos taxados (o que para mim em boa parte eram elogios por parte dos críticos, ou como diria um amigo-reverendo, as *prosopopeias*), fizemos um trabalho missionário robusto e que conseguiu alcançar desde o público universitário até a população de baixa renda e escolaridade da Comunidade Beira Rio (o povo mais fiel, em todos os sentidos, que eu já conheci).

Já estávamos consolidados como Paróquia na Várzea e eu já contava com três anos de ministério ordenado. Em novembro de 2023, após entrar em contato com a administração do Cemitério dos Ingleses – *seu* Ângelo e *seu* Esmeraldo –, consegui um feito que vinte anos não acontecia: Uma missa anglicana no Cemitério dos Ingleses. Essa celebração quebrou um *hiatus* de mais de duas décadas, com a presença novamente de anglicanos celebrando numa capela originalmente anglicana (porque há anos quem celebrava a Missa de Finados era um padre católico romano).

Organizamos a nossa Equipe da Ascensão, divulgamos a celebração entre as famílias associadas da necrópole que tinham parentes sepultados há anos, décadas ou até mesmo mais de um século. À época, a equipe era formada junto comigo, com os Reverendos Bruno e Leôncio, junto com os jovens Nilson e Rayanne. A missa foi uma bênção (se fosse uma visão empresarial, um sucesso), porque contou com mais de sessenta pessoas numa capela que cabe cinquenta.

Celebramos usando o preto como cor litúrgica, segundo a tradição anglo-católica. E naquele dia, resolvi fazer algo que não se via ali há décadas. Após a missa, percorri, em procissão, com a cruz processional sempre a frente, abençoando os túmulos e aspergindo água benta, enquanto caminhávamos, cantávamos e seguíamos a ladainha. Parece pouca coisa, mas isso era literalmente histórico.

O tempo litúrgico se passou. Seguimos nossa rotina na Várzea com duas missas na semana, visitas à Comunidade Beira Rio, oração e reuniões aos sábados (uma vida de uma catedral para uma pequena paróquia da periferia). Até que chegou o dia da festa da Paróquia. Naquela manhã de quinta-feira, Festa da Ascensão do Senhor, enquanto estava no intervalo das aulas da faculdade, recebi uma ligação que marcaria uma nova etapa em minha caminhada ministerial. Do outro lado da linha estava Ângelo, administrador do Cemitério dos Ingleses do Recife, trazendo um convite que eu jamais esperava receber.

Depois da celebração de Finados, em 2023, havia surgido a possibilidade de retomar, de maneira regular, as celebrações litúrgicas na antiga capela daquele que é considerado o primeiro cemitério do Recife. O convite me surpreendeu e, ao mesmo tempo, despertou em mim que tínhamos uma oportunidade histórica. Algo que depois, ouvi da boca de um bispo, que nem mesmo ele conseguiu esse feito, mesmo tentando algumas vezes.

Assim, na manhã de 2 de junho de 2024, foram retomadas as missas na Capela do Cemitério dos Ingleses, dando início a uma nova comunidade anglicana: a Capela Anglicana Nossa Senhora de Walsingham. Naquela ocasião, eu e o Reverendo Bruno fomos instalados como os novos capelães, retomando a tradição dos capelães anglicanos no Cemitério dos Ingleses do Recife depois de um hiato de mais de vinte anos[36].

A Capela foi equipada com parte dos materiais da Paróquia da Ascensão – bancos, paramentos do altar e até mesmo um púlpito e um órgão que colocamos para acompanhar as missas. Em dias de solenidade, colocávamos os dois estandartes entre a porta principal – do lado esquerdo, Nossa Senhora de Walsingham, do direito, Cristo Rei do Universo. O nome dado à comunidade, inicialmente foi o de Capela *Nossa Senhora de Walsingham*, porém, diante da dificuldade em pronunciar o nome inglês, rebatizamos de *Santa Maria, Mãe de Deus*.

[36] Os Capelães do Cemitério dos Ingleses do Recife, pela ordem histórica, foram os reverendos John Penny (1º capelão britânico); Charles A. Austin (o "Padre Inglês"); Benjamin F. Tuckniss; Midgley; William Ding; W. E. Macray; F. M. Lane; George W. Baile; J. Meredith Bate; Archibald Nicol; H. J. Dobb; Eric C. Wilcokson; J. Gould; D. N. Jackson; Theodore Hina; Cecil R. Burton; R. F. Pearce; John Ellesworth; Denis Pape; Alfredo Rocha da Fonseca (1º capelão brasileiro); Paulo Roberto Medeiros; John Said (1º capelão estadunidense); Philip Getchell; Paulo Ruiz Garcia; e, por fim, Anderson Bruno Costa e Rafael Vilaça Epifani Costa.

Vários vídeos foram feitos para divulgar a reabertura da Capela e as suas celebrações, que eram realizadas aos domingos pela manhã.No final de junho, recebemos uma visita querida de alguns casais como Zenaide e Andrade (um dos primeiros a participar das missas na época da Paróquia da Ascensão) Neuzinha e Mangoni (um casal querido da Paróquia da Ascensão de Porto Alegre) e Dona Graça (irmã do Bispo Maurício de Brasília, uma importante professora da UFPE e uma entusiasta do jeito como nós celebrávamos na antiga paróquia).

No Domingo, 18 de agosto de 2024, recebemos a primeira Visita Episcopal do Bispo Diocesano, João Câncio Peixoto. Na celebração, Rayanne Nascimento, membro da equipe desde a Ascensão, foi instituída ao Ministério Leigo na Capela.

No mês de setembro a Paróquia da Ascensão e a Capela receberam simultaneamente a III Festa de Nossa Senhora de Walsingham. Na ocasião foi adquirida uma imagem da Virgem Maria que foi esculpida por um artista do interior de Pernambuco: Manoel, Mestre Santeiro da cidade de Ibimirim. A história dessa imagem tem algumas particularidades. A primeira, é que ela foi originalmente encomendada por um grande amigo, Rafael Mendes, então Bispo da Diocese Anglo-Católica de Minas Gerais. O valor do frete impediu o transporte e a imagem ficou literalmente parada. No mês de julho, aconteceu no Recife a Fenearte e certa noite recebi uma mensagem de Arthur HS (o maior articulador entre a nova geração de anglicanos e episcopais brasileiros): "Parece aquela santa que tu vive postando". Imediatamente eu respondi: "Não parece, é!".

A imagem era inconfundível. A Virgem sentada em um trono, com o Menino em seus braços. Ele segurando os Evangelhos, ela segurando o lírio. Ele abençoando com uma mão, ela apontando para ele com a outra. A segunda particularidade da imagem é que ela originalmente era em madeira, mas havia sido pintada com motivos florais que mais lembravam o estilo colonial. Os rostos tinham feições portuguesas e seus olhos eram indígenas. Era uma imagem tipicamente brasileira de Nossa Senhora de Walsingham, única não só no Brasil, mas no mundo. Mas melhor parte era que, na feira ela estava sendo vendida como Sant'Ana – talvez para vender logo, até por que, quem compraria uma santa com aquele nome estranho? Só um padre inglês. No fim das contas – sendo vendida como Sant'Ana ou Santa Maria –, ela veio parar nas minhas mãos.

A abertura da Festa de Nossa Senhora de Walsingham aconteceu na Paróquia da Ascensão na sexta-feira, com uma tarde de oração que contou com a participação de um leigo católico palestrando sobre temas marianos, louvores e a participação do povo. O encerramento ocorreu no Domingo pela manhã, com uma missa na Capela e a entronização da imagem, que passou a ficar disposta em um púlpito ao lado do altar. Na ocasião, foram tiradas fotos e feito um vídeo sobre a história da Capela por Fernando Souza[37], um grande amigo e cientista da religião, que hoje é ortodoxo e reside na Europa. Apesar da distância, sempre teve admiração pelo nosso trabalho.

No início do mês de novembro, a Capela recebeu a sua segunda Missa de Finados com a Liturgia tradicional anglicana. O local ficou pequeno com a presença de famílias dos parentes ali sepultados. Ao longo da manhã, fiquei paramentado com a batina, recebendo algumas pessoas que visitavam o local, e conversavam comigo para conhecer melhor a Igreja e a própria história do Cemitério.

No mês de novembro, como de costume entre as Igrejas cristãs, foi realizada uma programação musical, organizada por Nilson. Os concertos, realizados aos sábados pela tarde, contaram com obras clássicas e contemporâneas, com a participação do Grupo Vocal Neriah e o Quarteto de Vozes Amigos, da Igreja Batista da Capunga.

Durante o 2° Domingo do Advento, em dezembro, recebemos outra visita do Bispo Peixoto, que celebrou conosco seguindo a tradição anglicana do uso do azul nesta quadra litúrgica. Como também de costume, no 3° Domingo do Advento usamos o róseo como cor litúrgica, seguindo o calendário de celebrações até a Missa de Natal, que no caso da Capela, foi realizada pela manhã do dia 25 (domingo), devido às limitações de acesso e segurança do local.

No início de 2025, a Capela recebeu um evento que marcou o local, o lançamento do meu livro *História do Anglicanismo no Nordeste e a Diocese Anglicana do Recife* (2022). O evento recebeu amigos pessoais e pessoas de várias outras Igrejas, incluindo Arthur HS e o Reverendo Marcondes Soares da Igreja Episcopal Carismática do Brasil. Sobre a presença deste último, há um *causo* a se contar. Após a celebração e o lançamento do livro, ele e Arthur tiraram uma foto ao lado da imagem de Nossa Senhora de Walsingham, registro esse que deu origem a um

[37] A foto pode ser conferida na capa da obra *Anglo-Catolicismo – Da Inglaterra ao Brasil* (2026), publicada pelo presente autor.

meme com Marcondes e a legenda *Sou Evangélico*, que circula até hoje nas redes sociais. Neste dia eu percebi que era possível haver uma ponte e um ponto de restauração da unidade quebrada no início dos anos 2000 no Anglicanismo recifense. Este dia é um dos momentos mais bonitos que vivi enquanto estive na IEAB. Vi que, antes de tudo, somos irmãos (separados talvez), mas parte de uma mesma tradição e história comuns.

Por falar em Carismático, durante o início do ano, em algum domingo da Quaresma que não lembro mais, aconteceu um episódio que foi testemunhado, de modo especial por duas mulheres, Rayanne Nascimento e Daniella Marques. Após a comunhão, durante o início da oração do Livro de Oração Comum, senti uma forte emoção que me fez dobrar sobre o púlpito, e de modo que ao mesmo tempo eu estava consciente do que acontecia. Logo comecei a chorar, louvando e a engrandecendo o nome de Jesus, de forma repetida. Em 2017 eu havia tido uma experiência semelhante, durante uma peregrinação à cidade de Assis, quando tive a mesma sensação de ser tomado por uma "força tremenda" que me "envolveu" após a comunhão. À época, eu não era ordenado. Oito anos depois, o mesmo fenômeno voltou a acontecer, agora comigo no altar.

No mesmo momento as meninas se perguntaram se eu estava bem. Após me recuperar, eu sabia que aquilo era um sinal de que eu havia passado por uma experiência carismática genuína. Não era emoção, sentimentalismo ou nada do que se fala. Seja na Liturgia, nos Sacramentos e na sua Beleza, Deus verdadeiramente se manifesta.

BELEZA DA SANTIDADE

Para mim as celebrações mais bonitas são as da Semana Santa. Não irei falar da forma como nós celebramos na Capela, porque para isso o último capítulo da obra *Temas de Anglicanismo – Volume 1*, mostra como eram as celebrações na Paróquia da Ascensão.

Foi na Semana Santa que fizemos algo totalmente diferente. Diante da impossibilidade de celebrarmos à noite no Cemitério (algo meio tétrico e ao mesmo tempo perigoso), resolvemos fazer a Grande Vigília Pascal na beira do Rio Capibaribe, no Parque das Graças. Este verdadeiro laboratório litúrgico (embora feito de forma quase que improvisada), não foi menos solene e não deixou a desejar a qualquer

catedral anglicana (romana ou ortodoxa). Só Deus sabe como, mas no meu carro coube um púlpito de ferro, dois castiçais, uma cruz processional, um suporte para o círio pascal e outro suporte para o que seria um pequeno tacho para acender o Fogo Novo. E assim foi feito, em uma área frequentada pelos moradores locais, comigo paramentado de túnica, cíngulo e estola e um violão.

Estiveram presentes amigos como André Amorim (hoje um grande irmão em Cristo), Nilson, Rayanne, Norberta, o Bispo Filadelfo, e o Reverendo Peter Rouch, da *Mission to Seafers*, da Igreja da Inglaterra. O momento inicialmente intimista acabou dando espaço para curiosos e cristãos de outras denominações que se juntaram à celebração improvisada ao som de violão e das vozes dos presentes, que seguiram a sequência das leituras e cânticos sobre a história da Salvação, do Gênesis à Libertação do Povo de Israel. A Semana Santa, embora com as suas inúmeras limitações, foi abençoada por Deus do jeito que só o Senhor Ressuscitado sabe fazer com os que são seus.

Nem tudo foram flores nessa caminhada, e para quem nos acompanhou desde o início da caminhada na Paróquia da Ascensão, no bairro da Várzea, sabe dos problemas que tivemos de enfrentar, desde a falta de estrutura, recursos até as críticas que vinham de pessoas distantes, mas também próximas. Mas Deus se fez Providência em todas as horas. Não posso reclamar, porque literalmente NADA NOS FALTOU. Nada! (E bendito seja o nome do Senhor, por isso).

Na caminhada tivemos amigos presentes, palavras de incentivo nas madrugadas, irmãos que acompanharam de longe o nosso trabalho e que somente soubemos tempos depois, até aqueles que da sua maneira, ajudaram com o pouco, quase nada ou mesmo o nada que possuíam (e que à maneira de Deus, ele nos abençoou e multiplicou entre nós). Se eu fosse narrar os episódios que vivi desde a Ascensão até a Capela, não caberia em um livro. Meu sentimento é que pude contemplar nestes anos a verdadeira Beleza da Santidade, que não é expressa na celebração litúrgica, mas nas pessoas com quem caminhamos. Também nos decepcionamos? Com certeza, e até com aquelas que menos esperamos. Mas Deus nos ensina a sermos mais santos, até quando nós dizemos que isso é impossível. ("Porque para Deus nada é impossível" – Lc. 1:37).

Entre visitas episcopais, como a Missa do Dia das Mães (no 4° Domingo da Páscoa) ou no Dia dos Pais em agosto, o Cemitério nunca

foi tão bem freqüentado pelos vivos como nestes tempos. Não podemos nos esquecer daqueles que vinham de longe. O povo fiel de Deus não mede esforços para estar na sua presença. Lembro com carinho das senhoras, que vinham da Beira Rio da Várzea, como Nina, Patrícia, Cícera, Maria de Fátima, Maria dos Santos, ou Magali, Célia e Prazeres. Em nossa caminhada, elas sempre estiveram ali, mantendo a Igreja viva, orante e em intercessão, uns pelos outros. Recebemos visitas de pessoas que nunca vimos, como irmãos católicos, ortodoxos e reformados, como Helon e Lucas, os quais fizeram a última visita e participaram da última missa na Capela. Tempos depois, descobri como um certo livro[38] influenciou a visão acerca da Doutrina Cristã e até mesmo sobre a Virgem Maria para esse grupo de cristãos reformados.

COMEÇOS E DESPEDIDAS

Em 11 de outubro de 2025, ocorreu uma das últimas celebrações na capela, a ordenação presbiteral do Rev. Bruno. A Capela ficou pequena para a quantidade de presentes no recinto. Todo um cerimonial foi preparado por mim e a capela foi organizada de modo a comportar uma ordenação com metade do clero local mais os convidados – algo meio impossível pelo tamanho, mas já fizemos celebrações ainda mais bonitas com menos espaço e recursos. Um destaque que dou foi a decoração do altar, com uma longa cortina azul, sobre a parede de gesso, a cruz processional que ficou no lugar da cruz da parede, e os paramentos vermelhos sobre o altar, criando um contraste entre as cores da bandeira da Igreja (azul, branco e vermelho).

A liturgia foi toda solene, ao som do órgão e cântico gregoriano e do hinário episcopal. E a celebração contou com a presença do segundo bispo da Diocese Anglicana do Recife, Dom Clovis Rodrigues, que ficou encantado com a cerimônia e o *ethos* anglicano que ela exalava naquele que era o primeiro templo anglicano da cidade e do Brasil.[39]

---

[38]*Nossa Senhora de Walsingham – Da Inglaterra ao Brasil* (2025).

[39]A Capela dos Ingleses do Recife mantêm a sua arquitetura original do século XIX, com suas janelas e portas neogóticas com a fachada e colunas neoclássicas. No Rio de Janeiro, o primeiro templo anglicano do Brasil foi construído antes, porém, foi demolido em 1819 para a construção do atual templo da Christ Church, em Botafogo.

Em 27 de outubro de 2025, o Diário de Pernambuco publicou uma matéria sobre o Cemitério dos Ingleses intitulada "Cemitério dos Ingleses guarda um pedaço da história do Recife", em que citava a história da necrópole e da capela, a qual continua "mantendo viva a tradição litúrgica e a memória de seus fundadores".

Em novembro, a última celebração de Finados ocorreu no local, já com menos pessoas que nas anteriores. Nas palavras do próprio administrador, *seu* Ângelo, "o povo já não tem o mesmo interesse que antes", e de fato, depois da Pandemia e nos últimos anos, cada vez menos os cemitérios vêm sendo frequentados, uma prática que havia sobrevivido a tantas gerações, mas que vem desaparecendo na atual.

No começo de novembro, após a eleição de Sarah Mullally como Arcebispa de Cantuária, decidi sair da Comunhão Anglicana e, como consequência, seguir Daniella, minha companheira, no caminho que ela já havia decidido trilhar. Já participando da Igreja Episcopal Carismática, antes do início do Encontro Nacional do Clero (ENAC), ocorrido em janeiro de 2025, tive a oportunidade de visitar o Cemitério com o Bispo Dom Luís Fernando – um verdadeiro Pai em Deus que a IECB me deu desde que iniciei a caminhada na IEAB, e que não sabia que me já me acompanhava desde os tempos do trabalho na Ascensão.

Falando ainda em Pai em Deus, agradeço de modo especial, a todo o apoio que tive – mesmo quando achei que não estava tendo – do Bispo João Câncio Peixoto, que por uma década, foi meu diocesano, quando militei nas fileiras da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Que Cristo, o Bom Pastor e Bispo de nossas almas, abençoe e guarde o senhor enquanto estiver a frente desta Igreja local, pastoreando o povo e o clero da Diocese Anglicana do Recife.[40]

Como memória final deste local, não poderia deixar de citar a memória de Seu Marcos, o coveiro. Embora ainda vivo, por mais de três décadas, caminhou entre os mortos, e deu continuidade ao ofício de sua falecida mãe. Marcos é o que – ironicamente posso chamar –, de

[40] Em 13 de agosto de 2026 encontrei-me novamente com Dom Peixoto, e pude ter uma longa conversa esclarecedora sobre muitas coisas e uma pessoa que aqui não cabem registrar, mas que em muito contribuíram para a situação em que hoje se encontra a dinâmica religiosa da Diocese e da própria Capela em sua fase final. Agradeço ao Bispo pela acolhida como um verdadeiro Pai em Deus que foi no tempo em que estive na IEAB. Hoje, continuo a minha caminhada cristã e sacerdotal na Igreja Episcopal Carismática, com a certeza de que o trabalho foi feito segundo a vontade de Deus. Muitas sementes foram plantadas e os frutos ainda serão colhidos.

a alma viva do Cemitério dos Ingleses. Torcedor do Náutico, no seu aniversário ganhou uma caneca com o brasão de seu time os dizeres "Imperador Marcos" (por causa do apelido que demos para ele, o *Imperador de Santo Amaro*), o que não era para menos.

Marcos é um antigo e conhecido morador. Para encontrá-lo basta entrar na rua do Mercado Público de Santo Amaro e dobrar na primeira viela à direita. Todas as vezes que eu chegava, ele via do Mercado meu carro parado diante dos portões de ferro do Cemitério. Ou então, eu buzinava e ele brotava de algum lugar. Ao mesmo tempo carismático e impaciente, a cara de poucos amigos e as poucas palavras revelavam um coração extremamente humano com a dor alheia – talvez pelas centenas de sepultamentos já realizados. Centenas são poucos para um coveiro, mas muitos para *o coveiro* no Cemitério dos Ingleses.

Marcos foi o meu primeiro contato para ter acesso ao Cemitério dos Ingleses, muito antes de eu sonhar pisar lá como sacerdote. Em 2017, quando pesquisava para a minha tese de doutorado, o Cemitério. Desde então, sempre fui recebido com seu café que nos animava.

Nossa missão foi trazer vida ao Cemitério dos Ingleses e relembrar à cidade do Recife desse importante espaço de memória histórica, biográfica e litúrgica, de tantas almas inglesas, falantes do português, e de tantas almas brasileiras que, de alguma forma, passaram não só a falar, mas a orar no jeito de ser inglês. Seja de um jeito ou de outro, eu sei que conseguimos cumprir a nossa missão com maestria.

Quanto à minha missão, eu dou prosseguimento de outra forma, seja escrevendo esses livros pela editora, traduzindo e editando Livros de Oração Comum para o Anglicanismo brasileiro, ou dando as minhas aulas no Seminário Episcopal Carismático. Todavia, para esta Crônica, quero lembrar dos meus tempos como o "Padre da Favela".

Seja na Várzea ou em Santo Amaro, estes anos narrados foram traduzidos pelo olhar de quem acompanhou o trabalho missionário, pastoral e litúrgico desenvolvido nestes lugares. De alguma forma – ainda não sei como – renovamos a Igreja no Brasil e mostramos às suas várias denominações que é possível ser anglo-católico e tradicional de uma forma viva e encarnada com a realidade da comunidade. O poema *Padre da Favela*, escrito em duas partes por um irmão da Diocese da Amazônia e publicados no perfil do Instagram *anglicanoevangelico*, traduz bem os momentos vividos na minha caminhada entre 2021 e 2025, na Paróquia da Ascensão e na Capela Santa Maria Mãe de Deus.

“Ele é o padre da favela, você deve tê-lo visto. Batina, curta para evitar arrastar nas calçadas. Gastas no punho pela frequência com que essas mangas são arregaçadas. Sapatos, resistentes, sem polimento, gastos e batidos pelo tempo, o salto desaparecendo. Ele é o padre da favela, você deve tê-lo visto. Com uma palavra amável, com um rosário, com tempo, dado gratuitamente. Cumprimentar aqueles que a sociedade evita, ou ignora, ou simplesmente esquece. Ele é o padre da favela, você deve tê-lo visto. Seu altar é o banco do parque, seu confessionário, o bar, seu púlpito, a loja da esquina. Ele é o padre da favela, você deve tê-lo visto, mas na verdade, ele preferiria que você olhasse para Cristo em vez disso...” 23 de agosto de 2023	“Eis o padre da favela, você já deve tê-lo visto. Nos becos estreitos, nas ruas de terra, entre risos infantis e olhos cansados. Traz consigo uma velha Bíblia, um livro vermelho, um hinário gasto pelo tempo. Seus sapatos têm um furo à mostra, a gola clerical, amarelada. É de pouca idade, mas em seu rosto há rugas, testemunhas de noites em claro e dias sem fim, de quem carrega o peso do mundo. Eis o padre da favela, você já deve tê-lo visto. Se pisa em grandes catedrais, é contra a vontade. Se caminha entre os ricos, é para buscar pão, não para si, mas para os seus. Eis o padre da favela, você já deve tê-lo visto. Remendando com fé as cicatrizes do tempo, erguendo altares onde há escombros, falando de um Reino onde os últimos são primeiros, e os esquecidos têm nome.” 27 de julho de 2025

Que Ele cresça e eu diminua.

Recife, 20 de agosto de 2026
Memória de S. Jonathan Daniels,
Seminarista e Mártir da Igreja Episcopal

Rev. Rafael Vilaça +



Capela do Cemitério dos Ingleses numa manhã. A entrada do pequeno templo eram dispostos dois estandartes, à esquerda, o de Nossa Senhora de Walsingham, o da direita, o de Cristo Rei do Universo. Por ser um espaço privado, a necrópole geralmente fica fechada durante a semana. Porém com as celebrações, os portões eram deixados abertos para que qualquer visitante pudesse conhecer não só a Capela, mas também o espaço e a história do primeiro cemitério da cidade do Recife.



Duas celebrações: Dia de Finados (em cima) e a Ordenação do Rev. Bruno (embaixo).



Momentos de fé. Detalhe para a imagem de Nossa Senhora de Walsingham, feita em madeira. E o cerimonial com a missa sendo celebrada voltada para o altar (*ad orientem*).

Instituições Centenárias de PE

LARISSA AGUIAR



Por trás do portão de ferro, é possível encontrar túmulos de estrangeiros e também o do general Abreu e Lima

Cemitério dos Ingleses guarda um pedaço da história do Recife

Fundado ainda nos tempos do Brasil Império, a sua instalação foi um pedido diplomático dos britânicos

No coração do bairro de Santo Amaro, entre o vai e vem dos carros na Avenida Cruz Cabugá, um portão de ferro resiste ao tempo e às mudanças da cidade. Por trás dele, o Cemitério dos Ingleses, ou British Cemetery, repousa em silêncio desde 1814, testemunhando mais de dois séculos de história, diplomacia, fé e cultura. Mais do que um campo-santo, o local é um marco das relações internacionais e da presença britânica em Pernambuco, guardando nas suas lápides fragmentos de um Recife que se abria ao mundo.

O início do século XIX foi um período de intensa aproximação entre a Coroa Portuguesa e o Império Britânico. Em meio a tratados comerciais e alianças militares, os ingleses começaram a estabelecer-se com força no Recife, especialmente na região portuária. Eram comerciantes, engenheiros, técnicos e marinheiros – representantes de uma potência que liderava a Primeira Revolução Industrial.

Em 1811, o então governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro recebeu ordens do Príncipe Regente Dom João para atender a uma demanda diplomática: construir um cemitério destinado aos súditos britânicos residentes em Pernambuco. Três anos depois, a doação de um terreno em Santo Amaro das Salinas selou o acordo.

"O cemitério dos ingleses precisa ser compreendido como um projeto político de relações internacionais mais amplo, no que diz respeito não apenas à influência econômica do Império Britânico sobre a Coroa Portuguesa, mas também ao fortalecimento dessas alianças em um contexto de expansão colonial", explica a historiadora Vanessa Sial.

A área escolhida ficava próxima ao Lazareto de Santo Amaro, onde escravizados recém-chegados da África eram colocados em quarentena. O isolamento geográfico, naquela época, também refletia o afastamento simbólico da morte e das doenças do perímetro urbano, uma preocupação crescente na medicina higienista do século XIX.

Naquele Brasil de religião oficial católica, a morte também tinha fronteiras religiosas. Os ingleses, protestantes anglicanos, não podiam ser sepultados em igrejas católicas. "O cônsul inglês pediu ao príncipe regente que seus cidadãos não fossem enterrados nas praias, o que era visto como indigno. O cemitério surge dessa reivindicação diplomática e humanitária", afirma Vanessa.

> *"O Cemitério dos Ingleses é um espelho de um tempo em que o Recife era uma cidade internacional, portuária"*
>
> **Vanessa Sial,** Historiadora

Com traçado retangular e uma capela neogótica de portas ogivais no centro, o cemitério foi sendo ampliado pela própria comunidade inglesa. A arquitetura revela símbolos de uma época: pilones, obeliscos e ornamentos de ferro fundido, remetendo tanto à estética vitoriana quanto ao domínio tecnológico da metalurgia, o mesmo ferro que movia as máquinas da revolução industrial e, simbolicamente, "protegia os mortos de perigos na existência pós-morte", como descreve a historiadora.

Entre os jazigos de estrangeiros e famílias britânicas, destaca-se um nome essencial à história de Pernambuco e da América Latina: José Inácio de Abreu e Lima. O general, que lutou ao lado de Simón Bolívar nas guerras de independência sul-americanas, teve seu sepultamento recusado pela Igreja Católica. Excomungado por defender a liberdade religiosa, encontrou repouso justamente entre aqueles que simbolizavam essa liberdade.

"Na lápide de Abreu e Lima está escrito que sua sepultura eclesiástica foi negada pelo bispo Dom Cardoso Ayres. O acolhimento pelos ingleses não foi apenas um gesto de caridade, mas também um ato político, um símbolo das disputas entre a Igreja e as novas ideias de autonomia e tolerância religiosa", conta a historiadora.

RAINHA

No século XX, o local ganhou notoriedade quando recebeu a visita da rainha Elizabeth II, em sua passagem pelo Recife. Durante a visita, a monarca determinou que nenhuma alteração estrutural fosse feita que violasse o jazigo de Abreu e Lima, reforçando o valor simbólico do espaço.

Hoje, o cemitério continua de pé, cercado por muros altos e pelo silêncio. Raras são as cerimônias realizadas, e as visitas precisam ser agendadas. A manutenção é garantida com doações da comunidade anglicana local, sem apoio do governo brasileiro nem da Coroa Britânica.

A capela, após anos inativa, abriga novamente uma pequena comunidade da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, mantendo viva a tradição litúrgica e a memória de seus fundadores.

Embora pouco conhecido pelos recifenses, o Cemitério dos Ingleses é uma peça viva da história urbana e cultural da cidade. Seu silêncio guarda memórias de guerra, comércio, fé e ciência e de uma Recife que foi, durante o século XIX, u[m] to de encontro entre [n]

Para Vanessa Sial, p[reservar] o espaço é preservar [a] a pluralidade da própria [hi]ria pernambucana: "O Cemitério dos Ingleses é um espelho de um tempo em que o Recife era uma cidade internacional, portuária, atravessada por fluxos de ideias e de pessoas. Cuidar desse cemitério é cuidar da memória da cidade, é garantir que o passado continue a dialogar com o presente."

12

Matéria publicada em 27 de outubro de 2025 no jornal Diário de Pernambuco sobre o Cemitério dos Ingleses do Recife. Além de citar sua história, importantes jazigos como o do General Abreu e Lima, e a passagem da Rainha Elizabeth II pela cidade, a reportagem destacou a retomada das celebrações e o estabelecimento da Capela da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Embora tenha sido breve, a comunidade marcou presença e fez história no local, que por muito tempo teve a sua memória esquecida.